

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

**BASES DA FORMAÇÃO
TERRITORIAL DO BRASIL**

**O TERRITÓRIO COLONIAL BRASILEIRO
NO "LONGO" SÉCULO XVI**

**Tese de Doutorado em Geografia
Humana apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.**

**SÃO PAULO
1991**

APRESENTAÇÃO

"Eu gostava de estudar sozinho e de brincar de geografia", como João Guimarães Rosa, mas aprendi, ouvindo Beatles, que "I can go with a little help from my friends"

O trabalho ~~hora~~ apresentado, infelizmente, encontra-se incompleto. E, não naquele sentido da máxima socrática que torna todos os trabalhos incompletos. A rigidez dos prazos associada à indisciplina do autor, levou a que as lacunas existentes sejam mais efetivas. Na verdade, estamos entregando para o exame uma primeira versão do texto, inclusive com uma revisão efetuada a toque de caixa (num trabalho hercúleo, ou melhor dizendo, de Penélope, realizado por minha irmã, Eliane).

Face ao projeto originário, e abandonado ao longo do percurso, faltariam quatro capítulos distribuídos um por cada uma das quatro partes do trabalho, que abordariam a esfera da cultura. Seus conteúdos seriam os seguintes: O Renascimento e a Abertura do Mundo, Particularidades da Renascença Portuguesa, A América no Imaginário Renascentista, e A Construção Teórica do Brasil. Estes temas ficam para um trabalho posterior.

Face ao projeto efetivamente executado, ficou faltando a redação do último capítulo, O Território Colonial Brasileiro em Meados do Século XVII. Este redigiremos em seguida, pois temos a maior parte de sua bibliografia específica já revisada. E faltou também uma segunda versão do texto, onde pretendíamos incorporar ao trabalho algumas leituras realizadas ou levantadas após a redação da parte do texto que lhes correspondia. Sua não-realização acarretou lacunas significativas, algumas valem ser mencionadas. E' o

caso, na primeira parte, da não-citação das intervenções estimuladas pelas teorias de Robert Brenner acerca da transição, e reunidas no volume El Debate Brenner¹, assim como das sugestivas interpretações de Peter Kriedte sobre a "proto-industrialização", e de Ruggiero Romano sobre as crises europeias no período tratado². Também os críticos de Emmanuel Wallerstein, um autor central em nossa argumentação, não foram contemplados na revisão efetuada. Na segunda parte, a lacuna maior fica por conta da não-utilização do trabalho essencial de Joel Serrão O Caráter da Revolução de 1383³. Na terceira parte, além de algumas monografias já clássicas que enriqueceriam a discussão⁴, faltou a inclusão dos textos de uma coletânea bastante importante, à saber: Tierras Nuevas. Expansión Territorial y Ocupación del Suelo en América (Siglos XVI-XIX)⁵. Finalmente, na última parte as lacunas são tão numerosas que torna-se exaustivo mesmo exemplificá-las.

De todo modo, acreditamos que o texto apresentado, mesmo que incompleto, permite a avaliação do conteúdo básico da pesquisa e das conclusões dela resultantes. Esta não poderia ter sido realizada sem a ajuda de muitos amigos e instituições. Quanto a essas últimas, queremos destacar o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica, do Centro de Estudos Geográficos do Instituto Nacional de Investigación

¹ - Ver: T.H.ASTON e C.H.E.PHILPIN (eds.) - El Debate Brenner. Estructura de Clase Agraria y Desarrollo Económico en la Europa Preindustrial, Ed.Crítica, Barcelona, 1988.

² - Ver: Peter KRIEDTE - Feudalismo Tardío y Capital Mercantil, Ed.Crítica, Barcelona, 1987; e Ruggiero ROMANO - L'Europa Tra Due Crisi XIV e XVII Secolo, Ed. Einaudi, Turim, 1980. Estas indicações foram sugeridas na atenta leitura que meu amigo o professor Modesto Florenzano, do Departamento de História da USP, realizou da primeira parte do texto.

³ - Joel SERRAO - O Caráter da Revolução de 1383, Ed.Horizonte, Lisboa, 4a. ed. 1981. Aqui a lacuna foi apontada na leitura atenta de meu amigo professor Carlos Roberto F. Nogueira do Departamento de História da USP.

⁴ - Por exemplo, o trabalho de Alvaro JARA - Guerre et Societé au Chili ou o de Juan FRIEDE - Los Welser en Venezuela.

⁵ - Alvaro JARA e outros - Tierras Nuevas. Expansión Territorial y Ocupación del Suelo en América (Siglos XVI-XIX), El Colegio de México, México, 1969. O acesso a esta obra devo a minha colega professora Amália Ines de Lemos, que gentilmente a perseguiu nas bibliotecas mexicanas.

Científica de Portugal, e os Departamentos de Geografia da Universidade Nacional da Colômbia e da Universidade de Buenos Aires, além, é claro do meu próprio departamento na Universidade de São Paulo. Entre os amigos, Waldir de Quadros, Wanderley Messias da Costa e Milton LaHuerta se verão em algumas partes do texto. Vagner de Carvalho Bessa e Luis Lopes Dinis Filho me auxiliaram em muito. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio constante de Diana, Doretta, Beth, Nani, Genô, Vicki, Lars, Fabio, e sem a alegria do Martim, Ivar, Paula, Iuri, Bruno, Maira, e do Xavier.

A sorte está lançada...

INDICE

Apresentação.....	p.1
Introdução.....	p.4
Da Geografia à História: a formação territorial do Brasil.....	p.5
Ia. Parte - EUROPA: O TEMPO.....	p.14
I- O "longo século XVI" (1460-1640).....	p.15
II- Geografia da acumulação primitiva.....	p.35
III- A expansão ultramarina e a economia europeia.....	p.58
Ila. Parte - PORTUGAL: UM SUJEITO.....	p.78
IV- A Territorialidade na formação do estado português.....	p.79
V- O caráter da expansão lusitana e do império colonial.....	p.117
VI- Portugal quinhentista e o Brasil.....	p.143
IIIa. Parte - AMERICA: O CENARIO.....	p.160
VII- Geografia da ocupação ibérica da América.....	p.161
VIII- Trabalho compulsório e organização social das colônias.....	p.218
IX- A produção do espaço ibero-americano.....	p.252
IVa. Parte - BRASIL: UM TERRITORIO.....	p.285
X- Geopolítica da instalação portuguesa no Brasil.....	p.286
XI- Formação brasileira no período extra-lusitano.....	p.323
Conclusão.....	p.362
Da História à Geografia: a valorização colonial do espaço.....	p.363
Bibliografia Citada.....	p.369

INTRODUÇÃO

DA GEOGRAFIA A HISTORIA:
A FORMACAO TERRITORIAL DO BRASIL

A geografia humana conhece, na atualidade, uma saudável convivência de orientações metodológicas diversificadas. Vai longe o tempo em que perspectivas positivistas dominavam todo o horizonte teórico dessa disciplina. Ao nível de cada uma dessas orientações, observa-se uma também saudável preocupação com o auto-esclarecimento e com a consciência dos fundamentos e implicações da metodologia assumida.

O clima de novidade desse debate, num campo por décadas imerso num profundo empirismo, trás, todavia, alguns problemas. Um deles pode ser identificado numa atitude que, em nome da valorização do plano teórico antes minimizado pelos geógrafos, acaba por sacralizar a mais profunda ruptura entre teoria e empiria, ao embrenhar-se pelos meândros de um teoricismo exagerado.

Trata-se de uma atitude que busca discutir o método pelo método, como se esse não fosse apenas um instrumento no objetivo científico de explicar o mundo. Uma atitude que se fecha na exegêse exaustiva dos textos clássicos, e nas intermináveis revisões conceituais. Esquecendo-se que teorias e conceitos ganham sua única efetividade quando utilizadas no exercício de desvendamento da complexa teia de fenômenos e processos que objetivam o movimento da realidade.

O presente estudo, visa percorrer um itinerário diferente. Sem cair no apêlo da perspectiva monográfica, que mesmo quando orientada por métodos e teorias sofisticadas, prende-se à unicidade do singular, vamos buscar o empírico pelo caminho da história. Estando de posse de algumas teorias e conceitos elaborados ou incorporados numa pesquisa teórica empreendida já há alguns anos, buscar-se-á utilizá-los como instrumentos de análise. Trata-se assim da tentativa de aplicação de uma visão específica do objeto geográfico, cujos pressupostos passamos a apresentar.

Partimos de uma tradição epistemológica que concebe a **totalidade** não como

um macro-objeto exaustivo, que engloba o conhecimento de todo o existente¹, mas fundamentalmente como um recurso de método - um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados. Se entendermos que esta **visão totalizadora**~ opera por sucessivos transitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise - em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados - podemos tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, que fundamenta todas as abordagens histórico-dialéticas. Desta forma, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho único de sua apreensão enquanto parte movente (e só enquanto movimento passível de ser apreendida) do real.

Se tomamos a **particularidade**, de acordo com a formulação lukacsiana, como "um campo de mediações"² a questão das diversas abordagens fica melhor esclarecida, pois conforme despimos a análise de pressupostos uni-causais maior se apresenta a multiplicidade do real e, conseqüentemente, o número de mediações existentes³. Mais claro fica também o entendimento da qualidade básica desta visão totalizadora: buscar a explicação do específico, sem isolá-lo. Isto nos remete a apreensões angulares da realidade. Numa linguagem demasiado sistêmica: buscamos a visão do todo pela articulação do movimento de algumas de suas partes. Tal concepção fundamenta-nos a possibilidade de diferentes abordagens disciplinares, formalizadas na definição do objeto das distintas ciências. Assim, é possível defender a abordagem própria de uma Geografia, cujo desenho genérico do objeto de reflexão e análise buscamos apontar nos parágrafos seguintes.

¹ - Uma espécie de super-objeto construído em moldes positivistas, ironicamente para se contrapor à divisão positivista da ciência, todavia portador de uma carga sensualista e de uma fé cientificista jamais proposta nem pelo mais empedernido e simplista dos autores positivistas. Esta problemática está no centro de toda a discussão de T.ADORNO e M.HORKHEIMER em Dialética do Iluminismo.

² - Georg LUKACS - "Sobre a categoria da particularidade em Kant e Schelling" in Introdução a uma Estética Marxista.

³ - O que inclusive torna a unicidade total um paradigma ideal e abstrato, isto posto para o universo das ciências humanas. Em outras palavras, não existe o "átomo" na análise do social.

Partimos do entendimento da Geografia como uma ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defendemos que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade com um movimento específico, particularizador. Sendo este processo resultante do trabalho humano, e, apreendendo o trabalho como um ato teleológico de incorporação e criação de valor, acatamos que a formulação categorial mais precisa para expressá-lo deva ser a da **valorização do espaço⁴.**

Toda sociedade cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre. Formas que obedecem a um dado uso do espaço e dos recursos nele contidos, e que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo. Tais formas substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas, rugosidades que duram mais que os estímulos que lhes deram origem⁵. Fixação, perenização: características caras à essa Geografia. Captar o movimento interno da produção do espaço - entendendo a lógica presente nos arranjos e construções - seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, a estruturação do espaço produzido com se defronta uma sociedade numa dada conjuntura. Esta segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude da filiação assumida com a perspectiva histórica. Assim, o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo uso social a cada momento, este é que lhe atribui um conteúdo⁶.

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço

⁴ - A este respeito, ver: Antonio Carlos Robert MORAES e Wanderley Messias da COSTA - Geografia Crítica. A Valorização do Espaço. Uma síntese da formulação central desenvolvida pode ser obtida em: IDEM - "A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço" in Milton SANTOS (org.) - Novos Rumos da Geografia Brasileira.

⁵ - Ver: Milton SANTOS - Por uma Geografia Nova e Pensando o Espaço do Homem.

⁶ - Ver: Antonio Carlos Robert MORAES - "Fixação do Valor e Capital Fixo".

também se transforma historicamente. Suas manifestações concretas ocorrem determinadas pelo modo de produção em que estão contidas. O processo universal torna-se, assim, denso de particularizações temporais e espaciais⁷. A lógica geral do modo de produção não aplasta, contudo, a diversidade e a singularidade irreduzível dos lugares. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas (historicamente dadas) não explica - em si mesma - os processos concretos de valorização do espaço. A singularidade irreduzível das diferentes porções da superfície terrestre se impõe como um imperativo. Isto dá um conteúdo próprio à perspectiva assumida de análise geográfica (da totalidade).

O imperativo espacial se impõe, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta. A diversidade local é inicialmente natural. A este substrato natural diversificado sobrepõem-se heranças espaciais também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície da Terra. O trabalho morto se fixa ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais⁸. A valorização do espaço articula estes dois fatores, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, na medida que os lugares - através das pessoas - se relacionam. Desse modo, espacializam-se, particularizando-se, as determinações genéricas, dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar. A formação econômico-social é, nesse sentido, sempre uma realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar é posto, assim, como mediação⁹.

Por isso, a valorização do espaço deve ser apreendida enquanto um processo historicamente identificado de formação de um território. Eis nossa escala de trabalho. Uma formação territorial envolve uma sociedade específica e seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza a paisagem, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de constructos sociais. As construções

⁷ - Ver: Milton SANTOS - "Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido".

⁸ - Ver: Milton SANTOS - Metamorfoses do Espaço Habitado.

⁹ - Ver: Armando Correa da Silva - "O Lugar da Busca" e "A Busca do Lugar" in O Espaço Fora do Lugar.

e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade - um contínuo em movimento. Enfim, um modo de ler a história.

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais

usuais na literatura geográfica, como habitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Isto é, a própria apropriação qualifica uma porção da Terra como um território. Este conceito é informulável sem o recurso a um grupo social que o ocupa e explora, inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma concepção social do objeto geográfico (este posto, não mais como o lugar ou a paisagem, mas diretamente como a relação sociedade/espaço em si). E mais, equacionado como unidade movente - formação - resgata também a unidade dialética entre forma e processo - vital para uma ótica geográfica.

A formação territorial desenha-se, então, como um objeto, uma ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma ótica que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares. Do espaço ao território. Neste, ou melhor em sua produção, às determinações econômicas se associam as injunções da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço¹⁰. Aqui, o estudo da valorização do espaço engata-se com o da política, afastando a análise dos descaminhos do economicismo. Os usos do solo, os estabelecimentos, as formas de ocupação, as hierarquias entre os lugares, expressam também os resultados de lutas políticas, hegemonias, violências. A produção do espaço vista

¹⁰ - Ver: Antonio Carlos Robert Moraes - Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil.

enquanto um processo teleológico, sustentado em projetos e guiado por concepções¹¹. A construção do território envolvendo representações, discursos, consciências. A Geopolítica nada mais sendo, do que a fundamentação dos designs do ator mais poderoso neste jogo: o Estado¹². Captar sua ação é, sem dúvida, um dos vetores essenciais da análise proposta.

Enfim, o território pode ser um rico caminho para analisarmos a formação histórica de um país, pois a qualidade de sua inércia - o "prático-inerte" como conceituou Milton Santos - torna-o um depositário não apenas de valores econômicos mas de projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco (o fato de inscreverem-se no espaço é inclusive uma prova de hegemonia, na objetivação de formas próprias certos designs). A formação territorial é, assim, um dos elementos definidores da particularidade (agora pensada, como por Trotsky, na escala das "peculiaridades nacionais"¹³). Enfim, o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre. Nesse sentido que toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa¹⁴.

Em se tratando da história brasileira, a afirmação acima enunciada adquire maior ênfase. País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território ainda plenamente constituído, conhecendo fronteiras em movimento. A história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. Tal situação marca profundamente nosso desenvolvimento. Já em termos genéticos, a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem, assim, por antecedente o signo da conquista territorial.

O imperativo da apropriação constante pode mesmo ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira. De início, o próprio "sentido da colonização" aqui

¹¹ - Ver: Antonio Carlos Robert MORAES - "Historicidade, Consciência e Construção do Espaço" in Vários Autores - A Construção do Espaço.

¹² - Ver: Wanderley Messias da COSTA - "Os Novos Papéis do Estado e sua Importância para a Geografia".

¹³ - Ver: História da Revolução Russa, c.1.

¹⁴ - Milton SANTOS - "Sociedade e Espaço. A categoria formação econômico-social como teoria e como método" in Espaço e Sociedade.

estabelecido repousava em certas aptidões do território: afinal são condições ambientais distintas da metrópole que permitem uma exploração complementar. Noutra lado, o papel jogado pela formação territorial na armação política do Brasil é exemplar. O destaque das ideologias geográficas nos momentos de ruptura em nossa evolução é bastante claro. A prática das "transformações pelo alto"¹⁵ - dominantes em nossa história política - em boa parte se sustentou na idéia da manutenção da integridade territorial.

Deste modo, entendemos que a análise circunstanciada da produção do espaço brasileiro, numa perspectiva histórica, seria altamente reveladora da particularidade de nossa formação social. Estudos de tal natureza poderiam contribuir em muito para o desenvolvimento desse capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial, de apropriação de espaço, de exploração da terra e de suas populações. De construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha na construção do território um elemento de identidade. De berço, o nacional no Brasil é em muito territorial.

Assim, temos que a dimensão territorial recorta uma determinação fundamental da história brasileira. Apesar dessa evidência, os estudos permeados por essa ótica (geográfica, por excelência) escasseiam atualmente. As linhas de pesquisa clássica sobre tal tema não tiveram continuidade. A crise vivenciada pela Geografia nas tres últimas décadas seria em parte responsável por tal lacuna. Assim, cabe resgatar este temário.

A constituição do território nacional brasileiro se faz calcada numa herança espacial colonial. E' sobre o território da colônia - conjunto de formas pelas quais se estruturou um sistema produtivo e uma vida social dos portugueses em terras americanas - que começa a edificação do espaço nacional, após a emancipação política. A primeira tarefa da nação recém independente foi exatamente a de garantir a soberania sobre as diferentes regiões da antiga colônia. A unidade política nacional devendo se estabelecer sobre as instituições, equipamentos e circuitos pré-existentes. A "herança colonial", no que importa

¹⁵ - Ver: Carlos Nelson COUTINHO - "Gramsci e Nós" in A Democracia como Valor Universal.

à dimensão espacial, teve sua influência integral na definição da nova nação. As construções, os assentamentos de população, os usos do solo, apresentavam-se intactos - na forma desenhada pelos interesses coloniais - frente ao novo Estado. O território colonial era o suporte sobre o qual se iniciava a formação territorial do país emergente.

Para entender este resultado de tres séculos de ocupação - o território colonial brasileiro - é necessário captar a lógica da valorização colonial do espaço. Isto é, apreender as determinações básicas que comandaram este processo de produção do espaço no Brasil, o que remete à discussão do próprio caráter da situação colonial. E' necessário também conhecer os designs da geopolítica da Coroa portuguesa e dos diferentes atores que atuaram no processo colonizador.

No presente estudo, vamos iniciar esta empreitada, buscando avaliar o período inicial, aquele que poderia ser denominado como o da instalação dos portugueses no Brasil, e sua irradiação inicial. Para isto, necessitamos indagar não apenas acerca do intuito da nação colonizadora (seus objetivos e determinações), mas também a respeito do novo cenário onde se projeta a ação (com sua variedade, semelhanças e diferenças). Sobrepondo-se a tudo isso, um tempo que dá a dinâmica de todo este movimento. Começemos, então, com a periodização.

PRIMEIRA PARTE

EUROPA: O TEMPO

I - O "LONGO SECULO XVI" (1460/1640)

As sociedades da civilização cristã-européia vivem uma época de profundas transformações. Um período que a prudência teórica aconselha a designar como de **transição**, tal a multiplicidade de forças e processos atuantes.

A Europa, durante o longo século XVI¹, realiza as potencialidades geradas na crise da ordem feudal e estabelece as premissas de uma nova ordem. No fluir histórico de continuidades e rupturas gesta-se uma mudança de sentido na vida das sociedades européias. Rompem-se as amarras do medievalismo, nasce a época moderna. Por isso, mesmo tendo a história como uma contínua transição e a variedade como uma de suas qualidades, a adjetivação empregada não perde sua eficácia (nos limites de qualquer caracterização periodizadora).

A mudança, a convivência de distintos padrões e estruturas, a opacidade dos processos, a indefinição das dominâncias, são a essência mesmo da época. Daí a precisão do termo: **transição**. Uma era de contornos pouco nítidos, de diversidade de formas. Passagem do mundo medieval para a modernidade.

Do ponto de vista econômico, a Europa em seu conjunto conhece um período de expansão, após a longa crise dos séculos XIV e XV². Em termos dos ciclos de longa

¹ - Ver Fernand BRAUDEL - "Qu'est-ce que c'est le XVIeme siecle?".

² - Os séculos XIV e XV recobrem, precisamente, o período de **crise do feudalismo**. Este modo de produção conhece seu apogeu entre os séculos XI e XIII, decaindo à partir daí. Tal crise manifesta os limites de reprodução do sistema, o "bloqueio das forças produtivas feudais" (na expressão de Charles PARAIN - "A Evolução do Sistema Feudal Europeu" in V.A. - Capitalismo.Transição). O não aprimoramento agrícola, fruto do baixo nível de reinvestimento, levou a uma progressiva queda de produtividade. Sendo este o setor básico da economia a crise estravazou por toda a estrutura social, o que se espelha na profunda contração demográfica do século XIV. 'A queda do lucro senhorial acompanha um processo de erosão do poder feudal à partir deste século. As respostas à crise estariam na base da "derrubada das relações feudais de produção" (ver Ruggiero ROMANO e Alberto TENENTI - Los Fundamentos del Mundo Moderno. Edad Media Tardia, Reforma, Renacimiento, p.20). Estes autores lembram que a contra-partida da crise e da estagnação era a **efervescência**, e a superação inicia-se por volta de 1480. Para um quadro da Idade Média, pode-se tomar a síntese de Hilário FRANCO Jr. - Idade Média. O Nascimento do Ocidente.

duração, trata-se claramente de uma fase de florescimento da economia³.

Este desenvolvimento econômico escora-se numa conjuminância de elementos. Grande crescimento demográfico, alimentado pelo diferencial positivo entre preços e salários na fase de estagnação. Recuperação agrícola com retomada da área cultivada e difusão de aprimoramentos nas técnicas de cultivo. Expansão e incremento da atividade industrial com o desenvolvimento de novos setores (metalurgia, construção naval, etc.). Avanço da mineração e aumento dos estoques de metais preciosos. Difusão das técnicas financeiras e generalização do crédito. Multiplicação das trocas e melhoria das relações terrestres e marítimas. Enfim, uma ampla trama de fatores que articula o nascimento das economias nacionais, e que faz do século XVI a "época de ativamento geral de todas as circulações"⁴.

A clarificação do período, com o deslindamento dessa trama, alimenta um dos mais ricos debates do pensamento histórico contemporâneo⁵. Apesar de toda polêmica, há um ponto que merece a concordância dos estudiosos: o século XVI vivencia a entrada em cena das relações capitalistas de produção⁶. Antes, alguns ensaios haviam se manifestado

³ - De acordo com Pierre CHIAUNU teríamos a seguinte sequência: de 1200 a 1350 uma fase A, (de expansão econômica); de 1350 a 1500 uma fase B (de crise); no decorrer do século XVI nova expansão; e em meados do XVII nova crise. O autor destaca a precoce recuperação portuguesa no século XV como uma exceção no contexto europeu. Ver Expansão Européia do Século XIII ao XV, pp.45 a 50.

⁴ - Pierre VILAR - Ouro e Moeda na História (1450/1920), p.210. ROMANO e TENENTI afirmam que "a Europa mercantil entre 1480 e 1560 está sob o signo da expansão", criando no período "as premissas de uma circulação de tipo moderno" (Ob.cit., pp. 288 e 285).

⁵ - Refiro-me à polêmica estimulada pela publicação da obra de Maurice DOBB A Evolução do Capitalismo em 1946. Este autor defende a tese central de que a gênese do capitalismo se deu pela diferenciação interna dos produtores autônomos, que ao expandirem suas atividades animam o assalariamento. A contraposição a esta interpretação aparece nas colocações de Paul SWEEZY que, partindo da interpretação clássica de Henry PIRENNE, enfatiza o papel do comércio e do capital mercantil. Este debate permanece, em suas linhas mestras, até hoje e várias argumentações podem ser encontradas nas coletâneas Capitalismo: Transição e A Transição do Feudalismo para o Capitalismo.

⁶ - Deve-se observar que tanto Dobb quanto Sweezy concordam neste ponto. O primeiro lembrando o fato de Marx ter sido explícito e enfático nesta datação (ver M.DOBBS - Ob.cit., p.156 n.1), o segundo citando-o diretamente: "O comércio mundial e o mercado mundial inauguram, no século XVI, a história moderna do capital" (P.SWEEZY - "Uma Crítica" in A Transição..., pp.49/50). Eric HOBBSBAWN, em estudo mais recente,

em Flandres, nas cidades do norte da Itália e alhures. Agora, contudo, trata-se de um movimento mais denso, do instalar-se de um novo modo de produção: processo lento, cuja plenitude só ocorrerá dois séculos depois com a revolução industrial.

Esta emergência das relações capitalistas se faz, todavia, em meio a uma institucionalidade ainda dominada pelas formas de poder feudais. A passagem de um modo de produção a outro desdobra-se com a convivência - muitas vezes associada - de relações próprias da ordem que se finda e da que emerge, além de outras formas específicas geradas na transição. O processo de **acumulação primitiva** do capital nomeia este mosaico que supera o feudalismo e objetiva as condições prévias de domínio do capitalismo⁷. No seu realizar-se transcorre o período enfocado.

As mudanças ocorrentes são múltiplas e as formas de transição variam enormemente no tempo e no espaço. Há uma dinâmica européia em curso, alteradora das estruturas tradicionais, porém - como nos alerta Hobsbawn - não apenas atuando em realidades díspares como fazendo migrar o "país líder" do movimento⁸. A diversidade

conclui que a crise feudal avançou pelos séculos XIV e XV e que a expansão das relações capitalistas envolveu o XVI e XVII, acarretando uma "forte ruptura entre base e superestrutura da sociedade feudal", ruptura que ele define como o "começo da era capitalista" ("Do Feudalismo para o Capitalismo" in A Transição..., p.162). A.Gunder FRANK, para se tomar um autor recente simpático ao outro lado do debate, argumenta que o século XVI "testemunhou o primeiro desenvolvimento quantitativo e qualitativo... do capitalismo em seu estágio mercantil e de concentrada acumulação na Europa" (Acumulação Mundial 1492/1789, p.85). Vê-se que a polémica diz respeito não à existência das relações capitalistas já nesse século, mas ao grau de sua difusão e dominância.

⁷ - A polémica apontada na nota anterior toma contornos claros aqui, distinguindo autores que acatam a determinação já capitalista da acumulação primitiva daqueles que, como Jonh MERRINGTON, entendem-na como uma "capitalização das relações feudais" ("A Cidade e o Campo na Transição para o Capitalismo" in A Transição..., p.192). Giuliano PROCACCI, atentando para a existência de comércio e vida urbana ao longo de todo o período feudal, coloca os séculos XVI e XVII como ainda inseridos na dinâmica deste modo de produção, porém já apresentando "germens capitalistas" ("Uma Sinopse do Debate" in Idem, p.137). SWEEZY, HOBBSAWN, VILAR, entre outros, acatam a acumulação primitiva como momento de constituição do capitalismo, no dizer de DOBB "anterior no tempo ao florescimento completo da produção capitalista" (Ob.cit.,p.220, grifo nosso).

⁸ - E.HOBBSAWN - Ob.cit., p.163. J.PARAIN, falando do surgimento da pequena produção independente, argumenta que "no curso do período declinante da sociedade feudal, as condições econômicas (em graus

regional e nacional dos processos é intensa, mas articulada. Nesse sentido, as "histórias econômicas regionais" têm no aparecimento das próprias relações capitalistas "uma poderosa influência coordenadora". Afinal, sabe-se que este modo de produção avança na desigualdade e na diferenciação, e em meio a esta algum sentido geral é possível identificar.

No campo, a renda em dinheiro vai se espalhando ao lado da prestação em trabalho e do pagamento em espécie, ao mesmo tempo em que se generaliza a mercantilização das terras com altos níveis de transferência das propriedades fundiárias. Propriedades alodiais e senhoriais vão se ajustando a uma mesma dinâmica da vida monetarizada. Avança o arrendamento e a compra de solares pela emergente burguesia em alguns países, noutros retornam ou reforçam-se os vínculos feudais. O desalojamento dos camponeses acirra-se, seja pela concentração da propriedade burguesa, seja pela reintegração da posse senhorial. Enfim, generaliza-se a destinação mercantil da produção agrária, cada vez mais uma produção de valores-de-troca. Em algumas regiões tal móvel estimula o assalariamento e a produção independente, em outras alimenta a retomada da servidão. O que bem atesta a multiplicidade do quadro.

Nas cidades, em crescimento acelerado face aos padrões vigentes, também se complexiza a vida econômica com a intensificação das trocas e um rápido processo de diferenciação social. Há uma veloz concentração de riquezas tanto na produção quanto, principalmente, no comércio. Em termos da atividade industrial ocorre também uma grande expansão, em alguns casos em processos internos às corporações de ofícios, em outros em oposição a estas. Há ingerência de agentes do capital mercantil e associações de artesãos

diversos conforme as regiões) podem favorecer uma evolução que conduz da servidão à liberdade. Mas este fenômeno não se produz em todos os lugares ou pelo menos não se produz no mesmo ritmo" (Ob.cit., p.22). Enfim, a questão da diversidade dos processos nas várias escalas não pode ser esquecida, há que se atentar para o que Pierre CHAUNU qualifica como a "irreduzível desigualdade regional do desenvolvimento histórico" (Ob.cit., p.203). As "peculiaridades nacionais" (para se utilizar uma expressão de Trotsky) serão matéria do próximo item.

' - M.DOBB - Ob.cit., p.35. Este autor vai além ao dizer que, neste contexto, "o lançamento de um país nos primeiros estágios da estrada para o capitalismo não é garantia de que ele complete sua jornada" (p.241).

ricos que passam a dominar os principais ramos da produção pelo controle dos estoques de matéria prima e, posteriormente, dos próprios instrumentos de trabalho. Aqui, o artesanato tradicional vai conviver com o sistema **putting-out** e com a manufatura; a superação dos limites desta última forma representando a ultrapassagem mesmo da acumulação primitiva¹⁰. Em alguns setores, como a mineração e a metalurgia, as necessidades técnicas do processo produtivo impõem o desenho da grande indústria, com especialização de funções e maiores investimentos de capital constante. O assalariamento avança em meio às restrições e privilégios próprios da ordem feudal.

No plano do comércio, pólo dinâmico da economia europeia no século XVI (que subordina a produção a seus interesses), o "ativamento geral de todas as circulações" exprime uma era de apogeu. Exponencializam-se os fluxos, desde as trocas locais até os negócios internacionais. Proliferam as companhias comerciais e os grandes mercadores ascendem à condição de uma nova aristocracia, importantes sujeitos da história seiscentista¹¹. Em muitos casos os próprios fidalgos imiscuem-se nos negócios e na direção das companhias. A Coroa aparece sempre como parceiro, direto ou indireto, do empreendimento mercantil ao garantir sua base monopolista¹². Consoante a todo esse

¹⁰ - A manufatura ainda subordina a produção ao ritmo do trabalhador (limite só ultrapassado com a maquinaria) impedindo o pleno desenvolvimento da mais-valia relativa. Marx define o período **manufatureiro** como a era da **acumulação primitiva**, só superada com a industrialização (Ver Carlos Alonso Barbosa de OLIVEIRA - O Processo de Industrialização: Do Capitalismo Originário ao Atrasado, pp.30 e 34). Este estudo rastreia bem a polémica apontada anteriormente. Segundo o autor, é bastante clara na formulação marxiana a distinção entre **acumulação primitiva** e o **capitalismo já constituído** (p.58). Este último, posto como autodeterminação do capital, só emerge no século XVIII com a indústria - uma força produtiva capitalista (p.29). Todavia, a acumulação primitiva constitui a **gênese** do capitalismo, uma acumulação não-capitalista (e por isso primitiva, porque é prévia e violenta). Seu estatuto teórico seria o de **momento** do processo de instalação deste modo de produção, um componente de seu movimento histórico. A.Gunder FRANK argumenta que a acumulação é primitiva por se realizar em meio a relações pré-capitalistas, distinguindo-a da acumulação originária, onde o avanço capitalista criaria relações não-capitalistas, como o escravismo moderno por exemplo (Ob.cit., pp.23 e 44).

¹¹ - Ver Pierre JEANNIN - Os Mercadores do Século XVI.

¹² - O monopólio, assim como as demais formas de regulação extra-económica da economia, bem ilustra o carácter **primitivo** da acumulação. O capital necessitando de garantias políticas para sua valorização. Tal processo só se realiza "graças às violências, aos desequilíbrios, aos açambarcamentos e às usuras que

dinamismo, manifesta-se um desenvolvimento do crédito e das atividades bancárias, um florescimento do capital usurário e da circulação financeira.

Em meio à diversidade de processos, uma qualidade comum emerge nos vários quadros: a tônica concentracionista, manifesta no campo e na cidade, no comércio, na indústria e na agricultura. Nesse sentido, a acumulação primitiva representou um amplo movimento de circulação, de redistribuição dos meios de produção que se centralizam, quer nas mãos da velha classe dominante, quer nas da burguesia emergente. Concentração que efetiva a separação entre o trabalhador e os meios de produção, condição prévia do desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção¹³. Assim, uma face fundamental desse movimento é a profunda expropriação que ele implicou.

A centralidade da expropriação dos camponeses e pequenos artesões na gênese do capitalismo é límpida. Esse processo gerou o contingente de despossuídos a serem assimilados como força de trabalho (e exército de reserva) pelo capital, sendo portanto um pressuposto da generalização posterior do trabalho assalariado. Dobb vai adiante nessa argumentação, vendo na super-exploração dos produtores diretos - o ante-ato da expropriação - o elemento gerativo da insolvência da crise feudal e o estopim das ações que configuram o reordenamento político do período da transição. A super-exploração estaria na base das **guerras camponesas** e da chamada **reação aristocrática**¹⁴.

marcaram o fim do regime feudal e a expansão dos europeus através do mundo" (Pierre VILAR - "A Transição do Feudalismo ao Capitalismo" in Capitalismo.Transição, p.39). M.DOBBS distingue duas fases da acumulação primitiva: a primeira de **aquisição** de bens (notadamente a terra), e a segunda de **realização**, com a transformação dessa riqueza em capital (Ver A Evolução do Capitalismo, p.227, e "Réplica" in A Transição..., p.66).

¹³ - O trabalho citado de Carlos A.B. de OLIVEIRA discute à exaustão as diferenças entre as fases de constituição do capitalismo e da acumulação já capitalista. Ele realiza extensa revisão bibliográfica, onde além de Marx, se debruça sobre a obra de Lenin, o qual distinguia os dois momentos também por critérios políticos: num a liquidação dos poderes feudais feudais e absolutistas (culminando com as revoluções democrático-burguesas), noutra já há luta de classes capitalista. Oliveira propõe avaliar teoricamente a instalação do novo modo de produção diferenciando o **padrão originário** (do caso inglês, pioneiro) do **atrasado** e do **tardio**, tendo por critério a armação do processo de industrialização nos vários países.

¹⁴ - M.DOBBS - Ob.cit., p.60. A.Gunder FRANK concorda com esta avaliação, alertando que a intensificação das trocas, com o início da recuperação econômica, estimula a super-exploração (Ob. cit., p.23). ROMANO

O temor frente a insurreição popular fornece o cimento de uma aliança - verdadeiro bloco histórico - entre a nobreza feudal, os grandes mercadores e a Coroa, que impulsiona a forma política da acumulação primitiva. O fato das formas de acumulação imperantes realizarem-se apoiadas em mecanismos de coerção extra-econômica fornece o fundamento material de tal aliança. Tanto a renda senhorial quanto o lucro do grande comércio dependem de privilégios politicamente garantidos.

O papel ambíguo do capital comercial na gênese do capitalismo escora-se nesta sua dependência de fundamentos extra-econômicos. Sua valorização repousa na "indugência política"¹⁵. O monopólio, de diferentes fatores, é a condição de sua realização, sendo a desigualdade a substância de incremento nas trocas mercantis prévias ao mercado capitalista. Assim, o capital mercantil avança transformando a produção, mas sem revolucioná-la; ao contrário, reproduzindo em muito as relações vigentes¹⁶. Daí a ambiguidade: por um lado ele concretiza as condições prévias de instalação do novo modo de produção (ao mercantilizar a produção, monetarizar as relações, expropriar, etc.), por outro

e TENENTI argumentam que no final do século Xv já é nítida a tendência altista dos preços, e que a acumulação capitalista se alimenta da defasagem do aumento dos salários. Estes autores, resalvando as grandes diferenças regionais e o caráter ainda restrito do assalariamento, também creditam à super-exploração o estopim do surto capitalista (Ob.cit., p.292). P.VILAR, acentuando a ressalva, afirma que o diferencial entre o crescimento dos preços e dos salários " produz uma inflação de lucros e o primeiro grande episódio da criação capitalista" ("A transição do Feudalismo ao Capitalismo" in Capitalismo.Transição, p.41). A reação popular a esta situação e seus desfechos definem em muito a particularidade do posterior desenvolvimento das várias nações européias (Ver Friedrich ENGELS - As Guerras Camponesas na Alemanha).

¹⁵ - J.MERRINGTON - Ob.cit.,p.168. Segundo este autor, as revoltas camponesas atuam no sentido de uma "refeudalização da burguesia" criando o contexto do "novo feudalismo estatal" do absolutismo (p.181). Para ele o capital mercantil apenas implicou na "monetarização dos laços feudais", tendo porém um "efeito dissolvente" e uma "função redistributivista" no período da acumulação primitiva. R.HILTON, citando Marx, concebe o capital mercantil como "condição prévia" e, ao mesmo tempo, "elemento retrógrado" em relação ao desenvolvimento capitalista (ver "Capitalismo,o que representa esta palavra?" in A Transição...,p.149).

¹⁶ - Albert SOUBOUL afirma: "O desenvolvimento do capital comercial, até certo ponto, é a a condição histórica do desenvolvimento capitalista; até certo ponto, já que esse desenvolvimento será realizado sem que sejam modificadas as relações de produção" ("Contribuição a propósito da Revolução Francesa" in Capitalismo.Transição, p.73). Esse autor enfatiza o papel político dos pequenos produtores na "luta pela abolição da feudalidade"(p.75).

constitui um poderoso entrave à plena dominância do capital (ao sustentar privilégios, restringir a produção, barrar a circulação, etc.).

Esta dubiedade expressa-se em soluções nacionais diversificadas. As formas de articulação entre a nobreza, a burguesia mercantil e a Coroa - o poder relativo de cada uma na aliança - determina em muito a história posterior das várias nações européias e suas vias de desenvolvimento capitalista¹⁷. Dependente de garantias políticas, a vida econômica de cada país obedecerá ao arranjo de distribuição do poder entre os segmentos do bloco dominante¹⁸.

A forma política básica da transição é a **monarquia absoluta**, elemento central do mecanismo da acumulação primitiva. A posição destacada da nobreza nas várias manifestações deste regime explica o seu caráter ainda feudal, apontado por muitos autores: Hill, por exemplo, argumenta que a revolução econômica do século XVI não foi acompanhada de uma alteração qualitativa da estrutura política, e que a centralização do poder empetrada não visou a destruir o feudalismo, sendo antes um expediente para reanimá-lo (na repressão aos camponeses, na extensão dos tributos, no controle da força de trabalho nacional, etc.); Dobb define o Estado absolutista como "forma decadente de exploração feudal"; Merrington examina-o como uma "máquina de extração da renda" nos

¹⁷ - M.DOBBO enfatiza bastante a distinção elaborada por Marx dos dois caminhos para o desenvolvimento capitalista. No primeiro, o processo é comandado pelos comerciantes que acabam por dominar a esfera produtiva. No segundo, a via **realmente revolucionária**, emerge um conjunto de elementos saídos das fileiras dos produtores que acabam por subjugar a circulação aos seus interesses (ver: A Evolução do Capitalismo, cap.4 "O Surgimento do Capital Industrial" e também "Uma Réplica" in A Transição...). Kohachiro TAKAHASHI ameniza esta distinção, lembrando que muitas vezes uma das vias preparou o caminho da outra ("Uma Contribuição para o Debate" in A Transição..., pp.90/92). G.PROCACCI considera que os dois caminhos levam ao capitalismo, porém com traços singulares (Ob.cit., p.140).

¹⁸ - Esta dependência é bem avaliada por C.A.B.OLIVEIRA: "A luta do capital comercial pela mercantilização da economia e sua concorrência com outros capitais não se dão no âmbito puramente econômico, pois transforma-se em disputas políticas e militares" (Ob.cit., p.65). Em termos da variedade dos quadros nacionais, pode-se destacar a diferença maior entre a Europa ocidental e oriental. Nos países do leste, onde a nobreza deteve o maior quinhão do poder, os vínculos feudais são reforçados (sendo a **segunda servidão** sua evidência maior) e os interesses burgueses sufocados.

quadros do novo "feudalismo investidor"¹⁹; Anderson vai concebê-lo como "um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado... nova carapaça política de uma nobreza atemorizada"²⁰.

O caráter ainda feudal do Estado absolutista não deve, contudo, obscurecer o fato de ser esta forma um veículo de desenvolvimento das relações capitalistas. O absolutismo propiciou capitalizações das formas feudais de exploração, realizando certas funções vitais da acumulação primitiva (como a proteção da propriedade e a secularização da terra). Entre estas funções destaca-se a centralização do poder, implicando integração territorial e centralismo administrativo. Em outras palavras: o absolutismo objetiva o nascimento do Estado moderno, ultrapassando uma qualidade do modo de produção feudal, em essência "pré-nacional"²¹.

A expressão fragmentação feudal já é usual para designar as tendências centrífugas da Alta Idade Média. A relação de vassalagem, no Império e nas monarquias

¹⁹ - Ver: Christopher HILL - "Um Comentário" in A Transição..., p.122. Também Rodney HILTON vê a máquina de Estado na Europa do século XVI como feudal ("Introdução" in Idem, p.25). M.DOBBS argumenta que não houve "destronamento da classe dominante medieval na monarquia absoluta" ("Um Comentário Suplementar" in Idem, p.98), todavia alerta para o fato desse regime ter limitado a reação senhorial em muitos lugares (A Evolução do Capitalismo, p.72). MERRINGTON lembra que o "Estado absolutista foi a primeira e mais importante máquina de extração da renda, na qual as cidades tinham tanto interesse quanto a nobreza" (Ob.cit., p.185). TAKAIASIII vai defini-lo como "um sistema de força concentrado para contra-atacar a crise do feudalismo" (Ob.cit., p.86), porém lembra que na Europa oriental o absolutismo atuou como veículo direto do desenvolvimento capitalista(p.94).

²⁰ - Perry ANDERSON - Linhagens do Estado Absolutista, p.16. Esse autor defende que a nobreza não é desalojada do comando político (o que só ocorre com as revoluções burguesas), e que, nesse sentido, o absolutismo é uma modernização da dominação aristocrática. H.R.TREVOR-ROPER também alude ao fato das estruturas políticas não terem sido alteradas no século XVI, para ele o Estado renascentista expande-se sem romper seu antigo invólucro, a "monarquia medieval aristocrática" ("A Crise Geral do Século XVII" in Capitalismo.Transição, p.134).

²¹ - P.ANDERSON - Ob.cit., pp.481/483. Os pressupostos do Estado moderno seriam: unidade territorial, centralização política, redução do poder feudal, infraestrutura burocrática, militar e financeira (conforme R.ROMANO e A.TENENTI - Ob.cit., p.269). Segundo estes autores a queda da renda senhorial impeliu a nobreza para a conquista territorial e isso reforçou as Coroas, surgindo daí as "premissas do Estado moderno" e a "tendência das unidades políticas em ampliar seus territórios" (pp.70 e 37).

medievais, bem ilustra a fragilidade do poder central: rompe-se a soberania já ao afirmá-la²². O mecanismo de obediência do poder implicava sua divisão de berço. O feudo, unidade básica do antigo modo de produção era um "amálgama de propriedade e soberania" que associava a posse absoluta com a fragmentação da autoridade, o que estruturalmente dificultava a formação de "vastos impérios territoriais" no feudalismo. Segundo Anderson, este "modo de produção definia-se na origem por uma unidade orgânica de economia e política, paradoxalmente distribuída por uma cadeia de soberanias parcelarizadas que atravessava toda a formação social"²³.

Esta situação se altera substancialmente com o absolutismo. Entre os vários processos concentracionistas, em curso no século XVI, há que se incluir este, de vigorosa centralização do poder. O Estado toma sua feição moderna: nacional e territorial. Esta superação do particularismo é importante premissa para o domínio capitalista, pois fundamenta a emergência do capital nacional²⁴. Assim, mais do que uma solução da nobreza para a crise feudal, a monarquia absoluta representa um desdobramento desse processo. Desdobramento que aponta - e age - na superação do próprio feudalismo.

As formulações de Jean Bodin, primeiro grande teórico do regime absolutista, colocando no centro da reflexão política a questão da **soberania** e da unidade do poder, são

²² - Hilário FRANCO Jr. - Ob.cit., pp.13 e 93. Esse autor assinala o aparecimento dos "Estados **territoriais**" à partir dos séculos XIV e XV, ultrapassando o feudalismo que com sua "pulverização de poder" só possibilitava a criação de "micro-Estados" (pp.88 e 102). Ver também R.ROMANO e A.TENENTI - Ob.cit., p.300.

²³ - P.ANDERSON - Ob.cit., p.18. Observa-se que o poder está distribuído pelas unidades menores da divisão do espaço, identificando-se os territórios como o "objeto categorial da dominação nobre". As unidades maiores - os impérios e Estados - tem sua identidade advinda das cadeias de vassalagem, não referidas à marcos espaciais. Daí, esse autor afirmar que o Estado dinástico manifesta uma profunda **extra-territorialidade** (p.41).

²⁴ - A unidade nacional é básica para a ampliação da escala e magnitude da valorização do capital. Certas tarefas da acumulação primitiva não poderiam ser realizadas no restrito universo dos "capitais municipais". Porisso, como alerta OLIVEIRA, onde as forças particularistas triunfaram o capitalismo não se desenvolveu (Ob.cit., pp.70 e segs.). ROMANO e TENENTI também apontam a decadência das áreas que não lograram uma unificação política e uma "definição territorial do Estado" (Ob.cit., pp.264/269).

exemplares para captar este movimento²⁵. Para ele, o Estado pressupõe a indivisibilidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição. Uma concentração do poder, cujo ordenamento de exercício deve se definir internamente na própria estrutura do Estado²⁶.

A comparação entre as idéias de Bodin e as de outro grande pensador político quinhentista - Nicolo Machiavel - bem ilustra sua ênfase. O autor de O Príncipe, falando de Florença (uma *civitates* e não uma *regna*, utilizando-se sua própria terminologia), não incorpora em sua análise a estrutura de "uma ordem política com território fixo". Por isso, minimiza a questão da "legitimidade dinástica", irrelevante numa cidade-Estado dominada por mercadores aristocratizados. Nesse sentido, sua teorização não capta os macro-movimentos da política européia de sua época; Machiavel - segundo Anderson - fala para o futuro, ao contrário de Bodin, que teorizou sobre o governo das grandes monarquias territoriais do século XVI²⁷.

Este século - conforme avalia Michel Foucault - assiste a passagem de um discurso político elaborado sob a forma de "conselhos para o Príncipe" para outro, redigido como "tratado da arte de governar". Esses últimos relacionando-se "desde o século XVI, ao

²⁵ - "A obra política mais importante do período de formação dos grandes Estados territoriais é De la Republique de Jean Bodin (1530/1596). Publicada em 1576, em francês, o livro é, sem exagero, a obra de teoria política mais ampla e sistemática desde a Política de Aristóteles... Bodin passou para a história do pensamento político como o teórico da soberania" (Norberto BOBBIO - A Teoria das Formas de Governo, p.85). Harry MISKIMIN coloca Bodin como o "principal teórico político absolutista" (A Economia do Renascimento Europeu, p.314).

²⁶ - É interessante frisar esta ênfase na territorialidade do poder contida na reflexão de Bodin. A soberania se exerce sobre um espaço, sendo a fixação um pressuposto do Estado. A excepcionalidade deste autor no contexto da época é apontada por Jean GOTTMANN, para quem "os grandes autores políticos da Renascença em geral não se interessaram pelos fatores geográficos" (La Politique des Etats et leur Geographie, p.23). A teoria da soberania seria uma das primeiras elaborações da emergente "cultura laica", um dos primeiros resultados filosóficos da Renascença no campo da reflexão histórica (conforme R.ROMANO e A.TENENTI - *Ob.cit.*, p.104).

²⁷ - P.ANDERSON - *Ob.cit.*, pp.187/194. Para este autor, Machiavel expressava a prática política dos principados (um "micro-absolutismo" no máximo), articulando em sua reflexão uma "nostalgia republicana" e um "realismo aristocrático". Sua modernidade residiria em tomar a política enquanto técnica.

desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial"²⁸. Bodin, um membro desse corpo administrativo, desenvolve a ótica da unidade nacional, buscando uma junção entre economia e política - própria à arte de governo²⁹. Nesse sentido, ele aparece como um dos pioneiros defensores da legislação protecionista, atentando para a importância da indústria e do mercado interno no fortalecimento da **economia nacional**³⁰.

As formulações de Bodin evidenciam os delineamentos centrais na constituição das monarquias absolutas: a articulação entre Estado e economia, fundamentada na nação. A soberania exercitada sobre uma população identificada num território, sendo o incremento da riqueza nacional o móvel do "bom governo". O objetivar-se deste desígnio define o **mercantilismo**³¹, doutrina econômica que aparece como outra peça

²⁸ - M.FOUCAULT - Micro-Física do Poder, p.285. Para este autor, a teoria da soberania foi "o grande instrumento da luta política teórica em relação aos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII" (p.187), e "o território é o elemento fundamental tanto do principado de Machiavel quanto da soberania jurídica do soberano, tal como definem os filósofos do direito" (p.232). Foucault contrapõe Machiavel a LaPerrière, mostrando que o primeiro propõe a arte de "manter" o principado e o segundo a arte de "governá-lo". Esta se organiza "em torno do tema de uma razão do Estado", e o mercantilismo seria "a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo" (p.286). II.MISKIMIN também observa que "as restrições impostas ao Príncipe mirravam à medida que iam crescendo as glórias dos Estados", acabando por gerar a idéia da **razão de Estado** (Ob.cit., pp.165/168).

²⁹ - Segundo FOUCAULT "a introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo" (Ob.cit., p.280). TREVOR-ROPER define a máquina governamental do absolutismo como uma "burocracia em expansão, e um imenso sistema de centralização administrativa", onde os funcionários "eram o meio de governar novos territórios e centralizar o governo dos antigos" (Ob.cit., p.138). Para este autor, uma "política econômica nacional" e uma "grstão responsável do Estado" surgem com o mercantilismo, na crítica da "mentalidade puritana" à corte e ao Renascimento (p.147).

³⁰ - P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.114. Segundo este autor, Bodin criticou o "apêgo espanhol" aos metais, desenvolvendo uma visão "não metalista" da economia (p.191). DOBB aponta o século XVI como o do aparecimento das políticas claramente protecionistas (A Evolução do Capitalismo, pp.257 e 271).

³¹ - O Mercantilismo nomeia o "conjunto de teorias e das práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa moderna desde a metade do século XV" e que expressavam a "estreita solidariedade entre poder monárquico e prosperidade nacional" (Pierre DEYON - O Mercantilismo, pp.12 e 17). Esse autor argumenta que "a consciência de uma comunidade de interesses, o projeto de uma política econômica, supunham naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado" (p.17). Assim, o mercantilismo pode ser posto como a **política econômica** implementada pelos Estados absolutistas, num processo de afirmação de suas identidades, e, igualmente, a da própria nacionalidade de cada país. Daí concluir Deyon que "o mercantilismo pertence à história dos Estados em vias de emancipação econômica"

básica no mosaico da transição.

O objeto da reflexão e das práticas mercantilistas é a economia nacional. Tem-se a aplicação nesta escala da lógica de gestão dos negócios desenvolvida ao nível das empresas mercantis. Trata-se de tentativas de gerar o Estado como a "empresa do Príncipe", cuja prosperidade beneficiaria todos os súditos³². Como pano-de-fundo, cristaliza-se a crença - em grande parte fundamentada - na inelasticidade do mercado internacional. Por decorrência tem-se que o incremento da riqueza nacional teria por único conduto uma posição vantajosa nos termos de troca, num sistema de relações concebido na máxima: "um país não ganha sem que o outro perca"³³.

Esta visão explicita-se, com clareza, na teoria da balança comercial, rica construção dos pensadores mercantilistas e "marco de referência para quase todas as práticas político-econômicas do período". Comprar barato e vender caro, conseguir um saldo positivo nas transações, aumentar os estoques metálicos - eis as metas da política econômica da acumulação primitiva. Para realizá-las o Estado lança mão de expedientes que revivem práticas medievais de controle da economia, restrições da comuna aplicadas

sendo "uma etapa das economias nacionais na época do capitalismo comercial" (pp.83 e 88).

³² - Francisco FALCON - Mercantilismo e Transição, p.67. Esse autor, alertando para a falta de unidade doutrinária nos escritos mercantilistas, identifica três momentos de sua evolução: um primeiro marcadamente "monetarista" cobrindo o século XVI, um segundo "clássico" de claro perfil protecionista (ao longo do século XVII), e um terceiro de "revivência" na periferia da Europa (com o "despotismo esclarecido"). Ele coloca Bodin como um dos formuladores da "visão monetarista" (p.55/56), que concebe o dinheiro como mercadoria. P.DEYON alerta bem que este bulionismo de Bodin não pode ser confundido com o "entezouramento estéril", e que ele "preconiza medidas que constituem todo o arsenal da política mercantilista" (Ob. cit., pp.56/58). Para MISKIMIN, Bodin é um formulador da teoria quantitativa da moeda, tendo defendido um "mercantilismo monetarista" (Ob.cit., pp.189/190).

³³ - Antoine de Montchretien - Traité de l'Economie Politique apud F.FALCON - Ob.cit., p.59. A concorrência intra-européia anima o "nacionalismo econômico" e o desenvolvimento de Estados fortes, que pudessem responder às pressões externas. Isto alimenta a noção de "prosperidade do reino", que identifica totalmente os interesses dos súditos com os do soberano. Nesse sentido, o mercantilismo foi um poderoso "fator de integração nacional" (P.DEYON - Ob.cit., pp.41 e 51).

à escala da nação³⁴. As medidas bulionistas para reter e atrair metais preciosos, um certo industrialismo de estímulo às manufaturas (sobretudo as de exportação), e, principalmente, o monopolismo de exportação visando o controle de todo o fluxo do comércio exterior.

O mercantilismo implicou um reforço à afirmação das fronteiras nacionais européias (ao ter nas medidas aduaneiras um de seus instrumentos permanentes de ação), ao mesmo tempo que efetivou uma relativa uniformização dos mercados internos de cada país. Este movimento se realiza ativando formas políticas de regulação numa economia onde o capital ainda não se auto-determina. As "leis da vadiagem", tentando organizar compulsoriamente o mercado de trabalho, bem atestam o domínio da coerção extra-econômica, da qual as práticas mercantilistas são a expressão institucional de maior amplitude.

Esta estruturação do campo econômico estimula o confronto entre os capitais nacionais, tornando a guerra uma constante durante toda a época mercantilista. Na medida em que o crescimento econômico escora-se em privilégios monopolistas (que se fundamentam na coerção política), e circunscreve-se estritamente ao quadro nacional, o antagonismo entre os diferentes Estados aparece como um componente estrutural da transição. Como observa Anderson: "A guerra não era o desporto dos príncipes, era seu destino"³⁵.

³⁴ - F.FALCON - Ob.cit., pp. 58/59. "subvenções e protecionismo, concessão de privilégios, verdadeiros monopólios de produção, elevação das tarifas aduaneiras, eis os principais instrumentos dessa política, cuja expressão mais sistemática vamos encontrar na Inglaterra, sob Elizabeth I" (p.86). Segundo TREVOR-ROPER, o que esta política almejava "era simplesmente a aplicação às novas monarquias centralizadas, da antiga política já experimentada das comunas medievais que aquelas monarquias tinham eclipsado: o mercantilismo" (Ob.cit., p.147). C.A.B.OLIVEIRA define a política mercantilista como de apoio estatal a garantia de mercados, o que explica o "protecionismo estatal" e o "exclusivo colonial" (Ob.cit., p.25).

³⁵ - P.ANDERSON - Ob.cit., p.33. Este quadro faz com que a economia nacional e a posição do país nas relações internacionais articulem-se como um "todo orgânico", indivisível. As guerras são aí travadas pelo "domínio de circuitos mercantis", pelo acesso às "fontes do lucro comercial" (C.A.B.OLIVEIRA - Ob.cit., pp.60 e 70). Segundo H.MISKIMIN: "na dura concorrência pelo comércio mundial do século XVI, os fatos políticos entreteceram com as realizações comerciais", estando o comércio ligado à história política dos Estados e vice-versa (Ob.cit., p.339). P.DEYON cita Colbert que, em memorial de 1670, ainda sustenta que "a prosperidade de um Estado não poderia ser edificada senão à expensa de seus vizinhos" (Ob.cit., p.25).

Por isso, além de constituir-se como aparelho burocrático-administrativo extenso, o Estado absolutista também teve de se organizar como máquina de guerra, sendo a formação dos exércitos regulares um dos seus elementos caracterizadores. Esta instituição matiza bem a centralização do poder frente à situação feudal, onde as tropas eram recrutadas através do compromisso fidalgal e obedeciam a seu senhor imediato. Em certo sentido, o controle do exército define o detentor real do poder pois é a garantia da "soberania estatal territorial" (emprestando uma expressão de Merrington). A autonomia do monarca tem na especialização militar um de seus fundamentos, constituindo-se essa carreira num campo de cooptação do rei frente aos quadros da nobreza³⁶.

As guerras do século XVI visavam ao controle de mercados, rotas e produtos, o que se traduzia no expansionismo latente dos Estados. Havia uma necessidade imperiosa de expandir o mercado aliada à obrigação de controlá-lo; o caráter extensivo da circulação versus o fundamento monopolista do lucro comercial aparecendo como uma contradição essencial no movimento do capital mercantil³⁷. Todavia, isto reforça o perfil frentista da base política do absolutismo: o mercador acompanha-se do guerreiro. Os objetivos comerciais das disputas mesclam-se com a demanda dos interesses aristocráticos³⁸.

O expansionismo foi, assim, um componente central do processo de acumulação primitiva, antecipando - já em sua armação - uma qualidade básica da dinâmica capitalista. O produto da conquista, do saque e da pilhagem, torna-se capital na Europa, sendo um valor adicional que retro-alimenta a expansão e anima a economia do

³⁶ - O absolutismo, em certa medida, mantém (redefinindo) o princípio vigente no feudalismo do exercício da autoridade vincular-se à atividade bélica (R.HILTON - Ob.cit., p.114). A conquista militar encontra elementos de legitimação tanto em Bodin quanto em Machiavel.

³⁷ - M.DOBBS - A Evolução do Capitalismo, pp.244 e 270. De acordo com P.CHIAUNU, à partir do século XV "a grande motivação do crescimento invocou uma incoercível necessidade de espaço" (Ob. cit., p.264). E P.DEYON completa: "Os economistas do século XVI e XVII compreenderam perfeitamente que o comércio exterior era na época a principal fonte de enriquecimento e de acumulação primitiva" (Ob.cit., p.59).

³⁸ - P. ANDERSON distingue um objetivo mais territorial nas guerras do século XVI, em contraste com a tônica mais comercial dos embates do século XVII (Ob.cit., p.64). Este autor lembra que o absolutismo, sendo o "primeiro sistema estatal internacional do mundo moderno", propiciou - no lado da guerra - também o surgimento da diplomacia. Isto é, possibilitou a existência de um sistema político de relações internacionais que a anterior sobreposição de soberanias impedia.

país difusor³⁹. A pirataria, por exemplo, revela-se uma fonte de riquezas a baixo custo, por não envolver encargos de produção. A ocupação territorial, por outro lado, realiza o limite ótimo do mercantilismo: o mercado cativo. Nesse sentido, a guerra é também, diretamente, um eficaz mecanismo de acumulação. Anderson define o saque ultramarino espanhol como "o mais espetacular ato isolado de acumulação primitiva"⁴⁰.

Observa-se que o mesmo movimento que afirma os Estados nacionais efetiva as condições do sistema internacional. O processo que cria "a primeira unidade do mundo" fragmenta a Cristandade em seu epicentro. A unificação interna da nação é um pressuposto para sua expansão, e os países que não lograram realizá-la ficaram fora da partilha do mundo colonial e retardaram seu desenvolvimento capitalista. A monarquia absoluta foi, assim, o agente irreduzível da circulação planetária, processo que avançou movido pelos interesses dos sujeitos políticos que fundamentam este regime. Motivação que se expressa no apetite territorial dos Estados europeus do período.

O controle do espaço está no centro das motivações do expansionismo quinhentista. O monopólio dos lugares - seja para produzir, comerciar ou simplesmente trafegar - era vital para o desenvolvimento das economias nacionais européias.

Por isso o longo século XVI é ininteligível sem o estudo da formação do sistema colonial, sem o entendimento do processo de dilatação do horizonte geográfico e do espaço de relações europeus, enfim, sem se captar a lógica de constituição de uma economia mundializada.

³⁹ - A.Gunder FRANK - Ob.cit., p.53. Sobre o caráter intrinsecamente expansionista do capitalismo ver: Antonio Carlos Robert MORAES e Wanderley Messias da COSTA - Geografia Crítica.A Valorização do Espaço, cap.9 "A Valorização Capitalista do Espaço".

⁴⁰ - P.ANDERSON - Ob.cit., p.66. De acordo com VILAR, a pirataria acarreta "uma verdadeira guerra naval" na segunda metade do século XVI (Ouro e Moeda na História, p.174), ele lembra que em 1531 Francisco I, da França, declara o mar "território livre". MISKIMIN, lembrando que em 1570 Guilherme de Orange havia institucionalizado a pirataria holandesa com as "cartas de corso", observa que "onde falhava o comércio, a pirataria preenchia o vazio" (Ob.cit., pp.342 e 348).

II- GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade¹. A formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território. A particularidade européia no longo século XVI está em vivenciar um múltiplo e integrado processo de expansão, que associa formações territoriais díspares.

A mesma dinâmica que mundializa o horizonte geográfico europeu revoluciona o ordenamento interno dos espaços do continente. O expansionismo é - e de forma conjugada - interno e externo à Europa, marítimo e terrestre, avançando em espaços contíguos e descontíguos, gerando territórios contínuos e esparsos. O processo é tenso e sincrônico, num jogo de forças que articula as escalas nacionais com a planetária. Um mesmo movimento que estabelece a centralidade européia no mundo e a afirmação dos países centrais no interior da Europa.

Nesse sentido, a geografia complexa da acumulação primitiva revela uma profunda hierarquização dos espaços, objetivando a **espacialidade diferencial** necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção²

¹ - O tema da formação territorial constitui um dos mais clássicos campos da reflexão geográfica, Friedrich RATZEL vai mesmo colocá-lo como uma das áreas da "tríplice repartição do objeto antropogeográfico" (Ver: "Evolução dos Conceitos Relativos à Influência que as Condições Naturais Exercem sobre a Humanidade" in Antonio Carlos Robert Moraes (org.) - Ratzel). Vidal de LABLACHE tem no centro de suas preocupações a "difusão dos gêneros de vida" formadora dos "domínios de civilização" (Ver: Princípios de Geografia Humana). Max SORRE teorizou sobre a expansão do ecúmeno (Ver: La Migracion de Peuples). Numa visão atual, ver: Milton SANTOS - "Espaço e Sociedade. A Formação Social como Teoria e como Método".

² - Ver: Antonio Carlos Robert MORAES - "Circuitos Espaciais da Produção e Círculos de Cooperação no Espaço". Ver também: Edward SOJA - "Uma Abordagem Marxista da Espacialidade". E George NOVACK La ley del desarrollo desigual y combinado.

Num primeiro plano hierárquico, diferencia-se o centro difusor europeu de sua imensa área de expansão, cristalizando uma primeira divisão internacional do trabalho, cuja disposição foi poucas vezes rompível nos séculos posteriores³. No plano interno da área cêntrica, tem-se uma dinâmica conflitiva de alta concorrência e especialização (cuja motivação e meios já foram apontadas no capítulo anterior), que tem no poderio bélico e financeiro o seu medidor. Internamente aos países do centro, as resistências ao processo de concentração monárquica do poder na maioria das vezes revestem-se de divisões de interesses regionais (sendo esta a base territorial de muitas revoltas do período). Enfim, nas várias escalas afirma-se a diferença e a desigualdade dos lugares.

Este amplo movimento pluri-escalar é espaladamente desigual, mas combinado. Para entendê-lo, há que se observar os "vários lugares da acumulação" sem perder uma "ótica mundial"⁴, pois a expansão europeia cria uma unificação dos lugares, uma história universal de fato, um "processo irreversível de quebra do isolamento" na expressão de Chaunu⁵. Assim, os lugares passam a se articular numa rede de relações, que os especializa e hierarquiza. Compreender os estímulos mais gerais torna-se fundamental para captar os quadros locais em sua órbita. Estes estímulos, já diversos em sua origem, vão se defrontar com realidades singulares díspares, com as quais se compatibilizam (seja pela guerra ou pelo comércio, ou ambos) gerando sistemas diversificados de produção. Portanto, não há estranheza na convivência e associação de sistemas na órbita da expansão europeia; eles são antes, uma expressão da espacialidade diferencial do modo de produção capitalista em seu "momento" constitutivo.

³ - Ver: Luciano COUTINHO - "Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho".

⁴ - A.Gunder FRANK - Acumulação Mundial 1492-1789, p.39.

⁵ - P.CHAUNU - A Expansão Europeia do Século XIII ao XV, p.20. Este autor chega a falar que ocorreu uma verdadeira "revolução de espaço" com a "dilatação planetária" das sociedades europeias. E conclui: "O século XVI é a maior mutação do espaço humano" (Idem - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.XVII). Pode-se aventar que à partir desse primeiro processo de mundialização, a situação de isolamento se torna relativa (sobre este ponto, ver: Armando Correa da SILVA - O Litoral Norte do Estado de São Paulo).

A expansão europeia, no longo século XVI, gera uma **circulação planetária**, base da mundialização das relações humanas. Através dela, **perenizam-se fluxos** que acabam por afirmar um **mercado mundial** comandado pela Europa, o qual expressa uma verdadeira revolução das escalas em todos os setores de atividade no centro. A circulação operada não é apenas de mercadorias, sobretudo se difundem novas relações e uma sociabilidade mercantil que acabam por destruir ou transformar os sistemas locais tradicionais na periferia e no centro. Contudo, o ritmo de tais processos deve ser avaliado na velocidade da época, acatando-se a ideia braudeliana do **tempo/distância**.

Frente os meios técnicos disponíveis, pode-se avaliar como Chaunu que "o mundo nunca foi tão grande como no século XVI", posto que o maior eixo de circulação no período - a rota Manilha/Sevilha - envolvia cerca de cinco anos no percurso⁶. Todavia, no interior da Europa a velocidade de transformação das sociedades é intensa, o que leva a diferenciação de um tempo do centro, um tempo da relação centro/periferia, e um tempo da periferia⁷. Sobrepondo-se a todos, e articulando-os, o processo de mundialização das relações, de denso significado geo-histórico.

Uma teorização que busca esmiuçar este significado é a desenvolvida por Immanuel Wallerstein em sua obra - recente e já clássica - O Moderno Sistema Mundial⁸. Lembrando que o sistema mundial é uma escala, que tem na articulação de tempos (o tempo mundial) um de seus fundamentos, este autor vai destacar a distinção entre os

⁶ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.299. O limite da circulação, frente aos meios técnicos disponíveis só ultrapassados no século XVIII, estaria no percurso Portugal-Japão (p.301).

⁷ - Ver: Milton SANTOS - "Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido".

⁸ - Immanuel WALLERSTEIN - El Moderno Sistema Mundial, v.I "La Agricultura Capitalista y los Orígenes de la Economía-Mundo Europea en el Siglo XVI". A.GUNDER FRANK avalia que Wallerstein ultrapassou a ótica opositiva entre o interno e o externo (Op. cit. pp.34/35), e a partir das suas formulações, desenvolve a seguinte teorização: as determinações externas prevaleceriam nas fases de expansão, e as internas dominariam nos momentos de crise e estagnação. Observa, todavia, que as crises são espacial e setorialmente diferenciadas, decorrendo daí o "desenvolvimento desigual" (p.97).

sistemas mundiais que se estruturam como **império** e os que se estruturam como **economia mundo**. Os primeiros, de maior ocorrência na história, representam essencialmente uma unidade política, onde a área central não pode enriquecer sua economia à base de uma completa exploração da periferia pois o império é pensado como um todo. Já os segundos são decorrentes de uma unidade econômica que se sobrepõe às soberanias territoriais.

As economias mundo abarcam diferentes Estados, e mesmo impérios, num movimento unitário. No seu interior, Wallerstein distingue o centro do sistema (englobando mais de um Estado, o que impede a sua transformação em império), uma "semi-periferia" contígua (composta pelas áreas de produção especializada complementares às economias centrais), e a periferia propriamente dita. Esta é diferenciada do que o autor denomina de "arena exterior", composta por áreas que, apesar de manterem contatos com a economia mundo em questão, não têm sua dinâmica interna por ela comandada. O "desenvolvimento desigual" destas áreas exprime a divisão do trabalho imperante e embasa toda a "solidariedade do sistema".

Lembrando que a "economia mundo européia" não é a única existente no século XVI⁹, Wallerstein vai limitá-la às seguintes áreas: o noroeste da Europa, o Mediterrâneo cristão, a região Báltica, regiões dispersas na América, ilhas Atlânticas, e

⁹ - No período enfocado existem alguns sistemas mundiais em expansão além da economia mundo européia, todos estruturados enquanto impérios. Os chineses, apesar das explorações marítimas no Índico ao longo do século XV, realizam uma expansão contínua para o interior que articula um vasto território (I.WALLERSTEIN -Op.cit.,pp.76/81). Já ao final do século XIV a China possui uma população de 65 milhões de habitantes (P.CHAUNU - Expansão Européia do Século XIII ao XV, p.37). A expansão russa em direção ao Pacífico abarca, no decorrer do longo século XVI, cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados. Em 1649 o império russo assimila o Alasca (A.Gunder FRANK - Op.cit.,p.62). Também o império otomano está em expansão (chegando suas tropas a sitiarem Viena em 1529) o mesmo ocorrendo com os outros impérios islâmicos (Safavide e Mogul) que avançam no Mediterrâneo, na África e na Índia (Idem, p.64/6).

enclaves africanos¹⁰, tendo todo o comércio asiático como arena exterior¹¹. Estes contornos são o resultado direto da expansão europeia, e gestam em seu movimento as relações capitalistas de produção. A desigualdade dos diferentes lugares exprime-se nas especializações e nas relações de trabalho diversificadas, as formas de controle da força de trabalho sendo consoantes com o tipo de produção e influenciando na composição de classe de cada sociedade e na organização dos Estados nacionais¹².

Assim, o caráter dos vários Estados europeus estaria diretamente relacionado com o papel desempenhado dentro da divisão do trabalho interna ao sistema. E, dialeticamente, é a composição social que os sustenta que determina o devir de cada país - sua potencialidade cêntrica - pois objetiva as formas de expansão e os modos de

¹⁰ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.95. Observa-se que o fato de efetuar trocas com os europeus não é um critério suficiente para estar inserido em sua economia-mundo. Areas de transações inclusive ativas não estão incorporadas. Wallerstein explicita, por exemplo, que "geopoliticamente falando, o meio russo não é europeu", e só se integra à dinâmica do continente no século XVIII (pp.427/432). E também o império otomano (p.458).

¹¹ - WALLERSTEIN argumenta que não há uma real conquista territorial na Asia, apenas trocas nas franjas litorâneas. Estas não alteram as estruturas internas das sociedades asiáticas, que continuam funcionando em seus ritmos próprios (Op.cit.,p.466). O autor alerta que a ação na arena exterior tem sempre uma marca de pilhagem, dado seu caráter efêmero fruto da não-integração(p.472). Já a América, segundo o autor, é realmente uma periferia pois aí a colonização "transforma a estrutura social das áreas envolvidas, incorporando-as à economia mundo europeia" (p.476). A.

Gunder FRANK também faz a mesma avaliação, dizendo que na América hispânica há colonização de fato, o que difere "qualitativamente das iniciais relações mercantilistas entre europeus e asiáticos" (Op.cit.,p.77). M.DOBBS concorda com a idéia de que o lucro colonial vem por coação basicamente, tendo assim um toque de saque (A Evolução do Capitalismo,pp.251 e 255).

¹² - WALLERSTEIN identifica as três grandes zonas no que respeita às formas de organização do trabalho: a da escravidão, a da segunda servidão, e a do assalariamento. As duas primeiras cobrindo a periferia do sistema, e a última circunscrita aos países do centro. As áreas periféricas teriam, assim, por traço caracterizador o uso intensivo da mão de obra (Op.cit.,p.140). As diferentes formas de parceria aparecem no centro decadente, agora semi-periferia.

ordenamento interno da produção¹³. Portanto, para captar as motivações e estímulos da expansão há que se compreender a divisão intra-européia do trabalho, e através desta a estruturação das sociedades e dos Estados em suas lutas (internas e externas) pela condição de centro do novo sistema mundial em formação: a economia mundo capitalista¹⁴.

Wallerstein aponta, inicialmente, a ineficácia da estrutura imperial na nova realidade, a qual impediria o pleno desenvolvimento das forças capitalistas. Este necessita de uma "arena econômica" maior que qualquer "espaço de controle político", pois seu avanço se dá através da "homogeneidade nacional no seio da heterogeneidade internacional"¹⁵. Assim, o capitalismo demandaria uma multiplicidade de Estados, áreas políticas menores que o espaço da circulação econômica, tendo na desigualdade combinada um de seus fundamentos propulsores. O autor argumenta que tanto isto é verdade que a efetiva afirmação desse modo de produção só ocorre após a falência dos sonhos de reunificação imperial européia (dos Habsburgo e dos Valois) no segundo século XVI¹⁶, quando o comando do sistema se localiza justamente em países que não acalentaram tal sonho.

¹³ - "Rotas, espaços e homens. O processo de difusão do extremo ocidente cristão através do mundo resulta necessariamente em uma construção política. O Estado está presente no momento da exploração e da conquista" (P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.231).

¹⁴ - Segundo WALLERSTEIN a economia-mundo européia capitalista surge no século XVI e se "completa" no XVIII (Op.cit.,pp. 93 e 98).Ver também p.178 e 181.

¹⁵ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.491 e 498. O autor argumenta, por exemplo, que num império o potencial ibérico canalizado para a aventura ultramarina seria desviado para defender Viena, sitiada pelo império otomano (p.85).

¹⁶ - Também aqui o autor segue a interpretação de Braudel: "Sou cético... acerca de um século XVI que não especifique se foi um ou vários, o que dá a entender que é uma unidade. Eu vejo nosso século dividido em dois, igual a Lucien Febvre e a meu notável professor Henri Hauser: um primeiro século que começou em torno de 1450 e terminou por volta de 1550, e um segundo século que começaria neste momento e duraria até 1620 ou 1640" (F.BRAUDEL apud I.WALLERSTEIN - Op.cit.p.94). Este autor defende a data de 1559, do tratado de Cateau-Cambresis, como a do fracasso dos impérios e da passagem entre as duas fases. TREVOR-ROPER parece não concordar com esta divisão: "O século XVI mantém-se contínuo e unitário, e a sociedade do fim do século é bem parecida com a do início" (Op.cit.,p.129). Para ele, o século XVII sim é que seria quebrado ao meio (p.130).

O caso da Espanha é paradigmático. País central na gênese da economia mundo européia, grande depositário do tesouro americano, acaba o século na condição de semi-periferia do sistema. Aqui, os objetivos imperiais dos monarcas implicaram o descaso com a organização do país em moldes de uma economia nacional, imprimindo uma política em essência **não mercantilista**. Ao contrário, a Coroa espanhola internacionaliza suas finanças em decorrência dos custos do projeto imperial¹⁷. E a coesão do império é muito cara para seu centro, sangrando as finanças nacionais. Além disso, a estrutura imperial levava a estimular os setores da produção nos locais de menor custo no interior do império, o que levou ao não aparelhamento produtivo do espaço central. Finalmente, no que toca à unificação nacional, o império propiciava a manutenção de um elevado grau de autonomia das economias regionais que se colocavam no conjunto espanhol como súditos da Coroa e não como parte de um todo nacional¹⁸

Quando a monarquia espanhola, após sucessivos reveses, abandona as pretensões imperiais e volta-se para dentro, encontra um aparelho de Estado desconexo e burocratizado; desconexo pois o império organiza-se por províncias. Encontra um país mal

¹⁷ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.273/275 e 253. Ver também J.H.ELLIOT - Espana Imperial. Sobre a relação da Coroa espanhola com os banqueiros Fugger, ver: P.JEANNIN - Op.cit.. P.VILAR lembra que além da internacionalização das finanças, a "injeção de riquezas do exterior devido a expansão marítima e colonial" freia o "impulso interno" de recuperação das terras" ("A Transição..." in Capitalismo.Transição, p.39. TREVOR-ROPER também entende que o mercantilismo não foi adotado na Espanha (Op.cit.,pp.148/149).H.-MISKIMIN conclui: "Durante o século XVI, a Espanha não foi apenas o Estado europeu mais rico em metais preciosos foi também o maior devedor do mundo" (A Economia do Renascimento Europeu 1300/1600, p.364.

¹⁸ - H.Miskimin argumenta que a potencialidade industrial foi morta pelo Estado que impedia uma produção circuladora. Ficando presa a mercados locais, as economias provinciais não auferiam o benefício da escala. O projeto imperial acaba por sobretaxar os setores mais produtivos, as taxas arbitrárias matando os ramos mais estabelecidos e importantes da produção espanhola. (Op.cit.,p.305).Ver também: PANDERSON -Op.cit.,p.81.WALLARSTEIN cita o advogado e teólogo Martín Gonzáles de Cellorigo que, em 1600, dizia: "E assim, o não haver dinheiro, ouro nem prata, na Espanha, é por tê-lo, e o não ser rica, é por sê-lo" (Op.cit., p.277).

equipado em termos industriais sem o embrião de um mercado nacional¹⁹, uma economia regionalizada em compartimentos não comunicáveis. E mais, uma burguesia descapitalizada e uma aristocracia absenteísta, acostumada a altos níveis de consumo improdutivo. Isto leva a Espanha a reagir com uma "hiper-sensibilidade" face a crise do século XVII²⁰.

O fracasso do projeto imperial espanhol na Europa implicou profundas transformações na geografia econômica e política do continente. Todas as áreas em sua órbita - que podem grosso modo ser delimitadas pelo êxito da **Contra-Reforma** - conhecem um período de decadência relativa: o sul da Alemanha, a Flandres católica (que se individualiza como Bélgica), o norte da Itália (que sente a crise de forma diferenciada internamente), Portugal. Enfim, tornam-se todas semiperiferia do centro. Ocorre um rearranjo espacial da riqueza européia, com uma redefinição dos polos dinâmicos. Antuérpia - a "bolsa de valores" dos Habsburgo - perde sua dominância comercial,

¹⁹ - P.ANDERSON avalia a Inquisição como a única instituição nacional da Espanha, "um elaborado aparelho ideológico que compensava a divisão administrativa e a dispersão existente no Estado" (Op.cit.,p.73). Para este autor, a expansão imperial impede a centralização interna sendo o império basicamente sustentado pela riqueza das colônias, posta como "patrimônio autárquico" da Coroa (p.78).

²⁰ - E.HOBSBAWN define a crise do século XVII como a "última fase da transição geral da economia feudal para uma economia capitalista" (Op.cit.,p.81). Para ele a depressão que começa por volta de 1620 atravessa um século, e na sua superação são gestadas as condições da revolução industrial. Enfim era a crise dos **obstáculos do capitalismo**, tendo claro que tais obstáculos eram sociais (p.87). Quanto à hiper-sensibilidade espanhola, WALLERSTEIN conclui: "A decadência da Espanha tem sido um dos grandes tópicos da historiografia da Europa moderna. A causa, em nossos termos, parece ser o fato da Espanha não haver construído (provavelmente por não poder fazê-lo) o tipo de aparato de Estado que tivesse capacitado suas classes dominantes de beneficiar-se da criação da economia-mundo européia, apesar da posição central, geográfica e econômica, da Espanha nesta economia-mundo no século XVI" (Op.cit.,p.271).

ascendendo Amsterdam como a nova capital mercantil²¹. Sevilha - a porta europeia das riquezas ultramarinas - perde o seu esplendor, consoante com o fim do monopólio ibérico de além-mar. Mesmo Cracóvia perde a condição cêntrica na Europa Oriental.

Pode-se dizer que os circuitos de produção europeus sob dominância dos Fugger entram em colapso²², ascendendo novas áreas e novos países à condição de centro. O poder se desloca para o noroeste da Europa, para países que se desenvolveram no "vácuo dos impérios" (conforme expressão de Wallerstein). O velho centro passa à condição de semi-periferia²³.

No início do Setecentos, o polo dinâmico da economia europeia está na Holanda (Províncias Unidas), na Inglaterra e no norte da França. A gênese e afirmação

²¹ - "Assim, Carlos V, Antuérpia, os Fugger, estavam todos implicados em uma gigantesca operação de crédito sobre crédito, um castelo de cartas com o móvel de ganhos baseados apenas na esperança e no otimismo" (I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.249). Esta política financeira especulativa, mantida pelos Felipes, explica as sucessivas falências da Coroa espanhola: em 1557,1575, 1596, 1607 e 1628 (H.MISKIMIN - Op.cit.,p.376). Este autor argumenta que o alto endividamento levou à progressiva deterioração financeira da Espanha ao longo do século XVI (p.369).

²² - Os circuitos dos Fugger, ver P.JEANNIN - Ob.cit..

²³ - Para WALLERSTEIN, a semi-periferia tem uma "definição geopolítica" sendo um "componente estrutural" da economia-mundo (Op.cit.,p.492). Estas áreas conhecem algumas particularidades: um relativo poder da nobreza (que se expressa no controle da posse da terra), a difusão de variações da parceria (ao invés do arrendamento), disparidades regionais significativas (com baixa ou mesmo nenhuma centralização política e unificação nacional), altos níveis de especialização em atividades complementares (como a pecuária, por exemplo), industrialização insipiente ou especializada em produtos não vitais (de luxo, por exemplo). O caso italiano parece exemplar para ilustrar a dinâmica da semi-periferia ao longo do período focado: fragmentação política, aristocratização da burguesia mercantil (com a aplicação de capitais citadinos na compra de solares), acentuada disparidade entre o norte (urbanizado) e o midi (dominado pelos latifúndios), escassez de grãos, estagnação ou regressão da indústria,etc.(I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.151 e 243). A leitura das obras de Antonio GRAMSCI são o melhor caminho para a compreensão da particularidade italiana.

desta dominância ocorrem no curso da segunda etapa do "longo século XVI"²⁴. Este último país vive a situação ímpar de não ascender plenamente à condição de centro sem, contudo, tornar-se parte da semi-periferia.

A motivação imperial é também explicativa da particularidade da França. A disparidade, e mesmo a concorrência direta, das economias regionais marca profundamente a formação francesa, travestindo-se em disputas dinásticas e na divisão religiosa do país. Aqui, segundo Wallerstein, a centralização política se realiza enquanto uma vitória do campo sobre as cidades²⁵, fazendo com que o objetivo nacional apareça com um componente regressivo. A unificação do país se faz no combate às burguesias provinciais, num quadro onde os elementos capitalistas se colocavam contrários a um Estado forte. Isto acarretou a necessidade de criar um grande aparato burocrático (uma "burguesia administrativa" gerada com a venda de cargos públicos) e reforçou a base aristocrática do poder real.

O caráter aristocrático do Estado francês estimula - face a expansão de mercados da economia mundo - um revigoramento dos direitos senhoriais; processo tão intenso que impulsiona mesmo uma "feudalização" (ou "acomodamento feudal" como prefere

²⁴ - MISKIMIN, avaliando a "ruína espanhola" e o "comando holandês", observa que as duas principais regiões de comércio dos países que estiveram na proa do primeiro século XVI "eram áreas de dificuldade monetária", isto é, ali eles compravam mais do que vendiam (Op.cit.,p.349). Tratam-se das regiões do Báltico e do Extremo Oriente, no Mediterrâneo e na África o comércio europeu apresentava uma balança equilibrada, a América era "uma dívida" (pp.356/357). O superavit dos países bálticos, que "atraíam quantidades consideráveis de moedas preciosas" é em grande parte responsável por esta migração para noroeste do eixo dinâmico da economia europeia (p.338). P.CHAUNU defende com ênfase que a produção agrícola da Europa gerou muito mais riqueza que o tesouro americano" (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.335).

²⁵ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.420/421. Este autor destaca o fato da centralização francesa ser respaldada pelo campo, ao contrário da Inglaterra e Holanda onde tal processo tem uma base urbana. Isto reforça a base aristocrática do Estado e tem grande repercussão na estrutura fundiária. A nobreza avança sobre as terras comunitárias, que vão ser exploradas no sistema de *metayage*. Este sistema, segundo MISKIMIN, além de frear a difusão do arrendamento, impede a formação de um mercado consumidor rural, "pois estes contratos de meação davam ampla defesa do senhorio mas a custa do rendeiro, e foi esse o padrão do século XVI" (Op. cit.,p.265).

Bloch) da burguesia²⁶. Tal caráter é também indicativo das motivações do projeto imperial assumido, um imperialismo mais continental que ultramarino. Este levava a que a potencialidade do "poder marítimo e comercial" fosse neutralizada pelos objetivos do "militarismo territorial"²⁷. Derrotados os desígnios expansionistas (na paz de Cateau-Cambresis), a França vai viver a crise do século XVII sem uma acumulação prévia significativa, com um dispendioso aparelho estatal, sem colônias e sem uma industrialização de porte, e envolvida em profundos conflitos internos. Todavia, a centralização empetrada, a alta densidade populacional, e a relativa auto-suficiência agrícola garantem a não cristalização do status semi-periférico.

Observa-se que o centro da economia mundo européia, no século XVII, na verdade está circunscrito, quando se toma parâmetros nacionais, à Holanda e Inglaterra. Países que vivenciam processos formativos distintos entre si, e que - em sua combinação - acabam por desalojar as lideranças econômicas e políticas do primeiro século XVI, as que comandaram as descobertas e o alargamento do horizonte geográfico europeu²⁸.

A Holanda, emergindo da luta contra o império espanhol com a divisão dos Países Baixos em 1579, aparece segundo Smit como "a primeira verdadeira nação capitalista

²⁶ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.227/228. A venda de cargos implicou na formação de um setor aristocrático adicional, a *noblesse de robe*, que contribuiu para a drenagem de capitais para fora da órbita produtiva (H.MISKIMIN - Op.cit.,p.372). Para este autor, a ação do Estado na França reforça os "monopólios tradicionais" (p.314).

²⁷ - P.ANDERSON - Op.cit.,p.126. Isto apesar das críticas de Francisco I ao Tratado de Tordesilhas e à bula *Inter Coetera*(Ver: P.CHAUNU - *Conquista e Exploração dos Novos Mundos*, p.265). É conhecido o episódio onde este rei francês pede ao papa o "testamento de Adão" (J.II.ELLIOTT *O Velho Mundo e o Novo*, p.131).

²⁸ - Como diz P.CHAUNU: "Os novos mundos pertencem de início, numa primeira fase, aos que os inventaram" (*Conquista e Exploração dos Novos Mundos*, p.268), todavia "o duplo monopólio ibérico está morto no final do século XVI" (p.354). O controle de espaços ultramarinos é um indicador precioso das dominâncias, pois como argumenta C.A.B.OLIVEIRA a divisão interna da Europa entre nações hegemônicas e subordinadas deriva em muito da posição relativa de cada uma frente a apropriação do lucro comercial e colonial (Op.cit.,p.70). A história de Portugal será discutida no capítulo 2.

e burguesa, com identidade nacional muito mercantil fortemente marcada"²⁹. Daí gerar um aparato de Estado criado segundo os interesses da burguesia urbana, que lhe propicia uma "competência comercial" impar, base da formidável expansão holandesa no segundo século XVI³⁰. Essa plena identificação entre interesses do Estado e do capital mercantil expressa-se em medidas amplamente favoráveis ao desenvolvimento das relações capitalistas, como por exemplo a política de tolerância religiosa que atua na atração de capitais.

O Estado holandês estimula o crescimento do poderio naval do país, que conta com a maior frota europeia no período enfocado. Isto propicia um barateamento - e posterior controle - dos fretes em nível continental, o que pode ser ilustrado com os embarques mesmo para a Espanha inimiga³¹. Na verdade a Holanda acaba por quase monopolizar todo o comércio do Báltico, o que implica o controle da distribuição de alguns produtos vitais para outros países - principalmente cereais. O estímulo ao desenvolvimento das atividades financeiras, com a criação do seguro marítimo e de novas formas de agrupamento de capitais, leva a um crescimento do setor que acaba por desalojar as casas bancárias italianas no comando das finanças europeias (na virada do século).

A condição de eixo da circulação comercial e financeira faz de Amsterdam a capital mercantil da economia mundo europeia, atraindo para sua dinâmica as economias inglesa e francesa. Segundo Wallerstein, a Holanda expande-se num momento em que estes

²⁹ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.295 nota 211. II.MISKIMIN avalia que ao final do século XVI a Holanda é a "zona mais industrializada e urbanizada da Europa" (Op.cit.,p.244).

³⁰ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.286 e segs. II.MISKIMIN lembra que ao fim do século XVI mais de 60 navios holandeses já haviam navegado no Índico, que em 1604 a frota constante nesse oceano era de cerca de 38 barcos, e que em 1619 a Holanda possuía mais de 200 navios trafegando no Mediterrâneo. A ocupação do nordeste brasileiro e de praças portuguesas na África e Ásia se inscrevem dentro desta formidável expansão.

³¹ - Isto ilustraria bem o "liberalismo holandês *avant la lettre*", conforme expressão de P.DEYON, oriundo do domínio dos interesses comerciais (Op.cit.,p.38). Ver também MISKIMIN, que aponta a relação entre este *laissez faire* e a emergência do direito internacional com Gropius (p.385).

países se voltam para uma estruturação interna, avançando numa vacância de centralidade³². Contudo o domínio é efêmero, pois marcadamente mercantil, um comando da **circulação**, não da **produção**. A magnitude do lucro comercial acaba por desestimular aplicações no setor produtivo; por isso, conforme argumenta Dobb, no caso holandês não houve a "fertilização da indústria pelo capital comercial"³³. Mesmo assim, no período em exame, a condição cêntrica da Holanda é inquestionável.

Um traço particular da formação inglesa está na antiguidade da estrutura monárquica, fruto de um "feudalismo militar", e é com um Estado já razoavelmente constituído que a política dos Tudor vai enfatizar a unificação da economia nacional³⁴. Vivenciando, no longo século XVI, uma relativa paz e a segurança advinda da situação insular, a Inglaterra conhece profundas transformações em sua organização interna. Diminuição das cargas feudais, crescimento demográfico, especialização regional integrada, uso intensivo da terra, aprimoramento industrial, são fatores explicativos do sucesso inglês. Um processo dissecado em sua essência na genial análise de Marx³⁵.

As peculiaridades da agricultura inglesa fornecem a base para o entendimento da evolução do país, que o habilita ao posterior comando da **revolução industrial** no século

³² - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.283/305. II.MISKIMIN lembra que o controle de rotas diversificadas ajudou o desenvolvimento holandês (Op.cit.,p.344).

³³ - M.DOBBS - A Evolução do Capitalismo, pp.236/237 e 241. MISKIMIN, contudo, lembra o desenvolvimento agrícola (principalmente a pecuária leiteira) com uma produção intensiva voltada para o mercado, apesar do domínio nobre sobre a terra (Op.cit.,p.245), e também de alguns setores industriais, como o bélico (p.377). Porém, a dominância holandesa não sobrevive à crise do século XVII, até por senti-la pouco.

³⁴ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.329/340. Tal política, segundo a avaliação de MISKIMIN, estimula a fruição do mercado, o que advém do controle parlamentar da tributação (Op.cit.pp.378/380). O Estado estimula o crédito e a atividade mercantil(p.363).

³⁵ - Ver: Karl MARX - O Capital, livro I, vol.2, cap.23 "A chamada acumulação primitiva".

XVIII³⁶.

Um mercado de terras já desenvolvido no século XV, com altos níveis de transferência da propriedade e (principalmente) da exploração fundiária, estimulam o aumento da produtividade que embasa a difusão de uma produção em moldes capitalistas. O arrendamento - sendo mais lucrativo para os senhores - dissemina-se como em nenhuma outra parte da Europa, gerando uma rápida diferenciação interna do campesinato através da qual emerge o segmento social agrário portador da mentalidade capitalista: o yeomen. Este, ao lado da gentry (baixa nobreza rural), são os sujeitos políticos da revolução burguesa na Inglaterra.

O desenvolvimento capitalista no campo, com maior produtividade e especialização da produção, implicou a liberação da mão de obra que - num processo com traços compulsórios - vai sendo absorvida na atividade industrial, seja na manufatura seja no sistema puting-out. Este setor da economia - produtor principalmente de tecidos grosseiros de lã - articula-se com a vida rural através também da demanda de matéria-prima, induzindo a especialização com a pecuária ovina num movimento de tal significância que leva Morus a falar das "ovelhas devoradoras de homens"³⁷. Na época da redação de A Utopia, a Inglaterra já possui uma sólida manufatura voltada basicamente para a exportação de produtos de consumo de massa na periferia e na semi-periferia. Por isso, ela se torna uma grande beneficiária do crescimento do mercado mundial; como argumenta Dobb: "A expansão dos mercados ultramarinos, especialmente os coloniais no século XVII, em

³⁶ - I.WALLERSTEIN aponta o caráter intensivo da atividade rural, com o desenvolvimento da produção independente, e o conseqüente aumento da especialização e da produtividade (Op.cit. p.155). O autor lembra que esta situação do quadro agrário libera mão de obra, que será absorvida por outros setores (p.146). Sobre os antecedentes da revolução industrial, ver: Eric HOBBSBAWN - Origens da Revolução Industrial e Valério CASTRONUEVO - La Revolución Industrial.

³⁷ - Thomas MORUS - A Utopia.

certa medida agiu como alavanca propulsora da rentabilidade da manufatura no país"³⁸.

O desenvolvimento das relações capitalistas na Inglaterra se faz engrenado a um Estado forte, de denso conteúdo nacional, que no segundo século XVI se afirma como uma potência naval³⁹. A cronologia do expansionismo inglês pode ser rastreada pela fundação das companhias de comércio - além dos Mercadores Aventureiros, anterior, a de Moscou, da Africa e Eastland, do Levante, todas no período mencionado⁴⁰. Há que lembrar também a proeminente presença inglesa na pirataria e - já ao final do século - as tentativas de colonização no além-mar. Enfim, como conclui Oliveira, trata-se de um expansionismo claramente marcado por um "caráter burguês" e apoiado em sólidas bases nacionais, com um objetivo evidente de "captura de circuitos mercantis e de mercados"⁴¹.

Estas características, determinantes e determinadas pela condição cêntrica da Inglaterra na economia mundo européia, são explicativas da posterior acentuação da dominância deste país no sistema mundial. E pela peculiar reação de sua economia frente à crise do século XVI, num processo de renovação industrial que atrai e concentra esta

³⁸ - M.DOBBS - A Evolução do Capitalismo, p.238. E.HOBSBAWN também aponta a importância do "mercado expansivo das colônias" para a industrialização inglesa, lembrando que este era "o tipo de expansão que os fabricantes precisavam" e que, nesse sentido, o colonialismo do século XVII proporcionou "às economias avançadas várias décadas valiosas de vertiginosa expansão econômica" ("A Transição..." in Capitalismo.Transição, pp.116/117).

³⁹ - P.ANDERSON - *Op.cit.*,p.153.

⁴⁰ - Ver: M.DOBBS - A Evolução do Capitalismo, p.147, e P. CHIAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, pp.383/384. Esta política de **captura de mercados**, inclusive internos, vai propiciar que a Inglaterra desenvolva uma diferente reação frente à crise do século XVII (I.WALLERSTEIN - *Op.cit.*,p.369).

⁴¹ - C.A.B.OLIVEIRA - *Op.cit.*,p.105. Este autor alerta para o "desenvolvimento simétrico" entre os capitais produtivos e mercantis no caso inglês (p.92).

atividade⁴². O desenvolvimento inglês desaloja as velhas dominâncias da primeira fase da expansão europeia, sendo em grande parte responsável pela migração do centro para a Europa de Noroeste.

Para dar conta da geografia do movimento de constituição do modo de produção capitalista, em escala europeia, resta comentar a situação das áreas à "leste do Elba", isto é, a Europa diretamente periférica.

Estas são as áreas de **capitalismo reflexo**, onde o desenvolvimento da produção mercantil implicou um revivimento das relações feudais. Em termos das formas de controle da força de trabalho tem-se a chamada **segunda servidão** como relação imperante⁴³, que expressa o reforço da dominação nobre, agora associada a objetivos comerciais. São as áreas da fragmentação política e dos Estados fracos, onde apenas o absolutismo sueco da dinastia dos Vasa aparece como exceção⁴⁴. São as economias complementares especializadas em fornecer produtos primários para o centro e a semi-periferia, seja os cereais da região Báltica (a madeira ou as peles também) ou os minérios da Europa Central.

A história da Polônia aparece nesse conjunto como verdadeiro arquétipo. Área

⁴² - I.WALLERSTEIN lembra a tradição exportadora da manufatura inglesa tradicional de tecidos de la grosseira (Op.cit.,pp. 326/328), e diz que a renovação se dá com a produção de tecidos leves onde acabam por desalojar os fabricantes italianos. H.MISKIMIN concorda com esta interpretação lembrando o mercado colonial destes tecidos (Op.cit.,pp.285 e segs.), e conclui: "As fazendas novas não faziam concorrência direta às antigas, o seu valor de exportação constituía, quase por inteiro, um aumento líquido dos ganhos obtidos no estrangeiro, e, como esse dinheiro se difundia por toda a economia, ia criar mercado para outros bens e servia para fazer aumentar a escala da produção em muitos outros ramos"(p.293). Assim, em "cadeias autoestimulantes"(301). HOBBSBORN, depois de destacar que o grande avanço industrial inglês ocorre durante a crise, mostra a grande presença da demanda colonial para esta produção ("A Transição...",p.116).

⁴³ - O caráter capitalista da segunda servidão é bem enfatizado por M.DOBBS (A Evolução do Capitalismo, p.78), também por E.HOBBSBORN ("Do Feudalismo...",p.164). Esta seria uma das **formas novas** criadas na transição (P.SWEEZY - Op.cit.,p.49).

⁴⁴ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.441. A expansão sueca se faz pelo Báltico, avançando pela Europa Central e sobre a Rússia (P. ANDERSON - Op.cit.,p.245).

fronteira da Cristandade, conhece precocemente uma relativa centralização política impulsionada por motivos militares. Com o desenvolvimento da economia mundo e o crescimento exponencial da demanda cerealífica dos países ocidentais, vivencia um incremento de sua produção agrícola que passa a ser totalmente direcionada para este mercado. Este incremento, executado em bases extensivas, alimenta um revigoramento dos direitos senhoriais - requisitados agora por "nobres empresários", ligados diretamente aos mercados externos⁴⁵. O trabalho servil é, assim, estimulado pela mercantilização da produção, disseminando-se através de um amplo processo de colonização empreendido nos moldes deste **feudalismo modernizado**⁴⁶.

Esta inserção rígida e especializada na divisão europeia do trabalho, leva a que a expansão do sistema mundial se expresse internamente à Polónia num reforço do poder da nobreza.

É a dinâmica mercantil que consolida elementos da ordem feudal, num processo que tem a própria centralização política como impecílio. Daí os embates da aristocracia agrária com a Coroa e as cidades - sustentáculos do poder monárquico. Ganha a disputa, a nobreza vai abarcar também a esfera do comércio, eliminando a possibilidade de emergência de uma classe burguesa autóctone e de uma vida urbana significativa⁴⁷. A estruturação dependente da economia leva à impossibilidade de adoção de medidas mercantilistas, acarretando o progressivo enfraquecimento do Estado nacional até a perda real da soberania polonesa.

Como foi dito, a evolução da Polónia encontra paralelo com os demais países

⁴⁵ - I.WALLERSTEIN - Op.cit.,p.429. H.MISKIMIN observa que o domínio nobre pode ser auferido pelas **regulações Polacas** de 1518 e 1520, onde mais do que em outras partes se referenda a servidão; diz ele: "As condições geográficas favoreciam a especialização no cultivo de cereais e davam motivos económicos para a pressão dos camponeses pelos grandes senhores de terra" (Op.cit.,p.152).

⁴⁶ - A expressão é utilizada,entre outros, por Georg LUKACS "La particularidad del desarrollo de las relaciones capitalistas en Alemania" in El Asalto a la Razon.

⁴⁷ - A atração dos judeus para a Polónia, onde fazem as vezes de uma burguesia (porém sob grandes restrições), atesta bem o domínio nobre no seio desta "monarquia débil" (I.WALLERSTEIN - Op.cit.,pp.213 e 455).

da **periferia continental**. Algumas áreas sequer lograram se constituir como Estado, restando como regioes de influência de economias nacionais e arena de disputa nos conflitos continentais. A larga bibliografia existente sobre a chamada **miséria alema** bem ilustra o destino de tais áreas⁴. E' óbvio que esta visao de conjunto encobre tonalidades regionais singulares: uma relativa industrialização na Checoslováquia, uma urbanização mais densa na Eslovênia, as concentrações mineiradoras na Hungria, etc. Todavia, os traços genéricos da **periferização** se sobrepõem às singularidades.

Observa-se que no longo decorrer do século XVI, afirma-se uma divisao do trabalho bem demarcada no interior da Europa. Gosso modo, o centro do dinamismo econômico migra no período das áreas mediterrâneas para o noroeste do continente. Até meados do século, a efervecência mercantil é meridional. Veneza, Florença, Gênova, o eixo Lion-Marselha, Sevilha, Lisboa sao os polos dos vários circuitos, tendo Antuérpia como a porta para o mundo báltico. Em 1600, Amsterdam já comanda os fluxos mercantís. A atividade industrial inglesa já possui uma proeminência significatica.

Internamente na França o dinamismo econômico transfere-se do sul para o norte; o mesmo ocorre no seio da Confederação Germânica. Nos mares também se expressam estas mudanças, com a crescente presença das frotas da Inglaterra e Holanda acirrando a concorrência na arena exterior e nos projetos de colonização extra-européia. A conquista da América deixa, nesta época, de ser um empreendimento exclusivamente ibérico.

Este movimento espacial das dominâncias teve por veículo primordial as disparidades do processo conhecido como a **revolução dos preços**, que atravessa o longo

⁴ - Ver: K.MARX - "Introdução" in Critica da Filosofia do Direito de Hegel. Ver também os trabalhos de Georg LUKACS. MISKIMIN fala da "fixidez da fragmentação política alema" com a "Paz de Augsburg" em 1555.

século XVI^o. Trata-se de uma contínua inflação que, em intensidades variadas, atinge todos os setores da economia durante o período enfocado. Uma subida geral de preços, no curso de quase um século, que favoreceu a concentração de capitais e a estruturação desigual da economia mundo, gerando o rearranjo interno do centro através de uma complexa diversidade em sua manifestação⁴⁹.

Em primeiro lugar, cabe apontar a desproporção entre o aumento do preço dos alimentos em relação aos salários, responsável por um super-lucro diretamente advindo da **mais-valia absoluta**⁵⁰. Este montante representa uma adição substancial ao fundo de acumulação originária de capital, sendo um componente importante para o entendimento da gênese do modo de produção capitalista. Entretanto, como argumenta Wallerstein, esta desproporção não pode ser absoluta, com o risco de inviabilizar a formação de um mercado nacional⁵¹. Aqui, a geografia do processo é bastante elucidativa da divisão do trabalho resultante. Em regra geral, os salários caem mais onde o poder aristocrático é mais forte,

⁴⁹ - A subida dos preços começa praticamente com o longo século XVI, sendo um fenómeno continental. ILMISKIMIN avalia que os preços do século XVI são o triplo dos do século XIV (p.234). Earl HAMILTON, em sua obra clássica El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en Espana 1501-1650, demonstra que os preços espanhóis subiram 4,3 vezes durante o século XVI, dando um índice de 107% no período 1501/1550, 49,5% no 1551/1575, e 32% no 1576/1600 (Ver: pp.202 a 205, e 220/221, além dos anexos do volume).

⁵⁰ - P.VILAR avalia que os preços subiram de 1 para 4 no decorrer do século ("A Transição...", p.41). Para ele, estruturou-se uma "hierarquia dos preços no espaço", num processo que "atingirá todos os lugares ainda que em diferentes graus" (Ouro e Moeda na História, pp.115 e 210).

⁵¹ - Segundo M.DOBBS enquanto os preços em geral dobram os salários sobem apenas 40% em média (A Evolução do Capitalismo, p.284). HAMILTON, trabalhando a realidade espanhola, mas considerando a tendência como continental, apresenta uma elevação dos salários nominais da ordem de 79,7% no período 1501/1550, 85,9% no 1551/1600 e 47% no 1600/1650. Fazendo, através da análise da evolução dos preços, uma estimativa da elevação do custo de vida, considera que houve uma perda de 30% do poder aquisitivo dos trabalhadores ao longo do século XVI (Op.cit., pp.288/289 e 296).

⁵² - WALLERSTEIN argumenta que a condição ótima estaria em obter as vantagens da redução dos salários na periferia, mantendo uma média salarial internamente ao país, o que possibilita o desenvolvimento do mercado nacional (Op.cit.,p.117)

atingindo os menores índices nas regiões da periferia continental. Na semi-periferia a situação desdobra-se: na Espanha convivem os preços mais elevados com salários baixíssimos (o país de maior desproporção), na Itália preços e salários apresentam uma tendência altista (o que dificulta a concorrência dos seus produtos industriais). Na França, consoante com o poderio da nobreza, a queda demasiada dos salários vai aparecer como um dos obstáculos ao pleno desenvolvimento capitalista. Movimentos distintos vão também marcar as diferenças entre a Holanda e Inglaterra, com um custo de mão de obra bem mais elevado no primeiro país. No caso inglês, observa-se uma queda maior dos salários na indústria que na agricultura - o que favorece a formação de um mercado interno de base agrária, ao mesmo tempo que estimula uma industrialização voltada para a exportação.

Assim, a revolução dos preços - em sua espacialidade diferencial - propicia um reordenamento da riqueza na Europa, sendo um eficaz conduto da concentração e centralização dos capitais. Os "desníveis motores" dos preços (utilizando-se a boa expressão de Chaunu) comandam a acumulação, e a consequente fixação de capital nos vários territórios. As suas variações - regional, nacional, por circuitos e por setores - cristalizam uma hierarquização do espaço europeu³³.

Esta hierarquia está montada ao iniciar-se o período de crise do século XVII, posto por Hobsbawm como a "última fase da transição geral da economia feudal para uma economia capitalista", a crise dos "últimos obstáculos do capitalismo"³⁴. Como demonstra este autor, trata-se não de uma regressão geral mas de uma estagnação regionalmente diversificada, onde algumas regiões se desenvolvem ao acentuarem o sentido capitalista de sua produção. Enfim, esta crise - que encerra a revolução dos preços e o longo século XVI - eclode numa temporalidade distinta entre os vários países. Ela manifesta-se, num sentido genérico, da periferia para o centro, da Europa meridional para a setentrional, do oeste

³³ - Ver: P.ANDERSON - Op.cit.,pp.114/115.

³⁴ - E.HOBSBAWN - "Do Feudalismo...",pp.81 e 87. Segundo este autor a crise vai até 1720 e gera as condições da revolução industrial.

para o ocidente europeu, e dos litorais para as interlândias⁵⁵. Os níveis e o ritmo da recessão também variam muito entre os países. Em 1620 a Espanha já está totalmente imersa na crise, duas décadas depois a desvalorização ainda é pequena nos países do noroeste da Europa. Em certo sentido, Inglaterra e Holanda escapam em parte a este movimento, que "revelou as falhas do comércio mundial baseado no capital mercantil especulador e nas relações feudais de produção na cidade e no campo"⁵⁶.

Enfim, a espacialidade diferencial do capitalismo expressa-se com clareza na estruturação interna do centro difusor do sistema mundial em formação. O rastreamento da revolução dos preços revela os mecanismos de afirmação de uma dada divisão europeia do trabalho. Porém, resta tematizar a expansão extra-europeia, pois - como já foi dito - ela é um componente essencial da dinâmica em foco. Para muitos autores, é inclusive a riqueza resultante do expansionismo ultramarino que serve de mola propulsora de todo o movimento ascensional dos preços.

⁵⁵ - WALLERSTEIN - Op.cit.,p.383. Segundo o autor cria-se a "economia mundo única de desenvolvimento nacional desigual (384).

⁵⁶ - J.MERRINGTON - Op.cit.,p.187. Segundo HOBBSBORN.nesta conjuntura os impérios ibéricos se contraem mudando de caráter, e gestam-se as bases do "fabuloso sistema I" ("Do Feudalismo..." p.85).

III- A EXPANSÃO ULTRAMARINA E A ECONOMIA EUROPEIA

A expansão ultramarina européia inaugura o longo século XVI. Seria vão discutir se o marco de tal processo estaria, como admite P.Chaunu, na passagem do cabo Bojador em 1434. Mais importante é avaliar, com ele, que este movimento ocorre como uma "germinação de fronteira", um "caso de margem" envolvendo duas penínsulas: a Ibérica e a Escandinava. E mais, que "os descobrimentos respondiam aos longos tempos de dificuldades"¹.

Eram as carências da Europa que alimentavam a expansão. Mais do que o "espírito de Cruzada", o "gosto de aventura" ou a "busca de glórias", foi a necessidade de cereais e os baixos níveis dos estoques metálicos da Cristandade, que impeliram alguns países europeus a avançar "por mares nunca dantes navegados". O deficit de metais preciosos, principalmente, exponencializava-se através de uma balança comercial negativa. A carência de grãos era também significativa².

Falando da expansão ibérica, é ainda P.Chaunu que avalia: a busca da terra para o plantio da cana era o móvel burguês, continuar a reconquista seria o objeto da nobreza, buscar cereal seria o estímulo básico do Estado, encontrar ouro seria "o móbil de todos"³. Avançando mais nas motivações lusitanas, P.Vilar vai adicionar à "sede de ouro" e ao "deficit de grãos", a busca da goma, a extensão da área pesqueira, o dinamismo da economia açucareira no reino e nas ilhas, a demanda

¹ - Ver P.CHAUNU A Expansão Européia, pp.44 e 77.

² - Segundo H.MISKIMIN a carência de metais leva a expansão: "Não foi por acaso que o século XV assistiu ao dismantelamento da velha geografia, com a humanidade ocidental a atingir os confins do planeta e a isso levada em parte pela busca de ouro" (p. 219). Sobre a demanda cerealífica, ver: I.WALLERSTEIN Op.cit. pp.60/61.

³ - P.CHAUNU A Expansão Européia, p.84. P.VILAR concorda com esta avaliação, diz ele que este objetivo "desencadeou a conquista e determinou seu caráter ativo, disperso e vasto" (Ouro e Moeda na História, p.83).

de braços escravos, e a desvalorização monetária que "arruína os cavaleiros e os empurra às aventuras"⁴.

Enfim, é uma conjunção de interesses diversificados que está na base da aventura marítima. A difusão dos europeus no globo escorava-se numa associação de motivações, responsável pelo êxito de uma empresa de tal porte. Cada ator social tem um desígnio específico - os comerciantes buscam produtos e mercados, a nobreza busca terras e a riqueza dos saques, a Coroa seu fortalecimento - porém todos confluem para o empreendimento comum.

Como observa P.Anderson, a expansão ultramarina engrandecia o Estado e beneficiava a burguesia, gerando um sistema que articulava numa mesma dinâmica exército, colônia e comércio⁵.

Postas as motivações genéricas, cabe - também em linhas gerais - datar o processo em sua gênese e em seus momentos. Em primeiríssimo lugar, destaca-se o empreendimento lusitano⁶. Um primitivo momento da expansão europeia é eminentemente português, apesar de basicamente financiado por capitais italianos. Este país, por razões que serão vistas nos próximos capítulos, adianta-se na aventura oceânica, antecipando a própria recuperação europeia. Seu papel não pode ser minimizado.

A expansão portuguesa, inaugurada com a campanha de Ceuta em 1415, é lenta e sistemática avançando gradativamente em direção ao sul, tendo como meta imediata a captura das fontes do ouro de Tombuctu. Com este propósito, já em 1445 constroem a fortaleza de Arguim, e em 1482 está pronto o castelo de São Jorge da Mina - ponto de

⁴ - P. VILAR - Ouro e Moeda na História, p.65.

⁵ - Ver P.ANDERSON Op.cit.,p.65. A forma de organização do empreendimento marítimo une diferentes motivações, quase sempre capitaneadas ou estimuladas pelas Coroas. "Rotas, espaços e homens. O processo de difusão do extremo ocidente cristão através do mundo resulta necessariamente em uma construção política. O Estado está presente no momento da exploração e da conquista (P. Chaunu Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.231).

⁶ - Na opinião de P.CHAUNU, o século XV "confunde-se com Portugal", e este século termina com uma promessa que coube ao século XVI realizar (A Expansão Europeia, pp.279/280).

escoamento de escravos e do ouro da Guiné. O avanço pela costa africana prossegue, assim como o adentramento no "Mar Tenebroso", num movimento que incorpora os arquipélagos da Madeira e dos Açores e que acaba por esbarrar nas terras do Brasil. Ao final do século, os portugueses navegam no oceano Índico. Dominam os três bordos do Atlântico sul: a "volta da Guiné", a "volta do Brasil" e a "volta do Cabo". Em meados do século XVI já comandam o tráfego interno do Índico, em 1513 estabelecem uma feitoria em Macau e em 1543 negociam no Japão (atingindo o extremo oriente: a lendária Cipango de Marco Polo).

O império português é essencialmente marítimo, estruturado como "uma rede de bases mercantis através do mundo". Um império "filiforme", preso aos litorais, cuja imensidão tornava difícil e caro o empreendimento. Um império mantido militarmente, fruto de uma "conquista talassocrática", que abarcava cerca de cinquenta fortalezas e uma significativa força naval, sem envolver um claro desígnio de efetiva dominação territorial⁷ (exceção feita ao Brasil); na verdade, era um controle de rotas oceânicas. Um império que constitui sua base numa época ainda de crise da economia europeia (uma fase B, nos termos de P.Chauu) e que abre a aventura marítima como uma perspectiva de sua superação.

No último quartel do século XV, o outro Estado ibérico vem se juntar a Portugal nas descobertas. O expansionismo hispânico inicialmente volta-se para o norte da África, apresentando os "aspectos feudal e militar da continuação da Reconquista"⁸. A

⁷ - Ver Pierre CHAUNU A Expansão Europeia, p.81. Sobre a expansão portuguesa ver: Charles Boxer O Império Colonial Português.

⁸ - R.ROMANO e A.TENENTI Op.cit., p.194. Estes autores argumentam tratar-se de um império "feito na surdina... de penetração lenta em bases isoladas sobre as franjas marítimas" p.261.

⁹ - Ver Pierre CHAUNU Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.198 e David ARNOLD A Época dos Descobrimentos(1400/1600)pp.55 e seguintes.Harry Miskimin apresenta um bom mapa da expansão portuguesa (Op.cit.,p.327).

¹⁰ - Pierre VILAR Ouro e Moeda na História, p.76. Segundo este autor o avanço português é mais comercial, e o espanhol mais militar. Entretanto, como aponta P.Chauu, a presença estatal é aqui menor que no empreendimento lusitano (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.236).

descoberta da América, em 1492, anima e acelera o movimento atraindo-o para o oeste. Nas primeiras décadas do século XVI, os espanhóis já transitam pela "Terra Firme": em 1512 De Leon explora a Flórida, no ano seguinte Balboa avista o Pacífico, em 1521 Cortez toma definitivamente Tenochtitlan, em 1533 Pizarro está em Cuzco, em 1539 é fundada Assunção. Enfim, o ritmo da conquista é rápido e em meados do século os contornos do império espanhol na América já estão definidos¹¹. E mais, à partir de bases americanas, continuam a difusão no sentido latitudinal, atravessando o Pacífico e atingindo o Índico pela rota do nascente. Em 1564 a rota Mexico/Filipinas já está estruturada tornando estas ilhas um "prolongamento da Nova Espanha"¹².

A expansão hispânica apresenta particularidades em relação ao empreendimento português. Aqui o caráter de conquista territorial é mais demarcado, a anexação de espaços como móvel de um processo que se manifesta no interior de uma estrutura imperial. A Coroa, mais envolvida com um projeto de hegemonia na Europa, deixa a aventura ultramarina mais na mão de particulares. A nobreza, principalmente, vai comandar a conquista "organizada e conduzida no seio de estruturas notavelmente senhoriais"¹³. Na América há claramente a tentativa de "implantar uma extensão da economia metropolitana no ultramar"¹⁴. Existe um sentido de instalação (de interiorização e de posse), apesar do caráter de pilhagem das primeiras expedições, que se acentua com a descoberta das minas ainda na primeira metade do XVI.

Na passagem do primeiro para o segundo século XVI, a expansão em torno

¹¹ - Tanto que em 1559, Felipe II promulga a "prudente injunção" com ordens para não se avançar mais no continente americano.

¹² - P. CHAUNU Conquista e Exploração dos Novos Mundos.p.175.

¹³ - Perry ANDERSON Op.cit., p.66. R.Romano e A.Tenenti vão além, dizendo que a nobreza tenta recuperar sua força no Novo Mundo, onde a distância propicia certo retorno à "autonomia feudal" (Op.cit. p.185).

¹⁴ - A.GUNDER FRANK Op.cit.,p.77. Para este autor, nesta fase, apenas na América hispânica há conquista de fato.

da Terra está completa. Em meados do século as linhas gerais da geografia do novo continente são conhecidas, os contatos com a Ásia e África são regulares, os oceanos são atravessados também com regularidade. Isto não significa que todas as porções do planeta estejam integradas num movimento único, pois, como avalia Chaunu, a conquista formou "redes de relações", eixos de circulação entremeados por grandes vazios¹⁵. Porém, a visão européia do mundo - que no século XV era muito vaga - em 1600 é quase perfeita (o que pode ser atestado na evolução da cartografia). O contorno dos continentes, a extensão real das terras, os regimes predominantes de ventos oceânicos, são elementos já bastante conhecidos. Enfim, completa-se a "Época dos Descobrimentos", "uma época de reconhecimento e exploração dos oceanos, abertura de novas rotas comerciais e de início dos impérios ultramarinos"¹⁶.

A incorporação de Portugal pelo império espanhol coloca o monopólio ibérico do além-mar sob domínio único. Tal monopólio, amplamente sancionado pelas bulas papais¹⁷, começa contudo a ser solapado na virada para o século XVII. Novos países entram na aventura oceânica, animados pela riqueza que as possessões ultramarinas fornecem para a Espanha. A reforma protestante questiona a soberania ibérica, e fornece legitimação para o corso (a pirataria legalizada pelos Estados). A França, a Holanda e a Inglaterra entram na aventura marítima, atacando as frotas e as feitorias portuguesas e espanholas. Inicia-se um novo momento na expansão européia que prenuncia uma nova partilha do mundo colonial.

Da mesma forma que na fase anterior, da pilhagem passa-se para a instalação. Ao final do século, os novos participantes da corrida colonial estão alojados

¹⁵ - P.CHAUNU Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.176. Para o autor, os impérios ibéricos do século XVI são "espaços marítimos, espaços terrestres, volumes de trocas e de homens" (p.232).

¹⁶ - D.ARNOLD *Op.cit.*,p.76.

¹⁷ - As bulas Inter Coetera de 1493 (disciplinada no Tratado de Tordesilhas) e Equo de 1506 haviam legitimado amplamente a conquista ultramarina como trabalho de Deus (H.MISKIMIN - *Ob.cit.*, pp.224/5).

em muitos pontos do globo. Os holandeses estão no nordeste brasileiro, em Angola, e já disputam o controle do comércio no Índico¹⁸. Os ingleses buscam o domínio do Atlântico setentrional, a partir de 1584 iniciam a ocupação da América do Norte. Os franceses também iniciam suas investidas nauticas. O segundo século XVI assiste ainda a um predomínio hispânico, porém já com a diversificação dos partícipes na exploração do ultramar. Paralelo a este processo ocorre, já ao longo de século seguinte, a progressiva diminuição da riqueza oriunda das colônias. A queda do lucro colonial antecipando a crise do século XVII¹⁹.

Em meados do século XVII escasseiam as fontes de ingresso ultramarino. Cai vertiginosamente a quantidade de metais preciosos desembarcados em Sevilha após 1630. A superoferta faz também baixar violentamente a lucratividade do comércio de especiarias. Após 1650 o circuito do açúcar entra igualmente em crise. A estrutura montada pela expansão ibérica se desmorona, acossada pela concorrência e pelo exaurimento. Como lembra Anderson, neste momento o comercio intercolonial também já se organizou implicando certo nível de internalização dos capitais gerados nas colônias²⁰. Todavia, o principal é a perda de poderio da Espanha no interior da Europa. A migração de poder no centro é, em grande parte, explicativa do rearranjo das dominações na periferia.

Assim, o longo século XVI encerra apontando para uma nova divisão do mundo colonial e para novos métodos de sua exploração. Como avalia Hobsbawn, a "principal realização do século XVII foi a criação de um novo tipo de colonialismo", um tipo que releva o "mercado colonial"²¹. A expansão torna-se plenamente mercantil, emerge o

¹⁸ - P. CHAUNU Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.384.
A Companhia das Índias é fundada em Amsterdam em 1602.

¹⁹ - Ver Eric HOBBSAWN Op.cit.,p.93. Para este autor, a queda do saque colonial inicia-se após 1620, tendo seu ponto agudo na década de 1660.

²⁰ - Perry ANDERSON Op.cit.,p.85. Wallerstein fala da emergência de "subimperialismos" dentro da estrutura imperial espanhola (Op. cit. p.267).

²¹ - Eric HOBBSAWN Op.cit.,p.115. Segundo ele este colonialismo expande-se após 1670.

Antigo Sistema Colonial com uma estruturação que perdurará por séculos.

A presença européia nos diferentes quadrantes do globo efetiva-se por distintas relações. Na Ásia imiscuem-se e acabam por dominar os circuitos de comércio tradicionais (bastante intensos), não alterando as estruturas sociais pré-existentes. Ao contrário, as novas relações comerciais intensificam os sistemas de produção locais, adequando-os ao ritmo da demanda mundializada²². Tratam-se de estabelecimentos de troca e de um domínio marítimo que se concilia com as estruturas políticas prévias encontradas. Aqui, os produtos embarcados são pagos e não há drenagem de metais preciosos, são os europeus que os deixam em pagamento dos produtos embarcados. O ouro do Monomotapa, capturado pelos portugueses na costa oriental da África, sequer chega à Europa²³. Parte da prata americana paga os fretes da carreira das Índias²⁴. Enfim, há um efetivo intercâmbio na ação dos europeus no oriente, o que leva Wallerstein a deixá-lo fora da economia-mundo por não tratar-se de áreas e economias subjugadas (no sentido estrito da conquista). Este quadro vai se alterando ao longo do tempo, com o "novo colonialismo" do final do século XVII, implicando instalações mais perenes e domínios territoriais mais extensos na Ásia.

Na África a relação estabelecida mais claramente se define como **economia de escambo**. As trocas efetuadas não envolvem equivalentes, numa ação com caráter de pilhagem. As mercadorias embarcadas - a pimenta-de-rabo, o ouro e os escravos (este o principal produto africano²⁵) - são cambiadas por artigos de menor valor: tecidos, armas,

²² - A.GUNDER FRANK Op.cit., p.37.

²³ - P.VILAR Ouro e Moeda na História, p.126.

²⁴ - Como avalia MISKIMIN "em consequência do voraz apetite de prata do Oriente, o comércio atlântico que trazia as riquezas minerais de Potosi e do México mostrava-se indispensável para a continuidade dos negócios orientais" (Op.cit.,p.330).

²⁵ - Para se aferir, apenas entre 1450 e 1500 os portugueses embarcam cerca de 150 mil escravos (Conforme David ARNOLD Op.cit. p.51 ?).

cavalos e, principalmente, utensílios de cobre. Esta última forma de pagamento articula a exploração africana com a metalurgia da Europa central. O ouro da Mina, capturado entre 1471 e 1539, não teve um "papel revolucionário" na economia interna da Europa mas foi vital no financiamento das descobertas portuguesas. Todavia, aqui nunca houve mineração, tampouco agricultura tocada por europeus no período analisado. Tudo flui da coleta e do escambo, os próprios escravos são trazidos à costa por elementos autóctones (o português raras vezes vai capturá-los na interlândia). Na época enfocada, a presença europeia no continente é pontual, dispersa e presa ao litoral; somente no vale do Zambeze há uma tentativa lusitana de penetrar no interior, em busca do ouro de Monomotapa²⁶. Daí Chaunu avaliar que, no período, a "África não foi penetrada, mas aflorada"²⁷. O "novo colonialismo" posterior vai mudar pouco este quadro.

Assim, é na América que há conquista de fato, com dominação territorial, assentamento e colonização. No início da ocupação há um momento de escambo e de pilhagem, variável no tempo nas diferentes áreas do continente. É o do recolhimento do pau-brasil na costa brasileira, da captura do ouro de alúvio nas ilhas do Caribe e, notadamente, do saque das riquezas entesouradas pelos diferentes impérios americanos (na expressão de P.Vilar um "desentesouramento violento"). Grosso modo, este momento recobre o primeiro século XVI. A descoberta das minas vem alterar sensivelmente este quadro: as peruanas em 1545, as mexicanas nos anos seguintes, e por volta de 1550 as da Colômbia. A mineração implicou maior fixação: construções, assentamentos, redes de abastecimento, perenização dos fluxos, e melhor organização da estrutura administrativa. Enfim, uma ação colonizadora de maior envergadura (cujas características específicas serão vistas na terceira parte deste estudo). A América, no segundo século XVI, já ultrapassou o momento do escambo e da economia de pilhagem conhecendo uma efetiva colonização, o que - conforme

²⁶ - A expansão lusitana será objeto dos próximos capítulos. Sobre a instalação no vale do Zambeze, ver: C.BOXER - Ob.cit., p.166.

²⁷ - P.CHAUNU Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.393.

P.Vilar - "acrescenta uma exploração contínua e sistemática"²⁸.

Além da mineração, também se desenvolvem atividades agrícolas nas terras americanas. Nas possessões hispânicas, uma agricultura de sustentação (para a qual migram os interesses após a decadência das minas) de claros contornos senhoriais: as **haciendas**. Nas áreas portuguesas sobressai o plantio da cana-de-açúcar, cuja produção expande-se no último quartel do século XVI, e que "foi, em certo sentido, uma continuação das empresas agrícolas de portugueses e espanhóis nas ilhas do Atlântico"²⁹. Aqui a forma de exploração desenvolvida foi a **plantation**, que articulava monocultura de exportação, abundância de terras e trabalho escravo. Tal forma, considerada por Hobsbawn como "potencialmente mais revolucionária"³⁰, tem um claro contorno "empresarial" e se expande por outras áreas, envolvendo outros produtos nos séculos seguintes.

Enfim, em vários pontos do continente há instalações efetivas, estabelecem-se certas rotas interiores (terrestres e fluviais), organiza-se uma rede de cidades e de comunicações que vai se sobrepondo à "rede primitiva de ocupação"³¹. Assim, ocorre uma real desestruturação dos sistemas autoctônes, com a submissão militar total das populações das áreas de ocupação. O espaço americano vai sendo incorporado na economia européia (num papel complementar e essencial à sua dinâmica), primeiro através dos países ibéricos e depois numa ação envolvendo mais países. Com o adentrar do século XVII, ingleses, franceses e holandeses estão em vários pontos do continente e em várias ilhas. Dominam porções do território americano, prosseguindo o sentido de sua incorporação, com a utili-

²⁸ - P.VILAR "A Transição...", p.41. A citação anterior do autor está em Ouro e Moeda na História, p.136.

²⁹ - A.GUNDER FRANK Op.cit.,p.83. Para este autor a produção açucareira cria um "sistema empresarial" de colonização. Sobre a colonização das ilhas atlânticas, P.Chaunu considera que foi "um empreendimento burguês conduzido por nobres" (A Expansão Européia, p.94).

³⁰ - Para o autor a colonização se transforma com "o estabelecimento das plantations coloniais que produzem sem uma restrição sistemática do produto do produto total e das colônias européias de povoamento" (E.HOBSBAWN Op.cit.,p.115). Ele alerta que a crise européia limita a expansão dessa forma de exploração colonial.

³¹ - P.CHAUNU A Expansão Européia, p.202.

zação de várias formas de exploração³². Em suma, a colonização da América foi extensiva e progressiva, avançando setorialmente e/ou regionalmente mesmo na conjuntura de crise da economia europeia.

Observa-se que, na escala continental, a expansão europeia envolveu distintas relações que podem ser tipificadas no comércio, no escambo (entendido como um intercâmbio altamente desigual), na pilhagem e na colonização³³. Na realidade, estes tipos de relação colonial se associam, quer como momentos numa mesma área, quer como estratégias de uma mesma metrópole em diferentes lugares³⁴. Como formas de instalação pode-se pensar, numa sequência evolutiva (nao temporal necessariamente), do contato ocasional (com o saque e o escambo) à construção de uma feitoria (expressando a perenização das trocas), desta à exploração efetiva (implicando a montagem de uma estrutura produtiva) até a fundação de cidades (resultado já de uma certa fixação), e destas à constituição de um território (objetivando uma rede de cidades e o controle de uma significativa porção de espaço).

Tal sequência substantiva um processo concreto de colonização³⁵, a formação

³² - Carlos Alonso B. de OLIVEIRA lembra a ação diversificada da Inglaterra, envolvendo plantations nas Antilhas, pirataria e pilhagem nas áreas hispânicas e povoamento na América do norte (Op.cit.,p.106).

³³ - Fernando Novais realiza ampla revisao na bibliografia tipológica das colônias. Depois de passar pelas divisoes de Leroy-Beaulieu (comerciais, povoamento e exploração), Roscher (conquista, comercial, agrícola e de plantaço) e Hardy (enraizamento, enquadramento e de posição), assimila a definição geográfica restritiva de Max Sorre (a qual nao considera a conquista, o comércio ou o domínio de posições geopolíticas como colonização), e conclui que o povoamento e a exploração sao as modalidades básicas do colonialismo do Antigo Regime (Ver "Colonização e Sistema Colonial: Discussao de Conceitos e Perspectiva Histórica). Com isso acata a divisao clássica assumida por Caio Prado Jr. no estudo da formação brasileira (Ver Formação do Brasil Contemporâneo).

³⁴ - Sobre os momentos do processo de valorização do espaço, ver: Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa Geografia Crítica.A Valorização do Espaço, pp.

³⁵ - Segundo F.Novais, só há colonização com valorização dos novos espaços, com a passagem do escambo à exploração e produção efetiva. Em suas palavras: "Engajavam-se, assim, a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, e sua integração nas linhas da economia europeia. A exploração ultrapassava o âmbito da circulação de mercadorias para promover a instalação de economias complementares extra-europeias, isto é, atingia propriamente a órbita da produção" (Ver Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, pp.93 e 68).

de um território que - mesmo não contíguo à metrópole - se agrega ao espaço do país difusor. Na verdade, no longo século XVI, este processo (em sua plenitude) só ocorre no continente americano. Na Ásia, a presença europeia se constitui num conjunto de feitorias comerciais, poucas cidades e algumas explorações produtivas de pequena monta. Na África, o escambo e o saque dominam a relação, objetivada num sistema de fortalezas e feitorias e com o controle de algumas cidades de posição estratégica vital. Só a América conhece, no decorrer do período estudado, uma efetiva colonização. Nos outros continentes, os europeus bordejam as costas; na América interiorizam-se num processo que subverte as estruturas pré-existentes. Aqui, há de fato a apropriação do espaço (e não apenas de seus produtos), com a formação de territórios sob soberania das metrópoles. Logo **territórios coloniais**³⁶.

Aumentando a escala de análise, é óbvio que internamente aos conjuntos continentais manifestam-se processos bastante diversificados. A variedade de relações e situações é significativa. Os atrativos naturais das diferentes áreas, os objetivos imediatos dos agentes da expansão, as posições geográficas dos vários lugares, e, principalmente, as diversas formas de propriedade da terra e controle da força de trabalho³⁷, definem os tipos de instalação dos europeus no além-mar. Entendê-los, implicaria avançar na análise das singularidades do país colonizador e da área colonizada (o que tentar-se-á, nos próximos capítulos, esboçar para o caso da América e aprofundar um pouco mais no estudo da formação territorial brasileira), avaliando os mecanismos da conquista e suas resultantes em cada caso.

De imediato interessa realçar a efetivação de circuitos mundiais perenes. A economia europeia abarcando uma escala planetária, criando um espaço de relações intercontinental, gerando uma dinâmica que afeta variadas e longínquas partes do globo. Todo este movimento tem uma rígida articulação cêntrica, uma projeção radial tendo por

³⁶ - Toda a estrutura jurídica do período legitima o móvel expansionista. O direito à soberania nas novas terras apoiado em fundamentos romanos. A conquista e o saque justificam-se pelo direito natural. E a escravidão encontra fundamento no direito canônico(H.MISKIMIN - Ob.cit., p.226).

³⁷ - Ver Maurice DOBB A Evolução do Capitalismo, pp.71 e seguintes.

IIa. PARTE

PORTUGAL: UM SUJEITO

IV- A TERRITORIALIDADE NA FORMAÇÃO DO ESTADO PORTUGUES

Uma interpretação geográfica da história de Portugal deve iniciar destacando a inexistência de uma **individualidade natural** do território lusitano¹. Do ponto de vista da compartimentação geomorfológica, este apresenta uma sucessão de relêvos que expandem-se no sentido latitudinal adentrando no território espanhol (o que se evidencia pela própria rede hidrográfica). Assim inexistem uma "unidade geográfica de Portugal" e também fronteiras naturais com a Espanha². A identidade nacional portuguesa é, portanto, unicamente uma construção histórico-social.

É inicialmente na perspectiva de uma **geografia de posição**, que se pode encontrar elementos geográficos que auxiliem na explicação da formação portuguesa³. A situação geográfica da "Ocidental Praia" no continente europeu, define-se em função de uma localização de características ímpares e vantajosas para qualquer sistema de fluxos. No extremo ocidente da Europa, Portugal localiza-se na encruzilhada entre os circuitos Mediterrâneos e os do Mar do Norte e do Baltico. Uma posição propícia aos contatos, na

¹ - O que é bem apontado por Antonio SERGIO - Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal, cap. I "A Ocidental Praia do Continente Europeu". Também Oliveira MARQUES inicia sua História de Portugal indicando este fato: "Na verdade, torna-se difícil falar de uma unidade do território português baseada em condições naturais, ou de uma individualidade de Portugal dentro do conjunto da Península Ibérica" (p.3).

² - Antonio SERGIO - Op. cit., p.28. Este autor ataca as concepções deterministas em geografia, as quais tentam tirar "uma unidade política da geografia" (p.26), e rebate: "antes de serem uma marcação geográfica, os limites dos povos são essencialmente humanos, econômicos e sociais, de formação histórica" (p.28).

³ - Oliveira MARQUES fala da "situação geográfica, que explica muitos dos traços característicos da história portuguesa e ajuda a explicar a própria existência de Portugal como nação" (Op. cit., p.6). Também Antonio SERGIO argumenta que o "fator geográfico" importante para entender Portugal é a "posição" e não as "características geofísicas" (Op.cit.,p.32).

franja de relações entre aquilo que Vidal de LaBlache denominou "domínios de civilização"⁴. E mais, debruçada sobre o Atlântico vivendo num contexto cultural do Mediterrâneo.

Um certo condicionalismo marítimo também é apontado pelos autores⁵. Com 848 quilómetros de litoral, o povo português não poderia deixar de se familiarizar com atividades nauticas. Antonio Sergio fala da "importância da vida marítima na existência econômica de nossa grei, desde os princípios da nacionalidade", defendendo a idéia de que é a pobreza agrícola que impele os homens para o mar⁶. E vai adiante, reforçando a ênfase: "Parece-nos caracterizar o Portugal medievo o haver nele uma costa que se oferecia aberta à atividade... Costa acolhedora aos navegadores estrangeiros"⁷. Assim, o vasto litoral também implica contatos, um certo cosmopolitismo precoce que parece marcar a formação portuguesa. E contatos significam trocas, comércio.

Adentrando-se pela história do povoamento, outro dos vetores da análise geográfica, cabe resaltar de início - como indica Oliveira Marques - que não há "continuidade política" entre os povos que habitaram no passado o atual território por-

⁴ - Ver: Paul Vidal de LABLACHE - Princípios de Geografia Humana, cap.VI "A Evolução das Civilizações". Para uma localização deste autor, ver: Antonio Carlos Robert MORAES - Geografia, Pequena História Crítica, cap.6 "Vidal de Lablache e a Geografia Humana". Sobre a geografia de posição, ver: Friedrich RATZEL - Geografia dell'Uomo. Sobre o conceito de situação: Pierre GEORGE "Problemas, Doutrina e Método" in Geografia Ativa.

⁵ - Nas palavras de Damiao PERES: "A situação geográfica de Portugal, anfiteatro debruçado sobre o Atlântico no Extremo Ocidente da Europa, constituiu sem dúvida outro dos aspectos dum condicionalismo estimulador de feitos que haveriam de desenrolar-se nas águas daquele oceano" (A História dos Descobrimentos Portugueses, p.19).

⁶ - Antonio SERGIO - Op.cit.,pp.128 e 154. Este autor lembra a busca de adubos marinhos pelos camponeses habitantes das terras de solo pobre das montanhas e também o papel do peixe na alimentação das populações do interior (p.157). Daí criticar a denominação de monarquia agrária (dada por J.Lucio de Azevedo) para os primeiros tempos da nacionalidade lusitana (pp.60 e 129). A argumentação de AZEVEDO está em Epocas de Portugal Econômico, cap.1 "A Monarquia Agrária".

⁷ - Antonio SERGIO - Op.cit.,p.33. Também Jaime CORTESAO avalia: "Portugal dispunha de condições excepcionalmente propícias ao desenvolvimento do comércio marítimo e pode-se afirmar que nenhum outro país europeu se encontrava em situação mais favorável para se abalançar à obra dos grandes descobrimentos" (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.14, o grifo é nosso). Contrapondo-se, Oliveira MARQUES, lembra o caráter bravio da costa portuguesa que "a primeira vista" não parece um litoral favorável a aventuras marítimas (Op.cit., p.10)

tuguês. Da Lusitânia romana fica, entretanto, uma divisão administrativa e uma rede de circulação que serão reutilizadas pelos ocupantes posteriores (suevos, visigodos e mulçumanos)⁸.

Quando se toma a época de constituição da nacionalidade portuguesa, se observa que tanto o norte cristão quanto o sul islâmico

apresentam formas romanas de ocupação vivificadas pelos processos coetâneos, retrabalhadas em padrões que definem os dois grandes conjuntos. No norte, "vales profundos e úmidos favoreceram o isolamento e os localismos, condicionando um povoamento denso mas disperso... As planícies áridas do sul, pelo contrário, contribuíram para abrir os espíritos e as estradas" num povoamento escasso mas concentrado⁹.

É a articulação entre estes dois padrões que aponta algo da particularidade portuguesa, na mesclagem de características destas duas "regiões geográfico-sociais", que - no dizer de Antonio Sergio - teriam o Tejo como limite¹⁰. Um reino árabe no sul, o Algarve, dotado de certa unidade política, com elevado nível de urbanização, afeito ao comércio e com uma agricultura intensiva e concentrada. Ao norte, Portucale, condado e depois ducado vassalo de Leão, e, após 1179, reino prestando obediência diretamente ao papa (bula Manifestis Probatum). Reino que se afirma militarmente frente a Leão e a Castela, e frente à própria Igreja; e que se estrutura em padrões próprios do feudalismo¹¹.

⁸ - Ver: Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.48. Diz este autor: "O sistema de estradas romanas, como instrumento de organização social, envolvia duas consequências do maior alcance para o futuro: aquilo que chamaremos de atlantização do povoamento e sua unificação por meio de uma linha dorsal no sentido meridiano" (p.43).

⁹ - Oliveira MARQUES - Op. cit.,p.13. Este autor mostra que tanto a organização episcopal da Cristandade quanto os reinos "taifas" do Algarve seguiram as divisões estabelecidas pelos romanos (pp.36 a 38). Para ele, o território português teria assim "suas origens e características permanentes... num passado remoto... principalmente pelos sistemas romanos e mulçumanos acrescidos ainda do quadro eclesiástico cristão"(p.33).

¹⁰ - Antonio SERGIO - Op.cit.,p.59. Este autor não deixa de lembrar que a unidade advém da conquista do sul pelo norte, e neste pela dominação de uma classe senhorial que constroi seu território. A consciência nacional forjando-se depois (p.35).

¹¹ - Oliveira MARQUES- Op.cit., pp.75 a 85.

Propriedade senhorial da terra, servidão em variadas formas, e um setor da população envolvido com atividades ligadas à economia litorânea. A afirmação da soberania e a "Reconquista" acabam por imprimir traços que alteram a estrutura social vigente, levando alguns autores a falarem da "atipicidade" do feudalismo português¹². É aí que se gesta o Portugal moderno.

Uma estruturação militar bem hierarquizada, que reforça o poder real (frente aos parâmetros "típicos" do feudalismo) aparece como marca da singularidade do medievo lusitano. Como alerta Barradas de Carvalho, esta estrutura origina-se do estado permanente de guerra - que advém primeiramente das lutas contra Leão e Castela para garantir a soberania do reino¹³. Esta organização bélica, uma vez afirmada a independência, volta-se para a conquista de espaços sobre as possessões mouras. Há um contínuo avanço da terra portuguesa para o sul, a expansão territorial podendo ser vista como um dos elementos estruturadores da organização econômica e política deste país¹⁴. Além do aspecto militar, a centralização de poder pela Coroa também se escora nas formas específicas de ocupação das "terras libertadas". A luta contra o Islão propiciou a obtenção de um fundo territorial, cuja exploração implicou um considerável reforço do poder real.

Este fundo territorial era distribuído pelo rei, através da doação de terras¹⁵. Os beneficiários eram as classes senhoriais - o clero, a nobreza e a própria Coroa (a quem cabia, segundo J. Lucio de Azevedo, um quinto das terras liberadas), que, assim, encabeça

¹² - Alexandre Herculano inaugurou esta via de interpretação da história portuguesa que parte da ideia do "feudalismo atípico", a qual é enfaticamente combatida por Oliveira Marques (entre outros). J. Lucio de AZEVEDO desenvolve a tese de que o feudalismo foi impedido de uma plena instalação pela situação constante de guerra (Op.cit.,p.13).

¹³ - Joaquim Barradas de CARVALHO - Rumo de Portugal:A Europa ou o Atlântico?.

¹⁴ - Tanto que em 1249 caem os últimos redutos árabes do Algarve, tornando Portugal o primeiro Estado moderno europeu a ter suas fronteiras continentais atuais delimitada (conforme Charles BOXER - O Império Colonial Portugues, p.24). Oliveira MARQUES lembra que as fronteiras continentais atuais são definidas na guerra de 1295/7 com Castela (Op.cit.,p.211).

¹⁵ - Ver: Armando CASTRO - Estudos de História Sócio-Econômica de Portugal, p.39.

a lista dos grandes latifundiários que se estabelecem nas planícies ao sul do Tejo. As propriedades reais são exploradas através de uma rede de foreiros e rendeiros controlados pelos "mordomos do rei", espalhados por todos os rincões do reino (já em meados do século XIII, Afonso III organiza um minucioso cadastro das propriedades da coroa, ato repetido por D.

João I em 1395). Também a aristocracia envolta com as lides guerreiras não "se enraiza à terra" (tomando uma expressão de Antonio Sergio¹⁶), tornando-se "senhores-rentistas", notadamente nos latifúndios do sul. Nas áreas onde a necessidade de defesa era maior disseminavam-se mais as propriedades alodiais, "terras de concelho", "coutelas", etc. Contudo, predominam amplamente os "domínios", adquiridos sob a forma de **morgadios**¹⁷.

Assim, à diferenciação entre o norte cristão e o sul islâmico há que se somar padrões diferentes de ocupação do solo no próprio processo da "reconquista". No sul, a necessidade de implementar um processo rápido de povoamento acarretou o surgimento de relações de trabalho bastante singulares. A imperiosidade de ocupar as terras "libertas" - impedindo uma reconquista árabe - ocasionou arranjos diversificados na estruturação da atividade agrária¹⁸. Ao contrário do norte, com uma estrutura fundiária mais nos padrões do feudalismo, com a população agrária distribuída em aldeias, num conjunto de maior densidade demográfica. Porém, mesmo a esta diferenciação, há que se adicionar outra, que

¹⁶ - Antonio SERGIO - Breve Interpretação da História de Portugal, p.17. Sobre o cadastramento real ver: Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.154. Sobre o quinto da Coroa: J.Lucio de AZEVEDO - Op. cit.,p.12.

¹⁷ - Os **morgadios** "uma forma institucional e jurídica destinada a defender a base econômico-territorial da nobreza" que tornava a terra hereditária (por primogenitura), inalienável e indivisível. Assim o morgadio atua no sentido da "manutenção da estrutura feudal-senhorial da agricultura mesmo na época de ascenso da burguesia rural e mercantil", pois impede a mobilidade da propriedade fundiária, logo obstaculizando a penetração do capitalismo no campo com a formação de um mercado de terras (Armando CASTRO - Op.cit.,p.67 e 68).

¹⁸ - Armando CASTRO lembra que a necessidade de povoar o território "libertado" acelera o processo de liberação dos servos, gerando relações de colonato nas novas regiões. O acesso à terra sendo um estímulo a conquista, para as classes populares (Op.cit.,p.36). Oliveira MARQUES argumenta que apesar da diversidade de relações "Em todos os casos, mesmo quando a origem da tenência se não revelava tipicamente feudal, os resultados práticos eram-no sem sombra de dúvida" (Op.cit.,p.157).

recorta as áreas citadas, definindo uma distinção entre a vida litorânea e a interlândia.

A própria incorporação do território mulçumano - mais urbanizado e mais afeito às atividades mercantis e marítimas - estimula o desenvolvimento das áreas costeiras. Enquanto no interior o domínio senhorial permanece pleno, o Portugal marítimo conhece uma efervescência que Armando Castro qualificou de "proto-capitalista". A construção naval, a pesca (com a multiplicação das "póvoas"), as salinas, e, principalmente, o comércio conhecem um período de florescimento. Já no século XII, mercadores lusitanos frequentam, entre outras, as feiras de Tessalônica na Macedônia e de Bruges em Flandres¹⁹. No final do século seguinte possuem um feitoria nesta última cidade, e acordos bilaterais de comércio com alguns países²⁰. No século XIV, segundo Armando Castro, o setor mercantil da economia portuguesa abrigava a maioria da população ativa e era responsável pela maior parte da riqueza do reino²¹.

Mas a relação entre a vida litorânea e os campos não era de antagonismo, apesar da primeira solver continuamente populações rurais. A pauta das exportações portuguesas criava nexos entre os dois mundos. O vinho, o azeite, o linho, a cortiça, estabeleciam elos entre a economia agrária e o setor mercantil.

Estes implicavam certa monetarização da vida rural, o valor de troca trazendo um dinamismo para as áreas de produção para exportação²². Daí Jaime Cortesão dizer que "o gênero de vida nacional" era o "tráfico por mar à distancia com base na agricultura" que

¹⁹ - Ver: Vitorino Magalhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.31/32. Oliveira MARQUES também aponta a presença portuguesa em diferentes mercados, do Mediterrâneo, mesmo do Islão, de Castela, e em países do norte europeu (Ver: Op.cit.,pp.162 a 165).

²⁰ - Ver: Jaime CORTESAO - Op.cit.,p.15. Também Damiao PERES - Op.cit.,p.17, este autor apontando a presença portuguesa em diferentes portos da Europa. Oliveira MARQUES diz que a presença italiana no reino, à partir de 1270, articula Portugal a uma rede internacional de comércio (Op.cit,p.166).

²¹ - Armando CASTRO - Op.cit.,p.20.

²² - O cavaleiro-vilão sendo a expressão social deste dinamismo. Uma espécie de "gentry" portuguesa, movendo-se contudo num país dominado pela posse senhorial da terra. A ambiguidade deste segmento é bem apontada por Antonio Fonseca FERREIRA - A Acumulação Capitalista em Portugal p.32 (esta obra contém interessantes indicações, apesar da excessiva ortodoxia do autor).

"caracteriza economicamente a Idade Média portuguesa"²³. Esta articulação fundamenta uma convivência política, mediada pela Coroa, entre os interesses dos dois setores ao longo do período de formação de Portugal como Estado moderno.

A efervescência mercantil alimenta um incremento da urbanização, significativa nos padrões europeus contemporâneos. No final do século XIV, Portugal já possui uma organizada rede urbana, que recobre todo seu território, e um ativo espaço de relações (onde se sobressai a navegação, fluvial, de cabotagem e oceânica). Em meados do século seguinte, Lisboa tem quarenta mil habitantes, Porto tem oito mil²⁴. A capital do país já é - há tempos - um centro de comércio internacional, com habitantes de várias nacionalidades, e um movimentado tráfego portuário²⁵. Este desenvolvimento urbano expressa-se politicamente no papel jogado pelos concelhos, órgãos de gestão municipal, na armação institucional do país. Os mais importantes destes, falando diretamente ao rei, e possuindo representantes já nas cortes de Leiria convocadas por Afonso III em 1254²⁶.

Vê-se que o quadro formativo de Portugal é denso de particularidades -

²³ - Jaime CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, p.49. Em outro ponto diz: O comércio marítimo à distância com base na agricultura foi desde o século XII o gênero de vida específico dos portugueses (p.67). Antonio SERGIO não acata esta caracterização, "O surto da nação portuguesa se integra no fenômeno de transformação social caracterizado pelo advento da burguesia européia, comercial marítima, e de que atuou na grei um fator cosmopolita e comercial burguês, apoiado sobretudo na pescaria e no sal, e não na exportação de produtos agrícolas" (Interpretação Geográfico-Sociológica da História de Portugal, - p.143).

²⁴ - Charles BOXER - *Op.cit.*, p.25.

²⁵ - Para uma caracterização da cidade, ver: Maria Lucia P. de Faro PASSOS - Lisboa. Personagem de Fernão Lopes. Gerard Pradalié diz: "a cidade situada nas fronteiras da Europa, entrara em um circuito de trocas essenciais. A sua localização no limite dos mundos do Oceano e do Mediterrâneo predestinava um auspicioso futuro" (apud Oliveira MARQUES - *Op.cit.*,p.161). A presença de um contingente grande de mercadores árabes, judeus e italianos, coloca a cidade como um centro financeiro de relativa importância no período. Antonio SERGIO coloca Lisboa como o décimo-segundo porto da Europa na época (Interpretação Geográfico-Sociológica da História de Portugal, p.149).

²⁶ - Uma avaliação do caráter progressista dos concelhos aparece em Antonio Borges COELHO - A Revolução de 1383. Uma crítica em Antonio Fonseca FERREIRA - *Op.cit.*

adaptações, influências, tradições - existindo grande polêmica acerca de sua caracterização rigorosa. Todos os analistas acatam estar diante de um jogo de forças múltiplas num movimento de grande dinamismo. Magalhães Godinho acha possível falar em "capitalismo" em Portugal do século XIV; Barradas de Carvalho - seguindo Herculano - coloca que o feudalismo sequer chegou a se realizar plenamente no país; Armando Castro defende a existência de "relações capitalistas" interligadas com "estruturas feudais"²⁷. Segundo este autor, a singularidade lusitana estaria na "feição global apresentar a característica inédita da imbricação dum modo de produção interno de caráter feudal com a ação de relações de tipo capitalista"²⁸. Oliveira Marques considera que "o Portugal da Idade Média apresentava muitas características próprias, consequência natural do encontro e difusão de estruturas do norte com estruturas do sul", tendo em função disto elementos "feudais", "feudais deturpados", "moçárabes" e "islâmicos típicos", estando nesta combinação a particularidade do "feudalismo português"²⁹.

Esta diversidade apenas reafirma que Portugal é um palco importante da transição. A "reconquista", terminada no século XIII, acarretou um relaxamento da hierarquia feudal, importante uma centralização precoce do poder real e relações de trabalho "atípicas" nas áreas de expansão. A dominação senhorial reproduz-se convivendo com um dinâmico setor mercantil-urbano, que acaba por capitanear toda a economia do país.

²⁷ - Vitorino Magalhaes GODINHO - Op.cit.,p.107. Joaquim Barradas de CARVALHO - Op.cit.,p.44. Armando CASTRO diz que o Portugal medieval era "caracterizado pelo predomínio de relações de subordinação feudais do tipo do colonato, interligadas com relações mercantis relativamente evoluídas e com certas relações de produção de índole pré-capitalista" (A Evolução Econômica de Portugal do Século XII ao XV, v. 9, p.255).

²⁸ - Armando CASTRO - Estudos de História Sócio-Econômica de Portugal, p.149. Ele entende que ali, por paradoxal que seja, o desenvolvimento capitalista acabou reforçando a estrutura feudal. Castro argumenta que a "posse dominial" comandou toda a produção (Idem, p.22), o que foi muito oneroso para a economia do país. Face ao exposto no capítulo anterior pode-se questionar o ineditismo desta relação.

²⁹ - Oliveira MARQUES - Op.cit., p.151. Este autor não deixa, contudo, de lembrar que "a pequena área de Portugal e as circunstâncias peculiares que acompanham o seu nascimento e crescimento impediram sempre uma organização feudal desenvolvida até as últimas consequências" (p.154).

Daí a polémica, que atravessa décadas, sobre a caracterização do período final do medievo português. Todavia, a avaliação de um momento decisivo da história lusitana reagrupa - em parte ao menos - as várias interpretações. Os comentaristas são quase unânimes em indicar o movimento revolucionário de 1383-85 como ponto de inflexão no desenvolvimento de Portugal.

Não seria o caso aqui de fazer uma exposição minuciosa da conjuntura que leva ao trono a dinastia de Avis. Cabe apenas apontar algumas determinações fundamentais deste movimento. Em linhas gerais tem-se o embate entre os interesses senhoriais (a alta aristocracia e o alto clero, que aproveitando uma crise dinástica, aliam-se ao rei de Castela) e uma "frente anti-senhorial" (tomando-se a expressão de Armando Castro³⁰). Nesta, verdadeiro bloco histórico comandado pela burguesia lisboeta, convivem setores das classes populares (mesterais, servos, jornaleiros, etc.) com elementos das baixas nobreza e clero. Alguns nobres também se enfileiram nas tropas que querem alçar ao trono o Mestre de Avis. A história é conhecida, narrada pela arguta pena de Fernão Lopes³¹.

A caracterização do movimento envolve também muita discussão, de certa forma decorrência do próprio entendimento da organização social portuguesa. De todo modo, a derrota da aristocracia e das forças de Castela em Aljubarrota sela, segundo vários autores, a sorte de Portugal nos próximos séculos. Nas palavras de Antonio Sergio, ocorreu "a vitória da classe que havia de inspirar os Descobrimentos"³². Barradas de Carvalho considera que o movimento de 1383 tem um caráter "burguês e nacional", colocando-o como "a primeira revolução burguesa" da história. Jaime Cortesão entende que a vitória "foi

³⁰ - Para uma análise do movimento ver: Armando CASTRO - Evolução Económica de Portugal do Século XII ao XV, v.9.

³¹ - Ver: Fernao LOPES - Crônica de D.Joao I.

³² - Antonio SERGIO - Breve Interpretação da História de Portugal, p.33. Em outro texto, reafirma o autor que é a "burguesia marítima" que toma o poder em 1383, "impulsionando mais tarde a expansão para o ultramar" (Interpretação..., p.143). Para ele, Aljubarrota "foi a vitória do burgues sobre o aristocrata", contudo - na sequência - "a absorção monárquico-aristocrática contrariava o plano mercantil burgues" (Idem, p.208).

alcançada

pelas classes de mentalidade comercial e marítima". Na mesma linha argumenta Borges Coelho, que enfatiza o papel dos concelhos³³.

Outros autores, numa visão menos conjuntural, desconfiam destas avaliações. Armando Castro entende que o estreitamento dos laços com a burguesia mercantil reforçou a Coroa, a qual atrai quadros desta classe para o aparelho de Estado. Uma parcela da baixa nobreza que aderira ao Mestre de Avis ascende à propriedade dominial (através de doações da Coroa). Pelos dois processos "refrescam-se os quadros da aristocracia", na expressão deste autor³⁴. Também Oliveira Marques parece avaliar neste sentido, vendo no movimento de 1383 "um exemplo clássico da crise social e econômica dos fins do século XIV", igual a tantas rebeliões populares europeias da época³⁵. Antonio Fonseca Ferreira lembra a própria articulação entre o setor mercantil e o da produção agrária para fundamentar a aliança política de ambos no "segundo momento" da revolução, o da "recuperação senhorial"³⁶, completo no início do século seguinte em Alfarobeira. Também para ele, tem-se o processo de constituição de uma nova aristocracia fundiária, em geral absenteísta e afeita às lides mercantis.

De qualquer modo, a nação portuguesa penetra no século XV dotada de vigorosas potencialidades de desenvolvimento. As forças mais progressistas do cenário

³³ - Joaquim Barradas de CARVALHO - Op.cit.,p.25 e 44.

Jaime Cortesao - A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.16. Antonio Borges COELHO - A Revolução de 1383.

³⁴ - Armando CASTRO - Evolução Econômica de Portugal do Século XII ao XV, v.9, p.287. Também GODINHO argumenta nesse sentido, vendo como desdobramento de 1383 uma reposição de quadros que renova o Estado e a economia. Uma nova aristocracia que era burguesa de origem, que "saía do plano burgues para o plano do domínio da terra" (Op.cit.,p.78).

³⁵ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.227. Segundo o autor : "A vitória do Mestre de Avis significou uma nova dinastia e uma nova classe dirigente"(p.228). Ele observa que a crise, continental na verdade, encontrou aqui um Estado organizado, um "país viável" (p.207).

³⁶ - Ver: Antonio Fonseca FERREIRA - Op.cit.pp.41 e segs. Segundo o autor o movimento de 1383 viria das "contradições próprias da primeira fase da transição do feudalismo ao capitalismo" (p.38), e seu resultado demonstra "a persistência e adaptação das relações de produção feudais em Portugal" (p.48).

nacional estavam vitoriosas, no comando da política do país. Com um Estado forte, apesar do deficit financeiro provocado pela guerra com Castela, com o poder bastante centralizado nas mãos do rei. A Coroa agindo em consonância com uma burguesia cosmopolita ligada ao comércio internacional, e também com uma nobreza de base agrária recém elevada a alta aristocracia. Uma nobreza rentista ligada aos setores burgueses por laços de matrimônio, e organizada militarmente em torno do rei. Portugal encontra-se, assim, imerso em processos pujantes, tendo terminado o "ciclo de reconquista e colonização" de seu território continental - para utilizar uma expressão de Nunes Dias³⁷.

O ativamento da vida litorânea, o domínio senhorial da terra, e o atrelamento da agricultura mais produtiva à produtos de exportação, leva a um deficit crônico de grãos no reino. A demanda de cereais só é suprida com o recurso à importação, o que onera continuamente a balança comercial portuguesa³⁸. Assim, apesar do dinamismo mercantil, as finanças do país são deficitárias. A renda feudal da terra - de acordo com Armando Castro absorvendo de 30% a 40% do produto - aliada às dificuldades naturais do solo, anima um significativo êxodo rural³⁹.

Deve-se lembrar que o movimento de 1383/85 havia ocasionado uma significativa concentração fundiária. E' à partir dele que se estabelecem verdadeiras "casas feudais" em Portugal (sendo o exemplo do Condestável e da Casa de Bragança o mais expressivo). Alguns concelhos haviam também expandido suas possessões, notadamente o de Lisboa na ocupação das férteis terras das lezírias⁴⁰. Mesmo algumas aldeias haviam

³⁷ - Manuel Nunes DIAS - O Capitalismo Monárquico Portugues.

³⁸ - Segundo Oliveira MARQUES: "No comércio externo portugues, durante o século XV, o abastecimento cerealífico desempenha com frequência papel de relêvo, determinando correntes de comércio e artigos de comércio" (Op.cit.,p.194). Magalhaes GODINHO define Portugal como "uma bomba aspirante do pão estrangeiro" (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p.12).

³⁹ - Ver J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.19. Oliveira MARQUES também fala das "leis da vadiagem" em Portugal do século XIV como tentativas de conter o exôdo rural e falta de braços (Op.cit.,p.192).

⁴⁰ - Ver: Armando CASTRO - Estudos de História Sócio-Econômica de Portugal, V "Lezírias do Tejo e Sado". Onde o autor lembra a luta da Coroa para recobrar o domínio destas áreas.

conseguido, no processo revolucionário, direitos de exploração dos "baldios" e de outras terras comunais. Eram numerosos os "coutos", terras dotadas de imunidades concedidas pela Coroa. A maior parte das propriedades eclesiásticas (que na época detêm um terço do território português) estão isentas de tributos. Enfim, o espaço nacional estava dividido. Mesmo que faltando braços para sua integral exploração, as terras tinham proprietários.

Como foi observado, a necessidade de ocupação da "terra libertada" marcou profundamente a estruturação da sociedade lusitana. Em função disto, o esgotamento deste fundo territorial trazia problemas para a reprodução do modo de vida vigente. Isto é, os esquemas adotados de acomodação de interesses e de distribuição da riqueza nacional, armavam-se contando com a incorporação contínua de reservas de espaço. A vigência do "morgadio" tornava a carência territorial particulamente aflitiva para a pequena e média aristocracia⁴¹. Tais setores forneciam os quadros do estamento militar, que acabava por ter nas guerras um meio de vida. A expulsão dos mulçumanos e a paz com Castela deixava esta nobreza dependente financeiramente do trono, constituindo as pensões um alto encargo para a fazenda real, já às voltas com uma queda de ingressos⁴².

O expediente da doação de terras, com o qual a Coroa habitualmente premiava seus fidalgos, estava agora prejudicado pelo exaurimento do fundo territorial. Com o esquema comprometido, a expansão se desenhava como uma fórmula possível neste "país de colonização, construído pelo alargamento sobre terreno devoluto"⁴³. De certo modo,

⁴¹ - Uma discussão sobre os efeitos da primogenitura hereditária e da indivisibilidade da terra sobre o quadro rural, pode ser obtida em Karl KAUTSKY - A Questão Agrária, "O Fideicomisso".

⁴² - Ver: Oliveira MARQUES - Op.cit., pp.196/7. Também V.M.GODINHO argumenta nesse sentido (A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.79). E ainda J.Lucio de AZEVEDO que comenta que a Coroa "fazia assistência pública, em largas somas, às classes privilegiadas" e que "destarte, na sucessão dos reinados, a grande casa inicial acumulada na conquista, se fora pouco a pouco se desmembrando e por fim de expedientes se mantinham, aguardando a falência, de que a surpresa dos descobrimentos provisoriamente a salvou" (Op.cit., pp.52 e 54).

⁴³ - Veiga SIMOES citado por Vitorino Maqualhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.50. Segundo este autor - em seu trabalho clássico Portugal, o Ouro, as Descobertas e a criação do Estado Capitalista - a depressão econômica do século XIV estimula um "espírito neo-feudal" na nobreza, que se apresenta "ávida de território" (SIMOES apud GODINHO - Idem, p.49).

a própria revolução de 1383-85 pode ser vista, indo além da imediatividade da crise dinástica, como expressão do acirramento de contradições decorrente do esgotamento das áreas de colonização. A nobreza adere a Castela visando a um reordenamento do espaço agrário português que aumentasse os seus domínios. Os concelhos vão à luta para garantir seus espaços (político-institucionais mas também os territoriais). E há claramente uma revolta camponesa no interior do movimento. Os desdobramentos do processo apontam uma opção de "fugir para frente", buscando o alargamento do espaço econômico lusitano.

A argumentação desenvolvida encontra fundamento na interpretação de Vitorino Magalhães Godinho que, mesmo considerando que o expansionismo português não pode ser avaliado como um "bloco monolítico" (sendo antes uma articulação de "processos variados", de "caminhos divergentes"), não deixa de apontar certas dominâncias. Em suas palavras: "Afigura-se-me que os prejuízos que a nobreza assim sofreu (uma nobreza sem guerra num país pouco feudal) foram o fator decisivo para a lançar no comércio e na aventura marítima no final do Quatrocentos e em Quinhentos; a experiência de um século de desvalorização mostrava que a terra já não podia ser a base da posição social"⁴⁴. Tal centralidade só se objetiva, todavia, numa trama de pressupostos e interesses que conflua para uma conjuntura favorável.

Ao nível dos pressupostos, a tradição náutica portuguesa fornecia os meios da expansão, a opção marítima advindo da dificuldade reconhecida de realizar avanço no espaço continental. O avanço espanhol para o sul havia emparedado Portugal no extremo ocidente da Europa: todas as suas fronteiras terrestres, num quase meridiano, eram com este país. A Espanha era o único vizinho, todos os demais limites portugueses eram marítimos. E, os revéses do passado e o recente armistício (1411) desestimulavam um conflito territorial com os espanhóis, o que levava Portugal -na expressão de Barradas de Carvalho - "voltar as costas para a Península Ibérica"⁴⁵. A saída marítima era, assim, a única pos-

⁴⁴ - V.Magalhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.11 e 80.

⁴⁵ - J.Barradas de CARVALHO - Op.cit.,p.40.

sibilidade imediata de expansão. E, como já visto, o gênero de vida do país propiciava esta opção.

A marinharia portuguesa havia se formado na pesca oceânica e no comércio a longa distância. Tratava-se de um desenvolvimento naval de características oceânicas (distinto da náutica mediterrânea), que assimilava conhecimentos oriundos do litoral cantábrico com outros da navegação árabe⁴⁶. A indústria de construção naval era antiga no reino, e havia sido estimulada com a "Lei da Construção das Naus", promulgada em 1377, e que permitia a retirada de madeira nos bosques reais para esta finalidade⁴⁷.

Os marinheiros lusitanos frequentavam mares e portos longínquos, o que, aliado ao cosmopolitismo mencionado das cidades litorâneas, propiciava um amplo cabedal de informações e um largo horizonte geográfico⁴⁸. Isto se traduziu num aprimoramento técnico - onde são elementos de destaque a incorporação do astrolábio e do leme de charneira - que tem como um resultado importante a construção da **caravela**⁴⁹.

Deste modo, os meios estavam disponíveis. Contudo, tal potencialidade só se substantiva quando se inscreve no quadro de interesses dos diferentes atores sociais em

⁴⁶ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, pp.28 a 32. Sobre a náutica portuguesa ver: Luis de ALBUQUERQUE - Introdução à História dos Descobrimientos Portugueses.

⁴⁷ - Tal indústria, no processo mesmo da expansão vai adquirir o status de **manufatura régia**, assim como outros setores que diretamente interessavam às viagens, como a cordoaria e a produção de biscoitos (Ver: Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.295).

⁴⁸ - Oliveira MARQUES considera que, "do ponto de vista técnico", os descobrimientos poderiam até ter ocorrido antes. Segundo ele havia já acumulado um "conhecimento geográfico" que "estava também partilhado, e diferentemente partilhado, entre cientistas, mareantes e mercadores" (Op.cit., pp.237 e 239). Sobre o conceito de "horizonte geográfico", ver: Antonio Carlos Robert MORAES - Ideologias Geográficas, cap.2 "Geografia e Consciência do Espaço".

⁴⁹ - Segundo Damiao PERES, este tipo de embarcação foi usado pela primeira vez na viagem de Gil Eanes em 1440, e tinha como grande inovação um sistema de vela que "aproveitava melhor o vento, permitindo navegar com o través", o que constituía uma grande valtagem na realização da "volta da Guiné" (Op.cit.,p.47).

A caravela seria uma invenção portuguesa, de acordo com Jaime CORTESAO (A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, p.60). Ver também V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, pp.23 e 153.

relação à aventura marítima. E aí, assiste-se uma formidável associação de aspirações que unificou os distintos segmentos das classes dominantes no projeto expansionista. Vitorino Magalhães Godinho observa que a perspectiva de "dilatação territorial" une Coroa, nobreza, clero e burguesia - cada uma tendo sua ótica própria frente à empresa: os setores burgueses (nacionais ou estrangeiros) ansiavam um "alargamento marítimo e comercial", a aristocracia movia-se tendo por meta os saques ou a "conquista territorial"⁵⁰.

As óticas variadas não impediam a ação comum, antes se complementavam⁵¹, e em certo sentido a Coroa conseguiu mediar e contentar ambas expectativas. A expansão propiciou terras e mercados, novos produtos e saques, "elevação da honra" e "aquisição de bens"⁵².

Em termos ainda dos estímulos, cabe lembrar as carências européias no século XV (apontadas nos capítulos anteriores) presentes também em Portugal. A escassez metálica era bastante séria num país cada vez mais envolvido com as lides mercantis⁵³. A crise de abastecimento também tornava crônico o deficit de cereais⁵⁴. Estes são, assim,

⁵⁰ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.212. Este autor vê a motivação expansionista como uma "combinação de fatores", listando entre os mais importantes: a atração do ouro, também a dos campos cerealíferos, a busca de novas terras para o açúcar, também de novos produtos (com destaque as especiarias), o alargamento da área de pesca, e - no decorrer do processo - o suprimento de mão de obra escrava (Idem, pp.81/84).

⁵¹ - Como lembra Armando CASTRO, a necessidade do apoio militar ao comércio fornecia um elo de ligação entre a atividade mercantil e a fidalguia, dando inclusive um "caráter nobre" à ação comercial (Ver Lições de História de Portugal, p.36).

⁵² - Ver: Manuel Nunes DIAS - Op.cit.,v.I, p.48. GODINHO lembra que a salvação da alma e a aquisição de bens não se opunham enquanto ideais (A Economia dos Descobrimentos Henriquinos p.101).

⁵³ - Oliveira MARQUES diz: "A escassez do numerário impediu um florescimento maior do comércio e incitou mercadores e negociantes a uma tentativa de domínio das minas fora da Europa" (Op. cit.,p.245). Jaime CORTESAO também aponta nesse sentido (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.8). Magalhães GODINHO observa que as sucessivas desvalorizações das moedas no século XV são repostas à carência metálica da Europa (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.112).

⁵⁴ - Antonio F.FERREIRA relaciona a crise de abastecimento com o atraso da agricultura portuguesa fruto do monopólio senhorial da terra (Op.cit.,p.28). C.BOXER lembra que os camponeses pagavam uma taxa de cerca de 50% do produto (Op.cit.,p.28). E Armando CASTRO observa que com uma taxa desta, a atividade agrícola só era viável em solos extremamente férteis (Estudos de História Sócio-Econômica de Portugal, p.121). E GODINHO conclui: "Por isso a política de expansão ultramarina não podia deixar de visar, desde

móveis importantes da expansão. No caso do ouro, a meta delineada é a captura de suas fontes na África pós-sahariana (sendo conhecidas dos portugueses as rotas que de Tombuctu demandam os portos islâmicos). No caso dos cereais, a própria interlândia marroquina aparece como um grande atrativo (posto que exporta grãos para Portugal). Completando a favorabilidade da conjuntura para a expansão, tem-se a complicação das rotas terrestres de suprimento das especiarias (em função das rebeliões tártaras, do controle otomano dos Balcãs e do avanço mameluco no norte da África) que animam os mercadores italianos a investir na aventura marítima lusitana⁵⁵.

Assim, vão se explicitando as motivações dos agentes - elemento nodal para se compreender este processo, pois as idéias impulsionam ações, os discursos animam atos e as intenções objetivam atitudes. Vitorino Magalhães Godinho, mesmo criticando a idéia de um "espírito de cruzada" subjacente à expansão, não deixa de alinhar "um complexo de condições econômico-geográficas e científico-religiosas" impulsionando o movimento⁵⁶. Charles Boxer enumera as seguintes motivações: espírito de cruzada contra o Islão, atração do ouro africano, procura de especiarias e busca do Preste João (rei católico da Etiópia)⁵⁷. Num plano mais subjetivo dos agentes, Oliveira Marques destaca "a luta contra o infiel e a salvação das almas" entre os motivos a se considerar ⁵⁸. A bula papal de 1418 (Sane Charissimus) estimula com ênfase o avanço português.

O assalto em 1415 ao rico entreposto marroquino de Ceuta, sem dúvida, é um

os seus primórdios, o encontro de outras soluções para o problema do pão" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.231).

⁵⁵ - Ver: Vitorino Magalhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.54/6 e Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, pp.191 a 196. Oliveira MARQUES cita Virginia RAU para quem "o papel dos italianos no comércio português do século XVI era essencial" (Op.cit.,p.251).

⁵⁶ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.84 e 42.

⁵⁷ - C.R.BOXER - Op.cit.,pp.39 a 42. Sobre o Preste Joao ver também Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.243.

⁵⁸ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.248. Para este autor "a expansao africana, na realidade foi um assunto muito complexo onde intervieram variadas forças sociais, motivações e objetos" (p.229).

marco inicial da expansão. A costa do Marrocos tornava-se para o conquistador lusitano um prolongamento natural do Algarves, prosseguindo o sentido meridional da "Reconquista"⁵⁹. Tal sentido não se opõe - antes reforça - a motivação geral expansionista presente na sociedade lusitana. Daí poder-se também concordar com Joaquim Barradas de Carvalho que considera a tomada de Ceuta como "o primeiro ato da expansão marítima" e com Armando Castro ao dizer que começa aí o "espantoso derramar pelo mundo" dos portugueses⁶⁰. O caráter desta ação revela com clareza o feixe de interesses e motivações variadas envolvidas na expansão. O projeto une burgueses e nobres, expressando - segundo Godinho - o conjunto de "interesses econômicos e financeiros das grandes cidades", e sua concretização abriu para a expansão dois mundos: o "marroquino mediterrâneo" e o "marroquino atlântico"⁶¹.

O estabelecimento do nível de explicitação (para seus próprios agentes) do projeto expansionista e a definição clara do caráter da expedição de Ceuta, confluem para a polêmica acerca da existência ou não de um plano henriquino⁶². Oliveira Marques acata

⁵⁹ - Esta é a avaliação de Oliveira MARQUES, que considera que "a tomada de Ceuta separa-se com nitidez das viagens de descobrimento, das ocupações de solo virgem e das feitorias que caracterizam o mesmo período" (Op.cit.,p.230). Damiao PERES, por outro lado, vê um claro "teor expansionista" no empreendimento (Op.cit.,p.31).

⁶⁰ - Ver: J. Barradas de CARVALHO - Op.cit.,p.47; e Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.28, e também Estudos de História Socio-Econômica de Portugal, p.16.

⁶¹ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.109 e 117. O autor lembra que à nobreza interessava o saque, à Igreja um front de luta contra o infiel, à Coroa acesso a fontes de cereais e ouro (dos quais Ceuta é uma "porta"), e os comerciantes financiam o projeto (o que revela sua adesão). Ele argumenta ainda que, por sua posição, Ceuta era uma ótima base para o curso portugueses.

⁶² - O mais enfático defensor da tese de que existiria um "plano metódico" já na tomada de Ceuta é Jaime CORTESAO. Tal plano "abrangeia, além do propósito de alcançar a região do Sudão... a circunavegação da África, para atingir a Índia, e a navegação transatlântica" (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, pp.20 e 21). Segundo ele tal plano se inscreveria no quadro de luta com o Islão, tendo por estímulo os apelos papais nesse sentido. A presença do infante D.Pedro na corte húngara teria dado à Coroa portuguesa consciência da ameaça mulçamana (Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, p.17). A tomada de Constantinopla reforçaria o projeto henriquino. GODINHO questiona diretamente esta interpretação, e observa que a rota do Levante não parou de funcionar nem no auge do domínio português (A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.46 e Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.82).

a existência de "um plano sistemático de conquista militar do norte da África", estando D. Henrique preocupado com "campanhas no Marrocos", vendo as "viagens de descobertas" inicialmente como uma busca de financiamentos para este projeto⁶³. De qualquer modo, uma coisa parece ficar evidente: as iniciativas expansionistas se centralizam cada vez mais na figura do Infante que, inclusive, institucionalmente vai concentrando os direitos referentes ao ultramar (formalmente alocados na Ordem de Cristo, da qual ele é o mestre⁶⁴). E, também fica difícil de discordar de Jaime Cortesão quando ele diz que no decorrer do período henriquino são inaugurados "os métodos futuros da colonização: a feitoria, a doação, a companhia e o monopólio"⁶⁵

'A partir da tomada de Ceuta, as expedições navegadoras se sucedem num ritmo crescente. O avanço é constante pela costa africana⁶⁴. O cabo Bojador - até então marco divisor do "mundo conhecido" pelo europeu (e início efetivo do "mar Tenebroso") - é ultrapassado em 1434. Águas cada vez mais ocidentais e meridionais vão sendo navegadas, logo, incorporadas ao espaço de circulação lusitano. Em meados do século são atingidas as áreas de captura do ouro da Guiné: Arguim em 1443 e em seguida a Mina. Antes, em 1441, já haviam desembarcado os primeiros "cativos" em Portugal, e começavam a chegar as

⁶³ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.252. Para este autor, D. Henrique é um "senhor feudal típico do Renascimento" (p.254). Jaime CORTESAO o define alguém que "encarou tanto as tendências utilitárias da época como o proselitismo militante e anacrônico de um cruzado" e "sobretudo dominado pelo espírito científico" (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.20). V.M.GODINHO questiona a visão do Infante como um "cruzado" e observa que a empresa henriquina estruturava-se como uma "verdadeira holding" (A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, p.94 e 189).

⁶⁴ - Damiao PERES fala da "decisiva ação" do Infante, "o impulsionador das navegações de descobrimentos portuguesas durante o seu primeiro meio século" (Op.cit.,p.23). Lembra o autor que a Coroa lhe concede os meios materiais para o empreendimento através de "vantagens comerciais" e "direitos territoriais" (p.26). Jaime CORTESAO destaca a sistemática coleta de informações, propiciada pela presença portuguesa em vários mercados (Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.26).

⁶⁵ - Jaime CORTESAO - A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.22. D. Henrique esteve à frente da Ordem de Cristo de 1420 a 1460 (segundo Joel SERRAO - Cronologia Geral da História de Portugal).

⁶⁶ - Para uma cronologia da expansão pode-se tomar as obras citadas de Joel SERRAO e Damiao PERES. Oliveira MARQUES lista as viagens realizadas entre 1419 e 1460 (Op.cit.,p.263).

"partidas" de pimenta-de-rabo.

O Vaticano legitima, reiteradamente a ação portuguesa e seu direito sobre as terras "descobertas"; finalmente a bula Romanus Pontifex, de 1455, sanciona o monopólio lusitano sobre a África, sendo considerada por Boxer como uma verdadeira "carta do imperialismo português"⁶⁷. A empresa conquistadora era, também, um "trabalho de Deus".

Cabe lembrar que neste avanço são descobertas (ou redescobertas, não vem ao caso) as ilhas atlânticas: o arquipélago da Madeira à partir de 1418, o dos Açores à partir de 1427, e o de Cabo Verde em 1456. A ocupação dos arquipélagos interessa ao tema central aqui enfocado, pois constitui-se nas pioneiras tentativas de **colonização** (estrito senso) realizadas pelos portugueses no além-mar⁶⁸. Na costa ocidental africana processou-se o estabelecimento de feitorias e uma economia de **escambo**, que não implicava efetivo povoamento. Nas ilhas empreendeu-se uma ocupação de fato, utilizando o sistema (derivado da "Reconquista") das **capitanias hereditárias**, com doações da Coroa aos partícipes da empresa marítima⁶⁹. Foi também na colonização das ilhas que se desenvolveu a fórmula da **plantation** (primitivamente utilizada nas ilhas mediterrâneas por espanhóis e italianos). Madeira e Cabo Verde, principalmente, testam em certo sentido o esquema que mais tarde seria usado na colonização do Brasil, com o trinômio: **latifúndio**, **monocultura de cana-de-**

⁶⁷ - C.R.BOXER - Op.cit.,p.43. Este autor lembra que cinco anos antes o papa autoriza e estimula o rei de Portugal a atacar os mulçumanos e "conquistar seus territórios". Ver também Oliveira MARQUES -Op.cit., p.281.

⁶⁸ - C.R.BOXER considera que inicia-se aí a "colonização portuguesa" (Op.cit.,p.48). Também Oliveira MARQUES avalia que a ocupação da Madeira "foi o começo real da grande expansão ultramarina" (Op.cit.,p.259).

⁶⁹ - Nas palavras de J.Lucio de AZEVEDO: "Encontrados os arquipélagos da Madeira e Açores, realizava-se a continuidade da expansão territorial, necessária, não para colocar um excesso de população, mas para contentar as ambições de propriedade, que eram o estímulo da nobreza" (Op.cit.,p.68). Oliveira MARQUES fala da rápida "aristocratização" dos primeiros povoadores, gerando uma estrutura marcadamente "feudal" (Op.cit.,p.272).

açúcar, e trabalho escravo⁷⁰. Define-se, assim, mais duas motivações expansionistas: a captura de terras (para a cana) e de escravos.

E' interessante observar que o escravismo acaba por seguir no contrafluxo, isto é, do ultramar para a metrópole⁷¹.

No reino, o braço escravo vai substituindo a mão de obra embarcada⁷² - difundindo-se bastante esta relação, notadamente nos latifúndios do sul. J.Lucio de Azevedo avalia que, entre 1511 e 1513, são desembarcados em Lisboa mais de 1200 escravos. Boxer estima que, na segunda metade do século XV, os portugueses capturaram 150 mil escravos na Guiné. Oliveira Marques calcula em torno de 100 mil o número de escravos em Portugal por volta de 1527/1532. Magalhães Godinho avalia que na segunda metade do século XVI entraram cerca de 3 mil escravos por ano no reino⁷³. A vigência do escravismo vem reforçar o

⁷⁰ - Oliveira MARQUES - Op. cit., p.271. Para uma informação sintética do processo de colonização dos arquipélagos atlânticos, ver: V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, cap.X "O Povoamento das Ilhas". Sobre a descoberta: Damiao PERES - Op.cit., cap.IV "Assentamento das Primeiras Bases da Expansão Atlântica dos Portugueses: Canárias, Madeira, Açores". Sobre o desenvolvimento no século XVI, Oliveira MARQUES - Op.cit., vol. II, pp.258 a 262.

⁷¹ - Oliveira MARQUES estima que, na década de 1450, entram de 700 a 800 escravos por ano em Portugal (Op.cit.,p.274/5). Magalhães GODINHO concorda com esta estimativa, enfatizando que "profunda foi a marca da escravagem na economia e na sociedade do Portugal peninsular" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, p.168). José CAPELA lembra que, de fato, a escravidão jamais deixou de existir na Península Ibérica, e que, nesse sentido, "o fazer escravos nada tinha de novo para a aventura que começava" dos portugueses na África (Escravidão. Conceitos. A Empresa de Saque, pp.40/41).

⁷² - Armando CASTRO avalia que para uma população oscilando em torno de 1,4 milhões de habitantes, cerca de 25 mil portugueses embarcaram para o ultramar no século XV, 300 mil no século XVI e 200 mil no seguinte (Lições de História de Portugal, p.29). Quanto ao aspecto demográfico, Oliveira MARQUES observa que à partir de 1450 "gradualmente a estagnação transmutou-se em acréscimo sem parar, tanto na população absoluta como na relativa" (Op.cit., p.285). Tendência que prossegue no século XVI.

⁷³ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.71. C.R.BOXER - Op.cit., p.53. Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.289;este autor estima que os portugueses traficaram no total entre 25 mil e 40 mil escravos entre 1500 e 1550 (Idem, volII, p.67). José CAPELA avalia que, em 1551, existem 10 mil escravos apenas em Lisboa(representando 10% da população), e que trinta anos depois cerca de um terço dos 200 mil habitantes da cidade são escravos (Op.cit., p.43). GODINHO referencia os números apresentados por Boxer e Capela, e estima em 2 mil por ano a média de escravos desembarcados em Portugal durante o século XVI (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, pp.161 a 170).

domínio senhorial da propriedade da terra no país, diversificando ainda mais as formas de extração da renda fundiária por parte dessa nobreza absentéista⁷⁴. Numa visão de conjunto, pode-se mesmo considerar que ocorreu um significativo avanço da "propriedade nobre" ao longo do Quatrocentos⁷⁵.

Este avanço expressa, na verdade, a ampliação do comando político aristocrático em Portugal, que ocorre paralelo à expansão ultramarina. É interessante observar que aqui tal ampliação não se faz num combate à Coroa, antes se dá no interior mesmo do processo de fortalecimento do Estado. A expansão, e as riquezas dela provenientes, permitem a manutenção do esquema de acomodação de interesses já mencionado⁷⁶. Derrotadas as forças mais progressistas, na batalha de Alfarrobeira em 1449, o domínio aristocrático e a identidade de seus interesses com os da Coroa se consolidam, definindo aí traços de dominação feudal que permanecerão como uma determinação da particularidade portuguesa⁷⁷.

⁷⁴ - Ver: Armando CASTRO - Estudos de História Sócio-econômica de Portugal, pp.114 a 116. Este autor lembra também a existência do "imenso fundo dominial da Igreja". Em outro texto, ele comenta que a expansão não eliminou - antes revigorou - os privilégios senhoriais internos ao reino (Lições de História de Portugal, p.33).

⁷⁵ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.311. Ele lembra que é nesse século que se consolidam as grandes "casas feudais" portuguesas.

⁷⁶ - Segundo Armando CASTRO, fortalece-se o "setor rentista" (composto das grandes casas nobres, da pequena nobreza e do clero), onde o Estado vai recrutar os quadros da administração, constituindo uma numerosa "fidalguia" (uma nobreza de funcionários) diretamente dependente do rei. Paralelamente, fortalece-se também uma "grande burguesia" mercantil, originada da "concentração do capital comercial" ao longo do século. Esta burguesia age em consonância com a Coroa, a qual faz o repasse de parte do excedente para a nobreza e o clero. Porém, de acordo com o autor, esta burguesia não detém o poder político, nem tem acesso aos meios de produção. Vê-se a manutenção das "relações feudais internas" articuladas com a "inserção cada vez mais dependente no capitalismo europeu internacional" (Ver: Lições de História de Portugal, p.35 a 37).

⁷⁷ - Para Oliveira MARQUES, Alfarrobeira marca "a última fase de Portugal feudal" (Op.cit.,p.232). E reafirma que com Afonso V tem-se "a última grande época da aristocracia feudal", responsável pelas campanhas na África e pela desastrosa guerra com Castela em 1475 (p.358). Entretanto não deixa de assinalar que o Estado absolutista vai avançando apoiado nessa nobreza, cada vez mais cortesa e dependente da Coroa (p.314). CORTESAO lembra que, num primeiro momento, a vitória aristocrática implicou no retorno à política de "expansão territorial no Marrocos", com as explorações sendo deixadas em segundo plano

Contudo, por mais que o domínio senhorial implicasse uma política de "dilatação territorial e guerreira" (usando a expressão de Godinho), a ação de "alargamento marítimo e comercial" havia conquistado sua centralidade na estruturação da sociedade lusitana⁷⁸. Sejam tocados diretamente pela Coroa, sejam arrendados a particulares⁷⁹, a receita dos empreendimentos ultramarinos já pesava bastante nas contas do reino. Portugal se tornara o intermediário entre os mercados europeus e os produtos africanos, o comércio destes cada vez mais se sobrepondo à pauta tradicional de exportações. As crescentes chegadas de pimenta, de escravos, de marfim, e de ouro, e os lucros substantivos deste investimento, acabam por dar uma feição plenamente mercantil à economia portuguesa. Também as mercadorias da produção insular contribuíam para fazer de Portugal um grande entreposto.

A dominação nobre vai se fazer sentir no estancamento gradativo das atividades produtivas no território metropolitano.

A agricultura, presa aos altos encargos senhoriais, resta bastante atrasada - mantendo o país na dependência da importação crescente de cereais⁸⁰. O domínio pleno do capital comercial instala-se com toda a "ambiguidade" que lhe é própria (já discutida no primeiro capítulo), porém aqui sem o efeito dissolvente nas relações feudais (notadamente na propriedade fundiária). Ao contrário, revigorando-nas no processo mesmo de

(A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.23).

⁷⁸ - Sobre as duas políticas, ver: Vitorino Magalhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.143. Este autor fala também de duas orientações gerais na expansão: "conquista territorial e navegação comercial" (p.212).

⁷⁹ - O caso mais abrangente é o do arrendamento do trato do comércio da Guiné por Fernao Gomes em 1469, com a obrigatoriedade de manter o avanço exploratório para o sul (Ver: V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, pp.205/7). Oliveira MARQUES lembra que mesmo antes, o Infante autorizava viagens e dava concessões para comercializar certos produtos, ficando com 25% dos lucros (que segundo o autor variavam entre 100 e 700% do custo da expedição). Para ele, "o monopólio henriquino assemelhava-se antes a um senhorio" (Op.cit.,p.277). Ainda segundo ele, é somente no decorrer do século que "o modo feudal do arrendamento das receitas da Coroa a particulares ... foi pouco a pouco substituído por uma organização geral por conta do Estado" (p.307).

⁸⁰ - As grandes fomes no reino estão apontadas em Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, p.89.

mercantilização da aristocracia, que gera um tipo social que Godinho denominou de **cavaleiro-mercador** e um sistema definido como **senhorio capitalista**⁸¹. Oliveira Marques observa que este nobre tornado burguês mantém, todavia, um alto consumo improdutivo⁸² - numa atitude que retira da circulação uma quantidade de riqueza que poderia realizar-se enquanto capital comercial.

Ao findar-se o período henriquino, a Coroa passa a controlar mais diretamente as atividades ultramarinas, tomando ao Estado a tarefa de gerir a fonte de ingressos do reino. Data desse período o início da criação de um aparelho administrativo estatal de negócios coloniais. A transferência, em 1463, de Lagos para Lisboa da feitoria dos tratos da Guiné é um primitivo indicador deste processo. Contudo, a tônica senhorial da política de Afonso V - em seu longo reinado (1446/1481) - trava em parte tal tendência⁸³. As campanhas no Marrocos e contra Castela desviam por um tempo o sentido da expansão portuguesa. A subida ao trono de D.João II, em 1481, repõe o caráter marítimo do movimen-

⁸¹ - Este autor comenta que Portugal acaba por se estruturar como um "Estado Nacional mercantilista nobiliárquico" (V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.213). Em outro texto, este autor define o Estado português como uma "monarquia mercantil monopolizadora" e argumenta que "a própria lógica do expansionismo e suas sutis oposições e convergências entre mercancia e guerra, mercantilizaram o Estado, sem lhe darem a plenitude de uma organização comercial" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, pp.50 e 57). Armando CASTRO também aponta esta "mercantilização da nobreza" (Lições de História de Portugal, p.36).

⁸² - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.314. Pode-se aventar que a aristocratização da burguesia (pela concentração aludida do capital comercial) atua no mesmo sentido. GODINHO considera que uma "mentalidade cavaleiresca" permanecia em meio à "mercantilização da vida social", e avalia que a grande mercantilização do Estado inibiu a formação de uma verdadeira burguesia no processo (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, pp.53/4 e 62).

⁸³ - Tanto que seis anos após a transferência do trono, o comércio da Guiné é arrendado à Fernao Gomes. Jaime CORTESAO avalia que este rei deixou as explorações num plano secundário priorizando a "expansão territorial" no Marrocos (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p23). Nas palavras de Oliveira MARQUES: "A expansão ultramarina vinha em segundo ou terceiro lugar na ordem de prioridades do rei e na política oficial da Coroa. Conquistar o norte da África ou aspirar o trono de Castela ocupavam, indubitavelmente, o primeiro plano" (Op.cit., vol.II, p.3).

to e consolida o centralismo monárquico⁸⁴.

Este monarca estrutura a empresa ultramarina como um negócio da Coroa, estabelecendo o que Godinho definiu como um "mercantilismo estatal", onde o rei aparece como o "principal mercador". Enfim, este monarca racionaliza a expansão acentuando seu caráter comercial, o que se verifica tanto com o início da construção do castelo da Mina em 1482 quanto com a criação em 1488 da feitoria portuguesa em Antuérpia⁸⁵. Estas obras articulam as duas pontas de um circuito, que se alargará posteriormente com a descoberta do caminho das Índias. Cabe salientar que os comentaristas concordam que no reinado de D.João II, o projeto de busca deste caminho já está elaborado⁸⁶. E é ainda sob seu comando que as expedições portuguesas penetram no oceano Índico.

É necessário apontar, seguindo J.Lucio de Azevedo, que a riqueza da Mina era maior que toda a arrecadação efetuada no reino⁸⁷. Trata-se do período de entrada do ouro africano, de grande cunhagem dos cruzados, do auge da malagueta, de boas safras nas ilhas, e, corolário de tudo isso, de intenso comércio. Isto significa que não faltaram recursos

⁸⁴ - Como aponta Jaime CORTESAO, o "Príncipe Perfeito", que já desde 1474 dirigia os negócios atlânticos, retoma o sentido imprimido pelo Infante de controlar o empreendimento ultramarino e estimulá-lo (A Expansão Portuguesa na História da Civilização, p.25). Oliveira MARQUES fala que ao findar o século XV, a expansão é "nacionalizada e controlada pela Coroa", lembrando todavia que tal centralização resultou em maior liberdade comercial que no período anterior (Op.cit.,pp.251 e 278). Este autor vai destacar a incorporação de algumas ordens religiosas pela Coroa e o controle progressivo dos altos cargos eclesiásticos pela família real, avaliando que "pela primeira vez na história portuguesa, os bens da Coroa... cobriram mais da metade do país" (p.315).

⁸⁵ - Vitorino Magalhaes GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, pp.215 e 201/2. Este autor aponta o fato de D.João II ter revogado as concessões ultramarinas, retomando o monopólio régio (p.206).

⁸⁶ - Jaime CORTESAO, por exemplo, defende claramente esta avaliação, lembrando que se acreditava que a África era bem menor (Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.37). Oliveira Marques também avalia que só nesta época se tem uma idéia clara da busca das fontes asiáticas das especiarias, enfatizando inclusive que antes "a política portuguesa tem que entender-se no enquadramento geral das últimas cruzadas" (Op.cit.,p.279). Este autor considera o Príncipe Perfeito "um típico soberano do Renascimento" (p.362), em luta com a nobreza e claramente envolvido com a expansão ultramarina (p.364).

⁸⁷ - J.Lucio De Azevedo - Op.cit.,p.169.

(inclusive externos ao reino) para o projeto ultramarino. O caráter consciente e direcionado deste pode ser medido na ação diplomática desenvolvida por D.Jóao II, monarca que assina o tratado de Tordesilhas⁸⁸. Enfim, neste reinado se estrutura claramente o projeto imperial lusitano (cujas características serão objeto do próximo capítulo), e no bojo dele consolida-se a monarquia absoluta em Portugal. A empresa navegadora se substantiva como objetivo nacional, para o qual se direcionam todas as potencialidades do país.

Resta comentar os efeitos da entrada dos metais preciosos sobre a economia portuguesa, ver até que ponto se reproduziram aqui os processos inflacionários discutidos no capítulo anterior. Segundo Godinho, avaliando o intervalo entre 1480/1550, "apesar do tremendo afluxo do ouro africano... nao houve o que poderíamos chamar uma revolução dos preços no nosso período, sintoma bem claro de que a maior parte deste ouro se escoava rapidamente para fora do país, trazendo um impacte mínimo sobre sua economia interna"⁸⁹. Todavia, ainda de acordo com este autor, no que toca ao século XVI cabe distinguir duas fases: "durante as três primeiras décadas há depreciação de algumas mercadorias e inundação de mercados, com as minas do México e do Potosi, e à partir de 1545, a vinda de metais preciosos é em tal quantidade que causa uma queda do poder de compra da moeda e uma alta do custo de vida"⁹⁰.

⁸⁸ - Entre outras iniciativas, pode-se lembrar o tratado de aliança com Carlos VIII da França em 1485, e a reafirmação do tratado de Windsor em 1489. Ver: Joel SERRAO - Op.cit., pp.85/86. Jaime CORTESAO, vai além, considerando D.Joao II um dos artífices da "política de sigilo", a qual decorria da consciência das fragilidades do reino e "visava o monopólio comercial" (Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, pp.20 e 35). Este autor argumenta que nao aparecem registros das viagens efetuadas entre 1488 e 1497.

⁸⁹ - V.M.GODINHO apud Oliveira MARQUES - Op.cit., p.311. Este último autor, todavia, estima que os preços agrícolas subiram de 1.8 em 1497 para 2.7 em 1504, o que acompanharia o ritmo europeu (p.310), e revela bem o ponto de estrangulamento da economia portuguesa. A posição de Godinho encontra apoio na avaliação de P.VILAR, apresentada no capítulo anterior, que considera que o ouro africano foi "vital" para a expansão ultramarina, mas nao teve um "papel revolucionário" na economia europeia (Ver capítulo 3, p.8).

⁹⁰ - Vitorino Magalhaes GODINHO - A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.127. Observa-se que este autor parece seguir a interpretação clássica de Hamilton, discutida no capítulo anterior. Oliveira MARQUES também avalia que, ao longo do século XVI "o movimento dos preços em Portugal refletiu a situação geral da Europa, caracterizada pela revolução dos preços, até o começo da era dos Seiscentos, e pela estagnação...

Armando Castro, analisando o fator monetário, estima que a moeda portuguesa sofreu uma desvalorização de 220% de 1435 ao fim do século, conhecendo depois uma relativa estabilidade até 1573⁹¹. Oliveira Marques relaciona tal estabilização monetária à disponibilidade metálica, mostrando que quando decai o ouro africano começam a afluir os metais americanos⁹². Observa-se que a inflação lusitana ameniza-se no auge mercantil das primeiras décadas do século XVI, os preços não acompanhando a curva ascendente do volume das riquezas retiradas do ultramar. Isto leva Oliveira Marques a considerar D.Manuel o rei mais rico da Cristandade⁹³.

Este monarca continua a orientação de seu antecessor, colocando o comércio e a expansão marítima sob controle da Coroa. Esta orientação expressa-se claramente no conteúdo das Ordenações Manuelinas, editadas a partir de 1512, que fazem um esforço de organização do mercado nacional e de normatização das atividades mercantis (por exemplo com a padronização de pesos e medidas)⁹⁴. A tônica centralizadora também aparece na

à partir desta data" (Op. cit., v.II, p.100). Ele aponta o alqueire de trigo que sobe de 60 reais em meados do século para 200 reais no início do XVII.

⁹¹ - A.CASTRO - Estudos de História Sócio-econômica de Portugal, p.127. Oliveira MARQUES concorda com esta datação: "Do ponto de vista monetário, o período de 1450-1550 pode aproximadamente dividir-se em dois grandes sub-períodos, separados pela reforma de 1489"; no primeiro há desvalorização significativa da moeda causada pelo deficit metálico - 185% de inflação de 1436 a 1489 - no segundo, há uma relativa estabilização - 9% de inflação entre 1490 e 1539 (Op.cit.,pp.304 a 306).

⁹² - Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, p.98. Magalhães GODINHO observa, todavia, que a história monetária de Portugal responde a pressões muito variadas, sendo "talhada na escala do mundo" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, p.59).

⁹³ - Este autor diz que durante o reinado manuelino (1495/1521) "Os frutos da expansão ultramarina traziam riqueza, cargos, pelo menos esperança para as classes superiores. Comandos militares e combates na Ásia e África davam à nobreza oportunidade de se afirmar sem perturbação da paz metropolitana e enriquecer sem defraudar o patrimônio real" (Op.cit.,p.365). J.Lucio de AZEVEDO, entretanto, avalia que já ao final deste reinado a Coroa conhece dificuldades financeiras (op.cit.,p.115/6), e que o comércio asiático já é deficitário para a Coroa (p.120).

⁹⁴ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.301. Este autor destaca "o caráter verdadeiramente moderno das Ordenações Manuelinas como código legislativo, em oposição à mera compilação de leis antigas" (p.324). GODINHO aponta o fato destas ordenações delinarem uma estrutura social mais complexa que a organização medieval das três ordens (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.60).

criação dos correios, da "guarda real", e do aparelho judiciário. A ênfase na atividade comercial se acentua com a chegada dos produtos asiáticos. J.Lucio de Azevedo comenta que a corte de D.Manuel organiza-se "verdadeiramente como uma grande casa de negócios", e Oliveira Marques qualifica-o como "rei monopolista traficante" que - por décadas - "dispos do comércio oriental"⁹⁵.

No reinado de D.Manuel estabelece-se o imperio português, como visto no capítulo anterior, um império marítimo e filiforme⁹⁶. Trata-se do domínio de alguns circuitos mercantis, com o controle de uma rede de bases litorâneas, havendo colonização efetiva apenas nas ilhas. Na verdade, a economia portuguesa estrutura-se como um fluxo ininterrupto, um contínuo transportar de mercadorias que acaba por ter os portos metropolitanos como apenas mais alguns lugares do sistema (dado inclusive o grau de internacionalização deste fluxo⁹⁷). O processo de montagem de tal sistema, a listagem de suas bases e dos círculos de cooperação entre elas estabelecidas, e a tematização das relações presentes em seu interior serão objeto do próximo capítulo. Aqui cabe apenas salientar que, ao findar o "primeiro século XVI", os portugueses estão instalados nos diferentes quadrantes do globo, possuindo um espaço de circulação de dimensão até então

⁹⁵ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.83, e Oliveira MARQUES -Op.cit.,p.300. Este autor destaca a criação de novos monopólios por este monarca, até chegar ao completo controle régio do comercio oriental, que perdura até 1570 (Idem, vol.II, p.64). Marques lembra que só o monopólio da especiaria realiza um lucro líquido de 89% para a Coroa (p.65). O reinado de D.Manuel é assim descrito por GODINHO: "O Estado é agora uma casa comercial, o rei um poderoso negociante que habita junto dos seus armazens e recebe metade, mais tarde um quarto, das mercadorias importadas" (A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.121). E, noutro texto, reafirma que D.João II e D.Manuel eram "reis mercadores, com eles o próprio Estado se torna a maior empresa comercial" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, p.165).

⁹⁶ - Ver: capítulo 3, p.3. O caráter do império português será objeto específico do próximo capítulo. Só adiantando, GODINHO vai caracterizá-lo como um "conjunto de complexos geograficamente definidos" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.50).

⁹⁷ - Oliveira MARQUES observa que dada a forte e progressiva presença de capitais estrangeiros no financiamento do comércio marítimo, os portugueses acabam por se tornar "transportadores por conta de outrem" (Op.cit., vol.II, p.76). Entretanto, não deixa de apontar que "a supervisão estatal fez de Lisboa o entreposto obrigatório de todo comércio ultramarino" revelando uma centralidade da rede (Idem, p.68).

desconhecida⁹⁸.

O custo deste empreendimento é elevado. Alguns circuitos são, no limite, deficitários. As trocas na Ásia, por exemplo, envolvem a manutenção de um dispendioso aparato militar e as mercadorias embarcadas são pagas normalmente com metais preciosos⁹⁹. Os lucros de todo este movimento se esvaem das mãos da coroa, no consumo improdutivo (obras suntuárias e grande parasitismo), no financiamento do próprio império, e na importação crescente das mercadorias necessárias para o reino - onde a orientação mercantil acaba com as atividades produtivas do país, o que o torna cada vez mais dependente do abastecimento externo¹⁰⁰. Assim, o lucro das vendas em Antuérpia retornam em produtos (agrícolas ou manufaturados) e, no dizer de J.Lucio de Azevedo, "em meio da aparente prosperidade a nação empobrecia"¹⁰¹.

⁹⁸ - Todavia, como alerta Oliveira MARQUES, à partir de 1550 "a era de mudança e expansão, tao característica da primeira metade do século, terminara. O que importava agora era conservar e fortalecer a ordem existente" (Op.cit., vol.II, p.149). GODINHO também acata esta periodização, apontando uma "mudança estrutural" do império nesta época, da qual são indícios: a falência da feitoria de Antuérpia, a queda do trafico na rota do Cabo, o abandono de praças no Marrocos, o aumento das relações com a Espanha (cuja expansão se tornara marítima), e já certa atlantização da economia portuguesa. Enfim, acaba a expansão e começa a aparecer a concorrência nos mares (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, pp.217/8).

⁹⁹ - Oliveira MARQUES critica a idéia de um deficit estrutural do comercio portugues no Indico, apontando a variedade de situações ali presentes, e considerando que no conjunto este apresenta um saldo positivo até o século XVII (Op.cit.,vol.II, p.214). Este autor lembra que em 1515 o trato da especiaria atinge os mesmo valores do total das rendas eclesiásticas do reino, e que em 1519 o comércio ultramarino era responsável por 68% da receita estatal (Idem, p.69). Não deixa de apontar, contudo, o enorme volume das despesas.

¹⁰⁰ - Assim, "de Lisboa, o ouro da Guiné e da Mina passa em parte para Bruges, no século XV, Antuérpia, no XVI, e aí liquida o saldo devedor das compras de prata e cobre, trigo e artilharia". Mas as compras são feitas também na Itália, na Polónia, e em muitas outros países, o que leva a que "ao longo de toda a era quinhentista, o ouro português não cessa de ser drenado para outros reinos europeus" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, pp.56 a 67).

¹⁰¹ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.80.Este autor argumenta que a estrutura do império absorve os lucros comerciais, pois tratava-se de uma "grande empresa sem capitais" (pp.121 e 123). A.F.FERREIRA cita Sandro SIDERI que aponta um progressivo processo de "comercialização da economia portuguesa", onde as importações massivas são assumidas como alternativa aos investimentos produtivos" (Op.cit.,pp. 63 e 65). Também Oliveira MARQUES acata mais esta segunda visão, colocando como problemas básicos do império a falta de uma burguesia média reinvestidora e de mão de obra qualificada (o que acentua uma presença

O aumento acelerado das despesas implicava o crescimento contínuo da dívida pública. A coroa lançava mão de empréstimos para cobrir seus gastos, os altos juros levando a uma progressiva insolvência financeira¹⁰². O auge português foi efêmero, uma aventura mercantil sem meios de manter um tão ambicioso empreendimento, uma empresa dependente de recursos e mercadorias estrangeiras para seu sustento. E, um ordenamento político interno que onerava bastante a economia do reino¹⁰³. Enfim, tal leque de qualidades negativas propicia que Portugal seja rapidamente desalojado do comando do comércio mundial, passando a uma situação de **semi-periferia** europeia (quadro que se efetiva com a dominação espanhola em 1580). Portugal antecipa e inaugura um movimento, no qual não será um dos grandes beneficiários. Como observa Armando Castro: "A expansão portuguesa acelerou ainda uma gigantesca acumulação de capitais, sem a qual o capitalismo não teria podido surgir"¹⁰⁴.

estrangeira em Portugal), e o excessivo caráter estatal do empreendimento (lembrando que "a Coroa assentava diretamente numa estrutura feudal baseada no privilégio"). Mostra que a carência de capitais convivia com um alto consumo improdutivo (Op.cit., vol.II, p.75).

¹⁰² - Ver: Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.38. Tal insolvência expressa-se nas bancarrotas de 1534 e de 1560. Ver também Oliveira MARQUES - Op.cit.,p.309. Este autor relaciona a falência da feitoria de Antuérpia com o endividamento progressivo da Coroa e a importação crescente de manufaturados, e observa que após este episódio "o capitalismo de Estado afroxou" (Idem, vol.II, pp. 91 e 92). J.Lucio de AZEVEDO destaca a alta dívida herdada por D.JoaãoIII lembrando que à quebra de Antuérpia vai seguir-se a da fazenda real (Op. cit., p.129). GODINHO comenta que a fechamento definitivo da feitoria em 1549 resulta da "inversão das correntes monetárias" da Europa no período (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.51).

¹⁰³ - Segundo Armando CASTRO, a crise portuguesa vai se arrastar ao longo da segunda metade do século XVI, implicando o paradoxo da existência de terras incultas e população desempregada, fruto do monopólio do lucro ultramarino e da propriedade da terra pelas classes senhoriais. As viagens, apesar do seu "financiamento capitalista", acabam reforçando os "privilégios senhoriais" (Estudos de História Sócio-econômica de Portugal, p.150).

¹⁰⁴ - Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.30. Cabe lembrar aqui as palavras de WALLERSTEIN: "Portugal que havia estado na cabeça do movimento de nascimento do moderno capitalismo comercial, se encontrou incapaz de seguir os modelos do norte da Europa" (Op.cit.,p.480). Nas palavras de V.M.GODINHO: "Os meios de negócio portugueses, ou a política econômica... seguida pelo Estado... revelaram-se incapazes de adaptação a esta ferramenta essencial do capitalismo moderno que é a sociedade por ações", não conseguiram seguir o novo "modelo holandês" de gestão econômica (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.69).

A queda progressiva dos ingressos, em meados do século XVI, inquieta os setores aristocráticos, que associados à coroa agem no sentido de não perder seus privilégios¹⁰⁵. O reinado de D.João III (1521/1557) marca este avanço conservador, que tem a instalação dos jesuítas e da Inquisição como veículos¹⁰⁶. Este monarca adota com rigor as teses da Contra-Reforma, o que estimula a evasão de capitais (principalmente judeus) para fora do país¹⁰⁷. A posterior jornada de D.Sebastião no Marrocos pode ser interpretada como uma tentativa de retomar o sentido senhorial da expansão, seu desastre mostra já a impossibilidade de tal projeto, sua defasagem com o novo tempo europeu. Do ponto de vista da economia interna do reino tal jornada representou a gota d'água no deficit público¹⁰⁸. Seu malôgro acarretou a perda da "fina flor da fidalguia lusitana"¹⁰⁹. O governo que lhe sucede, do velho cardeal D.Henrique (o inquisidor-mor de Portugal), bem expressa o enfraquecimento político do país, que acaba por resultar na perda da soberania nacional em 1580.

Armando Castro interpreta bem as razões que fundamentam a união das coroas ibéricas lembrando inicialmente "a força centrípeta do grande império euro-

¹⁰⁵ - A queda de ingressos advém da progressiva decadência do comércio da pimenta e do esgotamento do ouro africano. O avanço nobre seguiria uma "tendência européia" e pode ser ilustrado pela perda de poder das cortes em Portugal à partir da segunda metade do século XVI (Oliveira MARQUES - Op. cit., vol.II, pp. 109 a 111).

¹⁰⁶ - J.Barradas de CARVALHO considera que nesse momento "o espírito moderno e banido de Portugal", com o domínio nobre impondo um processo de "decadência institucionalizada" que culmina com a perda da independência (Op.cit.,pp.70/72). Segundo Oliveira MARQUES, a Inquisição - instalada no país em 1536 - é um poderoso instrumento de centralização (Op.cit.,pp.354 e 370). Ver também: Armando CASTRO - Licoes de História de Portugal, pp.39/40.

¹⁰⁷ - Ver: Armando CASTRO - Licoes de História de Portugal, p.98; A.F.FERREIRA - Op.cit.,p.76; C.BOXER - Op.cit.,pp.297/8; e Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, pp.2, 78 e 120 a 123.

¹⁰⁸ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,pp. 138/9. Oliveira MARQUES também avalia que a campanha marroquina onerou em muito a fazenda do país já às voltas com uma queda de ingressos (Op.cit., vol.II, p.151), e que nesse sentido o reinado de D.Sebastiao "foi apenas uma longa preparação para a mudança de dinastia" (Idem, p.147).

¹⁰⁹ - Armando CASTRO - Licoes de História de Portugal, p.58. Oliveira MARQUES estima que em Alcarcer-Quibir morrem cerca de sete mil fidalgos portugueses (Op.cit.,vol.II, p.152).

americano de Castela sobre a vida portuguesa"¹¹⁰. Esta atração alimentava motivações variadas nas distintas classes do reino. As grandes casas feudais acabam por apoiar o rei de Castela em troca dos direitos senhoriais antes pertencentes à Coroa portuguesa. A média nobreza adere tendo por móvel o alargamento de seu espaço de atuação (logo, de obter maiores oportunidades de enriquecimento). O apoio do clero é obtido com a proposta do resgate integral dos "cativos de Fez"¹¹¹. A resistência inicial da burguesia, alocada nos concelhos, cessa após as cortes de Tomar onde os mercadores pedem ao novo rei o direito de negociar livremente nos portos do império castelhano¹¹². Enfim, as camadas populares restam à margem de qualquer influência no processo deste anti 1383-5.

Em grande parte, as expectativas acalentadas se frustam pois, logo após a união, o próprio império espanhol entra em crise (conforme foi visto no capítulo 2). As bancarrotas da Coroa espanhola em 1597 e 1607 avançam em "vagas concêntricas" sobre todo o império, causando grande impacto na economia portuguesa ¹¹³. Já antes, no naufrágio da "Invencível Armada" em 1588 boa parte da frota de guerra é destruída (cerca de 31 navios na avaliação de Oliveira Marques). Isto reforça um papel de "parceiro fraco" para Portugal no interior do império, o que leva a nobreza portuguesa a ocupar cargos de

¹¹⁰ - Lições de História de Portugal, p.54. Oliveira MARQUES também aponta a atração espanhola sobre Portugal, lembrando as relações intensas entre os países, e a necessidade lusitana da prata espanhola na segunda metade do século XVI (Op.cit., vol.II, p. 147). GODINHO destaca que a união dinástica era "desejada pelas classes dirigentes portuguesas" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, p.97).

¹¹¹ - Ver: Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, pp. 67 e 86 (este autor lista as rendas obtidas pelas grandes casas feudais). Oliveira MARQUES enfatiza que estes dois setores -nobreza e clero - são os primeiros a aderirem a Felipe II, que com a proposta da "monarquia dual" consegue amarrar vários interesses presentes (Op.cit., vol.II, p.135).J.L.AZEVEDO enfatiza a "venalidade cortesã" (Op.cit., pp171/7).

¹¹² - Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, pp. 63 e 81. Nas palavras deste autor: "O que a burguesia pretendia... no espaço colonial espanhol era integrar-se no mercado comum imperial e em seu aparelho administrativo", pois havia consciência de que o sistema ultramarino português estava em crise (p.92).

¹¹³ - Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, p.93. Armando CASTRO, depois de comentar que as classes dominantes portuguesas haviam avaliado mal a potência do império espanhol, aponta o alto número de falências no reino ligadas à crise espanhola (Lições de História de Portugal, p.97).

menor expressão e a se "provincianizar"¹¹⁴. Apenas a burguesia realiza em parte seus objetivos, espalhando-se pelos domínios castelhanos. Segundo Armando Castro, na época da "Restauração" vivem cerca de 2 mil mercadores portugueses em Sevilha e por volta de 6 mil no Peru, constituindo os alvos principais da ação inquisitoria¹¹⁵.

Todavia, no que tange à economia nacional portuguesa a união peninsular é desastrosa. Além dos aspectos já mencionados, cabe ainda apontar a rápida dilapidação também da marinha mercante do país e do comércio ultramarino em particular¹¹⁶. Isto se deve, sem dúvida à entrada da concorrência inglesa e holandesa nos circuitos asiáticos¹¹⁷. A metrópole espanhola, envolta com as dificuldades de manutenção do império na própria Europa, não socorre as possessões portuguesas atacadas nem defende o monopólio em suas rotas. Isto acarretou a destruição do império português no Oriente, nas palavras de J. Lucio de Azevedo: "em declínio ininterrupto se extinguia o poder marítimo e se esgotava a punjança econômica". Jaime Cortesão avalia bem o resultado: "Durante os sessenta anos do domínio filipino o império ultramarino português sofre uma transformação radical, e que supomos em ligação estreita com a Restauração. Até os fins da dinastia de Avis, o império português era quase que exclusivamente Oriental ou Indico, em 1640 pelo contrário,

¹¹⁴ - Ver: Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p. 87; e Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, pp.112/3.

¹¹⁵ - Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.97. Oliveira MARQUES também é adepto deste ponto de vista: "A uniao dual com a Espanha foi favorável à burguesia portuguesa" (Op.cit. p.126) pois "tornou mais intimas as relacoes de comércio" entre o "mundo portugues" e o "mundo espanhol" (p.92). Este autor ainda adiciona que é a "Restauração" que causa o declínio burgues no país (p.126).

¹¹⁶ - Segundo Jaime CORTESAO, Portugal já em 1586 possui apenas 250 barcos de comercio, um terço da frota existente em 1552 (Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, p.57). Oliveira MARQUES avalia que, ao final do período de dominação filipina, o trafico na rota do Cabo cai para um terço de seu volume em meados do XVI (Op.cit., vol.II, p.173).

¹¹⁷ - Os holandeses chegam em 1597 (já em 1601 é fundada a Compania das Indias Orientais) e atacam mais no Extremo Oriente. Os ingleses navegam no Indico em 1602 e se voltam para a Persia e para a India (Oliveira MARQUES, Op.cit., vol.II, pp.193 e 197).

Ocidental e Atlântico"¹¹⁸.

¹¹⁸ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.145.E Jaime CORTESAO- Teoria Geral dos descobrimentos Portugueses, p. 46.

V- O CARATER DA EXPANSÃO LUSITANA E DO IMPÉRIO COLONIAL

Como visto no capítulo anterior, uma forte motivação expansionista atravessa a formação portuguesa como uma de suas determinações básicas. Tal motivação realiza-se num movimento de amplo significado geográfico: a gênese de um espaço mundializado de relações. O avanço lusitano nos diferentes quadrantes da Terra esteve na vanguarda da formação da economia-mundo capitalista, desenhando pioneiramente um sistema de trocas planetário. Os barcos portugueses abriram as "estradas oceânicas", definindo rotas e estabelecendo fluxos entre lugares antes não integrados nos circuitos europeus de circulação. Trata-se de uma expansão essencialmente marítima e da construção de um império colonial¹, totalmente extra-europeu.

Como também já observado, o móvel imediato da expansão era a demanda do ouro e dos cereais. A aflitiva carência de grãos e de espécies auríferas anima um projeto que conjumina interesses de diferentes setores sociais do reino. Apesar de ênfases distintas, as motivações dos vários segmentos confluem para o objetivo comum expansionista. A estas aspirações materiais se associam discursos legitimadores que forjam as representações coletivas do processo: o "espírito de Cruzada", o "combate ao infiel", a busca do reino do "Preste João", etc. Rapidamente, as navegações se consolidam como o objetivo nacional do país: razão de Estado, carro-chefe da economia e elemento de identidade e coesão social.

Uma cronologia deste espalhar-se de Portugal pelo mundo, na verdade vai contemplar a agregação progressiva de novas áreas ao sistema imperial lusitano num processo que arrasta-se das primeiras décadas do século XV às finais do XVI (o século seguinte assistindo já o ocaso do império, sua retração territorial). Neste intervalo o avanço

¹ - Armando CASTRO observa que a "presença portuguesa" na Ásia e na África não representava uma "efetiva ocupação", sendo o império na verdade um "domínio naval" (Lições de História de Portugal, p.42). Pierre CHAUNU considera o império português "um conjunto de rotas e feitorias", que teria sido estruturado entre 1480 e 1515 em suas linhas gerais (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.239). V.M.GODINHO, como visto no capítulo anterior, caracteriza-o como "um conjunto de complexos geograficamente definidos"(ver "Portugal 1", nota 97).

é constante, num movimento que acaba por envolver todos os oceanos. As conjunturas na metrópole, os objetivos particulares, as realidades defrontadas, tudo impele à necessidade de periodizar o processo - a cada período correspondendo a incorporação de determinados circuitos. O conjunto destes definindo o império colonial português, que está estruturado em linhas gerais no primeiro quartel do século XVI.

A primeira área de difusão é o Marrocos, cujos portos os portugueses - assim como outros povos europeus (notadamente os genoveses) - visitam com frequência². Ali são comprados cereais, tecidos, cavalos, e - com destaque - o ouro do Sudão. As riquezas do país são conhecidas e, sem dúvida, estão na mira da expedição que toma Ceuta em 1415. Os ataques a Tanger em 1437 e a Alcácer em 1458 mostram que há um plano de expansão marroquina, o qual visa a conquista territorial e até se ensaiam alguns projetos de efetiva colonização³. Todavia, a resistência aqui é forte, defrontando-se os portugueses com sociedades complexas bem organizadas militarmente (é em meio das disputas internas desta que os conquistadores conseguem obter algum sucesso). De todo modo, a instalação lusitana no Marrocos não consegue se consolidar, restando em grande parte presa em enclaves litorâneos como a própria Ceuta, bastante deficitários para a metrópole⁴. A fracassada expedição de D. Sebastião acaba por encerrar as pretensões portuguesas no Marrocos, uma

² - V.M.GODINHO - A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.53. Este autor lembra, inclusive, que a bula papal de 1437 autoriza D. Duarte a negociar com os mouros (p.113).

³ - Para uma visão de síntese, ver: Vitorino Magalhães GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, caps VII "Ceuta e Marrocos" e VIII "Rumos da Expansão". E também A Expansão Quatrocentista Portuguesa, pp.64 a 70. Segundo este autor, um conjunto de objetivos anima as campanhas marroquinas: desde o domínio dos "oceanos de cereais" do Marrocos "verde", até o "alargamento da área de pescaria" ou a captura de "escravos mouros" (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.III, p.246 e v.IV, pp.131 e 154).

⁴ - A situação de enclave se evidencia pelo abastecimento metropolitano de Ceuta (V.M.GODINHO - A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.69 e Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.III, p.265). Oliveira MARQUES avalia: "As fortalezas do norte da África nada serviam a Portugal, rendendo muito pouco e custando muito aos cofres públicos" (Op.cit., v.II, p.257).

política de abandono gradativo de praças expressa esta situação⁵.

Os enclaves marroquinos cumprem, entretanto, uma série de funções na dinâmica do sistema imperial português. Em primeiro lugar, estas conquistas atuam no sentido da desorganização de algumas das rotas transaharianas de captura do ouro sudanês, o que auxilia sua canalização posterior nas feitorias portuguesas na costa ocidental africana⁶. Em segundo lugar, os produtos marroquinos (cavalos de Safim e manufaturados) encontram boa demanda nos escambos efetuados na África negra, sendo um bom meio de pagamento dos carregamentos de pimenta, de escravos e de ouro⁷. Assim, a um primeiro circuito Marrocos-Portugal, soma-se outro que articula os enclaves marroquinos com as feitorias do golfo da Guiné. E, finalmente, a posse destes enclaves anima as navegações para o sul, estimulando o projeto de bordejamento da África.

Na verdade, o avanço meridional pela costa ocidental africana se faz concomitante com os raides nas terras marroquinas. Como observa Godinho, as duas políticas de expansão não eram excludentes. Quando a Coroa, como no reinado de D.Afonso V por exemplo, adota a idéia de dilatação territorial os particulares assumem a tarefa das navegações de descoberta⁸. Assim, o prosseguimento para o sul é constante e bastante

⁵ - Na verdade o abandono de praças marroquinas havia iniciado com D.João III; em 1541 os portugueses deixam Gué, no ano seguinte Safim e Azamor, em 1550 Alcácer e Arzila (Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.37).GODINHO explica: "Desde 1540/50 houve que escolher entre, por um lado, a Índia em pleno florescimento e o Brasil em pleno arranque, e por outro lado, o Marrocos, cujo aprvisionamento se transformara num fardo esmagador (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.285). No início do século XVII, Portugal possui apenas Ceuta, Tanger e Marzagao, sendo que a primeira destas cidades fica com a Espanha após a Restauração, e a segunda passa ao domínio inglês em 1662 como parte do dote de D.Catarina (Oliveira MARQUES - Op.cit., v. II, p.258).

⁶ - Ver V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, vol. I, p.143. Ver, notadamente, o cap.3 "Caravelas contra Caravanas.O ouro da Guiné e da Mina".

⁷ - GODINHO apontando as "convergências" entre "as duas grandes diretrizes da expansão lusitana", ("a política de expansão marítima-comercial e a política de expansão territorial-guerreira"), avalia que o "Marrocos era um centro cerealífico e de indústria textil que muito importava ao comércio africano", A Expansão Quatrocentista Portuguesa, pp.98 e 100.

⁸ - Idem, ibidem, p.78.

regular. Em 1434, Gil Eanes ultrapassa o Bojador, dez anos depois os portugueses já estão navegando na "terra dos negros", em 1460 estão em Serra Leoa. Nos anos seguintes, adentram-se no golfo da Guiné - que chega a ser confundido com a virada para a Ásia⁹.

O móvel direto da expansão em toda esta zona é a captura do ouro¹⁰. E este não frustra as expectativas, começando a fluir para as feitorias de Arguim (fundada em 1443) e, em maior volume, da Mina (fundada em 1471), que comandam um conjunto de pontos de resgate - apenas a 45 dias de viagem de Lisboa. Como já foi observado anteriormente, a chegada do metal anima e retroalimenta o movimento expansionista. Na busca do ouro, os portugueses espalham-se pelo litoral do ocidente africano, estabelecendo vários postos de troca onde, além dos produtos marroquinos, são permutados o sal e os utensílios de cobre (estes oriundos da Alemanha e de Flandres, o que estabelece uma relação entre este circuito e o Noroeste da Europa¹¹). Os escambos são altamente vantajosos para o colonizador, não apenas o do ouro mas também o dos demais produtos africanos: o marfim, os escravos e a pimenta-de-rabo, a "malagueta"¹². Muitos lugares desta região vão receber o nome da mercadoria prioritária ali embarcada (Rio do Ouro, Costa do Marfim, Costa da Malagueta, etc.).

Todo este conjunto (poder-se-ia dizer **complexo histórico-geográfico seguindo Magalhaes Godinho**) tem por polo a feitoria da Mina, onde D.João II manda edificar, em

⁹ - Para uma cronologia do avanço na costa africana pode-se consultar a obra citada de Damiao PERES, seja a versão sintética ou na "monumental" (ambas indicadas na Bibliografia).

¹⁰ - Ver: V.M.GODINHO - A Expansão Quatrocentista Portuguesa, pp. 79/80. Segundo este autor o ouro começa a fluir após 1450 e em meados do século XVI se esgota, sendo que em 1570 este circuito já é deficitário (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, vol.I, pp. 129 e 175). Nesta obra reafirma com ênfase que o ouro sudanês "será o alvo das viagens de descobrimento quatrocentistas" (Idem, v.I, p.67).

¹¹ - Ver V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, cap.2 "Do Ouro Mulçumano à Prata Alemã".

¹² - V.M.GODINHO comenta: "Malagueta e pimenta-de-rabo tiveram o seu período de esplendor no final do século XV e sobretudo os grãos-do-paráiso durante a primeira metade do século XVI" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, p.152). J.Lucio de AZEVEDO argumenta que a pimenta africana era descarregada a um custo três em Lisboa contra oitenta no Cairo (seu grande centro fornecedor), e apresenta dados deste comércio (Op.cit.,p.108).

1482, uma fortaleza - o castelo de Sao Jorge da Mina - centro da presença portuguesa na Guiné. O castelo expressa o controle régio do empreendimento, sendo o ouro e a pimenta monopólio da Coroa que basicamente explora-o através de concessões a particulares (onde não falta a presença de capitais estrangeiros¹³). A riqueza da Guiné alimenta a fazenda do reino até meados do século XVI¹⁴, com partidas constantes dos vários produtos que, na metrópole, terão seu trato centralizado na "Casa da Guiné" - instituição estatal responsável pela sua recepção e circulação (articulando-se para tanto diretamente com a feitoria de Bruges/depois Antuérpia).

A interlândia desta parte do continente africano, apesar de aparecer como **área de circulação** de mercadores lusitanos, não conheceu uma efetiva instalação. No geral, nesta região o estabelecimento se faz por acordos com potentados locais¹⁵, estes enviando as mercadorias para os entrepostos portugueses na costa. Assim, as viagens continentais são de reconhecimento e diplomáticas, grosso modo avançando pelos rios (Senegal, Gambia, Volta e o Niger). A exceção é a feitoria de Uadam, nas bordas do deserto - construída tendo por atrativo a proximidade das fontes do ouro e a captura de escravos¹⁶. Em suma, a porção ocidental africana do império português era constituída de um conjunto de feitorias litorâneas polarizadas pelo castelo da Mina, onde desenvolvia-se uma economia basicamente

¹³ - Ver V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, p.196; e J.L.AZEVEDO - Op.cit.,p.105. Sobre o castelo da Mina, ver: C.BOXER - Op.cit.,pp.50/1.

¹⁴ - Sobre os produtos embarcados na Guiné pode-se consultar V.M.GODINHO (A Economia dos Descobrimientos Henriquinos), que investiga o comércio do marfim, da pimenta, da malagueta, de escravos e do ouro (pp. 199 a 208). Segundo este autor, Arguim já é deficitária no início do século XVI (p.194). J.L.AZEVEDO concorda com esta avaliação, lembrando que a Mina só entra em déficit no final deste século (Op.cit.,p.184).

¹⁵ - Como observa Oliveira MARQUES - Op.cit., v.II, p.43. BOXER lembra que por volta de 1500, os portugueses já visitam Tombuctu (Op.cit.,p.51).

¹⁶ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, p.194. Este autor lembra também a tentativa de instalação da feitoria de Uगतó (p.204). Uadam, criada por D.João II, fazia a ligação entre a feitoria de Arguim e Tombuctu (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.I, pp. 76 e 147). Uगतó vinculada ao comércio da pimenta (Idem, v.II, p.152).

de escambo¹⁷.

Restaria comentar a assimilação das terras mais meridionais do ocidente africano, as costas levantadas basicamente por Diogo Cao. Este navegador, no decorrer de duas viagens financiadas diretamente pela Coroa (1482 e 1485), distribui padroes de pedra (marcos da soberania portuguesa) ao longo deste litoral: o primeiro na foz do rio Zaire, o segundo no cabo de Santa Maria, outro no cabo Negro já na costa angolana, e um último no cabo Cross. Assim, demarca o caminho atlântico de Bartolomeu Dias, que lhe sucede nas viagens nesta direção. Neste percurso, os portugueses se deparam primeiro com o grande reino do Congo, o qual por uma bem armada aç~ao diplomática se torna um protetorado da Coroa lusitana¹⁸.

Mais ao sul tem-se basicamente uma área de resgate de escravos, cuja efetiva exploração data de meados do século XVI, estimulada pela demanda de braços pela economia açucareira das ilhas e do Brasil¹⁹. E é neste papel que as terras angolanas v~ao se integrar com a própria exploração guineense, nesta época redefinida no sentido de especialização no fornecimento para o tráfico negreiro. Tanto que Luanda, a capital deste sistema mais meridional só é fundada em 1575²⁰. Enfim, a plena incorporação destas

¹⁷ - Este sistema sustenta-se até o século XVII, quando existiam cerca de 12 a 15 feitorias portuguesas na região, contudo com o declínio do ouro "as feitorias da África continental estagnaram" (Oliveira MARQUES - Op.cit.,v.II,p.267).A Guiné sofre um forte assédio dos holandeses, que tomam a Mina em 1637, Arguim no ano seguinte, e S.Tomé em 1641 (p.265).

¹⁸ - O rei do Congo se cristianiza, e a partir de um intercambio reiterado com o reino tenta imitar a corte portuguesa. Seu filho, educado na Europa, se torna o primeiro bispo de Utica.

¹⁹ - J.CORTESAO considera que a escravidão fixou os portugueses em Angola, pois "aquela provincia tornara-se por tal forma uma dependência do Brasil" (A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, p.36). Oliveira Marques observa que em Angola tenta-se uma ocupação territorial de fato, tendo a captura de escravos como móvel (Op.cit., v.II, p.269). Magalhães GODINHO lembra também os avanços para o interior em busca das minas de prata, com expedições subindo o Cuama em 1559 e 1573; e a fundação do forte de Cuinza em 1603 (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, pp.104 a 106).

²⁰ - Segundo BOXER, da data de fundação até 1591, este porto já havia embarcado cerca de 50 mil cativos (Op.cit.,pp.125/6). Oliveira MARQUES estima que abaixo da foz do rio Zaire se embarcava entre 4 a 5 mil escravos por ano já na década de 1520, apontando a continuidade desta atividade com Benguela sendo fundada em 1617 (Op.cit., v.II pp.47 e 272). GODINHO concorda com estes números, avaliando que

regioes vai ocorrer apenas no bojo do complexo luso-afro-brasileiro em fins do século XVI.

Antes de dobrar o cabo da Boa Esperança, cabe mencionar que durante este avanço meridional pelo Atlântico são descobertos os arquipélagos que haverão de constituir, como já visto, num sistema peculiar dentro do império lusitano. Segundo Damiao Pe-

res, as ilhas da Madeira entram na "órbita portuguesa" à partir de 1419, conhecendo após 1425 uma "decisiva" colonização. Os Açores são descobertos por volta de 1427, e colonizados à partir de 1431²¹. Os assentamentos aí realizados são, antes de mais nada, bases avançadas da expansão, focos de difusão para um círculo mais amplo de circulação atlântica. Dos arquipélagos partem as expedições que demandam a América setentrional, e saem exploradores que trafegam em todos os quadrantes do Atlântico sul. Estes arquipélagos vão ainda cumprir um papel de escala para as frotas da Guiné, posteriormente também as da Índia, e depois do Brasil²². Assim, são claramente nós da rede de circuitos do império, bases oceânicas do território metropolitano.

Nas ilhas, como já mencionado, começa a colonização (estrito senso) portuguesa, como também avalia Charles Boxer²³.

O processo de ocupação, levado a cabo por particulares (à partir de doações régias), inicialmente embasa-se numa economia extrativa: o sangue-de-dragão, a urzela e a madeira

de Angola foram embarcados cerca de 1 milhão de escravos entre 1580 e 1680 (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, p.165).

²¹ - Damiao PERES - Op.cit.,pp.36 a 38.

²² - V.M.GODINHO fala dos Açores como "escala quase obrigatória e cheia de atrativos" das várias rotas que trafegam pelo Atlântico (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.241).

²³ - C.R.BOXER - Op.cit.,p.48. Oliveira MARQUES diz: "O laboratório experimental do império português na Ásia e na América funcionou nas ilhas atlânticas", que foram "uma espécie de micro-organismos em relação às grandes áreas continentais" (Op. cit., v.II, p.35). GODINHO também utiliza esta imagem, falando dos arquipélagos como "focos de irradiação", "laboratórios insulares do que vai ser a colonização do Novo Mundo" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, p.101), com "um povoamento ligado a uma economia agrícola" (Idem, v.III, p.232).

encontram bons mercados na Europa. Posteriormente desenvolve-se a agricultura, com a cana-de-açúcar atingindo uma significativa produção na Madeira²⁴, e os cereais sendo produzidos nos Açores²⁵. De Funchal o açúcar chega a ser embarcado diretamente para as feitorias de Flandres, o que adiciona uma nova rota na rede de circuitos delineada²⁶. 'A produção açucareira associa-se relações escravistas de trabalho, criando um nexó entre a economia madeirense e o continente próximo²⁷.

Esta associação entre cana de açúcar e escravidão vai fundamentar a ocupação do arquipélago de Cabo Verde, descoberto em 1456. Aí tenta-se uma exploração agrícola, todavia, com a expansão do plantio da cana e sua consequente voracidade de braços escravos, Cabo Verde acaba por especializar-se no tráfico negreiro - função que afirma-se, junto com a de ponto de escala da rota do Cabo, ao longo do século XVI²⁸. Em termos de produção, apenas o plantio de algodão apresenta em alguns

²⁴ - Segundo J.Lucio de AZEVEDO, a Madeira com uma produção já razoável de açúcar em 1452, estimulada inclusive pela presença de capitais genoveses no empreendimento (Op.cit.,p.221). Tanto que em meados do século XVI a ilha possui 30 mil habitantes, sendo 3 mil escravos envolvidos com a produção açucareira. Quando a concorrência do produto brasileiro cresce tem-se a introdução da vinha, em 1586 (Oliveira MARQUES - Op.cit., v.II, pp.259). GODINHO caracteriza o "século açucareiro" da Madeira entre 1470 e 1575, e, ao lado da concorrência do Brasil, aponta o esgotamento dos solos como causa da decadência da produção (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.III, pp.234 e 243, e v.IV, pp.74 a 76).

²⁵ - Oliveira MARQUES conclui que "os Açores davam constante rendimento à Coroa", primeiro com as plantações de trigo e depois com o milho (Op.cit., v.II, p.262). Magalhães GODINHO fala do importante papel do trigo açoreano na economia lusitana, como visto carente do produto. Diz ele: "Ao longo dos séculos XVI e XVII, como vimos, à mesa dos madeirenses comeu-se sempre o pão dos Açores", destacando esta função abastecedora válida também para o consumo das praças marroquinas e também do próprio território metropolitano (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.III, p.239).

²⁶ - V.M.GODINHO observa que ao longo do século XVI tem-se uma quantidade de açúcar desembarcado em Antuérpia maior que as cargas de especiaria, lembrando que também São Tomé o envia direto para Flandres desde 1517 (chegando mesmo a enviar mais que a Madeira em 1530/40 (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, pp. 84 e 96).

²⁷ - J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit., p.228.

²⁸ - Oliveira MARQUES - Op.cit.,pp.39/40 e 264/5.Diz também V.M.GODINHO: "Foi lento o povoamento do arquipélago de Cabo Verde" ligado à economia atlântica como "centro redistribuidor da escravaria da Guiné" (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p.95).

períodos certo relêvo. Resta falar de Sao Tomé e Príncipe, que completam - afora algumas ilhas isoladas - o conjunto insular atlântico do império colonial lusitano. São Tomé, como já apontado, conhece uma produção açucareira à partir de 1485, nos mesmos moldes da Madeira, cujo apogeu não ultrapassa o século XVI. Tais ilhas são, entretanto, também um anexo do complexo guineense, estando bastante ligadas à vida dos litorais com que se defrontam²⁹.

Os arquipélagos atlânticos são - como mencionado - áreas de efetiva colonização, extensões descontínuas do espaço metropolitano, territórios coloniais em sentido pleno. No Açores, na Madeira e em Cabo Verde há domínio completo do espaço - em outras palavras, soberania portuguesa integral - e assentamento de populações renóis, que criam uma nova sociedade como que um prolongamento da metropolitana. O sistema aqui desenvolvido, como já observado, vai servir de padrão para outros lugares onde os portugueses se instalam com um sentido de domínio territorial, notadamente as terras brasileiras.

Enfim, ao encerrar o século XV é este o quadro da expansão portuguesa, ainda limitada a uma circulação atlântica³⁰. Como aponta Godinho, a formação do império envolve neste século três formas de ação: conquista no Marrocos, comércio na África ocidental e colonização nas ilhas³¹. Cabe ainda mencionar as vitórias de Portugal no que toca aos embates diplomáticos pelo controle dos circuitos abertos e das áreas descobertas. Na verdade, as tentativas espanholas de entrar no comércio africano são intensas, também a disputa pelo domínio das Canárias (por largo tempo visitadas por navegadores dos dois

²⁹ - Estas ilhas são bases para o comércio africano e entreposto de embarque de escravos, segundo Oliveira MARQUES (Op.cit., v.II, pp.42 e 268).

³⁰ - Cabe lembrar as viagens portuguesas no Atlântico Norte, como a exploração da Terra Nova pelos Corte Real, ou a expedição no golfo de S.Lourenço em 1519. Tais ações têm a característica comum de terem sido financiadas por particulares. Ver: Damiao PERES - Op.cit., pp.116 a 124. Jaime CORTESAO comenta as viagens de Diogo de Teive, em 1452, saindo dos Açores; e também a expedição conjunta com a Noruega em 1476 (Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, pp. 23 e 33 a 35).

³¹ - V.M.GODINHO - A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.214. E J.CORTESAO referenda: "No Atlântico, a expansão e o domínio dos portugueses não obedeceram um único sistema como no Índico" (A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, p.34).

países ibéricos). Já em 1435, no concílio de Basileia, estes pontos são postos em discussão, e Portugal defende a ocupação como "forma definitiva de aquisição jurídica"³². Apesar de sucessivas bulas papais referendarem o direito português, a questão entre os dois reinos só é solucionada com o acordo de Alcaçovas em 1479, onde Portugal acata a soberania de Castela sobre as Canárias, e a Coroa castelhana aceita o domínio português do comércio africano³³.

Na virada do século, dois novos elementos vêm se agregar no processo de expansão lusitano: a descoberta de terras na América meridional e a entrada nas águas do oceano Índico. O Brasil será matéria do próximo capítulo (e de toda a parte 4), cabendo apenas lembrar aqui que até meados do século XVI estas terras têm pouca importância para o império, sendo quase que só "uma pousada no caminho das Índias" - para usar uma expressão de Sérgio Buarque de Holanda.

O plano de atingir o oriente pela via marítima, contornando a África, já está claramente delineado no reinado de D. João II. Como observa Oliveira Marques: "Procurar o Preste-João deixara de constituir o fato principal, e a Índia - a autêntica Índia asiática, fonte de especiaria - mostrava-se agora o objetivo desejado"³⁴. Além da aceleração das viagens de exploração no litoral africano, o plano joanino também se explicita na busca de informações precisas sobre o comércio asiático. Entre estas gestões incluem-se a viagem dos freis António de Lisboa e Pedro de Montarroyos à Palestina e, principalmente, o périplo

³² - "A teoria jurídica portuguesa da soberania em matéria colonial assentava, segundo se depreende das alegações de D. Afonso de Cartagena no concílio da Basileia, sobre dois princípios: a ocupação e a vizinhança" Jaime CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.40. Ver também V.M.GODINHO - A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.91.

³³ - Ver: Damiao PERES - *Op.cit.*, p.75.

³⁴ - Oliveira MARQUES - *Op.cit.*, vol.II, p.8. Segundo este autor a D. João II "se deve um plano coerente de descobertas", cuja meta é a Ásia (p.5). O mesmo avalia V.M.GODINHO: "Com D. João II o plano das descobertas ultrapassa decididamente os objetivos mediterrâneos e africanos para visar ao longínquo oriente" (A Expansão Quatrocentista Portuguesa, p.100 e também Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, p.162).

comerciais extremamente complexos em funcionamento há séculos”³⁹. Cabral agrega Quiloa e Sofala aos pontos de visitaç~ao portuguesa na costa oriental africana (um barco de sua frota chega à entrada do mar Vermelho), e consolida a presença lusitana na costa ocidental da India (o que se reforça com a segunda viagem de Vasco da Gama). Cinco anos depois desembarca o primeiro vice-rei do império oriental, D.Francisco de Almeida, com um "programa definido de ação política", que envolve a construção de uma rede de fortalezas e a manutenção de uma frota estacionada no oceano Indico” Como observa Damiao Peres, a "exploração do Indico faz-se em vários sentidos e sem rigorosa sequência cronológica, à partir dos pontos nevrálgicos da ação política e econômica ou necessariamente militar”⁴⁰.

A Francisco de Almeida sucede como vice-rei, em 1509, Afonso de Albuquerque (visto por Oliveira Marques como "o verdadeiro fundador do império português na Asia”⁴¹).

³⁹ - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.116. Para este autor, a armada de Cabral era claramente "uma demonstraç~ao de força", sendo militares "os meios de garantir a liberdade de evangelizaç~ao e a participaç~ao nos ricos tráficos do ouro, das especiarias e das pedras preciosas"; e conclui que a "demonstraç~ao de força militar saldava-se por um excelente negócio" (Idem, v.II, pp.169 e 176). Sobre o itinerário de Cabral, ver: D.PERES -Ob.cit., p.130.

⁴⁰ - Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II. p.28. Segundo este autor: "Os portugueses pretendiam um domínio dos mares eficaz, aliado a uma hegemonia política na forma de áreas de influência... bem c~oscios da impossibilidade de conquistar territórios" (p.28).

⁴¹ - Damiao PERES - Op.cit.,p.129. Oliveira MARQUES observa que em cerca de quinze anos (de 1498 a 1513) quase toda extensao deste oceano já havia sido percorrida pelos barcos portugueses, e que na Asia comércio e guerra ao Islao estavam juntos (Op.cit., vol.II, p.23). GODINHO também comenta que a expans~ao no Indico foi muito mais rápida do que no Atlântico (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.46).

⁴² - Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, p.29. Todavia este autor nao opoe a ação de Albuquerque à de seu antecessor, sendo comum aos dois "espalhar baluartes por pontos estratégicos em todo oceano Indico, escudando-os com esquadras permanentes, como meio de controlar o tráfico e proteger as feitorias" (p.49), e completa: "à maneira dos fenícios e dos gregos da Antiguidade, interessava-lhes mais tecer uma vasta rede de colônias urbanas espalhadas ao longo da costa, do que conquistar impérios territoriais" (p.51). V.M.GODINHO avalia que o projeto de Almeida tinha uma ênfase de exclusivo controle marítimo, ao passo que Albuquerque combinava este com algumas conquistas em terra, e conclui: "As exigências do comércio implicavam o domínio dos mares, o qual supunha bases navais e feitorias que apenas podiam ser asseguradas por uma ocupaç~ao territorial, embora restrita" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.62 e v.II,p.179).

Almeida havia construído fortalezas em Quíloa, Sofala e Moçambique na África, Angediva, Cananor e Cochim na Índia, e na ilha de Socotora em frente à Península Arábica. A este conjunto, Albuquerque vem sobrepor a tomada de alguns pontos-chaves do tráfico no Oriente: toma Goa (cidade de posição central para o controle da costa ocidental da Índia), se impõe a Ormuz (dominando a entrada do golfo Pérsico), e conquista Malaca (porta para o tráfico com o Pacífico)⁴³. Ainda, explora a costa arábica, a do Malabar e do golfo de Bengala, e visita o Ceilão. E ordena a busca das fontes da especiaria, com a organização de expedições que partindo de Málaca demandam a Indonésia, às Molucas, à Sumatra e Java, e ao Timor⁴⁴. Albuquerque também envia a primeira embaixada à China, em 1513. Em toda essa ação, estabelece uma rede de vassalagem, priorizando as alianças com os reinos não islamizados⁴⁵.

Há assim uma clara determinação geopolítica na ação de Albuquerque, orientada - segundo avaliação de Jaime Cortesão - para "assegurar a posse das estradas marítimas por meio de frotas que se apoiassem em pequenas colônias, ao mesmo tempo feitorias e fortalezas, sólidamente estabelecidas nos principais pontos estratégicos, conciliando no mesmo passo por uma política de larga tolerância e generosidade a boa vontade dos indígenas"⁴⁶. E esta determinação se efetiva, propiciando que durante praticamente todo o século XVI Portugal domine os mares do Oriente. Não há - como alerta Boxer - um pleno monopólio, mas uma significativa hegemonia nos principais circuitos

⁴³ - P. CHAUNU considera estas três cidades como as "chaves do império asiático" (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.206). Oliveira MARQUES avalia que "na Índia, colonização significou pouco mais do que fortalecer e perpetuar os pontos-chaves do monopólio comercial" (Op.cit., v.II, p.49).

⁴⁴ - Ver: Damiao PERES - Op.cit., pp.133 a 151.

⁴⁵ - Oliveira MARQUES - Op.cit., vol.II, p.31. GODINHO destaca esta diversidade dos tipos de instalação dos portugueses no oriente (domínios, protetorados, Estados aliados, etc.), e lembra os acordos bilaterais com o Iemem e a Etiópia e, posteriormente, com a Pérsia (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.III, pp. 37, 123 e 112).

⁴⁶ - Jaime CORTESAO - A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, p.31. C.BOXER também alude ao plano de Albuquerque como um conjunto de fortes e feitorias apoiados em acordos locais obtidos em meio às rivalidades pré-existentes (Op.cit., p.69 a 72).

marítimos asiáticos. Os portugueses se assenhoram das principais vias de intenso tráfico local do Índico e das bordas do Pacífico, numa organização dispersa e "essencialmente militar"⁴⁷.

Todavia, há que se diferenciar dois planos da presença portuguesa na Ásia: o controle de uma rica rede local de relações e o estabelecimento de um circuito de contato regular com Portugal e a Europa - a **carreira da Índia**. Esta viagem, pela rota do Cabo, levava um ano e meio no trajeto Lisboa/Índia/Lisboa e teriam ocorrido - segundo Magalhães Godinho - 918 partidas entre 1500 e 1635⁴⁸. O navio agora utilizado não é mais a ágil e pequena caravela mas as grandes e pesadas naus, algumas chegando a transportar 2 mil toneladas com uma tripulação de cerca de 900 homens⁴⁹.

Este circuito tem por móvel fundamental o comércio de **especiarias** - objetivo claramente fixado na elaboração do "plano asiático" e que norteia a ação de Vasco da Gama e seus sucessores⁵⁰. Trata-se de abrir uma rota marítima que concorrerá com Veneza, cidade que monopoliza a distribuição européia destes produtos - trazidos da Ásia através da rota terrestre do Levante, e obtidos no Egito; nas palavras de Magalhães Godinho: "... política do bloqueio da Meca, ligada à cruzada, visa assegurar o monopólio do fornecimento

⁴⁷ - C.BOXER - Op. cit., pp. 75 e 158. Este autor coloca que o império português na Ásia chegou a ter 29 cidades e 33 reinos tributários em sua órbita (p.157), e conclui que o caráter militar advém da Ásia ser "uma fronteira de conquista" (p.239). Oliveira MARQUES também aponta o estado de guerra permanente no domínio lusitano do Índico (Op.cit.,p.28).

⁴⁸ - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.43. Também C.BOXER - Ob.cit. p.232 e Oliveira MARQUES -Ob.cit., v.II, p.209. P.CHAUNU coloca que o auge da carreira portuguesa das Índias ocorreu entre 1540 e 1550 (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.211).

⁴⁹ - GODINHO estima que a tonelagem média das naus oscilava entre 400 e 500 toneladas, e destaca que "a rota do Cabo abriu assim largos horizontes à construção naval e a armação privada" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, pp.52 e 57). BOXER comenta que a tripulação das naus era basicamente recrutada à força ou mesmo escrava, e que o comando sempre estava nas mãos de um fidalgo (Ob.cit., p.244).

⁵⁰ - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, pp.159 e 166. Para uma definição de "especiarias", ver p.145. E para uma geografia das áreas de produção, pp.187 a 195.

de especiaria à Europa⁵¹. O valor destas mercadorias anima o empreendimento, estimulado nos portugueses pelo bom lucro obtido no comércio da especiarias africanas⁵². Atrai também o investimento estrangeiro (capitais genoveses notadamente), apesar de se estruturar plenamente como uma empresa régia.

Ao contrário do comércio africano, onde a Coroa em grande parte arrenda seus direitos à particulares, no Indico ela mantém um sistema de exploração direta da atividade comercial até quase o final dos Quinhentos⁵³. As naus da rota do Cabo desembarcam, na metrópole, direta e exclusivamente na **Casa da Índia**, em Lisboa⁵⁴. Organismo estatal criado por D.Manuel, já em 1503, que monopolizava todo o comércio lusitano de especiaria. O grande produto deste circuito foi, sem dúvida, a pimenta - apesar de alguns outros, pela raridade nos mercados europeus, adquirirem alto valor. Do reino, como suas congêneres africanas, este condimento era enviado à feitoria de Antuérpia, onde entrava no pagamento das compras da Coroa portuguesa. Esta cidade - a 15 dias de navegação de Lisboa - aparece, assim, como o verdadeiro ponto terminal da carreira da Índia, "o grande

⁵¹ - Idem, ibidem, v.III, p.133. GODINHO lembra que o monopólio não se efetiva totalmente, e que "o bloqueio foi eficaz sobretudo no que respeita à pimenta" (p.115). E alerta para a duplicação do consumo europeu de especiarias no século XVI, que propiciou a complementariedade das rotas do Cabo e do Levante (Idem, v.II, p.174).

⁵² - GODINHO lembra que por largo tempo o volume das mercadorias africanas excede o das asiáticas (com exceção da pimenta), apesar do valor bem menor das primeiras. Assim, já no início do século XVI, a rota do Cabo rende mais que a da Mina (Idem, ibidem, v.II, p.48). Este autor estima o lucro final em Lisboa do trato das especiarias em 152%, em média (Idem, v.III, p.21). Oliveira MARQUES avalia que o comércio de especiarias, por volta de 1530, dá um lucro líquido de 89% para a Coroa (Ob.cit., v.II, p.65).

⁵³ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.62. GODINHO observa que também no comércio oriental há arrendamentos e licenças de trato, e principalmente o pagamento da máquina administrativa colonial com direitos de embarque - o que leva inclusive a dificuldades em vários momentos para enviar a carga do rei, que fica as vezes em um quarto do produto embarcado (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.61).

⁵⁴ - Sobre a estruturação e as funções da Casa da Índia, ver: V.M.Godinho - Idem, v.II, p.54 e Oliveira MARQUES - Op.cit., v.II, p.70.

centro de acolhimento das especiarias e de sua difusão⁵⁵, mesmo após o fechamento da feitoria.

Na Ásia a produção de pimenta flui, assim como as demais especiarias, para os portos indianos - notadamente os da costa do Malabar. Calicute é, na época da chegada dos portugueses, o grande centro polarizador do comércio do Índico. Tal centralidade vai ser quebrada por Portugal, face a dominância dos mercadores árabes nesta praça. Por uma política de afirmação militar nas águas, e de acordos com os reinos menores não islâmicos (onde a presença portuguesa não implicava soberania), por volta de 1510 os principais circuitos desta produção estão desviados para bases lusitanas. Goa aparece como a nova capital de todo este sistema de frotas, feitorias e fortalezas - entreposto central e sede do vice-reinado no Oriente⁵⁶.

A rota do Cabo permanece segura para as naus portuguesas até o último quartel do século XVI, quando os ataques dos concorrentes estrangeiros começam a se fazer mais frequentes. A coroa relaxa o monopólio após 1570, chegando a arrendar totalmente o trato no início do século seguinte. Os embarques de especiaria diminuem, chegando alguns produtos exóticos (de alto valor unitário) a constituírem a maior parte da carga das naus do reino⁵⁷. Enfim, como conclui Magalhães Godinho "desde o ocaso dos Quinhentos que as desgraças se abatiam sobre a carreira portuguesa da Índia, cujo trato se restringiu consideravelmente"⁵⁸.

⁵⁵ - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.184. Este autor, lista outros mercados portugueses, alguns como Livorno e Florença de relativa importância no final do século XVI (pp.179 a 181). Mas é em Antuérpia que as transações atingem maior volume, trocando-se o açúcar e as especiarias por prata, cobre e trigo - mercadorias vitais para a economia portuguesa (v.II, p.84).

⁵⁶ - Goa possui, segundo Oliveira MARQUES, 10 mil habitantes reinóis em 1540, sendo uma das maiores cidades portuguesas de então (Op.cit.,v.II, p.50). Fundada em 1511 é considerada por GODINHO como "o principal foco de povoamento português" na Ásia (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.34).

⁵⁷ - Idem, ibidem, v.III, pp. 59 a 61, e 77/8.

⁵⁸ - Idem, ibidem, v.III, p.68 GODINHO aponta a dificuldade de manter um sistema tão amplo e disperso: "A produção das especiarias e drogas circunscreve-se em zonas bem delimitadas mas como a lista desses produtos abrange uma diversidade extrema a área total acaba por ser extensíssima" (v.III, p.173).

Cabe salientar que além deste sistema, os portugueses se imiscuem em toda a rede de circulação marítima pré-existente. E, com sucesso, pois como alerta Magalhaes Godinho: "Pela primeira vez na história do Oriente, apresentavam-se compradores que nao eram simplesmente comerciantes - particulares - mas sim poderes navais temíveis agindo em nome de um Estado estrangeiro por conta de seus mercadores e de si próprio"⁵⁹. O resultado deste movimento é a instaç~ao de colonizadores lusitanos nos diferentes quadrantes do mundo oriental. Uma parte destes - os casados - v~ao se fixando e desenvolvendo interesses próprios nos locais de sua fixaç~ao, tornando o império "n~ao apenas um conjunto de feitorias com pessoal à mudar e ansioso para regressar à metropole, mas também uma teia de focos de povoamento"⁶⁰.

Assim, ao lado da carreira da Índia, desenvolve-se todo um fluxo de circuitos regionais. Um conjunto deles abarca as iniciativas de busca das fontes de outras especiarias, envolvendo as ilhas do Indico, a Indochina, chegando a adentrar no Pacífico (onde disputam com a Espanha a soberania sobre as Molucas⁶¹). Nesta direção, a base avançada portuguesa localiza-se em Malaca -ponto estratégico de irradiação no Extremo Oriente, verdadeira capital deste longínquo e vasto sistema de captura das fontes da especiaria⁶².

⁵⁹ - Idem, ibidem, v.III, p.7. Vale mais uma citaç~ao de GODINHO: "Tendo demandado o oceano Indico na mira de desalojar os venezianos do confortável lugar de fornecedores da especiaria aos mercados europeus, os portugueses ter-se-iam podido contentar com os lucros da rota do Cabo... Mas n~ao. Pelo contrário, com fulminante rapidez espalharam-se através de todo Oriente", imiscuindo-se "nos circuitos mercantis de longa data traçados através do Indico e dos mares do sul" (v.III, p.135).

⁶⁰ - Idem, ibidem, v.III, p.36. Comentã este autor que um século e meio após a tomada de Ceuta, os portugueses est~ao em Macau (v.I, p.46).

⁶¹ - Definir claramente a localização destas ilhas face ao meridiano definido em Tordesilhas é um dos objetivos da expedição de Fernao de Magalhaes, financiada por Castela (Jaime CORTESAO - A Expansao dos Portugueses na História da Civilização, p.44). GODINHO lembra que a viagem de ida-e-volta de Goa às Molucas levava de 2 a 3 anos (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.142).

⁶² - Oliveira MARQUES define Malaca como "a capital do Oriente" (Op.cit.,v.II, p.51). GODINHO a considera "entreposto gigante na junção do oceano Indico e dos mares de Java e da China" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, p.199) e destaca seu "papel cêntrico" nos "circuitos orientais" (v.III, p.154).

Daí demandam a pimenta redonda de Sunda e de Java, o sândalo do Timor, a nós-moscada no mar de Banda, o cravo nas Molucas, além das expedições no mar da China. Onde, é fundada a feitoria de Macau em 1555, fato que exprime certa perenização das trocas.

De Macau, os portugueses participam dos mercados continentais chineses, acabando por se tornarem os intermediários entre estes e outras praças asiáticas (como Malaca, ou mesmo Ormuz). Os navios lusitanos chegam a articular uma rota regular entre a China e o Japão, o kurofume. Tanto que fundam em 1571 a feitoria de Nagasaki, neste último país⁶³. O império chinês é um grande sovedouro de metais (uma "bomba aspirante de prata", nas palavras de Godinho). E esta é a carga básica que os portugueses ali desembarcam (captada em variadas fontes) em troca de sedas e outros produtos de alto luxo (logo de grande valor frente ao volume), que constituíram parte da carga de torna-viagem da rota do Cabo⁶⁴.

Esta procura chinesa de prata acaba por induzir os mercadores portugueses num novo circuito aberto pela rota de Acapulco, que por um caminho pelo Pacífico demanda a América⁶⁵.

Macau e Malaca acabam sendo atraídas mais por Manila que por Goa, notadamente após a uniaão das Coroas ibéricas. Tal polarização advém do fato - bem apontado por Godinho - de que de um lado do Pacífico está a zona do mundo onde a prata é mais cara (a China) e do outro onde ela é mais barata (o México)⁶⁶. Cabe lembrar que as fontes metálicas portuguesas já se esgotaram a esta altura.

Resta apontar a presença lusitana no mar Arábico e na costa oriental da

⁶³ - Ver; V.M.GODINHO - Idem, v.II, p.137; e Oliveira MARQUES - Ob.cit.,v.II, p.194.

⁶⁴ - Cabe lembrar que a viagem entre Nagasaki e Goa dura 3 anos (P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.200).

⁶⁵ - Esta rota é aberta em 1565, e leva a prata mexicana ao Oriente, concorrendo com a rota do Cabo em certos produtos. Manila é fundada em 1571 (V.M.GODINHO - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, p.130).

⁶⁶ - Idem, ibidem, v.II, p.140 e v.III, p.161. E Oliveira MARQUES - Op. cit., v.II, p.217.

Africa. Na primeira dessas áreas a ação prioritária dos portugueses se dá na tentativa de restringir a atividade concorrente da rota do Levante. Para tanto desenvolvem uma política de fechamento do mar Vermelho, com a construção da fortaleza na ilha de Socotoró e a manutenção da armada do Malabar continuamente policiando as águas do golfo de Adem⁶⁷, visando assim a impedir o trânsito dos barcos da Meca. Este objetivo não foi plenamente alcançado, e sabe-se que as mercadorias orientais não deixaram de chegar ao Egito. Todavia, esta política de policiamento forneceu um adicional de ingressos oriundo do apresamento dos barcos árabes, cujo montante não é de se desprezar⁶⁸.

‘A tentativa de fechamento do mar Vermelho, contrapõe-se a liberdade e o estímulo ao comércio no golfo Pérsico, onde os portugueses entabulam uma política de alianças contra as forças turcas e mamelucas. Como visto, os acordos com a Persia são antigos, assim como a presença lusitana em Ormuz - posição por demais estratégica para a dominância deste fluxo que, articulando-se com várias rotas terrestres, abastece tanto mercados asiáticos quanto europeus. Por isso, segundo Magalhães Godinho, "em começos do século XVII, Ormuz foi provavelmente o maior empório do Oriente"⁶⁹.

A Africa Oriental representa outro complexo dentro do império português no Indico. Aqui, as bases árabes de comércio são antigas, constituindo uma rede de pequenos reinos islâmicos baseados em cidades litorâneas, que traficam com os potentados negros do interior. Esta rede é hierarquizada, tendo Quiloa no vértice. A ação lusitana na região se instala rapidamente com a quebra desta hierarquia, numa política de aliança com as cidades mais fracas (que almejam soberania)⁷⁰. A tomada de Quiloa e a destruição de Mombaça em 1505 coroam o processo de instalação, que segue o padrão das feitorias e fortes ao longo da costa. Todavia, os atrativos locais não se revelam muito lucrativos, sendo

⁶⁷ - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.98.

⁶⁸ - Idem, ibidem, v.III, p.12.

⁶⁹ - Idem, ibidem, v.III, p.127.

⁷⁰ - Idem, ibidem, v.I, pp.189 a 193.

de longe ultrapassados pelos dos demais circuitos. Tanto que, com raras exceções, a presença portuguesa na área vai se prender a razões de cunho geopolítico - sendo uma presença basicamente militar⁷¹.

A exceção vem por conta do ouro do Monomotapa, que anima uma relativa interiorização. A captura deste metal fazia a fama da "dourada Sofala"⁷². O ouro estava distante e era de difícil obtenção, entretanto os termos do escambo eram altamente vantajosos pois o fúlvio metal era trocado por mercadorias de baixo valor; como observa Magalhaes Godinho: "Os panos de algodão e as contas de vidro desempenharam aqui o mesmo papel que o sal e o cobre na África atlântica"⁷³. Isto estimula a fundação das feitorias portuguesas no sertão, Sena em 1531 e Tete em 1544, onde além do ouro são adquiridos escravos e marfim. Com a falência prematura de Sofala, esta interlândia vai articular-se com Quelimane, na costa. Resta lembrar que o ouro do Monomotapa não entra nos circuitos atlânticos.

A perenização dos escambos nessa região leva a uma relativa fixação, gerando uma forma de ocupação bastante singular nos quadros da expansão lusitana. O avanço pelo vale do Zambeze é levado por particulares, com participação bastante restrita da ação estatal⁷⁴. A autonomia acarreta a revivência de formas que se aproximam do "baronato medieval", segundo Boxer⁷⁵. A meta de controlar as fontes do ouro do Monomotapa anima

⁷¹ - Ver: J.Lucio de AZEVEDO - Op.cit.,p.203. E Oliveira MARQUES - Op.cit., v.II, p.48.

⁷² - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I., p.183. Ver, especialmente o cap.4 "Ouro do Monomotapa e o Ouro do Extremo Oriente".

⁷³ - Idem, ibidem, v.I, p.196 e seguintes.; e também v.II, p. 135.

⁷⁴ - Inclusive, na África oriental como um todo, a Coroa paga os cargos públicos com licenças de comércio e exploração, gerando uma "semi-legalidade das atividades mercantis privadas dos agentes régios"(V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I. p.201).

⁷⁵ - Op.cit., p.166. BOXER lembra que alguns senhores locais chegam a constituir exércitos privados de até 25 mil homens (p.168).

várias expedições conquistadoras até meados do século XVII⁷⁶. Os resultados alcançados, contudo, jamais se aproximaram dos lucros obtidos nos grandes circuitos da Guiné e das Índias. Apesar da instalação mais efetiva, o que se tem aqui são na verdade manchas povoadoras, largos enclaves, "sem proceder a ocupação de vastos territórios contínuos"⁷⁷.

Observa-se que o império oriental tem em si uma unidade dada pela circulação no Índico, que pré-existe à presença lusitana. Trata-se de um sistema de relações complexo, articulando produtos, lugares e fluxos variados. A perenização da presença lusitana nos diferentes circuitos acaba por gerar antagonismos entre os interesses locais e os metropolitanos, a integração dos casados representando também sua autonomização face à economia do reino. A distância, e a dificuldade de controle decorrente, leva muitas vezes que os embarques para os circuitos regionais e de contrabando prejudiquem a carga destinada à metrópole⁷⁸. Deste modo estabelece-se uma contradição entre a rota do Cabo e o "complexo luso-indiano". Não resta dúvida, contudo, que os mares do oriente conheceram uma efetiva hegemonia portuguesa durante todo o século XVI, e com menor força, durante todo o "longo século XVI"⁷⁹.

Como já visto no capítulo anterior, ao fim deste século, a competição europeia transborda para o ultramar, gerando concorrência nos mercados coloniais e disputa pelas rotas⁸⁰. Além da concorrência crescente do galeão de Manila no Extremo Oriente, e do

⁷⁶ - J. Lucio de AZEVEDO - Ob.cit., pp.196 e segs.

⁷⁷ - V.M.GODINHO - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, v.I, p.200. A dificuldade de ocupação se expressa no estímulo que a Coroa dá ao liberar o comércio desta região em 1584.

⁷⁸ - Idem, ibidem, v.III, pp.30/31 e 129.

⁷⁹ - Oliveira MARQUES considera que a "riqueza da Índia" aumenta "até quase o final do século XVI" (Ob.cit., v.II, p.30) e estabelece duas crises no comércio asiático: a primeira, em 1591, acarreta o fim do monopólio da Coroa portuguesa; na segunda, em 1650, acaba o império (p.212).

⁸⁰ - Em 1618, Hugo de Groot publica *Mare Liberum* defendendo o direito internacional ao livre trânsito nos mares. Serafim de Freitas responde em 1621 com o *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico*, onde reafirma a legitimidade do monopólio português. Porém a Reforma já se consolidou em boa parte da Europa, onde os editos papais que resguardam o direito português de pouco valem. Ver: Oliveira MARQUES - Idem, v.II, p.196.

revigoramento do comércio nas rotas do Levante, Portugal vê os navios holandeses e ingleses transitando na rota do Cabo nos primórdios do Seiscentos. Os ataques se sucedem, assim como a perda de praças. A metrópole - agora satelitizada no império espanhol - envia poucos reforços ao longínquo Oriente (fora as dificuldades na própria Europa, a concorrência intra-imperial explica tal política). Enfim, na época da Restauração, a presença portuguesa na Ásia está restrita a Goa, Damão, Diu, Beçaim, Macau, Timor e mais "meia dúzia de fortes"⁸¹. O império português do Oriente acabara.

A esta altura a expansão portuguesa já amainara, ocorrendo um retraimento na circulação ultramarina deste país. E esse movimento se traduz no retorno à estruturação de um império a ocidente, apoiado numa circulação atlântica. 'A "estagnação e contração no Oriente" segue-se o "renascimento e expansão no Ocidente"⁸². E o móvel deste trânsito reside fundamentalmente na atividade canavieira, sendo que a "indústria do açúcar está na origem do império português no Atlântico"⁸³.

Tal movimento expressa-se primordialmente na colonização efetiva das terras brasileiras, mas também em ações nos territórios ocidentais africanos. A busca de metais preciosos no interior e a captura de escravos eram atividades complementares, que animaram expedições exploratórias em Angola e na Guiné, e na sua sequência uma certa internalização e fixação em algumas áreas⁸⁴. A dependência do braço escravo pela indústria

⁸¹ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.199. Ver também: Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.99. Nas palavras de GODINHO: "Se extinguiu no ocaso do século XVI e em começos do XVII a hegemonia portuguesa sobre o Índico e uma imensa área do Atlântico, até então incontestada" (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.46).

⁸² - Tomando-se os títulos dos capítulos 6 e 7 da obra citada de Charles BOXER.

⁸³ - Jaime CORTESAO - A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, p.35. GODINHO estima que em 1627 a receita do açúcar já é a maior do reino (Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.49). Diz este autor: "É o açúcar um dos vetores da construção do mundo atlântico, e isto desde cedo, sobretudo atendendo à lentidão com que este espaço vai sendo definido" (v.IV, p.101).

⁸⁴ - Ver: V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.II, pp.104 a 106. Este autor comenta: "Uma das condições estruturais de maior alcance da geografia social e econômica que à partir do século XV modela todo o globo é a transformação do continente negro num vasto e inesgotável reservatório de mão de obra" (v.IV, p.188). E destaca que com cerca de 200% de lucro líquido, o tráfico

canaveira integra estas ações com a desenvolvida do outro lado do oceano. Assim, forma-se o complexo luso-afro-brasileiro.

negreiro aparecia como "um dos melhores negócios do mundo" (v.II, p.98), sendo no século XVI um quase monopólio português (v.IV, p.177).

VI- PORTUGAL QUINHENTISTA E O BRASIL

Os principais autores da historiografia portuguesa contemporânea estão de acordo ao considerar que antes da esquadra de Pedro Alvares Cabral, a Coroa lusitana possuía informações acerca de territórios desconhecidos no outro lado do Atlântico. Oliveira Marques, por exemplo, afirma enfaticamente: "Não há dúvida de que no começo da década de 1490, se difundira amplamente entre os portugueses, em especial os que viviam nos Açores e Madeira, a crença na existência de terras à ocidente"¹. Um grupo um pouco mais restrito de autores acata que tal conhecimento era bastante efetivo, e que sua não divulgação estaria ligada a uma política deliberada de Portugal, uma política de sigilo claramente seguida pelo menos por D. João II. Sigilo "bem compreensível" face às ambições de Castela².

Dois fortes argumentos são levantados em apoio a esta tese. O primeiro diz respeito à área de circulação dos portugueses no Atlântico sul. Buscando um bordo à oeste para fazer a volta da Guiné, e posteriormente a volta do Cabo, os navegantes tinham grande chance de vir bater na costa brasileira - avistando algum dos cabos da porção mais oriental

¹ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.11. Este autor acata, assim, a tese de uma descoberta pré-cabralina do Brasil (p.14). Jaime CORTESAO lista vários autores que concordam com este ponto de vista, e entende que a viagem de Cabral foi minuciosamente planejada (A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, pp.25 e 28). Damião PERES acata a tese da intencionalidade da rota seguida por Cabral, deixando em aberto contudo o tema de uma descoberta pré-cabralina do Brasil. este autor mostra como foi sendo construída a tese da "casualidade" do desvio à oeste e apresenta argumentos para sua contestação (O Descobrimto do Brasil por Pedro Alvares Cabral.Antecedentes e Intencionalidade, pp.118 a 145).

² - Damiao PERES - História dos Descobrimtoes Portugueses, p.110. A tese da descoberta pré-cabralina do Brasil foi defendida por diferenciados autores, como Luciano Pereira da Silva e Gago Coutinho, uma formulação mais recente aparece em Joaquim Barradas de CARVALHO. A tese da política de sigilo é desenvolvida por Jaime CORTESAO - Os Descobrimtoes Portugueses, v.IV, pp.932/3. Para uma bibliografia comentada acerca dessa polêmica, ver: Alfredo Pinheiro MARQUES - Guia de História dos Descobrimtoes e Expansão Marítima, pp.148 a 151 (obra de que nos valem bastante na elaboração desta segunda parte).

do litoral nordestino³.

Todo um condicionalismo de ventos e correntes marítimas vem trazer reforço a esta linha de argumentação. E também toda uma tradição exploratória dos açorianos e madeirenses que, como visto, transitam pelos diferentes quadrantes do Atlântico. Jaime Cortesão comenta inclusive que os materiais que se depositavam nas praias dos Açores indicavam a existência de terras à ocidente⁴.

Cabe inclusive destacar que tais terras aparecem bastante indicadas quer na cartografia quer na "geografia fantástica" medieval. Desde a referência de Ptolomeu à "quarta parte do mundo" até a "Antília" ou a "Ilha Brasil" dos mapas medievos. Ou ainda a "Ilha das Sete Cidades" ou as "Ilhas Afortunadas", todas localizadas no Atlântico ocidental⁵. Damião Peres comenta vários documentos (cartas de doação, mapas, relatos) do século XV que apresentam esta indicação, detendo-se na carta de Andre Bianco de 1448 que identifica nesta localização a ixola otinticha (ilha autêntica), a qual o autor considera uma das grandes Antilhas⁶.

O segundo argumento é de cunho mais político. Trata-se da ação portuguesa em torno do tratado de Tordesilhas. E é ainda Cortesão quem elabora a teorização mais enfática. Segundo ele, os equívocos da concepção geográfica de Cristóvão Colombo são "o quadro indispensável às negociações do tratado", e os reis católicos o assinam certos de que

³ - Ver: Jaime CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.41. Segundo o autor, entre 1492 e 1494, Pero de Barcelos e Joao Fernandes Labrador, partindo da Terceira, haviam explorado estas paragens. Gago Coutinho credita a Bartolomeu Dias as primitivas explorações nestas águas, e Pereira da Silva e Barradas de Carvalho (entre outros) avaliam que Duarte Pacheco Pereira as visitaram sem dúvida (Idem, Os Descobrimientos Portugueses, v.IV, p.1009).

⁴ - Idem, ibidem, v.IV, p.931.D. PERES conclui: "Se a terra brasileira não era efetivamente conhecida antes de 1500, da sua existência fortemente se suspeitava desde os tempos de D.João II" (O Descobrimiento do Brasil..., p.132).

⁵ - Para a "geografia fantástica" do Atlântico ver: Marianne MAHN-LOT - A Descoberta da América. Sobre o conceito de "geografia fantástica", ver: Sergio Buarque de Holanda - Visão do Paraíso.

⁶ - Damião PERES - Idem, pp.23/4 e 29 a 36.

aquele navegante havia de fato chegado a Ásia⁷. Tal erro não era compartilhado pela Coroa portuguesa, que assim - acatando a divisão por um meridiano ao invés de um paralelo (como a sugestão inicial discutida) - acaba por ceder algo no ocidente, mas torna a rota do Cabo exclusivamente lusitana (além disso, o contra-meridiano deixava toda a Ásia como área de ação de Portugal)⁸. Tal estratégia supõe informações seguras sobre o caminho das Índias e sobre as terras americanas.

Mesmo sem se concordar na integralidade com a argumentação deste autor, há fortes evidências à sua tese. As indicações de Duarte Pacheco Pereira em O Esmeraldo in Situ Orbis atuam neste sentido: "Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde achada e navegada uma tão grande terra firme...". Note-se que o texto foi redigido entre 1505 e 1508, referindo-se a viagens efetuadas em 1498⁹. O fato de Pacheco ter sido o cosmógrafo da delegação portuguesa nas negociações de Tordesilhas reforça a interpretação¹¹. Em termos da cartografia, já o mapa de Toscanelli de 1474 indica terras à ocidente no Atlântico, também o globo de Martim Behaim de 1492, e sem dúvida no planisfério de Cantino, de 1502, o continente americano está bem demarcado, demonstrando que os portugueses nesta data já possuíam alguma

⁷ - J.CORTESAO - Os Descobrimentos Portugueses, v.IV , pp.943 e 977.

⁸ - Idem, ibidem, pp.979 a 997. CORTESAO lembra que quando Vasco da Gama retorna, a coroa espanhola tenta argumentar que o tratado só seria válido para o Atlântico, com o famoso parecer de Ferer (pp.998/9). O tema volta a tona na questão das Molucas.

⁹ - Apud J.CORTESAO - Idem, v.IV, p.1008. D.PERES revisa as hipóteses clássicas desta polêmica: Luciano Pereira da Silva levantando a tese da terra descrita ser o Brasil e Duarte Leite entendendo tratar-se da Florida (O Descobrimento do Brasil..., p.113).

¹⁰ - Conclui J.Barradas de CARVALHO: "Em 1498, D.Manuel encarregou-o de uma expedição secreta, com o objetivo de reconhecer as zonas situadas além da linha de demarcação de Tordesilhas, expedição que teria culminado com a descoberta do Brasil" (A Descoberta do Brasil através dos textos, v.II, p.90).

¹¹ - Idem, ibidem, p.30. Barradas de CARVALHO considera o Esmeraldo in Situ Orbis uma "obra síntese" da tendência científica presente na literatura de viagens portuguesa no período, que tem a experiência como "critério de verdade" (Rumo de Portugal.A Europa ou o Atlântico, pp. 52 e 63). Tanto que se dedica à sua análise minuciosa em seu grande trabalho A la Recherche de la Specificite de la Renaissance Portugaise.

consciência de seus contornos e extensão¹². Isto alimentaria as gestões de Tordesilhas e a intencionalidade da rota de Pedro Alvares Cabral.

Se não antes do Quinhentos, muito rapidamente nos primeiros anos desta centúria, os portugueses delineiam os contornos da costa americana do Atlântico meridional. A carta de Lopo Homem, de 1519, já oferece uma imagem fidedigna do litoral da "Terra Brasilis", da bacia do Prata à foz do Amazonas¹³. Este conhecimento inicial advinha fundamentalmente da ação de particulares, pois logo em 1502 a Coroa havia arrendado o trato das coisas das novas terras - basicamente o escambo do pau-brasil, e alguns papagaios - a um grupo de mercadores capitaneados pelo fidalgo Fernão de Loronha, com a obrigação de desbrava-las¹⁴. Este contrato dura dez anos, e é seguido por outro firmado com Jorge Lopes Bixorda em termos semelhantes.

Observa-se que nesse primeiro quartel do século, há pouquíssimo povoamento do Brasil. A Coroa envolta com o objetivo de firmar a presença lusitana no Oriente e de solidificar a rota do Cabo, não interessa-se por mais este empreendimento - seus atrativos econômicos imediatos são irrisórios se comparados com os lucros do comércio oriental. Assim, a pouca ação desenvolvida prende-se mais a objetivos geopolíticos¹⁵, e esta praticamente se limitou ao policiamento costeiro com a instituição em 1516 de uma

¹² - Ver: V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.I, p.22, e A economia dos Descobrimentos Henriquinos, p.161. Sobre as controvérsias acerca do mapa de Cantino, ver J. CORTESAO - Os Descobrimentos Portugueses, v,IV, c.7 "O Mapa de Cantino e o Reconhecimento dos Litorais Brasileiros".

¹³ - J.CORTESAO - Os Descobrimentos Portugueses, v.IV, pp.1114/5 e 1126.

¹⁴ - Ver: Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II., p. 54 e J.Lucio de AZEVEDO - Ob.cit., p.238.

¹⁵ - Como avalia CORTESAO: "De começo, e fosse qual fosse, após a exploração cabralina, a importância dos conhecimentos geográficos sobre o Brasil, o interesse de D.Manuel pelos seus novos territórios da América foi, ao que parece, mais de ordem estratégica que econômica" (Os Descobrimentos Portugueses, v.IV, p.1086). Este autor comenta que Portugal possuía na época cerca de 1,3 milhões de habitantes, "com os quais ele tinha de exercer e defender o monopólio marítimo e comercial em dois oceanos" (p. 1087). D.PERES lembra que já na carta aos Reis Católicos acerca da descoberta do Brasil, D.Manuel refere-se às novas terras como "escala mui conveniente e necessária à navegação da Índia" (O Descobrimento do Brasil..., p.137).

"armada guarda-costa"¹⁶. Mesmo assim, o escambo vai gerando certa fixação, e na segunda década do século já existem núcleos de portugueses em Pernambuco, Porto Seguro, São Vicente e Salvador.

Todavia, é apenas no reinado de D.João III que começa um plano efetivo de colonização.

E' dentro de tal intuito que devem ser entendidas as expedições exploradoras de Martim Afonso de Souza, levantando elementos para um projeto de demarcação, defesa e colonização das terras brasileiras. E também a difusão do mito cartográfico da "Ilha Brasil", dando uma unidade fisiográfica para o império português na América¹⁷. E finalmente o projeto, em 1534, de divisão deste em "donatarias neo-feudais", delegando a soberania em tais áreas a fidalgos e burgueses ricos¹⁸. A doação das capitânicas seguia o sistema de doação utilizado nos arquipélagos, com o rei passando o direito sobre a terra, a jurisdição civil e criminal para os donatários que, assim, "agiam como senhores feudais"¹⁹. J.Lucio de Azevedo destaca bem que, neste sistema, a Coroa não investe no Brasil, "dando terras e privilégios, se desinteressa do resto, e deixava aos donatários os encargos da colonização"²⁰.

Não é o caso aqui de fazer uma avaliação dos êxitos e fracassos do sistema

¹⁶ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.56. Segundo o autor esta armada articulava-se com uma rede de "postos de resgate", que distribuíam-se entre Pernambuco e Cabo Frio.

¹⁷ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, pp.57 e 233. Segundo este autor: "Desde sua origem a Ilha Brasil é uma criação política" (p.233). De acordo com CORTESAO, o móvel da representação da Ilha Brasil era a constatação dos limites definidos em Tordesilhas (Os Descobrimientos Portugueses, v.IV, p.1127).

¹⁸ - J.CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.69. C.BOXER também considera que o sistema de capitânicas articula características feudais e capitalistas (Ob.cit., p.110). E considera o projeto uma resposta às incursões francesas na costa brasileira.

¹⁹ - Oliveira MARQUES - Ob.Cit., v.II, p.57. Segundo o autor, o controle total dos meios de produção "automaticamente criava uma sociedade hierarquizada em quatro categorias, muito à maneira feudal" (p.58). Serão vistos no próximo capítulo, argumentos que refutam tal caracterização deste sistema.

²⁰ - Ob.cit., p.239. AZEVEDO aponta que o donatário recebia 10 léguas na costa, sem profundidade definida, pagando apenas o dízimo, com o direito de doar ou arrendar e cobrar tributos, além do monopólio da moagem e fabrico do açúcar e 10% do pau-brasil embarcado, este um monopólio real (p.240). O donatário era senhor, feitor e chefe militar em sua jurisdição (p.235).

de capitanias, posto que o processo em si da formação territorial do Brasil é o tema da parte quarta. De momento interessam as políticas portuguesas para esta área do império, e assim cabe frizar outro comentário de Azevedo: esta forma de colonização era a mais barata para a Coroa, que repassava os encargos ao mesmo tempo em que reforçava sua soberania (pela instalação de seus súditos nas novas terras) e resguardava o monopólio de alguns produtos mais rentáveis do circuito. Da parte dos particulares, as dificuldades de instalação não eram poucas, implicando o dispêndio de grandes massas de capital, que levavam um longo período de maturação para dar retorno²¹. Por isso muitas capitanias vão falir, outras sequer iniciam a ocupação. Como avalia Oliveira Marques: "O Brasil mostrava-se difícil de colonizar"²².

Como já visto, em meados do Quinhentos inicia-se a viragem do império lusitano, o qual conhece o apogeu e a decadência num movimento modal no decorrer do "longo século XVI". O fechamento da feitoria de Antuérpia, o abandono de praças marroquinas, o assédio do corso francês, o esgotamento da Mina e a progressiva dependência dos metais hispano-americanos, são elementos que apontam para uma crise que os lucros do comércio oriental encobrem de início.

Vale rememorar as razões internas da crise portuguesa para compreender sua projeção no ultramar. Como aponta Armando Castro, o Portugal Quinhentista tem sua "estrutura social básica assentada no privilégio argamassado no controle de todo espaço territorial e da generalidade das instalações fixas, desdobrado e completado pelo controle extra-econômico", e "era com as estruturas de exploração metropolitanas de tipo feudal que

²¹ - J.Lucio de AZEVEDO - Idem, pp.241/3. Esta necessidade de grandes capitais acarreta associações como na capitania de Ilheus, onde o donatário junta-se aos banqueiros italianos Girdales para tocar o empreendimento (V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.III, p.208).

²² - Ob.cit., v.II, p.61. Rio de Janeiro, Itamaracá e Santana estavam entre as capitanias que sequer iniciaram a colonização (p.60). Segundo este autor em 1540 o Brasil contava com 2 mil portugueses instalado, contra 10 mil na Ásia.

se combinava o novo sistema criado pela expansão ultramarina"²³. Há, assim, um domínio senhorial da economia do país que canaliza as rendas nacionais para a manutenção de um imenso "terciário antigo", nobiliárquico-eclesiástico²⁴. Com a revolução dos preços, e a conseqüente queda das rendas fixas, é cada vez mais o lucro mercantil e colonial que, através da Coroa²⁵, vai sustentar esta estrutura, num processo de endividamento progressivo. Quando no último quartel do século diminuem os ingressos do ultramar, o reino está às portas da bancarrota. E o grande comércio do país está "em larga medida nas mãos do capital estrangeiro"²⁶.

E é neste momento que se exponencializa a cobiça estrangeira pelos circuitos do além-mar, o que leva a metrópole a uma relativa mudança em sua política para o Brasil. A necessidade de defesa anima um reforço na colonização, de que é parte a criação do

²³ - Armando CASTRO - Camões e a Sociedade do seu Tempo, pp. 48 e 119. Diz ainda o autor: "Se neste período histórico sobrevieram modificações que se não podem ignorar, o certo é que a argamassa em que se assentava a classe senhorial era a que vinha da época medieval"(p.43). E completa: "Quando chegamos a cerca de meados do século XVI, a grande aristocracia senhorial assegurara-se dum domínio hegemônico singularmente reforçado pelas correias de transmissão da centralização do poder político e administrativo da Coroa, pelo controle da alta organização da Igreja e duma parcela substancial dos seus rendimentos" (p.124).

²⁴ - V.Magalhães GODINHO - A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, p.87. Segundo este autor, cerca de 40% da população do país era totalmente improdutiva, lembrando que no século XVII há um padre para cada 36 habitantes(p.68) e que 95% do solo ibérico está nas mãos do clero e da nobreza(p.72). E conclui que o bloqueio econômico fundamenta-se nesta reação nobre (p.91, ver também Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p.223). Armando Castro lembra que o clero apenas representava cerca de 12% da população ativa portuguesa, e que o número de mosteiros cresce de 115 em 1320 para 450 em 1628 (Camões e a Sociedade do seu Tempo, pp.71 e 54).

²⁵ - Idem, *ibidem*, pp.112/3. Diz CASTRO: "A Coroa virá na verdade a revelar-se como o grande aparelho centralizador, tanto econômico como social e político, ao serviço dos restantes dois setores da classe senhorial, e numa estreita simbiose entre si... uma autentica bomba aspirante de lucros mercantis ultramarinos e coloniais" (p.119).

²⁶ - Idem, *ibidem*, p.63. Tem-se então um quadro onde combinam-se "relações feudais internas" com relações "mercantis e financeiras de subordinação e dominancia externa" (p.72). Enfim, o controle nobre inviabilizara um desenvolvimento burgues(p.125). GODINHO avalia que tem-se aqui uma "sociedade de ordens" porém "modelada por uma economia mercantilista", "imperando o mercantilismo, mas sem uma mentalidade burguesa" (A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, pp.64 e 75).

governo geral e o estímulo à ação missionária. E, com destaque, um enfoque mais sério na introdução do cultivo da cana de açúcar. Como avalia J.Lucio de Azevedo: "importava regressar à tradição agrícola, abandonada pela aventura comercial, e cujos méritos justificava a experiência insular"²⁷. E a resposta se dá na rapidez de difusão da produção açucareira, que reedita em terras brasileiras o sistema desenvolvido na Madeira, e aprimorado em São Tomé²⁸. A quantidade de açúcar produzida em 1570, dobra em 1590, e dobra novamente em 1614, revelando a velocidade do processo²⁹.

Consoante com este impulso econômico tem-se, obviamente, um incremento demográfico correspondente. Basta lembrar que no último quartel do século há maior emigração portuguesa para o Brasil que para as Índias³⁰. Já em 1584 há cerca de 25

²⁷ - J.Lucio de AZEVEDO - Ob.cit., p.223. Este autor diz que a produção do açúcar torna-se a meta explícita da colonização do Brasil (p.235). Reforça Oliveira MARQUES: "A grande cultura do Brasil nos séculos XVI e XVII, aquela que promoveu a colonização e a ocupação do solo... foi a cana de açúcar" (Ob.cit., v.II, p.244).

²⁸ - C.BOXER - Ob.cit., p.112. CORTESAO lembra que este último arquipélago já cumpria um papel de centro penal, redistribuidor de degredados, sendo assim "uma estação experimental de adaptação aos trópicos" (Os Descobrimientos Portugueses, v.IV, p.1012).

²⁹ - Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.244. Em outro texto este autor avalia em 60 o número de engenhos no Brasil em 1570 e cerca de 130 já em 1585 (Portugal Quinhentista, p.179,n.101). Também J.Lucio de AZEVEDO estima que em 1570 haviam no Brasil cerca de 60 engenhos, e que em 1583 eles já somam mais de 115, e em 1628 são 235 (Ob.cit., p.244). E BOXER comenta que em 1584 há 40 navios na rota Lisboa-Recife, e que em 1618 eles são mais de 130 (Ob.cit., p.128). Neste ano, Ambrósio Brandão, no Diálogo das Grandezas do Brasil, fala do açúcar como "nervo e substancia da terra" (apud J.CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.80).

³⁰ - C.BOXER - Ob.cit., p.114. Este autor lembra que desde meados do século há um fluxos maior de colonos voluntários que de degredados no povoamento brasileiro. Segundo Armando CASTRO, entre 1500 e 1580 cerca de 280 mil portugueses emigram, e, em meados do século XVI, 20 mil estão instalados no Açores e na Madeira, 30 mil no Marrocos, 16 mil no Oriente, e cerca de 2 mil estão no Brasil (Camões e a Sociedade do seu Tempo, pp.76 e 77). Estes números são referendados por GODINHO que estima em cerca de 30 mil os portugueses instalados no BRasil em 1600, e em 50 mil já em 1615 (A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, p.46). Oliveira MARQUES fala de 2 mil portugueses no Brasil na década de 1540, e 25 mil na virada do século (Portugal Quinhentista, p.179, n.100).

mil habitantes brancos nas terras brasileiras³¹. A população africana também cresce exponencialmente paralela à produção açucareira, que tem no braço escravo o seu motor. O desenvolvimento desta produção estimula e atrai os fluxos do tráfico negreiro do outro lado do Atlântico, ativando as capturas na Guiné, no Congo e em Angola³². Segundo J.Lucio de Azevedo, em 1570 a Bahia conta com cerca de 2 mil escravos africanos e Pernambuco com outro tanto, e entre o final do século XVI e meados do XVII desembarcam, só em Recife, uma média de 4 mil escravos por ano. Boxer estima que chegam a ser desembarcados de 10 a 15 mil escravos, em determinados anos, no Brasil³³.

Deste modo, no reinado de D.Sebastião, o Brasil já aparece como uma "entidade econômica" no império português, e mais, intimamente relacionada com as possessões da África ocidental - o "império do Brasil" e suas "conexões africanas", nas palavras de Jaime Cortesão³⁴. Mesmo assim, do ponto de vista da geopolítica da Coroa portuguesa, "apesar de toda a sua riqueza e desenvolvimento, o Brasil continuava a ser uma colônia de segunda ordem, longe de atrair as atenções de uma Índia ou de um Japão"³⁵. Isto se expressa na não alteração do fundamento privado do empreendimento. Apesar de uma presença um pouco mais sensível do governo metropolitano no avançar do século, o grosso

³¹ - Segundo F.Mauro citado por C.BOXER (Ob.cit., p.127) E 18 mil índios domesticados e cerca de 14 mil escravos negros.Ver também Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.237.

³² - V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, p.166. Diz este autor que "toda a agricultura colonial assenta no trabalho escravo (v.IV, p.201).

³³ - J.Lucio de AZEVEDO - Ob.cit., pp.248/9. E C.BOXER - Ob. cit., p.126.

³⁴ - Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, pp. 76 e 73. Nas palavras de Armando CASTRO: "Daí que a Coroa passasse a concentrar atenção na exploração nesse enorme país que era o Brasil... acelerando-se a exploração açucareira assegurada pela mão de obra escrava... com a viragem atlântica para o Brasil, surge (a)... um sistema de tipo colonial" (Camões e a Sociedade do seu Tempo, p.108).

³⁵ - Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.254.

da ocupação ainda provinha de iniciativas de particulares³⁶. Além disso, ao contrário do comércio oriental - onde o monopólio estatal "subordinou à realiza a economia da nação" - o trato do açúcar brasileiro era aberto a todos os súditos do reino³⁷.

Em função da liberdade de comércio do açúcar, os engenhos brasileiros vão se articular na metrópole a toda uma rede de portos secundários - também ao contrário dos circuitos orientais unipolarizados por Lisboa. Assim, no reino, a produção brasileira anima uma burguesia provincial, que se desenvolve nos interstícios da economia dominada pelo controle estatal. Tanto que ocorre uma relativa decadência da pesca, com os núcleos litorâneos sendo "aliciados pelo trato do açúcar brasileiro"³⁸. Este circuito vai se sedimentando adquirindo um grande volume e regularidade, importando cada vez mais no conjunto do império. Quando o curso se intensifica, em fins do século, é adotado o sistema de comboios -com a organização da frota do Brasil, composta de navios de pequena tonelagem, mas chegando a contar com cerca de cem embarcações". Enfim, "o Brasil convertera-se em grande colônia de povoamento, com um futuro fantástico tanto para a

³⁶ - Daí inclusive, mais uma dificuldade na caracterização rígida da estrutura econômica gerada pela produção açucareira. Para P.CHAUNU, a *plantation* cria no Brasil, à partir da segunda metade do século XVI, um "capitalismo senhorial" (*Conquista e Exploração dos Novos Mundos*, p.319). Já E.HOBSBAWN, como visto anteriormente, vê no engenho a estrutura mais próxima à dinâmica capitalista entre as existentes no mundo colonial. Este tema será discutido no próximo capítulo.

³⁷ - J.CORTESAO - *Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses*, p.68. A Coroa mantém o monopólio do pau-brasil, dos metais preciosos, do comércio de escravos, sal e tabaco - cujo trato geralmente arrenda.

³⁸ - V.M.GODINHO - *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, v.IV, p.127. Conforme o autor, o trato do Brasil "anima os portos secundários e a burguesia provincial, ao contrário do trato da rota do Cabo que favorecia a concentração capitalista" (p.113). Ele destaca o desenvolvimento das cidades do Porto e de Viana, diretamente ligada a este comércio (*A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, p.30).

³⁹ - C.BOXER - *Ob.cit.*, p.253. Segundo o autor, a viagem Lisboa-Salvador levava 3 meses. E se juntavam tres comboios, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, e o de Pernambuco, que por sua vez centralizavam várias áreas de produção. O ouro e a prata, quando haviam, eram embarcados nos navios de guerra que escoltavam o comboio (p.253).

colonização como para o comércio", e que dava um "bom saldo" à economia do reino⁴⁰.

Resta falar da gradativa presença luso-brasileira na América Hispânica, notadamente no comércio andino. Tal tema será matéria dos próximos capítulos. Contudo, cabe aqui destacar o significado deste circuito, aberto já em 1522 quando Aleixo Garcia partindo de Santa Catarina atinge os altiplanos⁴¹. A descoberta de Potosi anima esta rota alternativa (talvez a principal do contrabando), que gera o *peruleiro* - "um dos tipos sociais e econômicos mais importantes da vida brasileira em fins do século XVI e durante o XVII⁴²". No percurso percorrido tem-se a exploração da bacia do Prata, e o desenvolvimento de Buenos Aires como paragem obrigatória neste circuito, uma espécie de baluarte português diretamente ligada ao Brasil⁴³.

Nesta rota de abastecimento das regiões mineiras do Perú, os portugueses comerciavam a escravaria africana: avaliando Magalhães Godinho que "nos 60 anos da União Dinástica o trato português não forneceu às escápulas espanholas de além-oceano menos de 400 mil escravos"⁴⁴. No retorno trazem os metais, que pagam as "peças africanas"⁴⁵.

⁴⁰ - Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.245. Este chega a ser o setor mais ativo do império português na época da "União Dinástica" (Idem, pp.170/1). GODINHO mostra que ao longo do século XVI as receitas do açúcar vão ultrapassando a do comércio de especiarias nas finanças do reino (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.I, p.49).

⁴¹ - V.M.GODINHO - Idem, v.II, p.99. Ver também: Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, pp.171/2.

⁴² - V.M.GODINHO - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, p.103. O trabalho clássico sobre este circuito é o de Alice P.CANABRAVA - O Comércio Português no Rio do Prata, que será discutido nos próximos capítulos.

⁴³ - Ver: V.M.GODINHO - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, p.102. Este autor diz que na virada do século, todo metal circulante no Brasil era de origem peruana (p.103). J.CORTESAO considera a bacia do Prata como "área de conflito" entre Portugal e Espanha, e destaca o avanço da exploração portuguesa na região (Os Descobrimientos Portugueses, v.IV, pp.1099 e 1091).

⁴⁴ - V.M.GODINHO - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p. 180. Este autor lembra que "a Restauração atrofiou estes núcleos portugueses incrustados no império espanhol mas não os erradicou por completo" (A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, p.49).

⁴⁵ - Idem - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.II, p.64. Sobre a progressiva dependência portuguesa da prata espanhola, ver: v.II, pp.62, 94 e 109.

Assim, também através do Brasil se entabulam relações que fundamentam a união ibérica. Também aqui se apresenta a polarização da economia espanhola sobre as colônias portuguesas, embasada na grande disponibilidade metálica⁴⁶. Restaria ainda lembrar, influência da descoberta da prata nos territórios hispânicos sobre as iniciativas exploratórias na interlândia brasileira, pois conforme avalia Oliveira Marques "durante mais de dois séculos, a história do Brasil foi, acima de tudo, a história de um esforço desesperado para encontrar ouro"⁴⁷.

Seja em suas relações internas, seja nos contatos com a metrópole, economia em construção nas terras brasileiras foge do esquema dominante na armação do império português. O estatismo centralizador tem pouca vigência neste "país de fronteira longe da metrópole... edificado sobre iniciativas de colonos e exploradores, com um grau muito maior de liberdade e de afirmação individualista"⁴⁸. Do ponto de vista administrativo, na colônia a instituição básica é a câmara municipal, na metrópole as coisas referentes ao Brasil - por volta de 1580 - estão na jurisdição de um "juiz da Índia" posteriormente se agregam na alçada do Conselho de Portugal (na época do domínio espanhol) e (com a Restauração) do Conselho Ultramarino⁴⁹. E é este circuito atlântico menos estatizado que vai amparar as finanças do reino quando ocorre a retração do império

⁴⁶ - Idem, ibidem, v.IV, p.218, e v.II, p.97.

⁴⁷ - Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II., p.231. O autor lembra que todo avanço para interior se faz com este objetivo, e que em meados do século XVII as fronteiras atuais do Brasil já estão atingidas. E conclui: "Pode-se assim dizer que foi o ouro que criou as fronteiras do Brasil, embora a estrutura da sociedade e da economia brasileira fossem nascer, antes, do açúcar" (p.231). Algumas objeções a esta visão serão apresentadas nos capítulos referentes à formação brasileira.

⁴⁸ - BOXER apud Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.252. BOXER aponta a autonomia e o fato das câmaras (muitas vezes com a inexistência de um juiz-de-fora), que controlam as guarnições militares - que delas recebem o pagamento (ob.cit., pp.311 e 316). Assim, na América aparece com um destaque singular a instituição das milícias, de pouca relevância no resto do império (pp.342/3). O autor lembra que o primeiro regimento regular de exército é instalado na Bahia apenas em 1625 (p.343).

⁴⁹ - BOXER coloca as câmaras como os "pilares da sociedade colonial", apontando também o papel das irmandades e das confrarias laicas, que junto com aquela constituiriam a "elite colonial" (Idem, p.305. Quanto à metrópole, ver: Oliveira MARQUES - Portugal Quinhentista, p.147.

do Oriente.

Como já observado, a "União Dinástica" mantém a unidade de administração dos territórios portugueses, e mesmo a identidade política do império. Todavia, em longínquos rincões - onde se conformavam fluxos e lucros - as fronteiras se tornam mais tenues, as relações mais frequentes entre Malaca ou Macau e Manila, entre São Paulo e Buenos Aires ou Rio de Janeiro e Potosi. Pode-se aventar que alguns fluxos não se exponencializam apenas por que o império espanhol também começa a perder vigor e a se fragmentar⁵⁰.

Em Portugal, satelitizado no império espanhol, o "capitalismo de Estado" vai sendo substituído por organizações particulares de comércio. Isto implica um déficit crescente das finanças públicas, agravada pela queda da renda colonial⁵¹. O acirramento da concorrência no Oriente, e a perda de possessões e rotas na Ásia e África só são amenizadas pelo florescimento das explorações em terras americanas. Os autores são unânimes nesta avaliação - Cortesão diz: "Se ao comércio do açúcar juntarmos o do pau-brasil... logo seguido das especiarias e drogas do vale amazônico, bem podemos concluir que Portugal formou no Brasil, durante o período filipino, um substituto ao tráfico oriental"; e Oliveira Marques completa: "Foi o açúcar que permitiu a Coroa portuguesa abandonar a Índia sem perturbações de maior para a economia da metrópole"⁵².

Enfim, no século XVII, o império português se tornara ocidental e atlântico, tendo o complexo brasileiro-angolano como a "armadura básica da economia imperial"⁵³.

⁵⁰ - Como visto, o auge espanhol ocorre por volta da década de 1570, com as máximas chegadas de prata americana entre 1580 e 1600. Deve-se ressaltar que o desastre da "Invencível Armada" ocorreu em 1588, prenunciando a crise (Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.45).

⁵¹ - Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, pp.93, 99 e 98.

⁵² - J.CORTESAO - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.70, e Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.245. Ou ainda Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, p.96.

⁵³ - J.CORTESAO - Teoria dos Descobrimientos Portugueses, p.70 e V.M.GODINHO - Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p.219. CORTESAO cita Luis Mendes de Vasconcelos que em 1608 diz que "destas terras recebemos o beneficio que a conquista da Índia nos nega" (Idem, p.77).

E é a partir dos interesses gerados por este complexo que se gestam os núcleos afirmadores da nacionalidade portuguesa, evitando sua diluição numa Ibéria toda submetida por Castela. A Restauração portuguesa apoia-se sobretudo nos portos dos reinos que se articulam com os engenhos brasileiros⁵⁴. Pois é sobre este comércio florescente que avança a tributação madrilenha, triplicando a carga fiscal do reino nos sessenta anos de domínio espanhol - não por acaso as primeiras agitações autonomistas, em 1638, são capitaneadas pela burguesia do Porto⁵⁵. Enfim, Jaime Cortesão define o Brasil durante o período filipino como "fonte de regeneração econômica e moral de Portugal"⁵⁶.

Assim, o golpe é grande para o reino quando as mais ricas terras brasileiras se veem envolvidas na disputa da Holanda com a Espanha, que como observa Boxer conduzida numa estratégia de guerra mundial - travada nos quatro cantos do mundo⁵⁷. I cabe apontar que o acordo de Munster em 1648 - que sela a paz entre Espanha e Holanda - deixa Portugal lutando contra duas potências - a antiga e a emergente⁵⁸. Portanto, com

⁵⁴ - GODINHO argumenta que os interesses restauradores ligam-se ao trato do açúcar do Brasil, do sal de Setúbal e da pesca do Bacalhau (A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, pp.14/5).

⁵⁵ - Armando CASTRO - Lições de História de Portugal, pp.103 e 105. E Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, p.162.

⁵⁶ - Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses, p.69. Este autor lembra a grande imigração de reinóis para o Brasil com a perda do Oriente e a dominação espanhola na metrópole (p.47).

⁵⁷ - C.BOXER - Ob.cit., p.129. Este autor lembra que os holandeses lutam em Flandres, no Mar do Norte no Amazonas, no Chile, em Angola, no Timor, etc. Destaca a legitimação religiosa do conflito. E conclui que eles ganham na Ásia, empatam na África e perdem na América. Sobre os ataques ao Brasil, ver pp.135/140

⁵⁸ - A paz com a Espanha só é conseguida em 1668, quando o papa reconhece o Duque de Bragança como novo rei de Portugal. A paz na África com a Holanda só ocorre em 1663.

⁵⁹ - C.BOXER - Ob.cit., p.134. Este autor lembra que isto impele Portugal para a órbita da diplomacia inglesa, na qual permanecerá séculos, apontando que um primeiro tratado leonino com este país é assinado já em 1635 (p.134). Oliveira MARQUES também aponta esta rendição aos interesses ingleses, que controla 50% do tráfico portuário português, e conclui que "a Restauração de 1640 não beneficiou grandemente o comércio externo" (História de Portugal, v.II, p.94. Para uma visão de síntese, ver: Fernando NOVAIS - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial(1777-1808), c.1 "Política de Neutralidade".

a Restauração, claramente o Estado lusitano teve de optar entre o Brasil ou o Oriente”, inaugurando uma nova etapa da geopolítica da Coroa portuguesa para o território brasileiro.

⁶⁰ - Idem, *ibidem*, v.II, p.236.

IIIa. PARTE

AMERICA: O CENARIO

VII- GEOGRAFIA DA OCUPAÇÃO IBERICA DA AMERICA

Alguém poderia questionar - e com razão - o título acima enunciado, lembrando que é a ocupação europeia que cria a América. Como bem argumenta Edmundo O'Gorman, os europeus se defrontam com uma terra desconhecida e é no relacionamento com esta que vão construindo a idéia de "América". Assim, ontologicamente falando a América é uma invenção europeia¹. O Novo Mundo se qualifica pela existência de um velho continente, num processo que não é evidente de imediato. Vale destacar alguns fatos.

O propósito de Colombo era o de atingir a Ásia pelo ocidente, avançando para oeste no Atlântico. Concebia a Terra como bem menor e dilatava a extensão do continente asiático, daí a crítica de vários eruditos a seu projeto (um dos motivos da recusa portuguesa em financiá-lo). Quando desembarca nas Antilhas, cre haver chegado ao arquipélago japonês - a "Cipango" de Marco Polo que se defronta com o mundo oriental. No geral, mantém esta crença mesmo sem referenda-la em qualquer indício - aferrando-se numa "suposição à priori"². Contudo, rapidamente outros exploradores vão se conscientizando de estarem face a uma "terra incognitae", não contemplada na visão medieval do ecúmeno. Já em 1503, Américo Vespúcio, na famosa carta a Lorenzo de Medicis, aponta a idéia da

¹ Edmundo O'GORMAN diz que a América foi sendo construída no imaginário europeu, e que a individualização do continente tem por arquétipo a cultura da Europa (La Invención de América, pp.93 a 97). Para um amplo painel desse processo, ver José Luis ABELLAN - La Idea de América: Origen y Evolución. Diz este autor: "Na historiografia tradicional, já se parte da existência da América; no enfoque historicista, da situação mental e cognoscitiva dos homens daquele tempo, os quais, por suposto, não tinham a menor idéia da existência da América" (p.23). E Jacques LAFAYE completa: "O que deu nascimento à América enquanto espaço geograficamente limitado, entidade consciente de si mesma e - sobretudo, entidade na consciência dos europeus - em uma palavra, realidade geopolítica, foi a colonização hispânica e portuguesa" (Los Conquistadores, p.26).

² - E.O'GORMAN -Ob.cit., p.32. Este autor historia a evolução das concepções de Colombo e de Américo Vespúcio ao longo de suas viagens, mostrando que este último navegador ao explorar as costas meridionais do continente até o rio da Prata - abandona a tese colombina da existência da "segunda península" na Ásia (além da Indochina), falando da América como um "ser original" (pp.61 e 67). Ver também: J.L.ABELLAN - Ob.cit., pp. 30 e 35, e J.LAFAYE -Ob.cit., p.14.

descoberta da "quarta parte do mundo" vagamente indicada pela geografia ptolomaica. Começa a se delinear o "Novus Mundus", rapidamente incorporado na cartografia da época³.

É interessante também assinalar que já na segunda viagem de Colombo, em 1494, se define a rota que será utilizada neste percurso. Uma rota marcada por profundo condicionalismo de ventos e de correntes, à qual só escapam os circuitos brasileiros e do tráfico negreiro. Assim, já de início se desenha o caminho marítimo da **Carrera da Índia**, que elege as bases de seu itinerário definindo lugares que atuarão como centros de difusão na conquista e colonização americanas. Um papel de destaque na circulação atlântica estará reservado aos arquipélagos que, em certo sentido fracionam a viagem oceânica. As Canárias e os Açores, notadamente, são as bases avançadas da Europa, as Antilhas são a porta de entrada no Novo Mundo. O Caribe se qualifica como um ante-ato da conquista continental, verdadeiro "Mediterrâneo americano"⁴.

A cidade de Santo Domingo, fundada por Colombo na ilha Espanhola, será o centro inicial do movimento expansionista. Esta cidade vai abrigar, já em 1500, a

primeira sede do Estado espanhol em solo americano - o governo geral que põe fim à dominação pessoal de Colombo iniciada a administração burocrática da América de 1507 oficial³. O globo de Martin Behaim, executado em 1494 já indica as Antilhas (M.MAHN-LOT, A Descoberta da América, p.35). O mapa de Cantino, de 1502, já incorpora as descobertas de Vespúcio, mas ainda ignora a dominação pessoal de Colombo iniciada a administração burocrática da América de 1507 oficial³. O mapa de Cantino, de 1502, já incorpora as descobertas de Vespúcio, mas ainda ignora a dominação pessoal de Colombo iniciada a administração burocrática da América de 1507 oficial³. Este autor considera que deve-se à Vespúcio a visão do Novo Mundo como uma unidade geográfica (p.71), alertando todavia que Colombo chega a aceitar a hipótese de um "continente austral" (p.51).

⁴ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.132. Este autor divide, na perspectiva colonizadora, em 3 partes o "espaço atlântico": as "ilhas próximas", as Antilhas e a América, destaca importância dos Açores no percurso de volta à Europa (Sevilha e a América, pp.49 e 50). M.MAHN-LOT coloca as Antilhas como a "cabeça de ponte" da exploração americana (Ob.cit., p.74). LAFAYE observa que os principais conquistadores do continente fazem "uma etapa de aprendizagem colonial" nas Antilhas, por isso destaca "o papel da Ilha Espanhola e de Cuba como um posto avançado do Novo Mundo" (Ob.cit., p.71). E Frédéric MAURO lembra que a existência deste Mediterrâneo permite abarcar "uma faixa costeira muito longa e, por conseguinte, uma superfície de colonização muito vasta" (Origens da Desigualdade entre os Povos da América, p.60).

⁵ - Richard KONETZKE - América Latina. La Epoca Colonial, p.116. Este autor lembra que, na verdade, a causa judicial entre a Coroa e a família Colombo arrasta-se até a assinatura de um acordo em 1536. M.MAHN-LOT comenta as tentativas do Almirante de fazer da América seu "feudo" (Ob.cit., p.56). P.CHAUNU conclui que a América nasce de fato com o fim do monopólio colombino em 1498 e também reforça que todas as tentativas de colonização até cerca de 1516 partem de Santo Domingo (A Expansão Européia, pp.168 e 173).

A partir deste núcleo colonizador desenvolvem-se dois movimentos, um de conquista e exploração interna da ilha e das outras adjacentes e outro demandando descobrimentos na costa. Apesar da precoce presença estatal, tais movimentos são basicamente levados por particulares⁶. É à partir da Espanhola que os conquistadores se expandem para Porto Rico, Jamaica e Cuba. O móvel primeiro desse avanço é a captura do ouro, seja o saque ou escambo daquele acumulado pelos indígenas, seja a drenagem das pepitas de aluvião⁷.

O ciclo do ouro nas Antilhas, que vai da descoberta até cerca de 1525, acarreta onde se instala a total destruição da população ilhéu. Como avalia Chaunu: "esta primeira colonização do Mediterraneo americano é avida bem mais de homens do que de espaço"⁸. Foi fantástico o custo humano do pouco metal arrecadado, contudo ele bastou para alimentar a esperança e a avidez dos conquistadores e para sedimentar certa fixação da presença hispânica. Na ilha Espanhola, a pecuária e posteriormente a cana de açúcar vão se constituir nas atividades predominantes, apoiadas agora no trabalho de escravos africanos. Em 1575, esta ilha tem 6 mil brancos, 20 mil negros e cerca de 500 índios, e quarenta bois por habitante⁹. Santo Domingo, o ponto de maior concentração ilhéu, goza

⁶ - R. ROMANO está entre os autores que apontam este "caráter essencialmente privado" da organização da conquista da América (Os Mecanismos da Conquista Colonial, p.34). Ele lembra também a legitimação desta no direito feudal, que normatizava a "cavalgada" e a divisão dos saques (p.33). KONETZKE também aponta o fato da conquista ser empreendida por exércitos privados sob o comando de um chefe, o que criaria uma "vassalagem feudal de organização militar" (Ob.cit., p.146). LAFAYE define as conquistas como "expedições privadas" onde o lucro de uma empreitada financia as novas incursões (ob.cit., pp.54/5), e observa que tais "organizações feudais" buscaram se legitimar junto à Coroa (p.57) num quadro em que "se quizermos resumir em poucas palavras as relações entre os conquistadores e o Estado espanhol temos de dizer que os primeiros correm com todos os riscos e o segundo tomou sua parte em todos os benefícios" (p.61).

⁷ - Pierre VILAR - Ouro e Moeda na História, pp.84/5. Salvador MORALES comenta que o "ciclo do ouro" antilhano inicia-se na ilha Espanhola, passa por Porto Rico e termina em Cuba; em 1511 já se esgotou na primeira das ilhas, na década de 30 está em decadência na última (Conquista y Colonizacion de Cuba. Siglo XVI, p.13). Para os valores do ouro embarcado, ver: Idem, p.28. E também F.MAURO - Ob.cit., p.44.

⁸ - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.142. O decréscimo populacional em a Espanhola é de 80 a 90% em 15 anos (P.CHAUNU - Sevilha e a América, pp.81/2).

⁹ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.86. Este autor lembra que além da pecuária destaca-se na ilha a presença da cana que faz de Santo Domingo "pátria precoce do açúcar americano (p.331).

das vantagens de ser uma capital administrativa e sede da primeira audiência americana. E' o pioneiro foco difusor da colonização hispânica na América.

Cuba, circunavegada em 1509 e povoada à partir do ano seguinte, em menos de uma década já está ocupada¹⁰. E' a lavra do ouro que alimenta a rápida colonização da ilha, responsável pela breve prosperidade da costa meridional e de Santiago, a primitiva capital fundada em 1515¹¹. No geral, a ocupação da ilha Fernandina não difere muito da ocorrida na Espanhola, na verdade um padrão de todo o sistema insular¹². Com o esgotamento do ouro e a escassez da mão de obra desenvolve-se uma economia de abastecimento voltada para a demanda do próprio movimento conquistador, que tem a pecuária como atividade fundamental¹³. Em meados do século XVI, Cuba tem grandes rebanhos de gado e de suínos, sendo um centro exportador de banha, couros e outros produtos relacionados à atividade pecuária. Paralelo a isto organizam-se as estâncias, num ritmo onde "em teoria, no fim do século XVI, em Cuba já não havia terra livre disponível"¹⁴.

Esta função abastecedora de Cuba articula-se assim, ao seu papel de foco de difusão da conquista. Chaunu destaca a "excepcional posição estratégica" como "elemento dominante da economia cubana", e lembra que a ilha funcionou "como um laboratório onde

¹⁰ - S.MORALES - Ob.cit., p.20. Este autor observa que num primeiro momento a colonização concentra-se na ilha Espanhola, com Cuba restando como ponto de apressamento de mão de obra indígena (p.9), o que acarreta a hostilidade dos tainos quando do povoamento desta ilha (p.12).

¹¹ - Idem, ibidem, p.28. Nas palavras de MORALES: "nos primeiros anos da colonização a atividade econômica e militar se realizou na costa meridional" (p.22).

¹² - Diz CHAUNU: "A economia colonial das ilhas, após fulgurante expansão é, primeiro uma economia recessiva e depois estagnada" (*Sevilha e a América*, p.72), e conclui que as Antilhas são num "instante conquistadas e virtualmente abandonadas pela marcha em direção ao oeste de uma colonização insaciável de espaço" (p.68).

¹³ - S.MORALES - Ob.cit., pp.44 e 62. Sobre a dilapidação da população indígena, ver pp.24/5 e 38/9.

¹⁴ - Idem, ibidem, p.65.

se forjaram as armas e os homens da conquista do continente"¹⁵. Este papel se reforça enormemente após 1561, quando é regulamentada a organização das frotas, que tem Havana como ponto de união das naus que vem doméxicoe do Peru - um elemento mercantil de ativamento da economia cubana¹⁶. Além da pecuária desenvolve-se uma agricultura de abastecimento (onde a mandioca e o tabaco aparecem como cultivos de destaque), e algumas atividades complementares como por exemplo o reparo dos navios, que origina uma florescente industria naval em Cuba colonial. Os estaleiros por sua vez animam a mineração do cobre existente na ilha¹⁷.

Completando a caracterização do quadro cubano cabe apontar a precoce importação de escravos africanos, os primeiros desembarcando já na década de 1510, que se intensifica à partir de meados do século. O braço escravo vai ser utilizado em todos os setores econômicos: na pecuária, na agricultura e na mineração, e ainda na construção civil (um setor importante dadas as necessidades defensivas da ilha¹⁸). Enfim, no século XVII começa a se desenvolver, com estímulo estatal e também apoiado no trabalho escravo dos africanos, o cultivo da cana de açúcar que acabará por tornar-se a atividade preponderante da ilha no século seguinte¹⁹.

¹⁵ - Sevilha e a América, pp.98 e 94. Diz ele ainda que "de longe a maior das Antilhas é de todas as ilhas a mais estreitamente comprometida com a massa continental" (p.94). B.BENNASSAR lembra a competição de Havana com Santo Domingo pela posição de principal base insular do império americano (La America Espanola y la America Portuguesa, Siglos XVI-XVIII, p.52).

¹⁶ - MORALES observa que tal organização implica uma estada prolongada de cerca de 6 a 9 mil homens por até 6 meses na ilha (Ob.cit., p.47). M.MAHN-LOT chega a definir Havana como a "chave do império espanhol" (Ob.cit., p.74). P.CHAUNU descreve esta cidade como o melhor porto das Antilhas (Sevilha e a América, p.97).

¹⁷ - S.MORALES - Ob.cit., pp.58 a 60.

¹⁸ - MORALES mostra que a construção de fortificações avança até o século XVII (Ob.cit., pp.54 a 57). Este autor lembra que há mais cuidado com o africano do que houve na "escravidão predatória" das populações autóctones (p.84).

¹⁹ - Idem, ibidem, pp.70/1. Sobre o açúcar em Cuba no século XVIII ver o clássico trabalho de Manuel Moreno FRAGINALS - O Engenho.Complexo Sócio-econômico Açucareiro Cubano.

A ilha de Boriquém, ou Porto Rico, segue no geral o mesmo padrão antilhano apenas atrasado pela resistência acirrada dos índios caraíbas. Bahamas e Bermudas, as "ilhas do retorno", restam pouco exploradas sendo apenas "pontos de referência". Finalmente a Jamaica, também pouco explorada, acaba por ser totalmente abandonada em 1636 - processo recorrente que bem mostra a decadência do conjunto hispânico-antilhano no século XVII²⁰. A rápida dilapidação dos recursos imediatos e, principalmente, da população autóctone leva os colonizadores à necessidade de avançar a conquista, num verdadeiro processo de "fuga para a frente"²¹. Assim, o movimento exploratório incrementa-se tendo por alvo os diferentes quadrantes do território continental.

Das ilhas partem expedições que demandam a Florida (visitada por Ponce de Leon em 1512), o Istmo (Balboa vê o Pacífico em 1513) e os diferentes pontos da costa da Terra Firme que vão constituir os enclaves continentais do povoamento insular, os "anexos" do complexo antilhano como denomina Pierre Chaunu (que os considera também ilhas em certo sentido, visto só se relacionarem inicialmente por via marítima²²). O caráter insular da Flórida é inclusive matéria controversa até o final do século XVI²³. No Istmo, os colonizadores encontram efetiva resistência indígena primeiro na região do império maia,

²⁰ - P.CHAUNU - *Sevilha e a América*, pp.91/3, 100 e 99. A Jamaica vai ser tomada pelos ingleses em 1655 que aí instalam a "capital do sistema caraíba britânico" (p.99). As várias bases espanholas abandonadas se tornam covis de bucaneiros, que tornam as águas do mar do Caribe bastante perigosas (p.73).

²¹ - P.CHAUNU - *Conquista e Exploração dos Novos Mundos*, pp.150/1 e B.BENNASSAR - Ob.cit., p.52. Ronaldo VAINFAS observa que a crise antilhana "foi completada por um deslocamento dos interesses econômicos e militares espanhóis para a terra firme", e, assim, "o relativo abandono das Antilhas explica-se também pela conquista continental" (*Economia e Sociedade na América Espanhola*, p.36). LAFAYE lembra que a insatisfação com os resultados da partilha vai ser sempre um motor para o avanço da conquista (Ob.cit., p.32).

²² - *Sevilha e a América*, pp.70/1. O autor mostra a existência de uma ocupação pontual do litoral que vai da foz do Magdalena à do Orinoco, em suas palavras: "a costa oriental da Terra Firme nunca foi (nesta primeira fase da ocupação) mais do que uma série de posições isoladas, um arquipélago mal agarrado ao continente e cujas ilhas ameaçadas só se comunicavam entre si pelo mar"(p.104).

²³ - J.LAFAYE - Ob.cit., p.31. Este autor aponta a dificuldade de colonização desta área face à resistência indígena, quadro que se estende pela costa do golfo do México (p.38). Citando o Inca Garcilasco, coloca que mais de 1400 espanhóis morreram na conquista da Flórida (p.79).

de Yucatan à Guatemala - cuja civilização já mostrava sinais de decadência à época da chegada dos espanhóis²⁴. E também nas montanhas da Costa Rica - uma área que não chegou plenamente a "ser submetida durante o período colonial"²⁵. Enfim, do rebordo mexicano ao planalto de Bogotá aparece uma área de vazios quebrada pelas "passagens" do Atlântico ao Pacífico, num povoamento ralo e pontual. Algum destaque só aparece no núcleo povoador do Panamá, fundado em 1519, de onde se difunde o avanço para a região andina cuja conquista animará a vida desta porção do Istmo²⁶. O complexo portuário Nombre de Dios/PortoBelo/Panamá, articulando as trocas interoceânicas, vai deter 60% do intercâmbio entre a América e a Espanha no período analisado²⁷.

Enfim, uma ocupação continental mais significativa só ocorrerá com a conquista dos impérios asteca e inca, processo no qual os núcleos insulares pioneiros servirão de base de difusão.

Deslocavam-se de Cuba as expedições que visavam à conquista do México, tendo havido tentativas anteriores à empresa de Cortez, que parte em 1519²⁸. O avanço nesta parte do continente foi rápido, com os espanhóis em pouco tempo ocupando um território que transborda o da confederação asteca. Em 1522, Cortez já controla uma área

²⁴ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.33. P.CHAUNU aponta a relativa afirmação do espaço hondurenho, onde Porto Cavajjos vai aparecer com um porto secundário de algum destaque (Sevilha e a América, p.151).

²⁵ - B.BENNASSAR - Ob.cit., pp.68 e 227. O autor lembra que Cartago só foi fundada em 1564, e que em 1573 só haviam 65 espanhóis em toda Costa Rica (p.260). Enfim, desenvolve-se aí apenas uma economia de subsistência, sem vida monetária (p.262). P.CHAUNU observa que a Costa Rica, e também a Nicarágua, encontra-se numa "posição ambígua, no ponto de confluência de vagas colonizadoras que chegaram esgotadas tanto uma quanto a outra" (Sevilha e a América, p.154).

²⁶ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.147. Este autor lembra que em 1570 o Panamá conta com cerca de 7 a 8 mil habitantes, sendo 800 famílias espanholas e 400 índias (Sevilha e a América, p.161). Ele ainda lembra que a insalubridade e a esterilidade agrícola fazem dele um "lugar de passagem", pobre, sem equipamentos. P.VILAR diz que o istmo do Panamá "converteu-se no primeiro campo de experiência continental da colonização espanhola" (Ouro e Moeda na História, p.132).

²⁷ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.155. O autor trabalha o intervalo 1511 a 1650.

²⁸ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.54, e J.LAFAYE - Ob.cit., p.100.

de cerca de 500 quilômetros quadrados, onde se sobrepõe a uma rede de dominação anterior que, vale lembrar, cobra tributos num espaço que apresenta a mesma densidade demográfica da Europa (50 habitantes por Km²). Para entender a velocidade da conquista cabe apontar que o sistema de dominação encontrado era recente (do século XV) e que "a hegemonia asteca não havia suprimido totalmente a estrutura federal do império"²⁹. Segundo Barbosa Ramirez, este era mais uma unidade fiscal que uma unidade política, pois os astecas não absorviam os povos subjugados logo não criavam uma "coesão política do espaço conquistado"³⁰. Tratava-se na verdade de uma federação sob o comando de Tenochtitlán, que exercia um poder fiscal e uma dominação bélica, onde não eram raras as rebeliões locais e a necessidade de expedições punitivas para reafirmar o domínio asteca. Cortez, assimilado ao herói mítico Quetzalcoatl³¹, organiza uma "aliança anti-asteca" onde várias tribos auxiliam os espanhóis³². Em 1523 já domina a situação, com a soberania espanhola

²⁹ - Na época da conquista o império asteca contava com 38 "províncias cidades" (R.KONETZKE - Ob.cit., p.11). Ver também: P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.160. VAINFAS observa tratar-se de "uma sociedade em transformação - processo violentamente abortado pelo impacto da conquista" (Ob.cit., p.27).

³⁰ - A.René Barbosa RAMIREZ - La Estructura Económica de la Nueva España (1519-1810), p.19. Este autor alerta para a significativa diversidade étnica das populações que habitavam a Meso-América (pp.20 e 113), e completa: "A economia colonial se inicia num espaço que vai se definindo ele mesmo à medida que o colonizador evolui num território que é uma unidade geográfica e não uma unidade social" (p.18).

³¹ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.56, P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.162, e J.LAFAYE - Ob.cit., p.44. Este último autor observa que o mundo indígena "se deixou vencer antes de ser vencido" (p.47) e que "os conquistadores haviam sido precedidos, sem o saber, por prodígios e profecias que anunciavam a decadência das sociedades indígenas" (p.181). Quadro que se repetirá no Peru.

³² - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.171, e R.KONETZKE - Ob.cit., p.13. Este autor lembra, para justificar a grande adesão, que apenas na inauguração da pirâmide doméxicoforam imoladas 20 mil pessoas em 4 dias, sendo os sacrifícios humanos uma constante. LAFAYE considera a conquista doméxicocomo "um êxito mais político que militar", lembrando que as tropas de Cortez - na tomada de Tenochtitlan - contam com 1200 soldados espanhóis e com cerca de 35 mil guerreiros índios (Ob.cit., p.39).

se efetivando através da "autoridade intermediária dos caciques"³³.

Como foi posto, a expansão hispânica extrapola o território asteca. Ao norte, por exemplo, Cabeza de Vaca - depois de um périplo de oito anos, iniciado numa malograda expedição à Flórida - atravessa o Texas e em 1536 se encontra com um frente exploratória vinda do México³⁴. Pode-se também lembrar H.de Soto que visita o Mississipi, e Esteban que em 1539 explora o Arizona, ou ainda Coronado que abandona - no ano seguinte - gado nas pradarias americanas. Ao sul, desde 1526 há contatos com o Panamá, e, apesar da resistência avança a conquista de Yucatan, com Merida sendo fundada em 1542³⁵. Enfim, em 1545 a conquista da Nova Espanha está terminada, com a definição das fronteiras com que concluirá o período colonial. O reino conta nesta data com 1345 espanhóis, e em 1570 já somam 57 mil os colonizadores³⁶. Tal crescimento da emigração se deve, sem dúvida, à descoberta das minas de prata quando ouro do saque já escasseava - primeiro o "circuito mineiro" de Taxco a Tlalpujahuá em 1532, depois as minas de Zacatecas em 1547, e as de Guanajuato em 1554, que atraem populações da metrópole e das ilhas.

Todo este conjunto mexicano está organizado em torno de dois eixos de ocupação. Um articula o "caminho de Castela" com o "caminho da China", ligando o Atlântico e o Pacífico no itinerário Vera Cruz/México/Acapulco, num sentido grosso modo leste/oeste. O outro eixo define o "caminho real" que liga as zonas agrícolas do México ao México

³³ - P.CHAUNU - *Sevilha e a América*, p.119. BENASSAR apontando a grande diversificação social do império asteca (onde havia servos e escravos) avalia que "esta hierarquia e a distribuição das funções econômicas, prudentemente mantidas pelos espanhóis, favoreceu indubitavelmente a dominação colonial (Ob. cit., p.20). Barbosa RAMIREZ completa: "A chegada dos espanhóis existe uma forma de propriedade e uma forma de produção constituídas pela economia indígena. Os conquistadores pedirão a este mundo tributos compostos tanto de produtos como de serviços pessoais" (Ob.cit., p.53); e sobre a utilização das camadas intermediárias da hierarquia asteca (p.129).

³⁴ - J.LAFAYE - Ob.cit., pp.16 e 170. Este trabalho discute em detalhe a trajetória do autor de *Naufrágios e futuro explorador do Prata e do Paraguai*.

³⁵ - B.BENASSAR - Ob.cit., pp.70 e 61.

³⁶ - Idem ibidem, p.62. LAFAYE conclui: "A conquista do México desencadeou a penetração profunda na América" (Ob.cit., p.100).

com as áreas mineiras das regiões áridas, num sentido claramente norte/sul. Vera Cruz é a porta de Nova Espanha, o porto onde desembocava "todo o sistema doméxico colonial"³⁷. Acapulco é a base dos circuitos pacíficos, ponto de descarga do "galeão de Manilha", e "outro escritório do México"³⁸.

Cabe um comentário acerca deste circuito que escapa da Nova Espanha pelo oeste e, demandando o Oriente, estabelece o maior eixo da expansão hispânica, com a rota Sevilha/Manilha/Sevilha envolvendo uma viagem de cinco anos. O "projeto oriental", de buscar o trato com a Ásia, já está posto por volta de 1524, porém só se efetiva quando Urdaneta em 1560 descobre a rota da difícil "volta" do Pacífico³⁹. Por este percurso, a prata mexicana - como visto tão valiosa nos mercados do Extremo Oriente - atinge a China, a "bomba aspirante" do argenteo metal⁴⁰. Enfim, este é um circuito importante para a economia do México, que se dinamiza quando da crise atlântica.

E' necessário salientar a centralidade da capital da Nova Espanha, construída sobre a capital asteca de Tenochtitlán, localizada no entroncamento entre o caminho mercantil leste/oeste e o caminho produtivo norte/sul⁴¹. A cidade doméxico consegue de fato polarizar um espaço mais amplo do que a Nova Espanha, controlando diferentes circuitos

³⁷ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.121. O autor fala que apesar da importância tratava-se de outra "cidade episódica", com uma população flutuante de cerca de 5 mil habitantes (p.125).

³⁸ - Idem, *ibidem*, p.147.

³⁹ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.226. Segundo este autor, as Filipinas vão se tornar "um prolongamento longínquo da Nova Espanha" (p.175), lembrando que em 1572 já existe colonização deste arquipélago (p.227).

⁴⁰ - BENASSAR considera que pelo galeão de Manilha escapa de 29 a 35% da produção mexicana de prata após 1630 (Ob.cit., p.131). F.MAURO avalia, numa perspectiva de longo prazo, que este fluxo não foi benéfico para a economia da Nova Espanha (Ob.cit., p.59).

⁴¹ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.129. Cabe lembrar que, segundo as estimativas, Tenochtitlán possuía cerca de 300 mil habitantes em 1519, o que a coloca como uma das maiores cidades do mundo na época (R.VAINFAS - Ob.cit., p.26). A capital asteca havia sido fundada em 1352, conforme Barbosa RAMIREZ (Ob.cit., p.21).

e se impondo - no dizer de P.Chaunu - como a "maior cidade criolla da América"⁴². Esta centralidade advém da função de comando num número bastante grande de circuitos: é via a cidade do México que as regiões agrícolas abastecem as áridas zonas mineiras, é ela um entreposto final da Carrera da Índia, e também do galeão de Manilha, e ainda a sede de um conjunto de fluxos do Pacífico americano⁴³. Além deste papel de "capital econômica", a cidade doméxicovai exercer também uma função política como sede de Audiência já em 1529 e, desde 1535, corte do vice-reinado de Nova Espanha - instância máxima de poder na colônia⁴⁴. Este vice reino, ademais do México, abarcava as audiências de Santo Domingo, Guatemala e Guadalajara - envolvendo uma área de dominação que englobava as Antilhas, o Istmo (com excessão do Panamá) e a Venezuela além de todo o território mexicano até à Baixa Califórnia ao norte⁴⁵.

Tal dinamismo mexicano vai propiciar a emergência de fortes interesses locais, que implicam maior internalização do valor produzido na colônia (por exemplo, em relação à economia peruana*). Em Nova Espanha desenha-se um mercado interno, um relativo surto industrial (com a produção de panos grosseiros e de seda), e uma sólida rede

⁴² - Sevilha e a América, pp.139 e 136. Em 1570 a cidade doméxico tem cerca de 75 mil habitantes, em meados do século XVII conta 48 mil habitantes brancos. Em 1630 sua população total é da ordem de 90 mil habitantes (B.BENNASSAR - Ob.cit., p.212).

⁴³ - P.CHAUNU aponta, por exemplo que "o Peru, país caro frente ao México, recebe produtos do trabalho mexicano", e que em certo sentido "a cidade doméxico é a metrópole do Peru, tal como Sevilha é, sob certo aspecto, a metrópole da cidade do México" (Sevilha e a América, p.139).

⁴⁴ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.90. Diz este autor: "Governadores, Audiências e, para coroar o edifício, Vice-Reis, foram os representantes diretos da Espanha colonizadora, emanação direta do poder central" (p.97). E não deixa de lembrar que este poder se dilui com a distância.

⁴⁵ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.122.

⁴⁶ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.140. Este autor destaca que oméxico chega a atrair e fixar prata peruana.

mercantil, num quadro que se reforça com a "crise da economia atlântica" no século XVII⁴⁷. A precoce tentativa de criação da *mesta* em solo americano já no 1537, mostra bem - no caso na pecuária - esta organização dos interesses criollos e da própria economia mexicana⁴⁸. Uma contínua corrente imigratória oriunda da metrópole (logo uma significativa população branca⁴⁹) e a precoce formação de um mercado de trabalho livre (com o assalariamento) desenham o quadro das particularidades da colonização na Nova Espanha.

Seria interessante assinalar alguns elementos da história fundiária doméxicocolonial, pois seu movimento revela traços comuns da instação hispânica na América. Num primeiro período, que Barbosa Ramirez delimita até 1536, não há exploração agropecuária significativa por parte dos conquistadores, a divisão da terra dizendo respeito apenas à partilha das áreas de tributação, sendo a apropriação da produção indígena o *movel* da ação colonial⁵⁰. Em meados do século, assiste-se a uma alta dos preços agrícolas que anima uma exploração, à qual adapta-se aos diferentes quadros fisiográficos: nos planaltos intermediários pouco povoados instalam-se as *estâncias*, dedicadas basicamente à pecuária, nas terras baixas surgem as *plantations* com o plantio da cana de açúcar e do

⁴⁷ - Idem, *ibidem*, pp.132 e 133. CHAUNU ainda lembra que esta crise reforça as rotas pacíficas, representando um redirecionamento da economia mexicana (pp.138 e 148). BENNASSAR concorda com tal avaliação achando discutível falar em "depressão" no caso da economia mexicana no século XVII (Ob.cit., p.149).

⁴⁸ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.299 e B.RAMIREZ - Ob.cit., pp.63/4. F.MAURO lembra tratar-se de *mestas* sobre controle municipal, num sistema legalizado para as colonias já em 1529 e difundido na década de quarenta (Ob.cit., pp.14/5). Além da pecuária, P.CHAUNU vai destacar também a organização de uma agricultura mercantil de abastecimento (*Sevilha e a América*, p.146).

⁴⁹ - F.MAURO estima em 63 mil o número de brancos na Nova Espanha em 1570 e que, em 1646, já somariam 125 mil (Ob.cit., p.91), Já o contingente indígena cai de 35 milhoes na época da conquista para 1,1 milhão em 1605 (p.89).

⁵⁰ - Diz RAMIREZ: "O tributo é a parte do produto apropriada pelos espanhóis e que servirá de fundo de consumo e inversão" (Ob.cit., p.56), por isso neste primeiro período "as formas de apropriação são muito mais importantes que as formas de propriedade" (p.91). Segundo o autor com a exploração agrícola se passa da conquista à colonização (pp.54/5).

índico, a cultura do trigo começa a se estender nas terras altas substituindo cultivos tradicionais⁵¹. Todo este sistema agrário volta-se prioritariamente para o abastecimento urbano e mineiro - como observa Ramirez: "O mercado colonial que se desenvolveu graças à divisão do trabalho e ao auge mineiro ficará profundamente dependente deles"⁵². A partir daqui, observa-se um processo lento e progressivo de concentração fundiária que se corporificará na "unidade produtiva mais típica do século XVII: a **hacienda**"⁵³.

Cabe apenas uma última alusão à atividade mineira no México, notadamente a mineração da prata - de menor volume mas de maior duração que a produção peruana⁵⁴. Pierre Vilar argumenta que a mineração mexicana se organiza num padrão mais empresarial, sendo tecnicamente superior à exploração do Peru, o que se evidenciaria no fato de apenas 7% dos trabalhadores envolvidos nesta atividade serem escravos⁵⁵. Isto não significa que formas de trabalho compulsório inexistissem aqui (ao contrário, como será

⁵¹ - Idem, pp.55/ e 91/2.

⁵² - Idem, p.94. RAMIREZ acentua que "a agricultura não é, neste período, o setor econômico fundamental" (p.57), e destaca que, neste momento, começam a aparecer novas formas de propriedade da terra (p.91).

⁵³ - Idem, p.98. Segundo o autor, neste período, além da hiperconcentração das terras ocorre também sua legalização pela Coroa que, dentro de uma mesma estratégia de colonização também organiza o mercado de trabalho e os tributos (pp.96/7).RAMIREZ também observa que com a crise do século XVII as haciendas tendem a se isolar, mantendo a produção nos limites do mercado retraído (p.149 e 150).Trabalham com baixa lucratividade, porém com um custo também baixo (p.147), pois o setor mercantilizado convive com uma economia natural de auto-sustentação (p.152).

⁵⁴ - P.CHAUNU estima a produção mexicana no período enfocado como cerca de 65% da peruana (Sevilha e a América, p.145). Segundo ainda este autor, o porto de Vera Cruz contribui com 37% do movimento global do monopólio de Sevilha, e a Nova Espanha como um todo com 40 a 43% (p.121). Em termos da prata cabe lembrar que durante o século XVII são descobertos 5 novos centros mineradores entre estes as jazidas de São Luis do Potosi (B.RAMIREZ - Ob.cit. p.156), e que até no século XVIII ainda se retira prata do subsolo mexicano (B.BENNASSAR - Ob.cit., p.111).

⁵⁵ - Ouro e Moeda na História, p.147. BENNASSAR também argumenta que o assalariamento e o mercado livre de trabalho é o que faz oméxicoatrair mais emigrantes que o Peru (Ob.cit., p.122). P.CHAUNU lembra que, ao contrário do Peru, aqui os índios estavam longe das minas (Sevilha e a América, pp.145/6). Também MAURO aponta o fato: "Noméxicoo problema da mão de obra nas minas permaneceu pela ausência ou quase ausência de populações nas regiões de minas", o que estimula o assalariamento (Ob.cit., p.43).

visto no próximo capítulo). A localização das minas, em regiões áridas pouco povoadas, tornam a demanda de trabalho um fator central desta produção. Na verdade, a mineração força um avanço do povoamento para além das zonas úmidas gerando uma ocupação descontínua, "por pontos, por estradas. Entre as malhas desta rede, imensos territórios rebeldes"⁵⁶. As necessidades de abastecimento faz com que os estabelecimentos mineiros envolvam um amplo espaço de relações, que dinamiza a economia mexicana como um todo⁵⁷.

A conquista do Peru apresenta alguns paralelos com o processo mexicano. Os homens que partem, do Panamá, com Pizarro em 1531 (quando já terminara o ciclo da conquista estrito senso no México) são também experientes exploradores⁵⁸. E se defrontam com um império organizado e centralizado que se derrama pelos altiplanos dos Andes. Um império também recente, fruto de uma dominação militar que data do século XV igualmente⁵⁹. Também aqui o conquistador vai utilizar as dissenções internas, e o império

⁵⁶ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.141. BENNASSAR avalia que a conquista só é plena na zona úmida, porém lembrando que "a fronteira de colonização vai ser estabelecida pela geografia mineira" (Ob.cit., p.70). VAINFAS lembra a resistência dos chichincas na frente setentrional de ocupação (Ob.cit., p.39).

⁵⁷ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.146. Barbosa RAMIREZ também conclui: "O trabalho mineiro é a atividade econômica mais importante da colônia, é o responsável por uma distribuição social da força de trabalho assim como do desenvolvimento das atividades econômicas dos outros setores, em particular a agricultura" (Ob.cit., p.57). F.MAURO, entretanto, coloca-se contrário a esta interpretação, avaliando que foram pequenos os capitais transferidos da mineração para a agricultura, o que segundo ele revela "uma nova prova do caráter marginal da atividade mineradora no sistema hispânico-americano" (Ob.cit., p.46). Postura discrepante entre os autores consultados, á qual voltaremos adiante.

⁵⁸ - BENNASSAR fala de um "processo similar" ao mexicano (ob.cit., p.62). A expedição de Pizarro conta com 180 homens, distribuídos em três barcos armados na colônia (P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.177).

⁵⁹ - Diz KONETZKE: "Os grandes impérios da América primitiva se fundaram à partir da conquista guerreira e mantiveram sua coesão por meio do poder brutal" (Ob.cit., p.4). Menos sanguinário que o asteca, o império inca também era governado despoticamente, conhecendo a escravidão, a servidão, e uma rígida hierarquia social (p.6). De acordo com LAFAYE este império era mais vasto e mais centralizado que o asteca (Ob.cit., p.45). Maurice GODELIER considera que o império inca apresentava uma organização próxima à do "modo de produção asiático" ("Conceito de Formação Econômica e Social: o Exemplo dos Incas" in Theo SANTIAGO (org.) - América Colonial, p.14). Ai, segundo este autor o Estado assumia o papel das comunidades aldeãs como proprietário dos meios de produção, porém mantendo a aparência do antigo modo

inca se encontrava no momento da conquista imerso numa crise sucessória, verdadeira "guerra civil" segundo Pierre Chaunu⁶⁰. Em 1533 Pizarro toma Cuzco, a capital que comanda uma eficaz rede de circulação⁶¹. Também aqui a ocupação vai utilizar "a administração e as estruturas sociais incaicas"⁶².

Ao contrário do ocorrido no império asteca, no Peru os espanhóis vão se defrontar e conviver com uma aguerrida resistência indígena. Apesar da rápida vitória inicial, quando põem em debandada o exército inca (incrivelmente superior numericamente, com mais de 30 mil homens), os conquistadores vão em seguida conhecer uma oposição organizada em torno do inca Manco Capac. Este movimento, entre 1536 e 1572, controla um território significativo, chegando Capac a sitiá-lo com cerca de 50 mil homens⁶³. Mesmo com estas dificuldades de afirmação no centro de difusão, os espanhóis vão rapidamente se expandir por um vasto território. A cidade de Lima, fundada em 1535, torna-se o foco das explorações. Dali parte, por exemplo, Belalcazar que visita a "sabana" de Bogotá, também Orellana que percorre a Amazônia, e Almagro que faz incursões no Chile.

de produção comunitário subjugado ("Da Não Correspondência entre Formas e Conteúdos das Relações Sociais: Nova Reflexão sobre o Exemplo dos Incas" in Theo SANTIAGO (org.) - Ob.cit., pp.27/8).

⁶⁰ - Diz ele, concluindo: "A conquista decorre, antes de tudo, das divisões rapidamente reconhecidas e habilmente exploradas do mundo indígena" (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.163). Também no Peru há um movimento messiânico que vai assimilar os espanhóis ao herói vingador Viracocha (BENNASSAR - Ob.cit., p.74 e LAFAYE - Ob.cit., p.189). M.GODELIER enfatiza que é sobre a conquista inca que se instala a dominação espanhola ("Conceito de Formação Econômica e Social: o Exemplo dos Incas", p.17).

⁶¹ - R.KONETZKE - Ob.cit., pp.15 a 17. Ver também P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.182.

⁶² - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.67. E CHAUNU completa "O espaço do Peru colonial é quase exatamente o antigo espaço inca" (Sevilha e a América, p.177). O autor destaca o sentido norte/sul da ocupação dado pelo condicionalismo do relevo.

⁶³ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.226. As dificuldades de abastecimento das tropas, e, também uma crise sucessória, são as causas da derrota deste movimento, porém um clima de resistência vai permanecer durante todo período colonial no Peru (o que pode ser atestado pelo movimento de Tupac Amaru no século XVIII). Cabe lembrar que também os incas viviam um movimento milenarista na época da conquista.

O saque dos tesouros incaicos anima a conquista do Peru, sendo considerado por Pierre Vilar o ato isolado mais importante da acumulação primitiva⁶⁴. Isto dá um ar de rapina na primeira colonização peruana, gerando uma sociedade fruto de uma "conquista arcaica" - utilizando a expressão de Chaunu - bem distante da "associação capitalista do renascimento"⁶⁵. Tal caráter acarreta um clima de tensão nas relações colônia/metrópole, com um forte autonomismo marcando a instalação espanhola na América do Sul⁶⁶. Os choques internos entre grupos rivais (encabeçados pelos clãs dos Pizarro e dos Almagro) completam o quadro peruano, onde a Coroa espanhola tem de realizar uma verdadeira reconquista para reafirmar sua soberania. Esta é levada a cabo nos anos de 1544/5, e só se efetiva plenamente em 1555⁶⁷.

Em 1543 é criado o vice-reinado do Peru, abarcando o território meridional da América hispânica (com exceção dos enclaves costeiros ligados à economia antilhana). O vice-reino é dividido, ao longo do período colonial, em nove audiências, à saber: Panamá, Lima, Bogotá, Charcas, Quito, Chile, Buenos Aires, Caracas e Cuzco⁶⁸. Este conjunto, na verdade, envolve uma região de povoamento contínuo nos altiplanos (com a maior densidade populacional da América pré-colombiana⁶⁹) e áreas satélites nas diferentes direções polarizadas por Lima. O vicereinado do Peru é, nas palavras de Carlos Assadourian, "tanto uma divisão política do império espanhol como um espaço econômico

⁶⁴ - Diz VILAR que até a descoberta de Potosi, o Peru "vomitou ouro entesourado" (Ouro e Moeda na História, p.137).

⁶⁵ - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.187.

⁶⁶ - Cabe lembrar que o Peru está 3 ou 4 vezes mais longe de Sevilha que a Nova Espanha, sendo inicialmente colonizado por esta. Frente as condições de circulação da época, Lima está 3 vezes mais longe da Europa que o Panamá, e 5 vezes mais que Havana (P.CHAUNU - Sevilha e a América, pp.176 e 201).

⁶⁷ - B.BENNASSAR - Ob.cit., pp.187/8. LAFAYE inclusive lembra que o clima de guerra civil no Peru deixa a luta contra a resistência incaica num segundo plano (Ob.cit., p.131).

⁶⁸ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.123.

⁶⁹ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.177.

que chega, nos fins do século XVI e durante todo o XVII, a ostentar um auto grau de autosuficiência e integração regional", sendo assim uma "unidade geográfica", um "conjunto" ou "sistema de economias regionais"⁷⁰.

O centro deste sistema está localizado em Lima, a "capital política e comercial" que comanda "um crescimento regional polarizado"⁷¹. Todavia, apesar da sua grande polarização, a capital peruana não atinge o grau de centralidade da Cidade do México, com vários circuitos de sua jurisdição legal fugindo ao seu controle (como será visto adiante). Entretanto não há dúvida de que Lima organiza "a atividade dos distritos mineiros", apresentando em seu desenvolvimento total correspondência com a evolução econômica destes⁷².

O relativamente menor poder de polarização da capital peruana se expressa na existência de uma rede urbana, onde algumas cidades comandam diretamente sua área de influência (tecendo relações próprias, que não passam pelo controle limenho). Não é necessário buscar um exemplo na distante Buenos Aires (um entreposto do Rio de Janeiro mais que de Lima), basta anotar a relativa autonomia de Quito que organiza um vasto espaço de relações⁷³. Desta cidade partem fluxos que demandam a "governación" de Poyayan, os quais são conectados com a metrópole diretamente através de Guayaquil, o porto

⁷⁰ - Carlos Semplat ASSADOURIAN - El Sistema de la Economía Colonial. El Mercado Interior, Regiones y Espacio Económico, pp.65, 129 e 165. Este autor coloca o Equador dentro deste conjunto, mas deixa fora dele as demais regiões do futuro vicereinado de Nova Granada.

⁷¹ - Idem, ibidem, p.65. ASSADOURIAN coloca "Lima como centro político... e como centro privilegiado pelo monopólio comercial metropolitano" (p.132).

⁷² - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.184. Esta correspondência pode ser aferida na evolução urbana: Lima conta no auge da prata, em 1611, com 60 mil habitantes (B.BENNASSAR - Ob.cit., p.200), caindo para 37 mil no final deste século consoante com o declínio da mineração (ASSADOURIAN - Ob.cit., p.140).

⁷³ - CHAUNU coloca Quito como "o ponto de concentração secundário mais importante de um Peru colonial largamente expandido", verdadeiro "centro de irradiação do povoamento colonial" (Sevilha e a América, p. 180). A cidade possui em 1737 entre 30 e 40 mil habitantes, sendo um terço da população branca (B.BENNASSAR -Ob.cit., p. 214).

de Quito⁷⁴. Pode-se lembrar ainda toda uma série de circuitos que através dos rios que desaguam no Atlântico vão atingir diretamente a Cartagena, escapando ao controle de Lima.

Enfim, já em 1570, o Peru conta com nove cidades e cerca de 30 mil habitantes espanhóis, além de 1,3 milhões de índios submetidos⁷⁵. Também aqui o crescimento da imigração está diretamente ligado à atividade mineradora que, todavia, não atrai tantos renóis como o México. Afora o ouro colombiano (que será visto à seguir) é a obtenção da prata que estimula o processo povoador. A prata que conforma o "Peru mineiro", a "zona motriz da economia colonial peruana"⁷⁶. Aqui, a ocupação segue um eixo que vai das minas de mercúrio de Huacavelica a 300 quilômetros ao norte de Lima, passando por esta cidade e avançando num sentido sul para a velha região mineira de Cuzco (já em decadência no início do século XVII), até atingir Potosi (a cerca de 2 mil quilômetros de Lima) - a montanha de prata descoberta por acaso em 1545 a quatro mil metros de altitude. Tal rota se firma com a introdução da técnica do amálgama na extração da prata, a qual torna Huacavelica "uma condição de Potosi"⁷⁷.

Potosi, a "cidade da loucura da prata", um dos "lugares históricos do

⁷⁴ - Cabe lembrar que este sistema de circulação, no qual a cada assentamento no planalto corresponde um porto no Pacífico, acaba por gerar uma ocupação pontual do litoral desde o Panamá até Callao, o porto de Lima (P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.178).

⁷⁵ - Idem, *ibidem*, p.185.

⁷⁶ - Idem, *ibidem*, p.190. CHAUNU ainda lembra que as minas peruanas encontram-se, relativamente às do México, mais próximas das áreas de adensamento indígena. ASSADOURIAN observa que os movimentos do polo minerador se transmitem no espaço e comandam as flutuações econômicas das suas regiões polarizadas (Ob.cit., p.54), e lembra que o eixo da economia mineira se assenta sobre o antigo espaço inca (p.161).

⁷⁷ - P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.165. As minas de Huacavelica foram descobertas em 1563, e fornecem, segundo CHAUNU, dois terços do mercúrio consumido em Potosi (Sevilha e a América, p.192). Ver também F.MAURO - Ob.cit., pp.45/6.

nascimento do capitalismo"⁷⁸. Só mesmo os riquíssimos filões argentíferos para atrair uma grande população a um lugar tão ermo, e para construir a "cidade mais fantástica da América colonial"⁷⁹. Já em 1572, ano da introdução do amálgama, a "cidade real" possui 100 mil habitantes, e em 1611 atinge a cifra de 150 mil, o que a coloca disparada como a maior concentração urbana da América e numa posição de destaque mesmo em termos mundiais⁸⁰. A característica mais singular desta aglomeração está no fato de que em Potosi tudo é importado, a cidade nada produz, todo abastecimento é externo, e, como diz Ruggiero Romano, ali "tudo é raro, tudo é caro"⁸¹.

A singularidade apontada acarreta o desenvolvimento de uma série de circuitos que de Potosi partem na demanda dos vários produtos. Um vai buscar o trigo chileno, outro a carne bovina e os muares nas audiências de Charcas e LaPlata, uma série de circuitos vão obter víveres nas terras quentes das vertentes orientais dos Andes (de Santa Cruz à Córdoba) e nos vales internos da cordilheira (como o de Cochabamba). O abastecimento de coca para o trabalho nas minas também articula trocas com as zonas tropicais do piemonte andino, a erva-mate é trazida do Paraguai. Como visto, do México

⁷⁸ - P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.161. O autor fala isso em função da atmosfera de especulação reinante na cidade, com o altíssimo preço dos produtos escassos atuando, em sua opinião (como visto no capítulo 3), na "revolução dos preços" na Europa.

⁷⁹ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.216. Diz este autor: "Uma enorme concentração urbana a 4 mil metros de altitude, numa paisagem estéril, só se explica pela existência da prata"(p.217).

⁸⁰ - Estes são os números oferecidos por BENASSAR, que mostra o rápido decréscimo populacional (22mil habitantes em 1776) com o esgotamento das minas (Ob.cit., pp.216 e 218). CHAUNU fala em 120 mil habitantes em 1580 e em 160 mil em 1650 (Sevilha e a América, p.194), porém em outro trabalho dá a cifra de 160 mil habitantes para o ano de 1610 (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.332). Cabe lembrar que nesta época, Sevilha, a maior cidade da Espanha conta com 100 mil habitantes. Vale destacar que a Cidade do México possui, como já visto, a maior população branca da América hispânica.

⁸¹ - R.ROMANO - Ob.cit., p.110.Ver também P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.151. Segundo CHAUNU, a cidade apresenta um grande setor terciário, o que exemplifica com a existência de 700 a 800 bordéis no início do século XVII (Sevilha e a América, p.195).

também se recebe algumas mercadorias, e do Brasil chegam os escravos africanos⁸². Enfim, este mercado dinamiza uma vasta circulação. Como conclui Konetzke: "A prata de Potosi deu lugar ao surgimento de um amplo espaço agrário que se expandia do Pacífico até o Atlântico"⁸³. A dependência de todo este sistema para com o centro minerador é evidente, Potosi é um polo, "setor dominante de todo o conjunto produtivo do vicereinado"⁸⁴.

A variedade de circuitos mostra que uma parte da produção argentea escapa ao fluxo de Lima, logo ao monopólio de Sevilha. Mesmo assim, é este circuito que suga a maior parte do metal extraído. A prata, de Potosi é enviada a Lima, daí a Callao onde é embarcada para o Panamá, atravessa o Istmo em tropas de mula (uma parte difícil da viagem), chegando finalmente ao complexo Nombre de Dios/PortoBelo onde é enviada à Havana, local de agrupamento do comboio para Sevilha. Bennassar estima que o percurso Lima/Sevilha/Lima não dura menos que dezoito meses⁸⁵. A prata peruana consistiu em parte substancial do valor transportado na Carrera das Indias⁸⁶.

Para completar o quadro do Peru mineiro cabe enfatizar, mesmo que rapidamente, o mundo da produção. As minas pertenciam a Coroa, que concedia licença para sua exploração. Os "mineiros", agraciados com as concessões, muitas vezes as

⁸² - Este último circuito, tão bem estudado por Alice CANABRAVA (O Comércio Português no Rio da Prata 1580/1640), será discutido adiante no texto.

⁸³ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.288. R.ROMANO observa que Potosi acentua a característica das cidades mineradoras de estabelecerem ligações geográficas muito vastas (Ob.cit., pp.110/1). Segundo MAURO, Potosi é para vários fluxos um "fim de caminho" (Ob.cit., p.41).

⁸⁴ - C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., p.132. Este autor lembra que a queda da mineração é sentida por todos os setores da economia colonial peruana (pp.266/7). Cabe apontar que já no final do século XVII, a população de Potosi havia baixado para 70 mil habitantes, sintoma claro de decadência (p.140).

⁸⁵ - B.BENASSAR - Ob.cit., p.129. O autor lembra que isto obrigava a armação de duas frotas para se ter uma troca por ano (p.128).

⁸⁶ - CHAUNU avalia: "tendo em conta a parte dos tesouros nas exportações da América para a Europa, a prata representa... um pouco mais de 50% do valor das exportações das Índias" (Sevilha e a América, p.141). E a produção peruana, no auge de Potosi na virada do século, abarca cerca de 65% do volume explorado.

arrendavam a terceiros⁸⁷. A exploração era integralmente tocada por particulares que, todavia, entregavam sua produção aos representantes reais que embarcavam a prata para Sevilha (tendo antes retirado a parte concernente ao pagamento do aparelho administrativo e militar⁸⁸).

A empresa mineradora não envolvia investimentos muito elevados em capital fixo, seu fator essencial era o trabalho e seu atrativo básico era dado pela "riqueza intrínseca da fonte de produção"⁸⁹.

Potosi, no auge de sua produção, necessitava de 4 a 5 mil trabalhadores para a extração da prata, o que somando a rotação dos turnos dá uma necessidade anual de 13 mil braços⁹⁰.

Para suprir esta demanda de força de trabalho, os mineradores vão recorrer ao trabalho forçado das populações indígenas, populações acostumadas ao domínio e a prestação de trabalho. A *myta*, "recrutamento de forças laboriais para o Inca", é retomada e direcionada para a atividade mineradora⁹¹. As condições de trabalho reinantes (face à temperatura, rarefação do ar, etc.) tornam tal atividade um sorvedouro de braços, o que se expressa diretamente na grande crise demográfica do Peru mineiro no século XVI⁹².

A discussão acerca das relações de trabalhos existentes vão se retomadas no

⁸⁷ - P.VILAR - Ouro e Moeda na História, pp.152/3.

⁸⁸ - CHAUNU destaca o aumento gradativo dos custos de defesa, com a necessidade cada vez maior no século XVII de proteção da rota do Istmo e dos comboios (Sevilha e a América, pp.196/8). ASSADOURIAN avalia que a Coroa fica com 20% do valor da produção mineira, sem arcar com qualquer custo de produção direta (Ob.cit., p.150).

⁸⁹ - R.ROMANO - Ob.cit., p.102. Ver também P.VILAR, que levanta certa discordância quanto ao custo do investimento minerador, concordando com a centralidade do fator trabalho (Ouro e Moeda na História, p.155). MAURO observa que os mineiros peruanos são carentes de capital, o que os coloca sob controle dos aviadores de Lima (Ob.cit., p.47).

⁹⁰ - B.BENASSAR - Ob.cit., p.118, e R.KONETZKE - Ob.cit., p.185.

⁹¹ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.184. Ver também P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.151, e F.MAURO - Ob.cit., p.42.

⁹² - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.330.

próximo capítulo, aqui cabe salientar que, em comparação com o México, no Peru é menos expressivo o mercado de trabalho livre. Em consequência, é menor a imigração de renóis (e o número de brancos), e mais frágil o mercado interno. Como assevera Carlos Assadourian, apesar do elevado nível de auto-sustentação⁹³, o conjunto peruano - em virtude das limitações introduzidas pela política metropolitana (notadamente no que tange à atividade industrial) - realiza uma "auto-suficiência desequilibrada", onde as economias regionais especializadas produzem todas "para fora", para o mercado do eixo mineiro⁹⁴.

Com a rápida queda da produção mineira, consoante com a crise espanhola no século XVII, o Peru vai encontrar-se com uma economia menos dinâmica e um território menos equipado que o México. Uma economia que internalizou menos, com um valor fixado que se dispersou mais. A crise no centro leva a uma fragmentação dos circuitos tradicionais, com as economias regionais se "adequando" à queda da demanda através de um progressivo desentezouramento, da retração das importações, da extensão do setor de subsistência, e de uma ruralização da vida econômica⁹⁵. Enfim, a crise do "Peru Mineiro", o centro do sistema, atua no sentido da relativa autonomização de seus "anexos" (conforme a denominação de Pierre Chaunu).

Tomando-se o eixo minerador, onde destacam-se os grandes mercados de Lima e Potosi, um primeiro entorno de produção complementar vai envolver áreas da própria condilheira que se especializam numa economia de abastecimento. É o caso típico do vale de Cochabamba, que abastece o mercado de Potosi em cereais, ou das "terras

⁹³ - "As características significativas do espaço peruano no século XVII são seu alto grau de auto-suficiência e seu máximo nível de integração regional" (C.S. ASSADOURIAN - Ob.cit., p.130). O autor enfatiza a clara "divisão regional do trabalho" existente e a forte "interdependência das diferentes regiões" (p.131).

⁹⁴ - Idem, ibidem, pp.162 a 165. Mostra o autor que internamente estas economias regionais são constituídas de "unidades de produção autárquicas", com um nível de auto-sustentação que impede a formação de um mercado local (p.166). As haciendas, estâncias e plantações são dotadas de um grande setor de subsistência, que lhes auto-abastece.

⁹⁵ - Idem, ibidem, p.147. Para ASSADOURIAN, "a crise de Lima é a perda gradual de sua capacidade de dominar comercialmente todo o espaço do vicereinado"(p.141).

quentes" próximas a La Paz e Cuzco que fornecem o açúcar, ou ainda dos vales de Pisco e do Ica, na franja do deserto peruano que fornecem vinho⁹⁶. Também as planícies litorâneas da costa pacífica vão conhecer uma função abastecedora especializada, com plantations de cana de açúcar e uma disseminada atividade pesqueira com fins mercantis (por exemplo, de Arica para Potosi)⁹⁷. Os exemplos poderiam se multiplicar, deste primeiro círculo de sustentação.

Num segundo círculo, envolvendo um raio maior de circulação, destaca-se a especialização complementar da região equatoriana. Quito, fundada em 1534, primeiro atuou como de cabeça de ponte da conquista setentrional da cordilheira⁹⁸; em seguida passa a cumprir importante papel no abastecimento do Peru mineiro. Até cerca de 1630, a zona quitenha foi o principal exportador de carne bovina e ovina para Lima, para onde também enviava tecidos e artefatos de couro⁹⁹. Na costa, Guayaquil, com a produção caqueira, representa um dos quadros mais precoces de especialização agrária, chegando a

⁹⁶ - Ver: C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., pp.43, 170, 173 e 178. O autor lembra que na crise ou deficit nestes setores, tais produtos vão ser buscados em zonas mais longínquas. Ele destaca também a peculiaridade da produção vinícola peruana, com as vinhas sendo trabalhadas por escravos africanos, que em 1600 somavam 20 mil nos vales mencionados (p.178). Este vinho chega a ser exportado para Nova Espanha (p.181).

⁹⁷ - Idem, ibidem, pp.172/3 e 220. O autor lembra a introdução do escravo africano que acompanha a produção de açúcar na costa e na serra.

⁹⁸ - Quito foi sede de uma audiência que englobava a Gobernación de Popayan e as terras do Alto Amazonas (O.HURTADO - O Poder Político no Equador, p.36). A conquista da região equatoriana levou 16 anos e envolveu a submissão de uma população nativa com cerca de 500 mil habitantes (p.23). Aqui, a ausência de recursos minerais de monta, faz do contingente demográfico o grande atrativo da conquista, e rapidamente se organizaram as encomiendas -que somam 81 em 1573 para elevar-se a 156 já em 1591 (p.28). Em fins do século XVI há cerca de 200 mil índios e 10 mil brancos no Equador, de acordo com HURTADO.

⁹⁹ - C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., p. 210. Este autor aponta o alto desenvolvimento têxtil de Quito entre 1560 e 1610, que a coloca como principal área têxtil do Peru colonial (p.234). A segunda concentração de obras ocorre na serra peruana -entre Cajamarca e Huanuco (p.236). E também destaca La Paz e Cochabamba como centros têxteis (p.238). O.HURTADO lembra que Quito possui cerca de 400 estabelecimentos comerciais no final do século XVII, quantidade que cai para 60 em 1720, o que evidencia a crise vivida pela região na época (Ob.cit., p.41).

xportar chocolate para a Nova Espanha nos inícios do século XVII¹⁰⁰. Enfim, no âmbito este segundo círculo da economia "peruana" as trocas são intensas e regulares.

Antes de abordar outros "anexos" mais distantes do Peru, cabe prosseguir no enfoque daquele conjunto que em 1717 irá constituir o vice-reinado de Nova Granada agregando grosso modo - além do Equador - os territórios atuais da Colômbia, Panamá e Venezuela). Na verdade, a designação de "conjunto" é inadequada, pelo menos para indicar estas terras no período analisado. Trata-se antes de um agregado de áreas heterogêneas e desconectadas entre si, que não apresentam uma unidade geográfica¹⁰¹.

Mesmo no que tange apenas à ocupação litorânea, a Terra Firme "não constitui uma frente contínua... da presença espanhola"¹⁰². A porção mais oriental deste litoral - a costa leste da atual Venezuela e das Guianas - não conhece uma ocupação europeia no decorrer de século XVI, restando como área de exploração¹⁰³ e visitação esporádica, no mais das vezes raides para aprisionar mão de obra indígena. É apenas no último quartel do século que se ensaiam algumas tentativas de instalação hispânica na região, que atingida por um fluxo exploratório que, buscando o El Dorado, parte de Bogotá, pouso em Juan de los Llanos, e pelo sistema Meta-Orinoco atingem o Atlântico. A expedição de Cerro percorre este caminho, em cuja extremidade fundam - no ano de 1590 - São Tomé na Guayana quase na foz do Orinoco, e na ilha de Trinidad o povoado de São José de

¹⁰⁰ - C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., pp.200/201. Este autor destaca também a construção naval ativa em Guayaquil (p.204). Ver também: O.HURTADO - Ob.cit., pp.40/1.

¹⁰¹ - Todavia, a própria heterogeneidade de Nova Granada e a existência de alguns quadros grosso modo similares animam sua análise com maior detalhe, num trabalho que visa a construir uma base comparativa para se pensar a colonização do Brasil.

¹⁰² - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.103.

¹⁰³ - Já em 1535, Herrera adentra pela foz do Orinoco, chegando ao rio Meta, também por este caminho outras expedições vão buscar o piemonte andino, inclusive algumas de exploradores alemães financiados pelos Welser, que tem sua base em Coro (Mariano Useche LOSADA - El Proceso Colonial en el Alto-Orinoco-Rio Negro (Siglos XVI a XVIII), pp.23 a 25).

Oru-na¹⁰⁴. Todavia, nesta região de tribos nomades e guerreiras a ocupação vai enfrentar grande resistência, ficando São Tomé na dependência do difícil abastecimento de Bogotá ou Caracas, do escambo com as populações locais, ou mesmo no limite o comércio com os holandeses (inimigos da Espanha)¹⁰⁵. Enfim, esta região resta no período estudado como "uma periferia dentro da periferia" (utilizando uma expressão de Mariano Losada), sendo inexistentes os assentamentos mais para o interior.

Avancando-se para o oeste na costa venezuelana vai se encontrar uma ocupação animada pelo "Potosi das pérolas", na costa do Cumaná, em Cubanga e na ilha Margarita¹⁰⁶. E caminhando mais para o ocidente, há um grande vazio de colonização apenas quebrado por presenças esporádicas ou pequenos enclaves ligados à economia antilhana.

Ainda mais a oeste, seguindo pelo litoral atlântico, aparece uma ocupação pontual numa faixa contínua de cerca de quinhentos quilômetros entre Maracaibo e Santa Marta. Esta localidade atua como um centro de irradiação para toda uma zona colombiana de planície costeira, cuja rápida apropriação pelos espanhóis pode ser medida pelo alto número de encomendas estabelecidas entre 1537 - data de fundação de Monpox - e 1540¹⁰⁷. Também aqui, a população autóctone, os malibues, rapidamente decresce apesar da

¹⁰⁴ - São Tomé, segundo LOSADA, constitui uma cidade de "significação crucial na geopolítica hispânica da época" (Ob.cit., p.41), pois representa uma extremidade do domínio espanhol com o litoral guianense, que lhe segue, sendo neste período objeto de conquista de outras nações, notadamente da Holanda que, em 1580, havia construído um forte às margens do rio Pomerun e estabelecido uma aliança com as tribos caríbes da região (pp.42 e 45).

¹⁰⁵ - Como observa LOSADA, aqui "o controle do espaço e a submissão de seus habitantes não ia ser uma empresa tão rápida e relativamente fácil como a andina" (Ob.cit., p.43). Na verdade a colônia persiste no século XVII apenas como base para a conquista do El Dorado, que, na época, acreditava-se localizar-se nas Guianas (pp.39 e 48/9). São Tomé, pobre e isolada, vive do contrabando, e acaba sendo abandonada em 1668 (p.52).

¹⁰⁶ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.108. O auge da extração das pérolas ocorreu, segundo KONETZKE, entre 1530 e 1535 (Ob.cit., p.284).

¹⁰⁷ - Ver Orlando FALS BORDA - Monpox y Loba. Historia Doble de la Costa, pp.38 a 41 A. Este autor coloca Monpox como "base militar de ocupação e colonização" (p.40 A).

tentativa de manutenção de algumas reservas de terras comunais, os **resguardos**¹⁰⁸. Para manter a produção agrária são introduzidos escravos negros, gerando nesta região uma das maiores concentrações continentais de população africana¹⁰⁹. O escravismo aliado a um padrão monopolista de propriedade da terra - o latifúndio - e a uma produção especializada para o mercado gera um tipo de exploração distinto da hacienda, sendo mais uma modalidade de **plantation**¹¹⁰. A economia desta região se desenvolve numa função de abastecimento dos núcleos urbanos da costa e dos altiplanos (pela via do rio Madalena). Resta apenas lembrar que, nesta área, ao lado da grande propriedade, assiste-se à instalação de posseiros que criam uma "sociedade minifundista", bastante importante como agente "povoador", segundo Fals Borda¹¹¹.

Um destaque deve ser dado a Cartagena, o maior núcleo desta costa, fundada em 1533. Esta "cidade de pedra" - a terceira em importância na América hispânica, segundo Pierre Chaunu - é a "base militar do sistema"¹¹², atuando como guardião do Panamá e do caminho do Peru, uma capital militar, sede da esquadra fixa que polícia o mar do Caribe, sendo ainda o "armazem dos tesouros americanos"¹¹³ e "um dos principais portos escravistas do continente"¹¹⁴. A cidade se beneficiou da posição portuária associada ao fácil

¹⁰⁸ - Idem, *ibidem*, pp.42A e 39B.

¹⁰⁹ - Idem, *ibidem*, pp.44B e 52A. Segundo FALS BORDA "em 1600 a presença negra já era considerável na região" (p.45A). Além da agricultura, os escravos eram utilizados no transporte fluvial e até na incipiente mineração.

¹¹⁰ - Diz FALS BORDA: "Na região monposina, onde o extermínio dos índios não permitiu o estabelecimento da hacienda senhorial clássica - como ocorreu no interior do país e nas sabanas de Sinu - os senhores tiveram de importar escravos desde cedo e admitir moradores e jornaleiros com **vecinos** livres e não vinculados" (Ob.cit., p.67B).

¹¹¹ - Idem, *ibidem*, pp.70/1B.

¹¹² - P.CHAUNU - *Sevilha e a América*, pp.169, 172 e 173.

¹¹³ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.215.

¹¹⁴ - O.FALS BORDA - Ob.cit., p.53A. Este autor estima em cerca de 20 mil a população africana de Cartagena em 1621 (p.54A).

acesso aos altiplanos pelos vales do Cauca e do Madalena. Por eles Cartagena vai se relacionar com os fluxos exploradores que, partindo de Quito, avançam pela cordilheira.

Este fluxo explorador pelos altiplanos vai estabelecendo em seu trajeto núcleos que articulam um sistema de circulação hispânico no setentrião andino. Por aí atinge-se a região dos **chibchas**¹¹⁵, ponto de confluência deste fluxo com aqueles que partem dos núcleos costeiros. Este processo de ocupação vai ter por polo Santa Fé de Bogotá, fundada em 1538 e sede de audiência à partir de 1550. Os conquistadores se defrontaram aqui com um território dotado de um quadro social bastante diversificado, com comunidades variadas que iam desde agricultores sedentários com relativa divisão do trabalho até tribos nômades coletoras¹¹⁶. O padrão inicial de instalação nestas áreas vai ser o típico andino, com uma rede de cidades articulada com grandes propriedades, tributação das sociedades indígenas, e com os encomendeiros gozando de grande autonomia¹¹⁷. No século XVII assiste-se também aqui o processo de formação de fazendas, através da legalização das propriedades territoriais, com as composições se alastrando nos altiplanos central e oriental desde fins do século XVI¹¹⁸.

O condicionalismo natural vai estimular aqui uma rede de circulação que

¹¹⁵ - Ver F.MAURO - Ob.cit., p.39.

¹¹⁶ - "As organizações sociais encontradas pelos espanhóis no território de Nova Granada eram múltiplas e distintas" observa Salomon KALMANOVITZ (Economía u Nación. Una breve historia de Colombia, p.22). E destaca que as tribos sedentárias foram mais fáceis de submeter que as nômades (p.23). O autor sustenta que o assentamento espanhol se fez basicamente, nestas regiões, pela divisão das populações sedentárias que foram submetidas a tributação em trabalho e espécie (p.16).

¹¹⁷ - German COLMENARES - Cali: Terratenientes, Mineros y Comerciantes in Sociedad y Economía en el Vale del Cauca, tomo I, p.24. Este autor lembra também a existência dos **apostentos**, propriedades de não encomendeiros que baralham pela regumentação do mercado de trabalho indígena, conseguindo seu efetivação nos altiplanos de Nova Granada já no fim do século XVI (p.25).

¹¹⁸ - COLMENARES comenta: "Juridicamente as composições se embassavam no fato de que as terras apropriadas individualmente na América não haviam saído do domínio real" (Ob.cit., p.30). O autor contrapõe a rapidez do processo nos altiplanos - onde a titulação foi executada com a mediação dos cabildos - em oposição às resistências desencadeadas em Popayan e no vale do Cauca - onde a negociação era feita com cada fazendeiro, alongando-se até 1637. Ver também KALMANOVITZ - Ob.cit., pp.30/1.

coloca estas localidades do altiplano em relação direta e preferencial com as áreas costeiras à pouco analisadas. Os eixos de penetração pelos vales do Magdalena e do Cauca se reforçam com a descoberta do ouro em seus trajetos, com destaque para as minas de Buritica em 1550¹¹⁹. A produção mineira dinamiza este caminho, gerando um circuito regular em cujo trajeto vão aparecer alguns assentamentos ligados às concentrações auríferas. A grande dificuldade de instalação nas terras mais baixas residiu na pequeno contingente demográfico disponível. Cabe lembrar a grande queda populacional também observada em toda Nova Granada¹²⁰. Isto acarreta - como observa German Colmenares para a região do Cauca- que não há excedentes agrícolas indígenas que "possam ser apropriados sob a forma de tributos" além da "escassez crônica" de mão de obra¹²¹.

A escravidão africana que, como visto, já na costa é a relação de trabalho básica, vai difundir-se por todo este circuito. Tanto na exploração de Buritica quanto na mineração no rio Nechi encontra-se a força de trabalho escrava¹²². O tráfego fluvial

¹¹⁹ - Na verdade trata-se de um conjunto de veios auríferos dispersos pela região de Antioquia, porém com as minas de Buritica se sobressaindo em termos de produção - sendo a maior zona produtora da América hispânica (James PARSONS - *La Colonización Antioqueña en el Occidente de Colombia*, p.64). Este autor lembra que a produção maior desta zona ocorre antes de 1630, e que quando as minas decaem no XVII entra em cena os aluviões do centro da Antioquia (p.71). Ver também G.COLMENARES - Ob.cit., p.31. Segundo KALMANOVITZ o ápice da produção aurífera em Nova Granada ocorreu na década de 1590, quando chega a uma média de 3 toneladas ao ano (Ob.cit., pp.19 e 33); no século XVII essa produção entra em progressiva decadência sendo a quantidade extraída na década de 1660 a menor taxa registrada em todo o período colonial (p.20). Tal queda acompanharia a exponencial carência de mão de obra.

¹²⁰ - S.KALMANOVITZ considera que no início do século XVII restava apenas entre 15% a 20% da população existente na época da conquista (Ob.cit., p.17).

¹²¹ - G.COLMENARES - Ob.cit., pp.29 e 27. KALMANOVITZ observa que a população indígena das áreas mineiras cai de 331 mil habitantes em 1540 para 29 mil em 1580. Em Tunja uma população estimada em 196 mil extingue-se em 50 anos; na zona de Pamplona a população índia decresce em 86% de 1560 a 1640 (Ob.cit., pp.28/9). No geral, o despovoamento vai gerando tanto a importação de escravos africanos quanto a vinda de imigrantes renóis durante o século XVII, o que vai acarretar, segundo KALMANOVITZ, uma grande diferenciação regional no que toca à posse da terra e às relações de produção no território enfocado (pp.23/4).

¹²² - J.PARSONS - Ob.cit., pp.67/8, 71/2 e 75. Segundo este autor, em 1582 haviam 300 escravos africanos trabalhando em Buritica (p.67), e cerca de 3 a 4 mil nas minas de Zaragoza - para cerca de 300 espanhóis (p.68). Ver também P.VILAR - *Ouro e Moeda na História*, p.143.

também assenta-se no trabalhador negro. Em termos das explorações agrárias, somente alguns produtos de alto valor para o abastecimento das áreas mineiras e dos núcleos urbanos (como Cartagena, por exemplo) podiam lançar mão de tão cara mercadoria, como eram as "peças da Guiné"¹²³. Porisso, no geral assiste-se nos vales do Cauca e do Madalena uma colonização de grandes propriedades que avança em meio a um vazio de exploração econômica¹²⁴. E, entremeados nas margens do circuito os palenques¹²⁵, territórios rebeldes.

Se esta porção mais colombiana de Nova Granada conhece relativa ocupação, o mesmo não se pode dizer do espaço venezuelano. Tanto que o rei vai conceder-lo a casa bancária alemã Welser, que tenta sem sucesso explora-lo (fomentando a imigração de mineiros alemães inclusive) no período entre 1528 e 1541¹²⁶. Aqui, os colonizadores vão se defrontar com comunidades nomades que fazem uma resistência eficaz com uma verdadeira guerra de guerrilha¹²⁷. É somente na segunda metade do século XVII que estas

¹²³ - KALMANOVITZ aponta a política deliberada de guardar a mão de obra indígena para o trabalho agrícola, forçando o uso de africanos na mineração (Ob.cit., p.34). Nas suas palavras: "os escravos negros foram concentrados nas minas, enquanto os indígenas abasteciam-nas com suas lambanzas e trabalho nas estâncias" (p.36).

¹²⁴ - G.COLMENARES - Ob.cit., p.27. Este autor aponta a imensa concentração de terra contrastando com a pobreza das fazendas (p.32). Para ele, a pecuária vai ser a atividade dominante nestas "áreas solitárias" (p.27). KALMANOVITZ aponta a importância de uma colonização de pequenos proprietários livres nas áreas de vazio demográfico (Ob.cit., p.32). Estas áreas convivem com outras de grande concentração fundiária - por exemplo a *sabana* de Bogotá que no final do século XVI tinha um terço de suas terras ocupada por uma só fazenda (p.32).

¹²⁵ - Estes territórios rebeldes constituídos por escravos fugidos, brancos pobres e índios, aparecem ao longo de todo este circuito. Segundo FALS BORDA, apenas na região monposina, entre 1599 e 1788 registram-se a existência de 21 palenques fortificados, alguns com milhares de habitantes controlando minas e fazendas (Ob.cit., p.52B). Este autor, como posto, valoriza esta "ocupação minifundista do solo" efetuada pelos *cimarrones* (p.54B). Sobre a área de Zaragoza, ver J.PARSONS - Ob.cit., p.74.

¹²⁶ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.135, e Sevilha e a América, p.106. E também P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.133.

¹²⁷ - Sobre os ataques indígenas na costa e no interior, ver B.BENNASSAR - Ob.cit., p.235; P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.112; e R.KONETZKE - Ob.cit., pp.14/5.

regiões vão conhecer um desenvolvimento econômico, com as plantações de tabaco, cacau e cana de açúcar na costa e a pecuária e a agricultura de cereais no interior (que leva Pierre Chaunu comentar que a economia venezuelana cresce "contra a conjuntura"¹²⁸). Até esta época, Caracas, fundada em 1567, "está à frente de uma província pobre, subadministrada", uma das áreas sem moeda, "parente pobre" da Carrera das Índias¹²⁹.

Além das regiões mencionadas, o "conjunto" de Nova Granada também apresenta territórios que se manterão como áreas de fronteira (estrito senso) durante todo período colonial. Tratam-se de zonas até mesmo visitadas pelos colonizadores, mas de ocupação tenue onde a presença de espanhóis é diminuta e a estatal inexistente¹³⁰. A região dos llanos exemplifica bem tal situação: transitada tanto por expedições que partem do altiplano quanto da costa, só conhece um estabelecimento razoavelmente estável em 1555 com a fundação de San Juan de los Llanos¹³¹. Este núcleo atua como uma base para as empresas que, na longínqua selva, buscam o mítico El Dorado¹³². Além destes aventureiros, apenas o trabalho missionário efetiva a presença européia nestas paragens¹³³.

Outro anexo peruano é o Chile, verdadeiro "finisterra da conquista"¹³⁴. Aqui, a resistência dos araucanos - tribos nomades que se unificam numa federação para resistir

¹²⁸ - Sevilha e a América, p.113.

¹²⁹ - Idem, *ibidem*, p.112. Tanto que o porto de Caracas - Gayra - só é construído em 1603.

¹³⁰ - José Eduardo RUEDA - "El Desarrollo Geopolítico de la Compañía de Jesús nos Llanos Orientales de Colombia" in Los Llanos: Una Historia sin Fronteras, p.185.

¹³¹ - José Ignacio Avellaneda NAVAS - "San Juan de los Llanos: Primera Ciudad de los Llanos Orientales" in Los Llanos: Una Historia sin Fronteras, p.87.

¹³² - Diz NAVAS: "a lenda do El Dorado nascida na província de Quito haveria de continuar associada aos llanos durante os anos vindouros" (Ob.cit., p.89). Ver também Mariano LOSADA - Ob.cit., pp.13, 29 e 48/9.

¹³³ - RUEDA defende que os jesuítas possuem um projeto explícito de "domínio comercial e geopolítico da região llanera" e que já em 1625 tentam "formar uma linha comercial desde a cordilheira até os llanos" (Ob.cit., p.187).

¹³⁴ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.188.

aos espanhóis e que rapidamente assimilam o cavalo¹³⁵ - imprime uma particularidade à ocupação hispânica. Como observa Bennassar, o Chile "representou um caso particular: fronteira movediça e insegura, fronteira militar, econômica e técnica"¹³⁶. As sucessivas expedições bem armadas (Almagro em 1535, Valdivia em 1542 e Mendonça em 1558) não conseguem avançar a fronteira além de Bio-Bio. A segunda destas empresas, que funda Santiago, ilustra bem as dificuldades: Valdivia transita durante treze anos pelo território chileno guerreando com os índios naquilo que J.Lafaye qualificou como "uma conquista incerta" alimentada por mitos¹³⁷.

Mesmo assim, algum assentamento se efetiva: passado o breve ciclo do ouro (entre 1545 e 1560 segundo Assadourian), instala-se uma economia também de abastecimento das regiões andinas¹³⁸, notadamente voltada para o abastecimento da zona de Lima, por uma via marítima. Destaca-se a produção de cereais e de vinho, a pecuária (inicialmente bovina, e ao final do século XVI, cada vez mais especializada na criação de mulas), e até mesmo a atividade textil¹³⁹. O grande ataque indígena na virada do século desorganiza a colonização chilena, e somente a concepção vigente no Peru quanto à importância geopolítica destas terras é que anima a ocupação, pois, como conclui Bennassar: "Chile se converteu num oneroso prolongamento da conquista que se manteve

¹³⁵ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.229. LAFAYE considera que a "conquista extensiva" parou no Chile, onde "a onda dos colonizadores tropeçou desta vez com um muro de guerreiros indígenas e não apenas com um limite natural (Ob.cit., p.128). O autor afirma que "a resistência dos araucanos foi a mais tenaz do Novo Mundo" (p.135), e que porisso o "Chile apresenta o caso mais puro de conquista militar, posta sem cessar em perigo (p.152). Tanto que os araucanos chegam a destruir totalmente os assentamentos hispânicos em 1598/9.

¹³⁶ - Idem, ibidem, p.70. P.CHAUNU lembra que o Chile está 10 vezes mais longe da Europa que Cuba, e que do Panamá ao Chile a viagem dura nove meses (Sevilha e a América, pp.201 e 187).

¹³⁷ - Ob.cit., pp.141/2.

¹³⁸ - C.R.ASSADOURIAN - Ob.cit., p.67.

¹³⁹ - Idem, ibidem, pp.67, 214 e 232. Este autor comenta que a vitória da guerra indígena mata a florescentes obras da zona de Concepcion. LAFAYE lembra também o abastecimento chileno de escravos índios, capturados na "guerra justa" (Ob.cit.,p.133).

por seu valor estratégico¹⁴⁰.

Uma segunda onda de ocupação ocorre no início do século XVII, quando as terras chilenas vão conhecer uma exploração econômica novamente de abastecimento para o Peru mineiro, em essência com os mesmos produtos anteriores,¹⁴¹. Neste período o Chile vai inclusive conhecer a formação de um capital comercial especializado, distinto do capital produtivo, processo raro no quadro das economias regionais periféricas¹⁴². Assim, as possibilidades de um caminho marítimo (e seu baixo custo em relação às rotas terrestres), faz de Santiago também um centro reexportador, por onde chega a escoar inclusive açúcar brasileiro com destino à Lima e aos altiplanos¹⁴³

A vida do Chile vinculava-se, portanto, diretamente à dinâmica peruana, seu destino estando nas mãos de Lima¹⁴⁴. E era apenas por "elos indiretos" que o Chile se relacionava com a Espanha, sendo pois uma "colônia por reflexo", na medida em que era "uma colônia do Peru colonial"¹⁴⁵. Enfim, trata-se - no dizer de Pierre Chaunu de um "fim

¹⁴⁰ - Ob.cit., p.234. J.LAFAYE avalia que a ocupação extensiva, muito dispersa e organizada em verdadeiros feudos, distantes entre si, foi a razão básica do fracasso espanhol frente a guerra de guerrilha das tribos nômades (Ob.cit., p.135).

¹⁴¹ - R.KONETZKE - Ob.cit., pp.287 a 289. Apenas o cobre vai ser adicionado com maior peso na pauta de exportações chilena (ASSADOURIAN - Ob.cit., p.252).

¹⁴² - C.R.ASSADOURIAN - Ob.cit., p.75. Segundo o autor, este capital atua num circuito de circularidade completa que num intercâmbio de distintas mercadorias faz a rota (terrestre) Santiago/Tucuman/Potosi/Lima/Callao (marítima)Valparaiso/Santiago (p.72).

¹⁴³ - Idem, ibidem, p.69. Diz o autor que Santiago acaba por tornar-se "um trampolim para que portugueses e vecinos espanhóis de Cordoba cheguem a Lima" (p.72).

¹⁴⁴ - "No Chile foi o crescimento da exportação de subprodutos da pecuária para o Peru o que deu o primeiro ímpeto à produção senhorial nos primeiros tempos da época colonial.Sem dúvida, ao iniciar-se o século XVII a demanda peruana de trigo chileno desenvolveu as empresas camponesas" (Cristóbal KAY - El Sistema Señorial Europeo y la Hacienda Latinoamericana, p.46).

¹⁴⁵ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.201. LAFAYE também coloca que foi o Peru que colonizou o Chile (Ob.cit., p.139).

de mundo", estes "rudes microcosmos" que "escapam na essência à conjuntura mundial"¹⁴⁶.

Mais isolado ainda em relação à Carrera das Índias, encontravam-se os assentamentos espanhóis nos territórios platinos. Nas palavras de Bennassar: "A região do rio da Prata, durante os séculos XVI e XVII, não foi mais que um subproduto dos descobrimentos"¹⁴⁷. Também aqui, a resistência das tribos nomades é acirrada, o que se ilustra na própria história de Buenos Aires que conhece uma primeira instalação entre 1536 a 1541, ano em que é destruída num ataque indígena. A segunda fundação da capital portenha, a mais meridional cidade da América hispânica, em 1580, está diretamente ligada aos interesses que animam a frágil vida econômica destas paragens. Buenos Aires é parte da rota mais ativa do contrabando da prata de Potosi¹⁴⁸.

Descendo a condilheira, pelo oriente, encontra-se a *governación* de Tucuman, "uma das distintas economias regionais que integram o mercado interno do vicereinado peruano"¹⁴⁹. Nesta região a colonização avança claramente por ciclos de produtos dominantes, determinados pela demanda das regiões mineiras - das quais são outro piemonte¹⁵⁰. Primeiro a madeira (uma "matéria prima básica da economia colonial",

¹⁴⁶ - P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.200.

¹⁴⁷ - Ob.cit., p.266. R.ROMANO coloca a região platina como exemplo de terra sem valor nos quadros da conquista (ob.cit., p.61). Um quadro do período inicial de instalação nestas paragens pode ser obtido com a leitura dos textos coevos publicados na coletânea: Alberto m.SALAS e Andres R.VAZQUEZ (orgs.) - Relacion Varia de Hechos, Hombres y Cosas de estas Indias Meridionales.

¹⁴⁸ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.310. P.CHAUNU estima que por tal circuito foi escoado de 10 a 25% da produção argentea, lembrando que, para Sevilha, Buenos Aires aparece como a "ladra de Potosi" assim como Manilha é a "sanguesuga da prata de Zacatecas" (Sevilha e a América, p.203). Sergio Buarque de HOLANDA concorda com os valores mencionados (O Extremo Oeste, p.164), e lembra que esta rota é conhecida pelos espanhóis desde a expedição de 1543 que partindo de Cuzco perfaz este roteiro. Segundo o autor, em 1555 o volume do contrabando já era aí significativo (p.127).

¹⁴⁹ - C.RASSADOURJIAN - Ob.cit., p.21. Diz o autor que enquanto "no zoneamento político conhecido como Capitania do Chile... o grosso de sua produção mercantil tinha como mercados principais os distritos mineiros de Charcas e o grande centro urbano de Lima", "a região de Córdoba apresentava no século XVII uma produção mercantil totalmente orientada para um mercado cuja base era Potosi" (pp.14/5).

¹⁵⁰ - Santiago del Estero é fundada em 1553, San Miguel del Tucuman em 1565, Santa Fé em 1573 e Córdoba em 1577 (S.B.de HOLANDA - Ob.cit., p.128).

essencial para a vida de Potosi¹⁵¹), depois um especialização no gado ovino e no cultivo do algodão que estimulam a atividade textil, a qual "domina e imprime sua marca na economia tucumana durante todo o século XVI e parte do XVII"¹⁵². Com a crise deste setor, no início do século XVII, seu centro Cordoba "converte-se em região monoprodutora de mulas, processo estimulado pelo mercado" que mostra como "a região se amolda plasticamente ao novo estímulo"¹⁵³. Apesar desta clara mercantilização da vida regional, no que tange à estruturação interna Tucuman segue o padrão já apontado das economias periféricas¹⁵⁴.

De Tucuman partem dois caminhos: um por Santa Fé e Corrientes vai demandar o Paraguai (sendo a rota de escoamento de seus produtos para as zonas andinas), outro tem por ponto terminal o porto de Buenos Aires - cabe lembrar, que esse dista 1700 quilómetros de Potosi, contra os 2500 quilómetros que separam esta cidade de Lima. Esta vai se constituir numa das principais rotas de abastecimento das minas, seja no envio dos produtos pampeanos ou, principalmente, ao criar um novo engate entre o Peru e os fluxos atlânticos. Ao longo destes percursos vai se instalando uma "ocupação espontânea", sem títulos jurídicos, que tem na exploração do gado cimarron sua principal atividade¹⁵⁵.

¹⁵¹ - C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., pp.205/6 e 203.

¹⁵² - Idem, ibidem, p.25, e também 231. Notadamente Santiago del Estero se torna um centro produtor de algodão, e Córdoba concentra muitas obras à partir de 1580 (p.28). Em 1600 a cidade possui cerca de 200 casas de espanhóis (p.60). Ainda segundo ASSADOURIAN, a economia textil da região entra em crise entre 1615 e 1630.

¹⁵³ - Idem, ibidem, p.29. Este autor comenta o fato da criação de mueres fixar mais do que a do gado bovino, pois envolve adestramento dos animais (p.47). As exportações deste produto aumentam de 1610 a 1645, porém ao crescimento do volume acompanha uma queda do seu preço ao longo do XVII (pp.48 e 51).

¹⁵⁴ - ASSADOURIAN observa "o traço dominante de uma produção de valores de troca, para mercados situados fora da região, enquanto que a divisão do trabalho e as trocas no interior da região são de débil intensidade" (Ob.cit., p.57). Este caráter autárquico da produção local leva a uma quase desmonetarização da vida regional quando da crise na segunda metade do século XVII.

¹⁵⁵ - B.BENASSAR - Ob.cit., p.145. Cabe assinalar o rápido crescimento do rebanho dos pampas, onde algumas rezes deixadas na primeira fundação de Buenos Aires espalham-se, convertendo-se num rebanho estimado em 80 mil cabeças em 1585 (p.146). Ver também: R. KONETZKE - Ob.cit., p.297. E ASSADOURIAN completa: "O mercado mineiro converteu o gratuito presente do gado cimarron em um fluxo constante de ingressos para os vecinos de Córdoba e de outras regiões argentinas" (Ob.cit., p.36).

Forma-se, assim, uma rede de "cidades de estrada"¹⁵⁶.

Dadas suas relações com o Brasil e com Potosi, Buenos Aires acaba cumprindo uma função de relé num fluxo entre estes lugares. Torna-se, o que é facilitado pela união das coroas ibéricas no ano de sua segunda fundação, um elo de articulação de um ativo circuito que coloca a prata peruana nas praças de São Vicente, Rio de Janeiro e Salvador. Oficialmente negociam-se apenas escravos neste circuito, com a autorização em 1595 aos barcos negreiros portugueses de aportarem em Buenos Aires para tal comércio¹⁵⁷. Todavia, várias mercadorias fluem em busca da prata, que escoo célere dada a fobia consumidora de Potosi. Como carga de retorno, Buenos Aires envia ao Brasil carne, couro, vinho, azeite e cereais¹⁵⁸.

Cabe apontar que, assim como o Chile, esta é uma área de difícil abastecimento pelos circuitos metropolitanos hispânicos, onde as mercadorias vindas do reino são caras e escassas¹⁵⁹.

Daí a possibilidade de sua satelitização pela economia brasileira, notadamente pelos seus núcleos meridionais¹⁶⁰. A presença brasileiro/portuguesa vai se hegemonizar não só em Buenos Aires, mas ao longo longo de todo este caminho, através dele se fazendo sentir em

¹⁵⁶ - A.CANABRAVA - O Comércio Português no Rio da Prata 1580-1640, p.58.

¹⁵⁷ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.310.

¹⁵⁸ - C.S.ASSADOURJAN diz que "a única conjuntura positiva para a expotação de cereais que possui a Argentina colonial é o Brasil daqueles tempos" (Ob.cit., p.87). S.Buarque de HOLANDA lembra que São Paulo, em fins do XVI, recebia tecidos de algodão de Tucuman, via Buenos Aires (Caminhos e Fronteiras, p.254).

¹⁵⁹ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.276.

¹⁶⁰ - ASSADOURJAN discorda desta avaliação, considerando que "por especialização, nível de ingresso, população ocupada, estrutura das estâncias, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires são mais dependentes do centro alto-peruano durante todo o século XVII, enquanto o fluxo atlântico ocupa lugar subordinado" (Ob.cit., p.218). Sobre a anatomia deste circuito ver a obra já citada de Alice CANABRAVA.

Santiago, em Lima e mesmo em Cartagena¹⁶¹. Enfim, como argumenta Pierre Chaunu: "Buenos Aires no século XVII é portuguesa, brasileira, pelo menos tanto quanto espanhola"¹⁶².

Restaria falar do Paraguai, outro destes "mundos marginais", que escapam quase totalmente ao monopólio de Sevilha¹⁶³. Esta província, face a divisão metropolitana, abrangeria as terras baixas na vertente oriental dos Andes até a Amazônia¹⁶⁴. Sua capital, Assunção, fundada em 1537, atuou como centro difusor de expedições que geram uma "ocupação intermitente" para o norte e para o leste¹⁶⁵. Na primeira direção, já em 1543 os espanhóis trafegam pelo Pantanal e, em 1561, fundam Santa Cruz de la Sierra¹⁶⁶. Para o leste, a expansão paraguaia busca o litoral atlântico, numa rota que tem como destino a costa de Santa Catarina¹⁶⁷. Contudo, apesar da expansão, algum desenvolvimento dessa região só viria no final do século XVI com a produção de açúcar e vinho destinado ao mercado andino¹⁶⁸. Em seguida, como observa Carlos Assadourian: "Para integrar-se ao

¹⁶¹ - Basta lembrar que esta população vai ser o alvo principal da Inquisição espanhola na América do Sul. A.CANABRAVA observa que dos 1500 habitantes de Buenos Aires, em 1643, 370 são portugueses oriundos do Brasil (Ob.cit., p.162).

¹⁶² - Sevilha e a América, p.203.

¹⁶³ - Idem, ibidem, p.203. P.VILAR lembra tratar-se de áreas com pouco vida monetária, e ironiza: "Assim, nesta América dos metais preciosos existem zonas sem moeda" (Ouro e Moeda na História, p.170).

¹⁶⁴ - Sergio B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, p.110.

¹⁶⁵ - Idem, ibidem, p.49. Sobre a fundação de Assunção (p.119).

¹⁶⁶ - Idem, ibidem, p.102. Santiago de Xerez, fundada neste percurso, conta na virada do século XVI com 30 vecinos (p.136).

¹⁶⁷ - Como observa S.B.de HOLANDA, os espanhóis fundam no percurso Ortiveros em 1554, , Cidade Real em 1556, e Vila Real do Guaira em 1570, e tentam se estabelecer no porto de São Francisco do Sul (O Extremo Oeste, p.129).

¹⁶⁸ - ASSADOURIAN diz que o açúcar paraguaio ia à Tucuman, via Santa Fé ou Buenos Aires, seguindo daí para Potosí, detendo segundo o autor a "hegemonia" neste circuito - mais que o Brasil até o início do XVII (Ob.cit., p.174). Sobre a pobreza anterior ver KONETZKE, autor que lembra que nem os tributos indígenas eram inicialmente obtidos aqui, pois "os índios não possuíam outra coisa útil... que sua força de trabalho"

espaço do vicereinado peruano, o Paraguai do século XVII deverá modificar sua produção, concedendo primazia ao algodão e impondo o consumo da erva-mate¹⁶⁹. Enfim, é também o consumo das áreas mineradoras do altiplano que anima a vida econômica regional, definindo seu ritmo e vitalidade¹⁷⁰.

Vale lembrar que, no decorrer do século XVII, a difusão paraguaia não apenas estanca, mas acaba sendo destruída pelo avanço paulista¹⁷¹. Um fato marcante da ocupação destas terras, nesse período, é o estabelecimento dos territórios missionários que, desconhecendo soberanias, espalham-se por zonas espanholas e portuguesas ao longo das bacias do Paraguai e do Uruguai. As primeiras missões na área do Guaira instalam-se à partir de 1610, e vinte anos depois contam treze estabelecimentos agrupando mais de 100 mil índios¹⁷². A análise da colonização missionária será retomada no décimo-primeiro capítulo.

Este é um quadro sucinto da instalação espanhola no Novo Mundo. Em

(Ob.cit., p.178).

¹⁶⁹ - C.ASSADOURIAN - Ob.cit., p.86. O autor destaca a erva-mate "a mercadoria que engata a região paraguaia com todo o imenso conjunto do espaço peruano", enviada por terra a Potosi, e - via Chile - por mar para Lima (p.198), e lembra a peculiaridade deste produto que de uma só região se irradia por quase toda América hispânica (p.134). J.C.GARAVAGLIA coloca Buenos Aires como grande centro distribuidor da erva-mate, sede dos depósitos da Companhia de Jesus ("Um Modo de Producción Subsidiario: La Organización de las Comunidades Garanís en los Siglos XVII-XVIII en la Formación Regional Alto peruana-Rioplatense" in Varios Autores - Modos de Producción en América Latina. p.185).

¹⁷⁰ - R.KONETZKE - Ob.cit., pp.235 e 294.

¹⁷¹ - Com a unificação ibérica, a Coroa proíbe em 1595 o avanço espanhol à partir de Santa Cruz de la Sierra (S.B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, pp. 126 e 131). Todavia, os contatos paraguaios vicentinos continuam intensos, e as cidades espanholas acabam caindo sob a órbita da polarização paulistana. As que se recusam acabam destruídas pelos ataques das bandeiras, como Santiago de Xerez em 1632. Em meados do XVII, a Província do Paraguai está reduzida à Assunção (p.150).

¹⁷² - Idem, ibidem, pp.251/2. BENNASAR diz que já em 1614 existem 5 desses assentamentos, nos quais observa "uma organização econômico e social de corte socialista"(Ob.cit.,p. 183). É conhecida a história destas missões, fustigadas pelos "bandeirantes" em 1628 e 1631, transferem-se para o alto Paraguai e o Paraná, onde os missionários organizam um exército indígena que derrota as forças portuguesas na batalha de Mboreré em 1641 (p.184). J.C.GARAVAGLIA comenta que o sistema de reduções criado pelos jesuítas agrupa as populações indígenas em unidades de produção que geram considerável excedente (Ob.cit., pp.162 a 164), e observa que mesmo com a destruição das missões, os colonos da região tentam manter o sistema dando-lhe uma feição mais mercantil, face à relativa autarquização da unidade missioneira (p.167).

termos cronológicos, observa-se que, ao findar o primeiro século XVI, a conquista propriamente dita está concluída. Isto não implica dizer que inexistam áreas de resistência indígena, vazios de povoamento e fronteiras em movimento. Muito ao contrário, como foi visto. Todavia, nesta época, a presença hispânica já se sedimentou, elegendo lugares, produtos e percursos numa irreversível fixação ao solo americano¹⁷³. Tal processo, bastante diversificado em suas manifestações singulares¹⁷⁴, apresenta contudo algumas determinações gerais.

A primeira característica que salta à vista, é o enorme poder de atração dos metais preciosos. Como bem observa Bennassar, esta riqueza "suscitou a obstinada busca dos descobridores, monopolizou a atenção dos representantes da Coroa, fez surgir cidades e acampamentos, criou fortunas, originou fortes deslocamentos, dominou o tráfico com a Europa"¹⁷⁵. Cabe lembrar que a mineração de fato - implicando uma exploração produtiva e não apenas bélica e mercantil - só surge com a conquista concluída, à partir da segunda metade do século. Antes há no máximo garimpo, com o ouro sendo obtido por troca, pilhagem ou em pepitas de aluvião¹⁷⁶. Enfim, na busca dos metais amplos espaços são percorridos, na sua exploração assentamentos são criados em locais pouco propícios à

¹⁷³ - Tanto que, em 1559, Felipe II publica a "Prudente Injunção", proibindo o avanço da colonização - medida referendada por Felipe IV em 1639. De acordo com CHAUNU nesta data os limites do império já estão, grosso modo, definidos em marcos só ultrapassados no século XIX (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, pp.176/7. J.L.ABELLAN comenta que após 1550 "acaba a etapa dos conquistadores e começa a da colonização propriamente dita" (ob. cit., p.44). J.LAFAYE concorda com a periodização, e coloca que em 1545 os espanhóis já transitam desde o grau 45 Norte até o 55 Sul do continente americano (Ob.cit., p.29).

¹⁷⁴ - Nas palavras de VAINFAS: "As estruturas socio-econômicas da América espanhola foram, assim, muito diversificadas no espaço, variando conforme os recursos naturais de cada região e o nível das populações submetidas à conquista" (Ob.cit., p.51).

¹⁷⁵ - Ob.cit., p.133. Este autor delimita o boom metálico hispano-americano entre 1550 e 1630. P.VILAR coloca o auge da prata, em termos da entrada em Sevilha, entre 1580 e 1600 (Ouro e Moeda na História, p.149).

¹⁷⁶ - P.VILAR - Idem, p.139. O autor lembra que a passagem do garimpo à mina é também a do ouro à prata. M.MAHN-LOT argumenta que a conquista teve sua extensão ampliada pelo fracasso da colonização (estrito senso) nas ilhas, e que até a descoberta das minas esta avança militarmente como uma economia de saque (Ob. cit., p.83).

instalação humana, e é sua localização que comanda o ordenamento da circulação e a dinâmica populacional nas colônias hispânicas - seja no direcionamento dos fluxos imigratórios, seja na dilapidação das populações autóctones.

Postos os metais como atrativos básicos da ocupação hispânica, outra característica significativa é o poder dinamizador da atividade mineradora sobre a vida econômica colonial¹⁷⁷. Como já visto Frédéric Mauro é um dos poucos autores que discordam desta avaliação¹⁷⁸. No contraste, Carlos Assadourian - mesmo aceitando que o "capital produtivo mineiro" se submete ao "capital comercial" da colônia (e este ao "capital mercantil" metropolitano) - coloca a mineração como setor dominante da economia da América hispânica, observando que "o ciclo do capital mineiro se sustenta, em altíssima proporção, no consumo de mercadorias regionais, quer dizer, produzidas no próprio espaço colonial" o que acarreta sua função dinamizadora "no processo de reprodução do mercado interno"¹⁷⁹. Assim, é o abastecimento das áreas mineiras que comanda a instalação de colônias agrícolas e anima a pecuária. Como foi apresentado, várias regiões se desenvolvem numa complementariedade com a economia mineira, gerando fluxos internos, interesses locais e um dinamismo endógeno que, muitas vezes, se antagoniza com as diretrizes emanadas da metrópole.

E' a capacidade de internalização destas estruturas (seu poder de retenção de

¹⁷⁷ - Como observa VAINFAS: "foi sob o impacto da mineração que a colonização se expandiu no espaço, levando à construção de cidades e à diversificação da economia colonial"; por outro lado, foi também a presença das minas que "estimulou, no próprio século XVI, uma política de colonização mais sistemática por parte da Espanha" (Ob. cit., p.53). LAFAYE coloca que "a geopolítica do império espanhol das Índias teve sem dúvida como centro as minas do Peru" (Ob.cit., p.133).

¹⁷⁸ - Ele argumenta que a mineração não levou ao desenvolvimento (Ob.cit., p.95) e que "o comércio é rei na América colonial. E' o reino do capitalismo comercial, onde as atividades agrícolas e industriais, no que tem de mais dinâmico, dependem dos comerciantes que, de um modo ou de outro, são seus comandatários" (p.72).

¹⁷⁹ - C.R.ASSADOURIAN - Ob.cit., pp.245 e 271. Falando do caso peruano, este autor lembra a existência de dois fluxos de envio de prata à Europa: um direto dos centros mineradores às cidades portuárias (o mais estudado), e outro dos centros mineradores às economias regionais e destas às cidades portos - no intercâmbio de mercadorias metropolitanas (p.305). Ele também enfatiza que a demanda mineira atua na mercantilização do setor agrário, acelerando a divisão do trabalho (p.260).

parte do valor produzido) que define, em grande medida, o destino imediato das várias regiões quando a Coroa espanhola e o monopólio de Sevilha entram em crise em meados do século XVII.

Neste particular, a variedade de "respostas" à conjuntura é bastante grande. No geral, como avalia Pierre Chaunu: "A passagem da fase A para a fase B, do século XVI ao século XVII, significa, primeiro, na América, concentração sobre si mesma... menor dependência no que diz respeito à Europa"¹⁸⁰. Trata-se de um período de disseminação das missões no Paraguai e na Amazônia, de difusão das plantations monocultoras na Venezuela e em Cuba, de ativamento mercantil no México e de estagnação no Peru. Enfim, os quadros regionais são díspares, e a existência de prosperidade em alguns setores sustenta a conclusão de Bennassar: "Assim, a chamada depressão concernia sobretudo à Europa... na América é melhor falar de transformação que de depressão"¹⁸¹.

Voltando às características, outro traço genérico da instalação espanhola no Novo Mundo reside na quase total falta de valor atribuído à terra. De imediato, toda terra conquistada pertence à Coroa, sendo juridicamente agregada aos bens do reino de Castela. E "deste direito de soberania se depreende que a propriedade pública ou privada do solo na América só poder-se-ia conseguir mediante a mercê da concessão real"¹⁸². E o rei faz diferentes tipos de doação animando uma colonização basicamente tocada por particulares. Inicialmente aos conquistadores cabe uma série de vantagens, que a Coroa posteriormente -

¹⁸⁰ - Sevilha e a América, p.198. O autor diz clamantemente que a América é mais livre no século XVII.

¹⁸¹ - Ob.cit., p.150. KONETZKE aponta a existência, já na época, de "um comércio intra-americano mais intensivo, sobretudo entre zonas climáticas díspares", lembrando por exemplo os "estreitos nexos" entre pecuária e mineração (Ob.cit., pp.287/8). CHAUNU destaca a grande cabotagem na costa do Pacífico no século XVII (Sevilha e a América, p.187).

¹⁸² - R.KONETZKE - Ob.cit., p.34. Este autor comenta as diferentes modalidades de doação, por exemplo "lambranza", "peonias", "cabalarias", etc. (pp.40/1). De acordo com MAURO estas doações consistiram na "primeira etapa da formação do sistema agrário hispânico-americano" e que a segunda etapa foi a da formação das estâncias - no terceiro quartel do século XVI - com a concentração das mercedes (Ob.cit., pp.14/5). No século XVII aparecem as haciendas (com a legalização e concentração das estâncias), com uma produção mais diversificada (a estancia dedicava-se apenas à pecuária) porém com uma "economia mais fechada", sendo quase uma "senhoria medieval" (p.15).

em todos os casos - tentará restringir, buscando impedir o surgimento de "domínios senhoriais" em terras americanas¹⁸³. Para tanto, estimula a colonização com uma política ampla de doações de terras, e ainda fornece traslado gratuito aos colonos. E é somente na virada do século XVI que assiste-se um processo efetivo de concentração fundiária, a respeito do qual J.Lafaye observa: "Os latifúndios que foram se formando lentamente, pelo agrupamento de vastas encomendas e em detrimento das comunidades indígenas, foram com frequência obra de espanhóis chegados depois da conquista"¹⁸⁴.

Nas áreas dos grandes impérios (as de maior densidade populacional), a posse indígena da terra foi em parte mais respeitada, inclusive como forma de não desorganizar a agricultura préexistente¹⁸⁵. As comunidades indígenas eram, inclusive, vinculadas ao seu espaço numa modalidade americana de servidão. Assim, os índios eram legalmente colocados como súditos da Coroa, à qual deveriam pagar um tributo cuja arrecadação - na maior parte dos casos - era repassada à particulares por venda ou doação dos direitos régios. Este tributo deveria ser pago em metais, em espécies, ou - caso bastante comum - em trabalho¹⁸⁶. Cabe destacar, acentuando as particularidades, que no México as grandes haciendas vão se formar basicamente através da aquisição das terras indígenas, ao contrário

¹⁸³ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.36. Vide os casos de Colombo e Cortez, por exemplo, que tem os direitos contidos em suas capitulações questionados posteriormente pela Coroa. RAMIREZ observa que trata-se de uma tentativa de, na colônia, "evitar a formação de uma nova nobreza no estilo espanhol que comprometeria o esquema do absolutismo" (Ob.cit., p.70).

¹⁸⁴ - Ob.cit., p.212. LAFAYE conclui que a mentalidade feudal dos conquistadores (estrito senso) levou à sua inadaptação e ruína na América (p.218).

¹⁸⁵ - R.VAINFAS observa que "desde o início da colonização, e sobretudo na segunda metade do século XVI, definiu-se uma política régia no sentido de conservar a comunidade indígena como núcleo de produção agrícola e célula de trabalhadores para as atividades coloniais" (Ob.cit., p.56). Assim, os pueblos estavam "claramente inseridos nos circuitos internos coloniais" (p.56). Este autor aponta, todavia, que a "função abastecedora das aldeias foi progressivamente declinando, ao longo do século XVII, em razão da queda populacional indígena" (p.57). F.MAURO concorda, mostrando que o *calpulli* asteca e o *ayllu* inca são respeitados num primeiro momento da conquista (Ob.cit., p.10). Também RAMIREZ constata a manutenção dos "fundos territoriais" dos pueblos (Ob.cit., pp.129 e 126).

¹⁸⁶ - A análise das modalidades de trabalho compulsório na América hispânica e portuguesa serão a matéria central do próximo capítulo.

do Peru ou Nova Granada onde estas tem origem nas **mercedes reais**¹⁸⁷.

Enfim, a estrutura fundiária que se forma na América hispânica ao longo do século XVI apresenta diferentes formas de possessão do solo, todas marcadas por grande **fixidez**. Em algumas partes a terra é um bem inalienável, noutras aparentemente inesgotável (logo desprovida de valor venal) - os dois casos levando à não criação de um mercado fundiário. É somente no século XVII, que a Coroa, às voltas com problemas financeiros, inicia a venda de terras nas colônias. Assim, o solo se torna uma mercadoria à partir da ação estatal¹⁸⁸. Resta apenas lembrar o amplo fundo dominial da Igreja na América hispânica, onde durante o século XVI vão constituindo grandes latifúndios¹⁸⁹.

Ainda quanto as características gerais, é interessante assinalar que a diretriz metropolitana de tentar evitar a formação de senhorios feudais em terras americanas, foi essencial para a afirmação de um padrão urbano de assentamento¹⁹⁰. A colonização espanhola é fundamentalmente um movimento centrado em cidades, por lei "o sítio de

¹⁸⁷ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.144. Mesmo assim, em ambos os casos assiste-se, no século XVII, "um largo processo de apropriação, usurpação e concentração fundiária na América espanhola" (R.VAINFAS - Ob.cit., p.58). Trata-se, como visto, da época de grande expansão das haciendas. Também MAURO destaca as distintas formas de confisco da terra indígena (Ob.cit., p.15). RAMIREZ comenta que a reprodução da economia indígena dentro do sistema de colonização espanhol se fazia enquanto uma "desestruturação" (Ob.cit., pp.136 e 65).

¹⁸⁸ - R.KONETZKE lembra que a Coroa tenta inclusive revogar doações, para vendê-las (o.cit., pp.42/3). P.VILAR assinala que esta é uma época não apenas da venda de cargos públicos, mas também da ampla disseminação dos **assientos**, uma hipoteca de direitos de arrecadação ou exploração de um bem da Coroa, desde um tributo até uma mina, por exemplo (Ouro e Moeda na História, p.181). Segundo RAMIREZ há uma clara política metropolitana de especialização da produção colonial, que articula a legalização das propriedades e a regulamentação do trabalho, bases do surgimento das haciendas (Ob.cit., p.141).

¹⁸⁹ - Segundo KONETZKE no início do século XVII, as ordens religiosas detêm um terço das propriedades imóveis da Nova Espanha (ob.cit., p.46).

¹⁹⁰ - Nas palavras de KONETZKE: "A Coroa recorreu à concessão de liberdades urbanas para contra-atacar as tendências feudais dos primeiros descobridores e conquistadores, assim como para atrair colonos" (Ob.cit., p.129). O autor lembra que as cidades americanas gosavam de certos direitos que já não existiam na metrópole, por exemplo a eleição direta do alcaide pelos vizinhos (os "homens bons" da cidade).

residência de todos espanhóis na América¹⁹¹.

Existem, sem dúvida, motivos militares, políticos e econômicos que impelem à forma urbana de ocupação do espaço¹⁹². Entre os primeiros, encontra-se a necessidade de não dispersar o pequeno contingente de espanhóis face a amplidão dos territórios conquistados. Entre os motivos políticos está a vigilância das populações das colônias, associado a um sistema de controle dos embarques para o Novo Mundo¹⁹³. E, entre os econômicos pode-se apontar os de índole fiscal, lembrando que mesmo com o controle citadino uma ampla parte da riqueza escapa do fisco real pelas mencionadas rotas de contrabando¹⁹⁴. Enfim, o afofo urbanizador fica evidente no caráter planejado das cidades espanholas na América, tão em contraste com a ocupação portuguesa¹⁹⁵. Cabe, por último, apenas indicar as tentativas espanholas de urbanizar os índios¹⁹⁶.

Assim, em meio à variedade dos processos vai se delineando uma geopolítica da Coroa, que inscreve-se dentro do projeto imperial de Carlos V e tem por eixo

¹⁹¹ - Idem, ibidem, p.128. BENASSAR fala do município como "célula básica da sociedade colonial" (Ob.cit., p.97). Este autor lembra que a média de vecinos nas cidades americanas se eleva de 121 em 1574 para 470 em 1628 (p.194), destacando que vecino eram apenas os cidadãos de "plenos direitos", os proprietários de bens de raiz que comandavam o poder local (p.99).

¹⁹² - F.MAURO inclusive hierarquiza os motivos: "O sistema urbano e viário das Índias de Castela é primeiramente estratégico e político e só depois econômico" (Ob.cit., p.83).

¹⁹³ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.50. O autor lembra que o controle endurece ou se afrouxa conforme as conjunturas do reino (p.51). Sobre os motivos militares ver página 38, sobre a proibição da entrada de estrangeiros na América espanhola ver página 57. Sobre o controle geral da imigração pode-se consultar também B.BENASSAR - Ob.cit., p.190. Este autor calcula que entre 200 a 300 mil renóis imigraram para as colônias americanas no século XVI, com uma média de 2 a 3 mil por ano (p.192). Para ele, em 1574 haviam entre 138 e 220 mil espanhóis no Novo Mundo, em 1622 já contam 465 mil (p.194). Estes números são acatados por KONETZKE (Ob.cit., p.61). LAFAYE estima em 20 mil o número de espanhóis imigrados para a América no período inicial, entre 1509 e 1558 (Ob.cit., p.75).

¹⁹⁴ - P.VILAR estima que o monopólio sevilhano cobre apenas 30% da riqueza gerada (Ouro e Moeda na História, p.172).

¹⁹⁵ - Ver: Sergio Buarque de HOLANDA - Raízes do Brasil, c.4 "O Semeador e o Ladrilhador".

¹⁹⁶ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.134.

"ocupar o mais rapidamente possível, com um punhado de homens, um continente, e nele instalar cidades, estradas para ligar as cidades, uma hierarquia administrativa e militar, judiciária e financeira em suma, estatal - utilizando como suporte estas estradas e cidades"¹⁹⁷. Tal política, cuja elaboração esteve a cargo do Conselho das Índias, gerou um padrão de ocupação que as vezes escapa ou mesmo se antagoniza com os objetivos metropolitanos. Isto se expressa bem em certas leis promulgadas na metrópole que se tornam "letra morta" ao atravessarem o Atlântico¹⁹⁸. De todo modo estas estratégias e este padrão acabam por conformar certa particularidade para o conjunto da ocupação hispânica do novo continente, dando-lhe certos atributos singularizadores. Cabe ver o quanto estes diferem ou se aproximam da produção do território colonial brasileiro¹⁹⁹.

A soberania portuguesa sobre as terras brasileiras, apesar do acordo de Tordesilhas, só é plenamente reconhecida em 1522 na conferência de Badajoz²⁰⁰. Por outro lado, a Coroa lusitana vivenciando o período aureo do monopólio da rota do Cabo, demonstra pouco interesse por suas possessões americanas - o que se atesta nos sucessivos arrendamentos dos tratos destas terras (como observado em capítulo anterior). O litoral do Brasil resta assim, até por volta de 1530, como área de visitação de barcos de diferentes nacionalidades que entabulam escambos com as populações indígenas. Para Portugal, trata-se de uma reserva de madeira e de boas aguadas para a Carreira da Índia, uma escala,

¹⁹⁷ - F.MAURO - Ob.cit., p.83. O autor observa que tal móvel é temerário, pois dada a extensão da área conquistada o Estado espanhol "não pode responder às demandas deste espaço por serviços de Estado" (p.83). Porisso a estrutura estatal fracassa e aflora a feudalidade em terras americanas. Esta polêmica discussão será retomada no capítulo 9.

¹⁹⁸ - Entre estas podem ser lembradas as "Novas Leis para as Índias" de 1545, que proibiam o trabalho forçado indígena, e que não foram aplicadas: "o argumento era que o futuro econômico de todo o sistema seria comprometido pela aplicação exata das leis de proteção ao índio, e que o importante era proteger a obra colonizadora contra as visões não realistas da metrópole" (P.VILAR - Ouro e Moeda na História, p.159). Pode-se lembrar também as leis que proibiam os funcionários reais de contraírem matrimônio na colônia nem possuírem bens de raiz (R.KONETZKE - Ob.cit., p.139).

¹⁹⁹ - Sendo o Brasil o tema específico da parte 4, agora vamos apenas indicar como os autores até aqui trabalhados interpretam as diferenças entre a colonização espanhola da América e a portuguesa.

²⁰⁰ - M.MAHN-LOT - Ob.cit., p.70.

sequer uma feitoria de tipo africano (conforme Pierre Chaunu).

Uma efetiva ocupação só se inicia na década de trinta com o projeto de divisão da costa brasileira em capitânicas - "feudos costeiros" no dizer de Bartolomé Bennassar²⁰¹. Richard Konetzke, destaca bem que a colonização é animada pela necessidade de defesa da soberania portuguesa, avaliando que o sistema - ao aplicar as "Leis de Sesmarias" do reino (do século XIV) nas terras brasileiras - inaugura de fato "colonias de assentamento"²⁰². De todo modo, o realizar-se do projeto é lento. Muitas tentativas de instalação falham, alguns donatários nem iniciam a ocupação de seus domínios. Um processo que será descrito em detalhe na última parte do presente trabalho.

Esta pioneira tentativa - marcadamente privada - de colonização do Brasil gera uma presença pontual na costa, entremecida por grandes vazios. Enclaves litorâneos, verdadeiras "ilhas" continentais (num processo que apresenta certos paralelos com a ocupação costeira da Terra Firme²⁰³). Neste povoamento inicial destacam-se apenas alguns núcleos como pontos de assentamento mais efetivo, e centros de irradiação local. Cabe assinalar que nas terras brasileiras, o colonizador lusitano não se defronta com impérios organizados como ocorreu nas possessões espanholas, nem com densidades populacionais significativas. E também não encontra metais preciosos entesourados, ou mesmo pepitas de aluvião - apenas vagas indicações da existência de ouro em longínquas interlândias²⁰⁴. Assim, o móvel mais forte da ocupação colonial está ausente, e também inexistente uma

²⁰¹ - BENNASSAR coloca que face à "decisão de colonizar: para consegui-lo Portugal vai estimular e a liberalizar a iniciativa privada criando deliberadamente um feudalismo colonial" (Ob.cit., p.105). Frederic MAURO adiciona: "Na realidade este sistema feudal escondeu um projeto muito moderno para o século XVI: valorizar a terra virgem", com culturas destinadas ao comércio internacional (Ob.cit., p.86). P.CHAUNU lembra que este era o sistema de mais baixo custo para a Coroa (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.240). Esta visão é acatada também pelos autores portugueses como foi visto no capítulo anterior. O tema do caráter das capitânicas será retomado no capítulo 10.

²⁰² - R.KONETZKE - Ob.cit., pp.48, 49 e 62.

²⁰³ - Paralelos que, segundo CHAUNU, se acentuam com o desenvolvimento das plantations em ambas regiões no século XVII (Sevilha e a América, p. 106).

²⁰⁴ - O que não deixa de animar precoces expedições.

estrutura social anterior à partir da qual se possa organizar a colonização. Não havendo mineração, obviamente não aparece o dinamismo causado por esta atividade. Distinguindo bastante, portanto, o Brasil dos principais núcleos colonizadores da América hispânica.

Uma administração centralizada da colônia só é criada no fim da primeira metade do século XVI quando, como visto, nos territórios hispânicos concluíam-se o ciclo da conquista. Assim, o "Estado do Brasil" aparece como uma realidade relativamente tardia no contexto da ocupação europeia da América. E mesmo com a implantação do "governo geral", o poder da Coroa resta mais frágil aqui, não alcançando a centralidade obtida nos vice-reinos espanhóis²⁰⁵. Do ponto de vista político-administrativo, como observa Bennassar: "A simples vista o Brasil do século XVI era de natureza feudal"²⁰⁶. Entretanto, seria isto o bastante para a afirmação plena da feudalidade imperante na colônia?

Como colocado no início deste texto, os processos em foco se movem no universo da transição, da qual a colonização da América é um importante capítulo que manifesta as aludidas qualidades deste período. Assim, continuando com Bennassar: "Porém, a forma das instituições oculta a implantação de um sistema capitalista", onde "a sesmaria, mais que uma tenência é uma concessão a um empresário capitalista para um monocultivo de exportação"; e conclui o autor: "A exploração econômica dirigiu a ocupação do solo"²⁰⁷. A esta combinação de uma organização política feudal com interesses essencialmente mercantis, Pierre Chaunu qualifica de "capitalismo senhorial", e Frédéric

²⁰⁵ - Como diz KONETZKE: "A burocracia não alcançou no Brasil a mesma gravidade que na América hispânica" (Ob.cit., p.144).

Ver também p.274. CHAUNU lembra que a colonização do Brasil inclusive foge ao padrão lusitano, no geral mais estatal que o espanhol (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.236). Também MAURO comenta que a "administração é menos pesada" no Brasil (Ob. cit., p.81).

²⁰⁶ - Ob.cit., p.271. BENNASSAR argumenta que isto se deve à modalidade de colonização empreendida, feudal, criando "colonos-vassalos". MAURO também afirma o caráter feudal na armação institucional da relação metrópole/colônia (Ob.cit., p.75).

²⁰⁷ - B.BENNASSAR - Ob.cit., pp. 171/2.

Mauro define a América portuguesa como ao mesmo tempo "medieval e capitalista"²⁰⁸.

Deixando para depois a polêmica caracterização das relações dominantes nas colônias, cabe assinalar que uma exploração econômica de relevo só começa a surgir em terras brasileiras no último quartel do século XVI, com a produção açucareira.

Esta é a responsável pela conquista de espaços e pelo aumento da imigração (voluntária ou forçada) para a colônia no "século do açúcar" no Brasil²⁰⁹. A agricultura açucareira espalha-se, inicialmente, nas planícies costeiras do litoral nordestino, gerando um povoamento disperso onde as sedes de fazenda nucleavam o processo de ocupação do solo. A produção açucareira articulava os latifúndios monocultores com o engenho, cujo alto custo de instalação pressupunha "uma indústria controlada por proprietários de alto poder financeiro"²¹⁰. Observa-se que este será, sem sombra de dúvida, o setor dinâmico da economia colonial brasileira no "longo" século XVI.

Cabe mencionar que a forma de ocupação do espaço desenvolvida nas terras brasileiras traz outra diferença com o padrão de instalação dominante na América hispânica: a cidade, apesar de mais autônoma frente ao poder central, não possui aqui o mesmo papel de relêvo²¹¹. Não há na colonização portuguesa o mesmo afã urbanizador,

²⁰⁸ - P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.319, e F.MAURO - Ob.cit., p.104. A discussão do caráter da sociedade criada na colônia constitui objeto do capítulo 9.

²⁰⁹ - Que BENNASSAR delimita entre 1570 e 1670 (ob.cit., p.158). Conforme este autor, em 1570 residem cerca de 20 mil portugueses no Brasil, e em 1650 já contam 70 mil (p.201). Quanto à imigração forçada de africanos, KONETZKE oferece os seguintes dados: em 1570 seao entre 2 e 3 mil os habitantes negros do Brasil, em 1600 já somam de 13 a 15 mil, e em 1650 chegam a 200 mil (Ob.cit., p.74). Lembra este autor que durante todo o período colonial entram 4 milhões de africanos no Brasil. Cabe destacar o importante fluxo migratório das ilhas atlânticas portuguesas para o Brasil (Idem, p.64).

²¹⁰ - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.160. Este autor comenta que se a sesmaria tem uma índole feudal, "o engenho açucareiro é uma verdadeira empresa capitalista" (159). KONETZKE define a produção açucareira, espalhada por toda América, como uma "exploração agrária capitalista" (Ob.cit., p.90). Ver também página 300. F.MAURO também lembra a necessidade de capitais volumosos para a instalação do engenho, qualificando-o como uma proto agro-indústria (Ob.cit., pp.47 e 51).

²¹¹ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.49. Este autor lembra que também aqui, as cidades gozavam de maior autonomia que no reino (com os "homens bons" elegendo diretamente a Câmara), todavia apesar de ser a sede da autoridade, o verdadeiro poder econômico e político está disperso no campo, pois "os senhores

tanto que os núcleos urbanos são pouco numerosos no Brasil colônia²¹². E mesmo estes, sendo - antes de tudo - os pontos terminais (necessariamente em sítios portuários) de uma rede capilar de circulação que organiza um povoamento disperso, objetivando aquele padrão espacial que Bernard Kayser denominou **bacia de drenagem**.

Além da produção de açúcar, cabe destacar a pecuária, uma atividade secundária mas que "contribuiu fundamentalmente para que a dominação portuguesa se estendesse sobre o dilatado interior brasileiro"²¹³. De início um empreendimento complementar, de abastecimento, acaba por constituir o principal elemento de interiorização do povoamento, dado o seu caráter extensivo e multiplicador. É em grande parte o gado que cria os caminhos terrestres do Brasil no período colonial. O século XVII é uma época de expansão da pecuária em várias regiões do país.

Observa-se que a economia brasileira conhece no século XVII uma era de pleno florescimento, assim também no contra-fluxo da conjuntura metropolitana. Após uma muita lenta instação, vivencia após a virada do século uma aceleração do povoamento que gera assentamentos e eixos de penetração em vários quadrantes do espaço americano (inaugurando um processo que acaba por extravassar bastante o território estabelecido em Tordesilhas). Como observa Bennassar, o Brasil conhece "um nascimento discreto e um desenvolvimento progressivo ao ritmo da ocupação territorial"²¹⁴.

Como visto, as diferenças entre a ocupação portuguesa da América e a

feudais das grandes plantações residiam fora da cidade" (p.135). Ver também B.BENNASSAR - Ob.cit., p.107.

²¹² - Ver: Aroldo de AZEVEDO - Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Caio PRADO Jr. ainda adiciona que algumas vilas da colônia o eram apenas nominalmente (Formação do Brasil Contemporâneo, p. 303).

²¹³ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.301.

²¹⁴ - Ob.cit., p.270. BENNASSAR diz que "a evolução econômica do Brasil foi muito diferente da América espanhola" (p.157). MAURO observa que a América hispânica é mais medieval, com um "sistema feudal completado por um verdadeiro sistema senhorial, já que a hacienda é uma espécie de senhoria" (Ob.cit., pp.102 e 84); já na América portuguesa "aparentemente estamos diante de uma sociedade patriarcal e senhorial.Mas de fato trata-se de uma economia capitalista" que combina uma "economia de plantagem especulativa e comercial" na costa com "fazendas feudais" no interior, com o comando estado nas mãos dos "donos de engenho capitalistas" (p.18).

espanhola são numerosas e significativas. Diferentes realidades defrontadas, diferentes interesses metropolitanos, diferentes ritmos e padrões. Alguma similitude se manifesta exatamente com as áreas mais secundárias do império hispânicoamericano, em particular com as da costa atlântica da América do Sul. É no período da união ibérica, apesar da manutenção das fronteiras e da administração permanecer totalmente dividida, que se entabulam as maiores relações entre os dois conjuntos, num processo que será bastante abalado com a restauração portuguesa em 1640. Tais relações se estabelecem como rotas de contrabando, mostrando na tentativa de fugir ao controle metropolitano um dos pontos de identidade entre as colônias portuguesas e espanholas²¹⁵.

Há um fator, entretanto, que parece unificar a colonização ibérica das terras americanas: trata-se da imperiosa necessidade de controlar o fator trabalho, para estabelecer qualquer atividade econômica. Como observa Konetzke, em todos os lugares "sem trabalhadores, a terra não tinha valor algum"²¹⁶. Assim, o domínio da força de trabalho vai estar no centro da vida colonial, a apropriação dos recursos naturais o tem como condição.

As modalidades de resposta à esta determinação constituem o elemento básico de conformação das sociedades coloniais, sendo o tema a ser abordado no próximo capítulo.

²¹⁵ - Vale assinalar o peso do contrabando na economia colonial brasileira. CHAUNU fala do "Atlântico estreito, que isola mal o Brasil da Europa, não se presta ao controle de um monopólio eficaz" (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.315). BENASSAR adiciona que mesmo o comércio do açúcar "foi um comércio livre dentro dos limites do pacto colonial" (Ob.cit., p.160).

²¹⁶ - R. KONETZKE - Ob.cit., p.160.

VIII- TRABALHO COMPULSORIO E ORGANIZACAO SOCIAL DAS COLONIAS

E' bastante conhecida a teorização de Marx que relaciona a disponibilidade territorial à necessidade do trabalho compulsório nos processos da **moderna colonização**¹. A argumentação é simples: para que um indivíduo venda sua força de trabalho livremente no mercado é preciso que seu acesso aos meios de produção estejam vedados, o que o impede de gerar os produtos necessários a seu consumo, com a abundancia de terras tal situação estruturalmente não se configuraria nas áreas coloniais. Esta seria a base fundamental do recurso ao trabalho obrigatório na ocupação européia do Novo Mundo². Todavia, outros elementos também atuam em sua explicação.

Inicialmente cabe lembrar que na própria Europa seguiam existindo relações de trabalho coercitivas, com a mão de obra sendo recrutada através de mecanismos extra-econômicos. Basta lembrar - como já observado no primeiro capítulo - as "leis da vadiagem" nos vários países e o avanço da **segunda servidão** em boa parte deste continente. E mais, mesmo o **escravismo** permanecia como uma relação juridicamente estabelecida na maior parte dos reinos europeus, ganhando no período enfocado certa difusão e incremento nas ilhas e na borda do Mediterrâneo -onde, como indica Herbert Klein, "a identificação do açúcar com a escravidão estava bem estabelecida muito antes da conquista da América"³. Assim, o recurso ao trabalho compulsório era um mecanismo corriqueiro na atividade econômica dos conquistadores.

¹ - Ver: Karl MARX - O Capital, livro 1, v.2, c. XXV "Teoria Moderna da Colonização".

² - Octavio IANNI está entre os autores que acatam esta necessidade de atar a força de trabalho aos meios de produção nas colonias americanas. Diz ele que o trabalhador "não pode ser assalariado porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse transformando-se em produtor autônomo. Daí a escravidão aberta ou disfarçada" (Escravidão e Racismo, p.10).

³ - Herbert KLEIN - A Escravidão Africana. America Latina e Caribe, p.19. Katia de Queiroz MATTOSO coloca em 25 mil o número de escravos no Velho Continente por volta de 1500 (Ser Escravo no Brasil, p.18).

Como também já foi visto, notadamente na península Ibérica o uso da mão de obra escrava era corrente na época dos descobrimentos. Em Castela, a legislação escravista - que será usada nas colônias - estava copilada desde o século XIII nas Sete Partidas de Afonso o Sábio. Ali, como em Portugal, a guerra ao Islã e a reconquista haviam tornado a escravatura uma instituição habitual. Era comum o uso de mouros e de negros nas lides agrícolas, no artesanato e no trabalho doméstico⁴. Com destaque as "terras libertadas", nas áreas meridionais dos dois países, eram exploradas com ampla utilização do braço escravo. Enfim, as nações colonizadoras tinham familiaridade com a escravatura, podendo-se inclusive aventar - como fazem D.Mannix e M.Cowley - que "foi a abundância de mão de obra barata o que impediu que na Europa a escravidão dos negros se convertesse numa instituição importante"⁵.

Entre a existência residual da escravatura - cabe lembrar, nunca extinta totalmente na Europa - e a organização de uma economia baseada fundamentalmente em relações escravistas, há uma diferença de grau, de magnitude. Historicamente, a generalização do trabalho escravo esteve associada à mercantilização da vida econômica. Como bem argumenta Herbert Klein: "É este problema tradicional da expansão de mercado, combinado a um suprimento limitado de mão de obra, o criador da condição ideal para a escravidão ou para outros esquemas de trabalho servil"⁶. Deste modo, os objetivos da empresa colonial vem ao centro da explicação do trabalho compulsório. E estes objetivos

⁴ - R.KONETZKE lembra a figura dos "negros do rei", que faziam os serviços públicos nas cidades espanholas (América Latina. La Época Colonial, pp.65/6). H.KLEIN estima em cerca de 15 mil o número de escravos na capital portuguesa em 1530 (Ob.cit.,p.29).

⁵ - D.MANNIX e M.COWLEY - Historia de la Trata de Negros, p.65.

⁶ - H.KLEIN - Ob.cit., p.14. Conclui este autor: "A história da escravidão na América Latina foi parte integrante da história da colonização europeia e do desenvolvimento de mercadorias americanas para o mercado europeu" (p.157). E Ciro Flamarion CARDOSO, cita Marx, lembrando que o grau de exploração do trabalho compulsório nas colônias está diretamente relacionado com o grau de integração da economia local ao mercado mundial (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.100). Noutro texto, este autor aponta tres condições para o escravismo: controle da terra, produção mercantil e carência de mão de obra (Escravo ou Campones? O Protocampesinato Negro na América, p.12).

se increviam, como visto, dentro da lógica do mercantilismo e da reprodução do capital comercial⁷.

Foi observado (no terceiro capítulo) que a expansão ultramarina cumpre um importante papel para a acumulação primitiva na Europa. As economias coloniais são implantadas para fornecerem riquezas para as metrópoles. Isto exigia dos colonizadores um total controle dos fatores de produção nas colônias, em suma: o monopólio da terra e do trabalho. E mais, tal implantação deveria não apenas custear sua continuidade, como também fornecer ingressos a curto prazo para amortizar o capital investido. Assim, também aqui, o capital mercantil subordina a produção aos seus desígnios, gerando formas de apropriação e exploração singulares sob sua órbita⁸. Toda a ambiguidade apontada da dominação mercantil na transição vem à tona no cenário americano deste processo.

Essa diversidade das formas de produção instaladas no Novo Mundo deriva, como também já foi apresentado, de realidades diversificadas encontradas pelo europeu. Como explicita com clareza Rene Barbosa Ramirez em sua análise sobre Nova Espanha: "A administração dos conquistadores formará tantos tipos de exploração quantas possibilidades lhe são oferecidas pelos recursos naturais... e pelo desenvolvimento de sua própria técnica. Nestas condições a mão de obra indígena se revela o laço entre os recursos e a exploração dos recursos"⁹. O autor toca no ponto nodal: sem trabalho a riqueza

⁷ - Octavio IANNI é bastante enfático neste ponto ao dizer que "foi o capital comercial que gerou as formações econômico-sociais construídas nas colônias do Novo Mundo", ou "Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo", ou ainda "foi o capital comercial que comandou a constituição e o desenvolvimento das formações sociais baseadas no trabalho compulsório nas colônias européias do Novo Mundo" (Ob.cit., pp.3, 6 e 8).

⁸ - Como aponta Octavio IANNI, citando MARX: "Nos primórdios, o capital mercantil é movimento mediador entre extremos que não domina e pressupostos que não cria" (Ob.cit., p.10). Apontar esta dominância não implica necessariamente em cair na "visão das colônias como uma espécie de simples quintal das metrópoles, só importando ve-las em função da economia européia, da acumulação primitiva e do sistema mercantilista", bem criticada por Ciro Flamarion CARDOSO - Escravo ou Campones?, p.17. Esta discussão será retomada adiante.

⁹ - A.Rene Barbosa RAMIREZ - La Estructura Económica de la Nueva España (1519-1810), p.134. Falando também sobre a conquista do México observa P.CHAUNU que esta "não implicou ação alguma sobre o solo, não acarreta esforço algum em profundidade para estabelecer um novo diálogo entre o homem e a

americana não se objetiva. Porisso, as condições demográficas com que se defrontam os colonizadores definem em muito o tipo de instalação da economia europeia em terras americanas.

Vale destacar que as populações autoctones encontradas aparecem aos olhos do colonizador como um dos atrativos naturais das áreas conquistadas, um recurso disponível facilitador da instalação. Assim, nas zonas de alta densidade demográfica da América Hispânica (Caribe, impérios asteca e inca, parte do império maia e área chibcha) o estabelecimento dos europeus foi antes de mais nada, como alerta Pierre Chaunu, uma "divisão dos índios", as populações ameríndias como "o espólio privilegiado da conquista"¹⁰. Este sentido da colonização aparece já na primeira ocupação das ilhas caribenhas, com a distribuição de seus habitantes entre os conquistadores, e se estenderá por toda a zona de ocupação hispânica no Novo Mundo.

Tal distribuição foi normatizada, já na primeira década do século XVI, na *encomienda* - "instituição que tem como fundamento teórico a inferioridade social ou natural dos indígenas e como base real a necessidade de retribuir ao conquistador, fixando-o como guardião da terra submetida"¹¹. Observa-se que o controle da força de trabalho, mais do que o da terra, será o eixo desta relação estruturadora da instalação espanhola na América, sendo os encomendeiros os principais sujeitos deste processo. A extração de riquezas exigia o acesso à mão de obra existente, e, como aponta Richard Konetzke, "a

terra. A conquista não visa a terra, mas unicamente os homens" (Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.149).

¹⁰ - P.CHAUNU - Ob.cit., pp.242/3. Cabe lembrar com R.VAINFAS que "a conquista espanhola em todas as regiões onde se viu coroada de êxito, conduziu a um processo de crise geral das culturas submetidas" (Economia e Sociedade na América Espanhola, p.40).

¹¹ - A.Rene B.RAMIREZ - Ob.cit., p.43. Falando sobre Cuba, diz Salvador MORALES: "A *encomienda* baseada na servidão forçada era um sistema ocasional para dar aparência legal à escravidão mal encoberta" (Conquista y Colonización de Cuba.Siglo XVI,p.26). Já R.VAINFAS observa que "a *encomienda* reuniu, em sua estrutura, aspectos da tradição senhorial ibérica com costumes tributários do passado pré-colonial mesoamericano e andino sendo impossível chamá-la de feudal, quer (muito menos) de escravista" (Ob.cit., p.62). Tratar-se-ia, segundo o autor de uma estrutura original (p.65).

servidão dos índios foi num primeiro momento a solução óbvia para o problema laboral que a colonização do Novo Mundo colocava¹².

Esta "servidão" americana só formalmente pode ser aproximada de qualquer de suas congêneres européias, até porque fundamenta-se em "sistemas tributários pré-coloniais", os quais "permitiram a extração do sobretrabalho aldeão sem recurso à escravidão"¹³. Não apenas o tributo em trabalho, mas outras relações de exploração laboral presentes, notadamente nas áreas dos grandes impérios, vão ser assimiladas no processo colonizador. Pode-se lembrar, por exemplo, a servidão voluntária dos naboios no México e dos yanacunas no Peru¹⁴, que chegam a ser preponderantes no quadro agrário de algumas regiões. E além disso, não se pode olvidar a escravidão indígena, instituição que, em maior ou menor grau (de forma mais visível ou encoberta), esteve sempre presente na colonização ibérica. Frei Bartolomeu de Las Casas avaliava em cerca de 3 milhões, o número de índios escravizados no reino de Nova Espanha em meados do século XVI¹⁵.

Vale lembrar que, na verdade, em muitos momentos e/ou lugares esta divisão dos índios só no estatuto jurídico não se configurava como uma relação escravista. Até porque as populações "apaziguadas" eram juridicamente súditos da Coroa espanhola, sendo

¹² - R.KONETZKE - Ob.cit., p.189. Este autor, considera que com a encomienda "se introduz (na América) a servidão... Esta instituição devia agora assegurar, em solo colonial, a exploração da força laboral indígena" (p.164). Seria uma "servidão colonial" (p.178). Frederic MAURO coloca que a encomienda articula elementos do tributo indígena e da corvéia européia (Origem da Desigualdade entre os Povos da América, p.26) Também P.CHAUNU acentua a vinculação das encomiendas com o direito senhorial (ob.cit., p.242).

¹³ - R.VAINFAS - Ob.cit., p.61. Orlando FALS BORDA, analisando a costa colombiana, argumenta: "O regime senhorial tolerou e utilizou, para seu próprio benefício, o repertório de formas indígenas de produção e trabalho nas condições em que se encontravam" (Loba y Monpox. Historia Doble de la Costa, p.46B).

¹⁴ - B.BENNASSAR - La América Espanhola y la América Portuguesa. Siglos XVI y XVII, p.123. Segundo este autor haviam cerca de 25 mil yanacunas só na audiência de Charcas em 1601 (p.124). BENNASSAR ainda lembra que, via a tributação em trabalho, legitimam-se as variadas modalidades vigentes de trabalho compulsório (p.117); fato também apontado por R.B.RAMIREZ no caso da Nova Espanha (Ob.cit., p.82).

¹⁵ - LAS CASAS apud R.B.RAMIREZ - Ob.cit., p.46. Este autor aponta que a condição escrava advém da captura em "guerra justa", da compra, ou do fato de já ser escravo antes da chegada do conquistador; e lembra que só da guerra do Jalismo (na conquista de Yucatan) são enviados às Antilhas cerca de 15 mil cativos ao ano (p.76).

proibida sua escravização já em 1500¹⁶. Entretanto, na prática a administração metropolitana não tinha condições de coibir a coação laborial que o móvel mercantilista impunha ao assentamento nas colônias. E os resultados demográficos do trabalho forçado sobre os ameríndios são sobejamente conhecidos. A população índia da Nova Espanha cai de 25 milhões de habitantes em 1519 para 1 milhão em 1603, a do Peru registra queda de 6 milhões a 1,5 milhão no intervalo entre 1525 e 1571, configurando o que Richard Konetzke qualifica de "catástrofe demográfica indígena"¹⁷. Gera-se, assim, uma contradição interna da conquista: a necessidade imperiosa de mão de obra face a capacidade muito veloz de destruir os estoques existentes¹⁸.

O caso antilhano é talvez o mais radical. Como já mencionado, a população da ilha Hispanhola se extingue após apenas duas décadas de exploração colonial. E é a vivência desta situação que anima a polêmica sobre o direito dos índios, que teve na ordem dos dominicanos o principal defensor das populações autóctones. O famoso sermão de Montesinos em Santo Domingo, no ano de 1511, criticando o trato dado aos índios como anti-cristão dá início a uma contenda teológico-jurídica que, passando pelos escritos e gestões de Bartolomeu de LasCasas, culmina com o célebre debate entre o padre Vitória e o jurista Sepúlveda na Universidade de Salamanca¹⁹. A Coroa e o Conselho das Índias atentos às dificuldades que a escassez de mão de obra traria à empresa colonizadora tomam

¹⁶ - Sobre as sucessivas proibições e sua ineficácia prática, ver: R.KONETZKE - Ob.cit., pp.155 a 157. Esta ineficácia leva P.LAFAYE a considerar que "a escravidão de direito ou de fato era a base da sociedade colonial" (Los Conquistadores, p.80).

¹⁷ - R.KONETZKE - Ob.cit., pp.94/5. Segundo este autor a queda estaria associada mais a "causas naturais" (p.96), posição que também é referendada por B.BENNASSAR que considera o despovoamento como resultado de "guerras bacteriológicas involuntárias" (Ob.cit., p.114). Os dados sobre Nova Espanha são de R.B.RAMIREZ - Ob.cit., p.102; os sobre o Peru estão em Frederick BOWSER - El Esclavo Africano en el Peru Colonial 1524-1650, p.40.

¹⁸ - R.B.RAMIREZ - Ob.cit., p.37. Conclui este autor que "o aspecto demográfico se encontra na base de uma reestruturação política da utilização da mão de obra" (p.85).

¹⁹ - A obra clássica que historia todo este debate é a de Lewis HANKE - La Lucha por la Justicia en la Conquista de América. Uma coletânea de textos da época pode ser encontrada em Ramón XIRAU (org.) - Idea y Querrela de la Nueva Espana.

consciência da necessidade de "administrar a força de trabalho existente"²⁰. Tal visão se expressa nas Novas Leis, editadas em 1542, e que suscitam vivos protestos nas colônias.

Esta legislação acaba formalmente com as encomiendas, afirmando o sistema de repartimiento, que apresenta uma diretriz de controle estatal da força laborial indígena²¹. Neste sistema, cada comunidade aldeã deveria fornecer - à autoridade competente, o *corregedor dos índios* - um determinado número de trabalhadores por um tempo delimitado, e esta os redistribuiria face às requisições dos colonos, que pagariam um salário para utilizá-los²². As Novas Leis originaram forte resistência dos colonizadores que viam "o trabalho dos índios na encomienda" como "a principal riqueza" e não concebiam o fato da Coroa retirá-lo de suas mãos²³. Mesmo assim, após 1550, o sistema já está implantado na Nova Espanha, onde permanecerá inalterado até 1632²⁴. No Peru a situação não foi tão tranquila, estando a implantação da nova legislação entre os *leif motif* da guerra civil.

Com a vitória das forças metropolitanas, na gestão do vice-rei Toledo organizou-se no espaço peruano "uma gigantesca redistribuição compulsiva da população indígena", com o aparelho de Estado abrigando "um sistema de distribuição sazonal da

²⁰ - R.B.RAMIREZ - Ob.cit., p.77.

²¹ - Segundo R.KONETZKE o repartimiento era usado nas Antilhas desde uma regulamentação de 1503, sendo reafirmado nas "Leis de Burgos" de 1512 (Ob.cit., p.160 e 163). Para este autor, o repartimiento aparece como um "tributo em trabalho" (p.176).

²² - B.BENNASSAR - Ob.cit., p.117. Como observa R.B.RAMIREZ: "A mão de obra é alugada, mas é trabalho forçado sob o controle direto da autoridade" (Ob.cit., p.84).

²³ - P.LAFAYE - Ob.cit., p.211 e também 87. Este autor ilustra a visão do índio pelos colonos com a exemplar frase de OVIEDO: "Quem haverá de duvidar que a pólvora queimada contra os infiéis seja incenso ante ao Senhor" (p.143).

²⁴ - R.B.RAMIREZ - Ob.cit., p.84.

energia camponesa"²⁵. Aqui, face à enorme demanda de braços da mineração, Toledo vai lançar mão de um sistema de tributação preexistente - a **mita** - uma prestação em trabalho para o Inca, que será transferida (também via Coroa) prioritariamente para a atividade mineira²⁶. Esta relação, revivida do passado incaico, também articula assalariamento e trabalho compulsório, fazendo do **mitayo** - nas palavras de Pirre Vilar - "meio servo, meio proletário"²⁷. Esta instituição, centrada no suprimento das minas, vai se estender também por outros setores da economia peruana. As autoridades coloniais, contudo, não perdem de vista o objetivo central, o que implicou em buscar outras alternativas laboriais para as demais atividades nos momentos de escassez relativa da mão de obra.

Esta última questão leva ao tema das populações imigradas, no geral trazidas para o Novo Mundo para ocupar as áreas de baixa densidade demográfica ou despovoadas no próprio processo colonizador. Como posto, nas áreas bem habitadas predominou uma modalidade americana de "servidão" que - por distintas formas - dominou a força de trabalho disponível nas zonas que delineiam a **Indoamérica**.

Quando se fala em trabalhadores trazidos de além-mar, pensa-se logo no escravo africano que qualificou outro grande conjunto continental: a **Afroamérica**. Entretanto, ao se analisar os movimentos populacionais coloniais, neste período inicial de instalação europeia no Novo Mundo, um outro tipo de imigrantes também emerge com clareza (se bem que mais esquecidos nas discussões teóricas sobre a colonização). Tratam-se

²⁵ - C.S.ASSADOURIAN - pp.283 e 285. Como observa também F.BOWSER: "Nos fins da década de 1570 estava claro para todos que era a Coroa que teria o controle sobre os índios, e não os conquistadores nem seus descendentes" (Ob.cit., p.34).

²⁶ - Sobre a **mita**, ver: F.BOWSER - Ob.cit., pp.46 e 163/6. E os artigos de Maurice GODELIER citados no capítulo anterior.

²⁷ - Pierre VILAR - Ouro e Moeda na História, p.158. R.B.RAMIREZ critica a idéia da mita como "salário abastardo" (Ob.cit., p.84), e C.R.ASSADOURIAN falando na "mita textil" e das obras coloca o assalariamento como "elemento subordinado, acessório, dentro do sistema geral de trabalho compulsório" (Ob.cit., p.240).

dos servos sob contrato²⁸, relação de abrangência significativa notadamente nos processos de colonização extra-ibéricos²⁹. Esta era na verdade também uma forma de trabalho compulsório, visto envolver na maioria das vezes "imigrantes forçados": sequestrados, condenados e prisioneiros de guerra³⁰. A disponibilidade destes efetivos na Inglaterra e na França minimizou a importância do braço africano nos pioneiros projetos de colonização americana levados a cabo por estes países³¹.

Essa "exportação de trabalhadores" envolveu, conforme Eric Willians, cerca de 250 mil trabalhadores na América britânica ao longo do período colonial³². E, isto acarretou que "a exportação dos servos da raça branca contratados se converteu num grande negócio em muitas comunidades inglesas assemelhando-se ao tráfico de escravos africanos"³³. Diga-se de passagem que, segundo os autores consultados, as condições de transporte destes imigrantes eram piores do que a dos navios negreiros³⁴; pois o africano - ao contrário do servo branco - era uma mercadoria que havia sido comprada, e cujo valor só se realizaria com a venda após o desembarque. Esta mesma lógica comandava a

²⁸ - Ver: Eric WILLIANS - Capitalismo e Escravidão, p.14 D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.11, e F.MAURO - Ob.cit., p.31.

²⁹ - Herbert KLEIN argumenta que as distintas orientações metropolitanas originam-se da inexistência de "um fundo de mão de obra ibérica barata", ao contrário da França e Inglaterra que só veem minguar este fundo no século XVIII (Ob.cit., p.36).

³⁰ - Depois de lembrarem o alto número de sequestros e de compra de orfãos, D.MANNIX e M.COWLEY listam os soldados capturados entre as "cargas" de servos sob contrato; exemplificando: "Em 1652, 270 escoceses capturados na batalha de Dunbar foram vendidos em Boston..." (Ob.cit., p.64). Os autores lembram que a colonização inicial de Barbados apoiou-se basicamente em cativos escoceses e irlandeses (p.59). E.WILLIANS lembra as deportações para a Jamaica e Virgínia, bastante frequentes (Ob.cit., p.16)

³¹ - "É possível que o motivo principal do lento crescimento do tráfico escravista nas colônias inglesas foi a utilização massiva de servos contratados; quer dizer, homens e mulheres vinculados a seus amos por muitos anos, às vezes por toda a vida" (D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.63).

³² - E.WILLIANS - Ob.cit., pp. 19 e 15. De acordo com este autor, os servos contratados constituíam a sexta parte da população da Virgínia ainda em 1683 (p.15).

³³ - D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.64.

³⁴ - Idem, ibidem, p.65, e E.WILLIANS - Ob.cit., p.18.

utilização da força laborial desses servos, pois o seu tempo de trabalho não utilizado - também ao contrário do escravo - se perdia de forma absoluta, na ótica do contratador. Assim, o servo contratado estava submetido a uma jornada ainda mais ardua que a do escravo³⁵. Portanto, observa-se que esta "servidão transformou-se numa instituição que se aproximava em certos aspectos da verdadeira escravidão"³⁶.

Cabe lembrar que no caso da colonização britânica o escravo vem substituir (ou coexistir com) o servo, basicamente à partir da segunda metade do século XVII, num sistema já instalado, isto é, nestas colônias "a servidão branca foi a base histórica em que se ergueu a escravidão negra"³⁷. Mesmo o sul dos Estados Unidos - onde, segundo Eugene Genovese, se desenvolveu "o mais originalmente burgues dos países escravistas" - conheceu a servidão sob contrato³⁸. Assim, também o "pioneiro" branco esteve originalmente submetido ao trabalho coercitivo que, dessa maneira, vai se firmando como um componente comum a todos os primitivos assentamentos europeus no Novo Mundo. Neste quadro o escravismo inicialmente se coloca como apenas uma modalidade, e, como bem aponta

³⁵ - Não é raro nos sistemas escravistas o uso de trabalhadores livres, que não representem investimento de capital constante, nas tarefas mais perigosas.

³⁶ - E.WILLIAMS - Ob.cit., p.21. Este autor, além dos Estados Unidos, lembra as condições brutais a que estavam submetidos os servos contratados em Barbados (p.22). Coloca que a única distinção de monta entre este servo e o escravo é o fato desta condição não atingir os descendentes. O autor argumenta que estes descendentes livres vão formar a frente povoadora americana, de claro perfil democrático (p.23).

³⁷ - E.WILLIAMS - Ob.cit., p.24. Este autor dá o exemplo de Barbados que em 1645 possuía 5680 escravos africanos e em 1667 já cerca de 82 mil, contra um decréscimo da população branca de 18 para 8 mil habitantes no mesmo intervalo (p.280). MANNIX e COWLEY concordam com a interpretação, mas fornecem um número diferente (46 mil em 1666) de escravos em Barbados (Ob.cit., p.59). Eles também apontam a pouca quantidade de africanos no EUA até o quartel final do século XVII (pp.63 e 71).

³⁸ - Eugene GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.105. Este autor parece minimizar esta base inicial da colonização do sul do EUA, pois sustenta que ali o escravismo pode se desenvolver sem amarras senhoriais (presentes na colonização ibérica) numa moldura capitalista que, por paradoxo lhe permitiria crescer mesmo com sua essência anti-burguesa (p.106). Noutra passagem o autor define a economia sulista como a que "chegou mais perto da escravidão completa como modo distinto de produção" (p.101/2). A explicação de E.WILLIAMS vai no sentido de que é a plantation (que se desenvolve no EUA só no final do século XVI) que expulsa o trabalhador branco, exatamente por operar uma concentração fundiária que não deixa espaço para o pequeno produtor - processo vivenciado tanto por Barbados quanto pela Virgínia (Ob.cit., pp.29 a 31. A tese de GENOVESE será retomada adiante.

Herbert Klein, é a falta total de laços que distinguirá a escravidão negra das demais formas de trabalho compulsório”.

Antes de entrar na geografia do moderno escravismo americano, vale focar as condições africanas que possibilitaram a esta instituição aparecer como opção para os problemas laboriais da colonização européia da América. Em primeiro lugar, deve-se destacar que "a escravidão na África era uma instituição antiga e muito difundida"³⁹, ao mesmo tempo que não se pode perder de vista que "a escravidão africana diferia da do Novo Mundo em muitos aspectos", entre eles o fato de não orientar-se para a acumulação de capital⁴⁰. E' somente com o início do tráfico que a captura de cativos passa a ser o expediente econômico de alguns reinos africanos. Como observam Mannix e Cowley: "Durante o século XVII, a vida política, social e econômica da África ocidental foi organizada com o fim de obter uma corrente constante de escravos para os barcos ancorados na costa"⁴¹.

Como já foi colocado, os traficantes europeus de escravos raramente se

³⁹ - H.KLEIN - Ob.cit., p.12. Este autor diz que os escravos "em todas as sociedades nas quais existiram eram também a mais móvel força de trabalho disponível" (p.11). E.WILLIAMS observa que o servo branco ambicionava o acesso à terra no fim do contrato, enquanto o negro "podia ser permanentemente divorciado da terra" (Ob.cit., p.24). A discussão da "brecha camponesa" - à ser realizada ainda nesse capítulo - relativizará este juízo.

⁴⁰ - D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.52. Segundo estes autores a condição escrava, na África, era atribuída a: indivíduos vendidos pelo chefe tribal ou pela família, sequestrados, criminosos e prisioneiros de guerra (p.50).

⁴¹ - Eugene GENOVESE - A Economia Política da Escravidão, p.71. Este autor observa que o escravo na África é mais uma categoria social que econômica, e relembra que a escravidão só se torna brutal com a mercantilização" (p.75). Katia Q.MATTOSO também enfatiza a diferença, definindo a escravidão africana como "patriarcal" (Ob.cit., pp.25 e 98).

⁴² - D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.42. Estes autores reafirmam: "Abastecer de escravos as potências européias era a profissão e distração de muitos reinos nativos" (p.41). E concluem que o escravismo americano estimulou um "estado de beligerância contínua" no continente negro (p.10). Katia Q.MATTOSO observa que foi gestada uma nova organização territorial na África "para servir às necessidades do tráfico" (Ob.cit., p.27). Segundo a autora, instala-se uma circularidade perversa, que orienta a lógica do comércio africano: alguns reinos necessitam de armas para capturar escravos que eram trocados por armas (p.29).

embrenhavam pela interlândia africana, adquirindo suas cargas em feitorias localizadas no litoral⁴³. Também já se observou que, durante o século XVI, o tráfico negreiro foi quase um monopólio português, conhecendo na virada do século uma crescente concorrência; numa boa parte do século XVII vão predominar os holandeses no controle dos circuitos africanos, e finalmente - no século seguinte (o de maior volume no tráfico) - a Inglaterra comanda este lucrativo comércio⁴⁴. Os números do tráfico são ascensionais durante todo o período colonial americano, uma progressão que avança com a fronteira e a extensão e ritmo da produção no Novo Mundo⁴⁵.

O cálculo da quantidade de africanos transplantados de continente conhece relativa concordância: Herbert Klein estima uma cifra entre 10 e 15 milhões de imigrantes escravos, sendo 2,2 milhões antes de 1700⁴⁶. Frederick Bowser dá um número mais preciso - seriam 9.566.100 escravos embarcados entre 1451 e 1870, destes 1,5 milhões para a América Hispânica⁴⁷. Katia Mattoso se aproxima destes valores, falando em 9,5 milhões

⁴³ - Sobre o circuito de captura e venda de cativos na África, ver Katia Q.MATTOSO - Ob.cit., pp.30/1. Sobre o sistema de feitorias (Idem, p.41). H.KLEIN conclui: "O estudo do tráfico mostra também não haver dúvida de que os africanos dominavam as condições de suprimento de escravos" (Ob.cit., p.164).

⁴⁴ - K.Q.MATTOSO - Ob.cit., pp.20/2 e D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., pp.39/40. Sobre o desenvolvimento de Liverpool em íntima vinculação com o tráfico, ver: E.WILLIAMS - Ob.cit. pp.69/70.

⁴⁵ - Segundo H.KLEIN, até 1500 eram embarcados de 500 a mil escravos por ano na zona do Senegal/Gâmbia, passando após esta data a 2 mil por ano (Ob.cit., p.26). Após 1530 o principal ponto de embarque português é São Tomé, que mantém sempre uma "reserva" estocada de 5 a 6 mil escravos (p.31). No último quartel do século, Angola vai ganhando espaço, até tornar-se no século XVII a "base essencial do comércio de escravos" português (K.Q.MATTOSO -Ob.cit., p.29). Segundo MANNIX e COWLEY, entre 1575 e 1590 cerca de 52 mil escravos foram enviados de Angola para a América ibérica (cerca de 5 mil ao ano na última data), e só em 1617 foram embarcados 28 mil (Ob.cit., p.42). F.BOWSER estima em cerca de 15 mil o número de escravos embarcados em Angola por ano no início do XVII (Ob.cit., p.54).

⁴⁶ - H.KLEIN - Ob.cit., p.158. Segundo este autor, até o final do XVII, o Brasil havia recebido havia recebido entre 500 e 600 mil africanos; o Caribe não ibérico cerca de 450 mil; a América hispânica entre 330 e 400 mil; e a América do Norte extra espanhola cerca de 30 mil (p.66).

⁴⁷ - F.BOWSER - Ob.cit., p.17. R.KONETZKE calcula em 40 mil o número de africanos na América hispânica por volta de 1570, quantidade que se eleva para 850 mil em 1650, subindo ainda para mais de 2 milhões no fim do período colonial (Ob.cit., p.72). Estes valores são referendados por B.BENNASSAR - Ob.cit., p.125. Rolando MELLAFE estima em cerca de 350 mil o plantel de escravos desembarcados nas

de escravos existentes na América entre 1502 e 1860, sendo 6,2 milhões só no século XVIII. E Octavio Ianni também acata este último número, estabelecendo a seguinte distribuição: 38% localizados no Brasil, 17% no Caribe frances, outro tanto no inglês, também 17% na América hispânica, e 6% no sul dos Estados Unidos⁴⁸. Nota-se que havia um estoque populacional disponível, o que torna inútil a discussão de se foi a demanda que criou o tráfico negreiro ou se foi este que criou a opção escravista na América⁴⁹. Tratam-se, na verdade, de movimentos articulados numa mesma dinâmica, onde sem dúvida os lucros gerados por este rendoso comércio jogam um papel central.

Assim, aos países sem uma disponibilidade populacional interna o braço africano vai despontar como a fonte de energia humana necessária para tocar os empreendimentos coloniais, ali onde a demanda de força de trabalho for imperiosa⁵⁰. Eric Willians aponta com clareza: "Quando a escravidão é adotada, não é adotada como uma escolha em detrimento do trabalho livre. Não há qualquer escolha"⁵¹. E Katia Mattoso

Índias de Castela entre 1551 e 1640, sendo apenas 100 mil de forma legalizada. Em todo período colonial seriam 3 milhões (La Esclavitud en Hispano-América, p.59).

⁴⁸ - K.MATTOSO - Ob.cit., p.19, e O.IANNI - Ob.cit., p.7. D.MANNIX e M.COWLEY falam em 900 mil escravos embarcados no século XVI e 2 milhões e 750 mil no século XVII (Ob.cit., p.43). Valores referendados também por F.MAURO - Ob.cit., p.32.

⁴⁹ - Ciro F.CARDOSO defende que a demanda colonial criou o tráfico negreiro, criticando a posição contrária de Fernando NOVAIS (Escravo ou Campones?, p.11). De acordo com E.WILLIANS foi o baixo preço relativo do escravo que animou a opção escravocrata de colonização (Ob.cit., p.24). Esta opinião também é defendida por Robert CONRAD que adiciona o fato de que uma vez instalado o sistema escravista este garante a reprodução do tráfico, animado pela necessidade constante de reposição do braço escravo (Tumbeleros. O Tráfico de Escravos para o Brasil, pp.15, 11 e 33. Este autor mostra ter sido sempre alta a porcentagem de africanos natos nas populações negras da América (pp.22/3).

⁵⁰ - Como observa H.KLEIN "os africanos iriam se definir quase exclusivamente como a força de trabalho disponível do século XVI", e completa "uma força de trabalho extremamente móvel e ajustada" (Ob.cit., pp.40 e 46).

⁵¹ - E.WILLIANS - Ob.cit., p.10.

conclui bem, ao definir a África como "território repleto que ninguém ainda pensa em conquistar ou colonizar... sua grande reserva, o homem preto... a fortuna essencial do continente negro"⁵².

O elemento africano foi um companheiro constante no processo de instalação das colônias ibéricas na América, os primeiros escravos vindos já nas caravelas de Cristóvão Colombo⁵³. E foi exatamente nas ilhas caribenhas que se desenvolveu a primeira concentração escravista do Novo Mundo, com os negros gradativamente substituindo a população indígena em rápido descenso, primeiro na Hispanhola depois em Cuba⁵⁴. Rolando Mellafe observa que também face a esta relação - assim como a quase tudo na colonização espanhola - as Antilhas aparecem como o "laboratório de aclimação"⁵⁵, e durante certo tempo vão cumprir um papel de foco de irradiação também da escravatura. Este repovoamento com o braço negro - de início com os espanhóis, depois com os franceses, ingleses e holandeses - colocou o Caribe claramente como zona integrante da Afroamérica.

A presença africana na América hispânica não se restringe, contudo, ao cenário insular. Já Cortez e Pizarro contavam com significativos contingentes negros em suas hostes⁵⁶, situação que se repete em quase todos os processos de conquista de fronteiras no continente. Cabe mencionar que na atividade fronteiriça foi mais fácil para o escravo

⁵² - K.Q.MATTOSO - Ob.cit., p.17.

⁵³ - Rolando MELLAFE - Ob.cit., p.15. Sobre a presença de escravos negros em outras expedições exploradoras ver p.18.

⁵⁴ - Ver: Salvaror MORALES - Ob.cit., p.29. Este autor lembra que o emprego dos negros datava já da década de 1510, mas generaliza-se após 1540 (pp.38/9). H.KLEIN enfatiza que a queda demográfica indígena agiu como estímulo das experiências escravistas da América hispânica (Ob.cit., p.38).

⁵⁵ - R.MELLAFE - Ob.cit., p.19. Diz o autor: "A escravidão negra se impoz, pois, nas Antilhas na primeira etapa da expansão espanhola na América, como uma solução imperativa para a escassez de mão de obra provocada pelas próprias necessidades da expansão" (p.21).

⁵⁶ - H.KLEIN comenta que Pizarro contava com cerca de 2 mil escravos negros em seu exército (Ob.cit., p.41). Também F.BOWSER aponta o fato (Ob.cit., pp.21 a 24). D.MANNIX e M.COWLEY falam que Cortez possuía 300 escravos negros em seu exército (Ob.cit., p.62).

alcançar a liberdade e estabelecer-se⁵⁷. Foram também os conquistadores os beneficiários das primeiras licenças para importação de africanos. Tal sistema, criado em 1513, dava à Coroa o controle da importação e distribuição dos escravos, constituindo-se num "instrumento econômico e político de primeira ordem"⁵⁸. Na verdade, o governo espanhol não via com bons olhos a introdução do imigrante africano em terras americanas e só acatou esta opção premido pelas circunstâncias. Assim, o recurso a esta força de trabalho foi oficialmente posto como secundário, complementar e controlado. E como alerta Frederick Bowser: "A Coroa insistentemente estabeleceu quantidades do tráfico legal de escravos em cifras demasiado baixas para satisfazer a demanda colonial"⁵⁹.

A perspectiva do colono nesta questão era antípoda à metropolitana pois cedo "o africano revelou-se amplamente superior ao índio em capacidade de trabalho, resistência e docilidade"⁶⁰. Entretanto, as limitações para adquiri-lo eram mais da ordem financeira do que legal. Os escravos eram muito caros na América hispânica no início da conquista e representavam uma imobilização de capitais excessiva para muitos colonos⁶¹. Assim, seu

⁵⁷ - R.MELLAFE - Ob.cit., p.25. Alguns negros libertos na conquista, chegam a tornar-se encomendeiros no Chile.

⁵⁸ - R.MELLAFE - Ob.cit., p.30. Em 1532 o controle do tráfico foi alocado no monopólio de Sevilha sendo a Casa de Contratação que, até 1589, vai emitir as licenças (p.31). Em 1595 foi criado o *assiento*, pelo qual a Coroa alugava o tráfico a particulares (p.35). F.BOWSER lembra a grande especulação com as licenças conforme ascende a demanda americana de escravos (Ob.cit., p.50). Sobre o assunto ver também R.KONETZKE - Ob.cit., pp.67 a 69.

⁵⁹ - F.BOWSER - Ob.cit., p.61. MELLAFE aponta bem os limites da ótica metropolitana: "A escravidão negra é introduzida na América com o propósito de recolocar nas Antilhas uma população indígena que se extinguiu rapidamente e de reforçar a força de trabalho debilitada em outros lugares do continente" (Ob.cit., p.8). O amplo contrabando suscitado pela limitação do tráfico legal é apontado por todos os autores.

⁶⁰ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.66. Isto se evidencia no fato apontado por WILLIAMS de que na América hispânica um escravo negro valia em média quatro índios (Ob.cit., p.13).

⁶¹ - R.MELLAFE dá alguns números: o escravo custa 200 pesos em 1525 no México e 360 pesos em Lima em 1536 baixando para 100 e 140 respectivamente em 1540 e 1548 (Ob.cit., p.67). Ainda segundo este autor, um escravo custa no Chile 2 vezes mais que em Lima, 3 vezes mais que no México e 5 vezes mais que no Caribe (p.68). Em 1630 um escravo vale 800 pesos em Potosí, demonstrando uma tendência altista em seu preço durante todo o século XVII (p.69).

adensamento só ocorreu naqueles setores onde a lucratividade compensava o investimento. A grande plantação, nas áreas de população rarefeita, vai emergir (não apenas nos territórios espanhóis, mas em toda a América) como as zonas de maior atração da mão de obra africana. O braço negro vai estar intimamente ligado à cana de açúcar, ao tabaco, ao algodão, e mesmo à agricultura de abastecimento de grande porte⁶². Na mineração, o escravo africano associou-se mais à extração do ouro do que da prata - fato que conforme Frederic Mauro, estaria ligado à difícil adaptação deles nas terras altas⁶³. Outros setores onde esta mão de obra era predominante foram o de circulação (as tropas de mula, o transporte fluvial, a cabotagem, a estiva, tudo era tocado pelo elemento negro) e o de construção civil⁶⁴. Todavia, o escravo aparece um pouco por toda parte na América espanhola.

Um destaque deve ser dado à presença negra no meio urbano, como já visto espaço importante na colonização hispânica e um dos locus de concentração de africanos. Basta lembrar a cidade de Lima que, em 1639, possuía uma população negra de 13620 habitantes para um contingente de 10758 brancos⁶⁵. Nesta, como noutras cidades, o escravo era utilizado numa ampla gama de atividades que iam do artesanato à prestação de serviços, sendo comum a figura do escravo de aluguel. O pequeno comércio era também um

⁶² - E.WILLIAMS - Ob.cit., pp.25 a 28 e D.MANNIX e M.COWLEY Ob.cit., p.58. Quanto ao último ponto, ver: F.BOWSER - Ob.cit., p.128. Este autor aponta o uso do braço escravo nas grandes propriedades do Peru onde "escravidão e agricultura em grande escala não foram sinônimos de monocultura" (p.129). Todavia, R.MELLAFE destaca que foi a plantation exportadora que "consumiu mão de obra negra de forma massiva" (Ob.cit., pp.73/4).

⁶³ - F.MAURO - Ob.cit., p.92. Mesmo assim haveria em 1611 cerca de 6 mil negros em Potosi entre escravos e libertos (H.KLEIN - Ob.cit., p.45). Este autor lembra que num primeiro momento o número de negros nas minas de prata do norte do México aproximou-se do de trabalhadores indígenas (3.700 em 1570) caindo contudo em seguida (p.48). Sobre a presença negra nos "ciclos do ouro" das Antilhas, do México e do Chile, ver R.MELLAFE - Ob.cit., p.70. Sobre os escravos negros na mineração da Colômbia e Equador, ver B.BENNASSAR - Ob.cit., p.203.

⁶⁴ - Ver: F.BOWSER - Ob.cit., pp.139 e 175.

⁶⁵ - F.BOWSER - Ob.cit., p.411. Diz este autor: "A escravidão africana no Peru foi, antes de tudo e fundamentalmente, uma instituição urbana centrada em Lima" (p.397). H.KLEIN fornece as seguintes cifras para a população escrava de Lima: 4 mil em 1586, 11 mil em 1614 e 20 mil em 1640 (Ob.cit., pp.44/5).

setor onde o trabalhador negro predominava⁶⁶. Vale apontar que a vida cidadina representava uma atenuamento do controle sobre o seu cotidiano e abria mais possibilidades para o africano superar a condição escrava. Na cidade, muitas vezes o escravo possuía domicílio próprio e pagava ao senhor uma renda fixa em dinheiro, podendo com isso dispor do uso de seu trabalho. Este quadro acarretou o aparecimento de uma significativa população livre de cor nas cidades crioulas⁶⁷.

Até aqui falou-se em escravidão africana na América espanhola, porém a distribuição interna desta no espaço colonial revela-se bastante desigual. Uma primeira distinção geral opõe a "serra indígena" à "costa africana". Como bem observa Mellafe a densidade indígena influi na entrada de negros seja no México ou no Peru⁶⁸. Assim, os escravos vão estar adensados nas zonas de rarefação índia: em algumas ilhas, nas áreas costeiras e nos vales quentes do Peru e nas terras baixas do México⁶⁹. Há também uma distinção geral de volume que diferencia o significado do trabalho africano nas duas grandes colônias continentais, pois em meados do século XVII haviam cerca de 35 mil escravos no México contra mais de 100 mil no Peru⁷⁰. Neste último vice-reino, afora Lima, destacam-se duas regiões de grande concentração escrava: uma na costa atlântica da América hispânica, outra nos vales do litoral pacífico do Peru. A primeira tem por epicentro Cartagena, o "grande porto negreiro", centro redistribuidor onde desembarcam todo ano,

⁶⁶ - F.BOWSER - Ob.cit., pp.143 e 152 e R.MELLAFE - Ob.cit., p.76.

⁶⁷ - F.BOWSER - Ob.cit., pp.172 e 197. Segundo este autor, por volta de 1650, cerca de 10% da população negra do Peru era livre (p.367). Octavio IANNI comenta que o escravismo se deteriora no meio urbano (Ob.cit., p.41).

⁶⁸ - R.MELLAFE - Ob.cit., p.29. Diz este autor: "Nos decênios finais do mesmo século (XVI) começa a se notar uma distribuição mais ou menos característica da densidade de população negra... fenômeno que se acentua no XVII e se fixa geograficamente na última centúria da colônia" (p.28). F.BOWSER também observa a dicotomia entre a serra e a costa (Ob.cit., p.171).

⁶⁹ - H.KLEIN - Ob.cit., pp.43 e 48.

⁷⁰ - Segundo H.KLEIN - Ob.cit., p.49. A cifra para o México é referendada por R.KONETZKE - Ob.cit., p.72.

no início do século XVII, de 3 a 5 mil escravos⁷¹.

Também na organização do tráfico negreiro a Coroa espanhola tentou impor o sistema de porto único. Durante o século XVI os escravos deveriam ser desembarcados somente em Cartagena, cidade que os redistribuiria para toda a América hispânica⁷². De acordo com as estimativas de Bowser, a viagem dos pontos de embarque na África até este porto podia chegar a dois meses, um período dilatado para a estada nos "tumbeiros"⁷³. Em Cartagena os escravos eram divididos em lotes, e alguns já seguiam pelos circuitos terrestres de distribuição⁷⁴. Outros são enviados por mar para Portobelo (mais cerca de dez dias de viagem), onde atravessam por terra para o Panamá (num percurso conhecido pelas tentativas de fuga⁷⁵). Daí até Callao eram mais trinta dias de viagem marítima. O sistema Panamá-Callao, comandado por Lima redistribuia os escravos para as zonas mineiras e para a costa do Pacífico⁷⁶. Este circuito, como observa Herbert Klein, dobrava a distancia entre África e América em relação ao tráfico atlântico⁷⁷. O que, como visto, animou o contrabando de escravos notadamente pela rota de Buenos Aires⁷⁸.

⁷¹ - F.BOWSER - Ob.cit., pp.84 e 107. O autor define Cartagena como "o principal depósito de escravos da zona adjacente e do Peru" (p.54). Segundo O.FALS BORDA a província de Cartagena possuía cerca de 20 mil negros em 1621 (Ob.cit., p.51B).

⁷² - R.MELLAFE - Ob.cit., p.36. Este autor coloca que em 1615 são autorizados desembarques também em Vera Cruz, lembrando que o sistema convive com um alto contrabando. Coloca ainda que efetivamente os portos utilizados foram além dos dois citados também os de Buenos Aires e de Havana, estes responsáveis basicamente pelo fluxo ilegal (pp.61 a 64).

⁷³ - F.BOWSER - Ob.cit., p.77. O autor lembra que a mortalidade no mar chegava a 30% da carga (78).

⁷⁴ - Idem, ibidem, p.82. R.MELLAFE fala das duas etapas do tráfico: a entre África e a América, e a distribuição americana (Ob.cit., p.51). Lembra que no caso hispânico, são sujeitos distintos que o realizam (p.61).

⁷⁵ - F.BOWSER - Ob.cit., p.96.

⁷⁶ - Idem, ibidem, pp.84 e 98. Ver também R.MELLAFE - Ob.cit., p.62.

⁷⁷ - H.KLEIN - Ob.cit., p.42.

⁷⁸ - R.MELLAFE lembra a tentativa da Coroa de criar a aduana seca de Córdoba para controlar este tráfico (Ob.cit., p.65).

Restaria indagar acerca de dois pontos fundamentais: Qual o papel do tráfico negreiro face aos circuitos coloniais espanhóis? E, qual a importância real do braço africano na exploração econômica destas colônias? Frente aos dois pontos existem interpretações díspares. Quanto ao primeiro, diz Rolando Mellafe, por exemplo, que "o comércio negreiro se efetuou nos chamados **navios fora da frota**" logo "um tanto independentes do ritmo comercial geral do império espanhol"; já Pierre Chaunu considera que "na América espanhola... o tráfico negreiro obedece à conjuntura longa dos negócios, diferindo do que se passa na América portuguesa"⁷⁹. No que tange ao segundo ponto pode-se opor Frederic Bowser a Eugene Genovese, pois enquanto este considera que "a escravidão no território da América hispânica existia na área periférica da sociedade"⁸⁰, aquele conclui que "seria difícil subestimar a contribuição do trabalhador negro à economia peruana"⁸¹.

Enfim, independente da centralidade que se atribua ao elemento africano na colonização hispânica, não há como negar sua significativa presença - majoritária inclusive em algumas zonas do império americano. E mesmo sua vasta difusão em convivência com as populações indígenas, gerando singularíssimos arranjos de organização social⁸². Vale

⁷⁹ - R.MELLAFE - Ob.cit., p.52 e P.CHAUNU - Sevilha e a América, p.47.

⁸⁰ - E.GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.74. O autor faz a ressalva das ilhas, apontando que em Cuba por exemplo a escravidão foi central (p.76). E reafirma: "a escravidão espanhola continental não criou uma sociedade escravista... mas tornou possível grande número de concentrações de fazendas e minas que utilizavam mão de obra negra para criar bolsões de senhores e escravos dentro da sociedade mais ampla" (p.73).

⁸¹ - F.BOWSER - Ob.cit., p.397. Diz este autor: "No começo do período colonial os espanhóis viam os africanos que chegavam ao Peru como de importância marginal e transitória para a empresa de conquista e colonização" (p.393). Todavia, com o rápido despovoamento indígena e com a demanda mineira dos braços restantes tomam consciência de sua importância (394). Assim, após 1580 "o escravo negro havia se transformado numa das chaves para o desenvolvimento econômico do Peru" (p.47).

⁸² - B.BENNASSAR comenta a existência no Peru de índios proprietários de escravos africanos e de agricultores negros com servos indígenas (Ob.cit., p.209). R.KONETZKE fala de caciques mexicanos possuidores de muitos escravos negros (Ob.cit., p.73). R.MELLAFE lembra o caso de comunidades indígenas que pagam seus tributos com o recurso ao trabalho de escravos africanos (Ob.cit., p.77). E F.BOWSER conclui: "As realidades econômicas e demográficas do Peru transformaram a mita e a escravidão africana em instituições complementares e duráveis" (Ob.cit., p.171). O autor lembra o uso conjunto de braços negros e índios em algumas propriedades peruanas (p.131).

lembrar que esta convivência de distintas relações de trabalho, articuladas numa mesma estrutura produtiva, vai ocorrer por toda a parte na América hispânica. Orlando Fals Borda, por exemplo, estudando o latifúndio da Loba próximo à costa colombiana, identifica a coexistência de escravos, moradores, jornaleiros e meeiros⁸³. Tais combinações parecem ser mais comuns do que se tem enfatizado, objetivando arranjos locais que não apresentam uma pureza no tipo de relação dominante que alguns teóricos dos modos de produção na América Latina tanto almejam - como sera visto adiante.

Antes de entrar no debate sobre a caracterização das sociedades geradas na colonização do Novo Mundo, cabe comentar o escravismo nas colônias extra-ibéricas e no território português - visto englobar este conjunto parte considerável da Afroamérica.

Como já observado, a Inglaterra, a França e a Holanda -os tres partícipes não ibéricos de maior efetividade na ocupação européia do Novo Mundo - chegam relativamente tarde na primitiva partilha do continente americano. E, no geral se defrontam com áreas carentes ou rarefeitas em termos demográficos. Assim, não contaram com populações locais para tocar o empreendimento colonial. Foi visto também que, no caso britânico, o recurso inicial utilizado foi a mão de obra branca dos servos contratados, e os escravos africanos só adquiriram relevo à partir da segunda metade do século XVII⁸⁴. Eric Willians comenta que apesar da primeira expedição negreira inglesa datar de 1562, foi somente com a plena instalação nas Antilhas no século seguinte que o tráfico se torna regular⁸⁵. Os holandeses, apesar da proeminência no tráfico atlântico do Seiscentos, não ensaiaram muitas

⁸³ - O.FALS BORDA - Ob.cit., pp. 60A e 67B. Rene B.RAMIREZ também aponta o fato na Nova Espanha (Ob.cit., p.72).

⁸⁴ - H.KLEIN exemplifica com Barbados que em 1645 possui 5680 escravos africanos, número que sobe para 37 mil já em 1680 (Ob.cit., p.64). D.MANNIX e M.COWLEY apontam que foi somente na virada do século XVII para o XVIII, com o desenvolvimento das plantations sulistas, que iniciou-se uma entrada massiva de africanos no EUA. Antes desta época, a presença de escravos negros era difundida porém pouco expressiva. Ainda segundo estas autores, em 1714 a população escrava da América britânica estava em 39 mil habitantes, em 1754 alcança a cifra de 298 mil só no EUA (Ob.cit., pp.71 a 79).

⁸⁵ - E.WILLIAMS - Ob.cit., p.35. De acordo com este autor a Real Companhia Africana, fundada em 1663, transportou entre 1680 e 1686 cerca de 5 mil escravos por ano (p.37).

tentativas de efetiva colonização. Aparentemente tinham por estratégia a tomada de colônias já estabelecidas e o controle de certos circuitos marítimos⁸⁶. Nova Amsterdam e Curaçao eram, mais do que colônias de exploração, centros mercantis de distribuição de escravos.

Cabe observar que os processos acima mencionados envolvem as metrópoles que imprimiram às suas colonizações uma dinâmica essencialmente capitalista⁸⁷. Essa se expressa, por exemplo, na rápida instauração no Caribe anglo-holandês de formas capitalistas de propriedade da terra, distintas do "caráter patrimonial, mesmo dominial" desta relação nas colônias francesas e ibéricas do Novo Mundo⁸⁸. Assim, o escravismo nestes casos esteve associado a um ritmo e a uma política colonial diferentes gerando, por conseguinte, arranjos também singulares. Recortando estes conjuntos Eugene Genovese equaciona uma distinção entre aquelas áreas onde o uso do trabalho escravo gerou uma "sociedade escravista" e as zonas onde ele conviveu com outras relações laboriais⁸⁹. O absentismo ou não dos proprietários, o grau de vinculação e dependência face ao mercado mundial, o nível de auto-suficiência seriam outros fatores que, segundo os autores citados,

⁸⁶ - A ocupação do Nordeste brasileiro ilustra esta estratégia, e para aí a Companhia das Índias holandesa levou 15430 africanos entre 1619 e 1623 (D.MANNIX e M.COWLEY - Ob.cit., p.69).

⁸⁷ - E.GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.54. Este autor vai diferenciar estes processos dos da colonização ibérica, marcadamente "senhoriais" (p.66). Diz ele: "Para Espanha e Portugal, o colonialismo em geral e a escravidão das fazendas em particular, forneceram o saldo econômico necessário à estabilidade de uma classe dominante que permaneceu essencialmente senhorial" (p.63). Isto fez com que estes países não utilizassem de "modo capitalista" as riquezas geradas nas colônias (p.64). Por outro lado: "O colonialismo em geral e a escravidão das fazendas em particular, coincidindo como coincidiram com as mudanças estruturais internas na Inglaterra e na Holanda contribuíram sem dúvida de maneira significativa para a solução do problema do acúmulo de capital para a indústria capitalista" (p.65).

⁸⁸ - C.R.CARDOSO - Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.112. Este autor reafirma noutra passagem que, no século XVIII, as colônias ibéricas ainda eram senhoriais (pp.40/1). E.GENOVESE coloca as colônias francesas num sistema intermediário entre o britânico capitalista e o ibérico senhorial (O Mundo dos Senhores de Escravos, p.54).

⁸⁹ - E.GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.66.

circunscreveriam a questão apontada⁹⁰.

Antes de avançar nesta problemática, cabe uma breve referência ao Brasil breve, posto que será o objeto central dos últimos capítulos.

Inicialmente, vale lembrar a escravidão indígena que, as vezes tem recebido pouca atenção dos autores que analisaram a colonização portuguesa na América. De acordo com os números fornecidos por Herbert Klein, até 1570, os escravos índios representavam a totalidade da força de trabalho dos assentamentos mais meridionais e cerca de quatro quintos da assentada no nordeste brasileiro, o elemento africano só se tornando mais numeroso após esta data⁹¹. Todavia, à partir daí o fluxo de escravos para o Brasil sobe exponencialmente, desembarcando em seus portos - ainda segundo Klein - cerca de 4 mil negros por ano na primeira metade do século XVII e por volta de 7 mil na segunda, cifra que atinge a marca de 20 mil ao ano no século XVIII⁹². Robert Conrad faz um amplo levantamento nos autores que trataram da matéria e, relacionando os dados de embarques na África e desembarques no Brasil, chega a um de 5 milhões de escravos envolvidos no tráfico para esta colônia até sua extinção em meados do século XIX⁹³. No período analisado, com

⁹⁰ - E.GENOVESE observa que os senhores do Caribe britânicos e holandeses eram "os mais burgueses de todas as classes escravocratas modernas", estes não habitavam nas plantações ou mesmo nas colônias (três quartos das terras da Jamaica pertenciam a não residentes) tocando suas fazendas como empresas. "o regime resultante tinha a marca nítida de empresa capitalista" (O Mundo dos Senhores de Escravos, pp.4 e 44).

⁹¹ - H.KLEIN - Ob.cit., pp.55/6. Nas palavras deste autor: "De 1540 a 1570 os escravos indígenas eram os produtores principais do açúcar no Brasil" (p.55). Ver também B.BENNASSAR - Ob. cit., p.125.

⁹² - H.KLEIN - Ob.cit., p.168. O autor lembra que já em 1620 o Brasil importa mais africanos que América Hispânica (p.57). Entre o século XVI e 1850 entraram no Brasil cerca de 3,5 milhões de escravos negros, representando 38% do total desembarcado na América (Katia Q.MATTOSO - Ob.cit., p.53).

⁹³ - R.CONRAD - Ob.cit., p.43. Segundo este autor, A.de Taunay fala em 3,6 milhões, número próximo ao defendido por Sergio B.de Holanda e por D.Curtin, e também não distante do estimado por R.Simonsen 3,3 milhões. Caio Prado Jr. se afasta destas estimativas falando em 6 milhões, cifra elevada para 8 milhões por P.Calmon (p.35).

já visto, foi quase que exclusivamente a cana de açúcar que animou essa demanda”.

No que toca ao abastecimento negreiro das terras brasileiras um fato que se destaca de imediato é a relativa independência e autonomia que este circuito vivenciou. E’ novamente Klein quem observa: "O maior tráfico atlântico de escravos realizado pelos portugueses nunca envolveu Portugal diretamente. Eram navios de proprietários brasileiros que transportavam bens brasileiros, asiáticos ou europeus para a Africa e retornavam diretamente aos portos brasileiros com seus escravos"⁹⁴. Cabe recordar que do Brasil se ia a Africa sem escalas, uma viagem entre Recife e Angola sem pegar calmarias envolvia cerca de 35 dias, o Rio de Janeiro distando por volta de 50 dias de Luanda⁹⁵. Isto estimulou um "tráfico privado e flexível", animado pela boa aceitação do fumo e da aguardente brasileiros nos mercados africanos⁹⁷. Em termos internos, Salvador e Recife disputavam a primazia como centro redistribuidor, o Rio de Janeiro articulando-se com a rota escravista do Prata⁹⁸.

No Brasil, como colocado anteriormente, os escravos negros foram alocados principalmente nos engenhos e plantações de cana de açúcar, algumas unidades produtivas chegando a possuir um grande plantel de africanos. Herbert Klein aponta o fato de que foi

⁹⁴ - K.MATTOSO - Ob.cit., p.23. Esta autora também argumenta que foi a falta de atrativos antes que não animou a entrada de escravos, visto que os portugueses dispunham do tráfico (p.19). Esta carência inicial gerou "uma monocultura exigente" que teve no africano "uma mercadoria absolutamente indispensável" (p.24). Nas últimas décadas do século XVI o Pernambuco e Bahia teriam importado 30 mil escravos da Guiné, chegando à cifra de 500 mil em 1640(p.53).

⁹⁵ - H.KLEIN - Ob.cit., p.164. Ver também K.MATTOSO - Ob.cit., p.58.

⁹⁶ - K.MATTOSO - Ob.cit., pp.39 e 47. A autora lembra que o Brasil abastecia Luanda quase que integralmente, havendo comerciantes estabelecidos em Salvador e nesta cidade (p.37). A estimativa do tempo de viagem também é aceita por R.CONRAD - Ob.cit., p.46.

⁹⁷ - K.MATTOSO - Ob.cit., pp.32/3.

⁹⁸ - Idem, ibidem, pp.35 e 78.

a facilidade do abastecimento negreiro que favoreceu o produto brasileiro no mercado mundial⁹⁹. Assim, a população negra acompanhou, grosso modo, o *massape* - numa distribuição espacial que será matéria do próximo capítulo. Aqui cabe destacar que apesar desta concentração em algumas áreas o elemento negro vai se difundir por toda a colônia. Mais raros no sertão, muito caros nos assentamentos meridionais (face ao preço estabelecido em Buenos Aires), os escravos vão ser numerosos nas poucas cidades brasileiras¹⁰⁰ - onde em seu papel, na prática do aluguel e na possibilidade de libertar-se, observa-se o mesmo padrão hispânico. Neste processo de difusão o escravo foi envolvido, também como alhures, em variadas estruturas que combinavam relações distintas. Como bem observa Katia Mattoso: "As relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela oposição clássica entre os homens livres dominantes e os homens pretos dominados"¹⁰¹.

Antes de penetrar no debate sobre o caráter específico das sociedades criadas pela instalação europeia na América, vale buscar algumas indicações teóricas no material já exposto, assim como tentar estabelecer uma direção apropriada para o tratamento de uma temática tão polêmica.

O esboço de uma geografia das relações de trabalho coloniais americanas no longo século XVI apresentado permite concluir que a coerção extra-econômica sobre a força de trabalho não foi um fator secundário nos vários processos. Ao contrário, foi algo vinculado a sua essência, daí sua recorrência em todos os lugares pelo menos neste período inicial de instalação. Carlos Assadourian define com presteza o "trabalho forçado, símbolo

⁹⁹ - Diz KLEIN: "O açúcar no Brasil foi favorecido pelo fato de que Portugal ainda dominava o comércio atlântico de escravos a esta época" (Ob.cit., p.52). K.MATTOSO mostra, contudo, uma alta constante do preço do escravo em relação ao do açúcar (Ob.cit., pp.89 a 91). Com a descoberta das minas, a concorrência na demanda acaba por prejudicar a economia açucareira do Brasil (p.92).

¹⁰⁰ - K.MATTOSO - Ob.cit., pp.109/110.

¹⁰¹ - Idem, ibidem, p.123.

maior da exploração mercantil colonial¹⁰².

Observou-se também que a modalidade específica de compulsão respondia às condições demográficas locais e metropolitanas, e que apenas quando não existiam os estoques populacionais necessários nas colônias ou nos países colonizadores é que a importação de africanos - sempre presente - adquiria relêvo. Assim, a escravidão negra era uma alternativa dentro da determinação geral de controle dos meios de produção, e da força laborial em particular. Do ponto de vista lógico, a qualidade de colonial pressuporia o trabalho compulsório, sobrepondo-se ao escravismo que restaria no plano das modalidades. Aqui, a questão, já apresentada, colocada por Eugene Genovese se repõe: em quais casos a escravidão gerou sociedades escravistas?

Outra pista para a análise emerge na constatação de que, apesar da existência de zonas de adensamento, a difusão do escravismo e do elemento africano gerou toda uma gama complexa de estruturas que combinavam diferentes relações de trabalho. Foi visto que escravos, servos e trabalhadores temporários podiam conviver numa mesma unidade produtiva. Isto traz dificuldade para a identificação de uma economia especificamente escravista. Todavia, a extensão e a centralidade do trabalho escravo em dadas regiões recoloca um traço unificador¹⁰³. A densidade da população negra aparece como critério para se delimitar a Afro-américa.

Face aos objetivos gerais do presente estudo, é a sociedade gerada neste universo, onde as relações especificamente escravistas foram dominantes, que será problematizada. Sem abdicar do horizonte maior da determinação colonial, interessa compreender a organização social ali onde o trabalho compulsório se objetiva de forma

¹⁰² - C.S.ASSADOURIAN - Ob.cit., p.293.

¹⁰³ - Ciro F.S.CARDOSO identifica o escravismo como um "sistema econômico específico" que se manifesta em áreas delimitadas da América: Brasil, Antilhas, sul do EUA e algumas regiões da América hispânica (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.95).

menos mediatizada¹⁰⁴ - onde a produção repolsa na propriedade integral da pessoa do trabalhador.

Nesta perspectiva, uma primeira indagação diz respeito à caracterização sociológica do escravo e da sociedade escravocrata. No trato desta temática reina uma enorme polêmica, bem resenhada no caso brasileiro em recente trabalho de Sedi Hirano¹⁰⁵. Este autor, por exemplo conclui - seguindo a indicação de Max Weber - que a condição escrava refere-se a um estamento, e portanto define o Brasil escravista como uma "sociedade estamental"¹⁰⁶. Já Octavio Ianni vê a "formação social escravista" constituída por duas castas básicas, a dos senhores e a dos escravos, sendo que os escravos representavam a "casta subalterna"¹⁰⁷. Florestan Fernandes, por outro lado, coloca o escravo como casta mas considera que o colonizador português se estrutura de uma forma estamental, gerando uma "dupla ordem de estamentos e castas"¹⁰⁸. Ciro Flamarion Cardoso critica incisivamente estas visões, vendo o escravo e o "escravismo colonial" como inseridos em relações de classe¹⁰⁹. Esta também é a posição de Eugene Genovese que fala da escravidão americana como "uma questão de classe com profunda dimensão racial"¹¹⁰. Este autor não nega contudo a possibilidade de coexistência de castas e classes, no que é acompanhado por

¹⁰⁴ - O.IANNI fala da "dupla alienação" do escravo, lembrando que na produção escravocrata "a mercadoria aparece diretamente como produto alienado de um produtor alienado" (Ob.cit., p.39). E conclui que não há o fetiche da mercadoria no escravismo (p.40).

¹⁰⁵ - Sedi HIRANO - Pre-Capitalismo e Capitalismo. A Formação do Brasil Colonial. Uma resenha mais rápida dos posicionamentos face ao tema também aparece em R.VAINFAS - Ob.cit., p. 109.

¹⁰⁶ - S.HIRANO - Ob.cit., pp.363 e 365. Segundo este autor, a estruturação estamental faria da colônia uma formação pré-capitalista.

¹⁰⁷ - Octavio IANNI - Ob.cit., pp.13, 30, 35 e 90.

¹⁰⁸ - F.FERNANDES apud S.HIRANO - Ob.cit., p.347.

¹⁰⁹ - C.R.CARDOSO - Agricultura, Escravidão e Capitalismo, pp.96 e 105 e Escravo ou Camponês?, pp.35 e 36. Também R.VAINFAS defende esta visão (Ob.cit., p.108).

¹¹⁰ - E.GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.126.

Herbert Klein que fala da "sociedade altamente estratificada de classe e casta criada na América Latina"¹¹¹. E, finalmente Bartolome Bennassar considera que a sociedade colonial "não foi uma sociedade de castas formada por grupos fechados e endogâmicos... nem uma sociedade de classes"¹¹².

Observa-se que todas as posições matriciais estão presentes no debate, tanto na negação ou afirmação das tres posições básicas (casta, estamento e classe) quanto nas várias combinações possíveis. Na verdade a caracterização estritamente sociológica acaba por remeter à questão maior do caráter do próprio modo de produção vigente nas colônias, tema à ser discutido no próximo capítulo. Aqui, vale destacar dois pontos de relativa concordância entre os autores analisados.

O primeiro deles diz respeito à singularidade das sociedades escravistas americanas. Estas seriam formações ímpares, não redutíveis a modelos externos. Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, coloca "as sociedades coloniais como formações econômico-sociais passíveis de teorização, cuja racionalidade não pode ser reduzida às suas relações com as metrópoles e só pode ser descoberta associando a análise de sua dependência - o fato colonial - à de suas estruturas internas específicas"¹¹³. E Octavio Ianni reforça que a "formação social escravista" é uma "estrutura político econômica singular... não apenas um apêndice do sistema mercantilista", é uma "totalidade singular" explicável em suas "relações internas e externas"¹¹⁴. E aqui o autor já destaca o segundo ponto - a subordinação da sociedade colonial a um movimento maior que a influencia. Nos termos de Ianni trata-se de "uma configuração histórico-estrutural que se forma e desenvolve no interior do mer-

¹¹¹ - E.GENOVESE - *Idem*, p.121, e H.KLEIN - *Ob.cit.*, p.189. Este último autor define, em certa passagem, os negros como "casta inferior", pois sujeitos a impedimentos de cor mesmo para os livres (p.238).

¹¹² - B.BENNASSAR - *Ob.cit.*, p.204.Segundo o autor a "divisão formal" em castas encobria na verdade uma "pigmentocracia" (p.208).

¹¹³ - C.F.CARDOSO - Escravo ou Camponês?, p.43. A colônia não poderia ser vista como simples "projeção", mas avaliada em suas "contradições internas" (p.34).

¹¹⁴ - O.JANNI - *Ob.cit.*, pp.13 e 99.

cantilismo", e, nesse sentido, a escravidão na América "estava dinamicamente relacionada com o processo de gestação do capitalismo na Europa"¹¹⁵. E Eugene Genovese completa: "A economia escravista desenvolveu-se dentro do mercado capitalista mundial"¹¹⁶. Portanto, as sociedades escravistas americanas teriam um caráter particular e subordinado.

Estas formulações remetem ao tema da unidade ou diversidade dos sistemas escravistas do Novo Mundo. Ciro Flamarion Cardoso está entre os autores que mais enfatizam a existência de grandes semelhanças entre esses sistemas¹¹⁷. Haveriam, segundo ele, traços estruturais recorrentes nas várias manifestações do sistema, sendo a brecha camponesa um de tais traços¹¹⁸. Esta possibilidade do escravo de atuar como pequeno produtor autônomo estaria presente em todas as regiões escravistas, mesmo naquelas em que era juridicamente proibida¹¹⁹. A funcionalidade desta residiria no rebaixamento do custo de reprodução do escravo (diretamente) e da sociedade escravista (pela comercialização do excedente produzido)¹²⁰. Associada ou não à brecha camponesa, a fuga

¹¹⁵ - O.IANNI - Ob.cit., p.98 e 12. Ciro F.CARDOSO, em trabalho recente, aceita inclusive a crítica às suas teorizações pela ausência de uma visão da integração metrópole-colônia (Escravo ou Camponês?, p.35).

¹¹⁶ - E.GENOVESE - A Economia Política da Escravidão, p.24. O autor está se referindo ao sul do EUA, e adiciona que apesar desta inserção não houve um "desenvolvimento capitalista interno" (p.26). Posição referendada por IANNI ao dizer que uma "gênese burguesa" não significa um "desenvolvimento burguês" (Ob.cit., p.14). Esta questão será retomada no próximo capítulo.

¹¹⁷ - C.F.CARDOSO - Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.102.

¹¹⁸ - Nas palavras do autor: "independente de qual fosse a nação colonizadora, as colônias que se encontravam num mesmo grau de desenvolvimento da economia colonial... apresentavam sistemas escravistas quanto ao essencial" (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.100). Sobre o caráter estrutural da brecha camponesa no escravismo, ver: Escravo ou Camponês?, p.97.

¹¹⁹ - C.F.CARDOSO- Escravo ou Camponês?, p.60 e Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.138.

¹²⁰ - Segundo C.F.CARDOSO o que variava de situação à situação era a centralidade dos produtos da brecha no abastecimento das várias colônias (Escravo ou Camponês?, p.88). O autor lembra que a brecha também existia nas áreas de escravidão indígena (p.97). O caso da Jamaica seria de maior desenvolvimento desta economia camponesa que chega a dispor de 20% da moeda em circulação na ilha (p.75 e Agricultura, Escravidão e Capitalismo, pp.145 e 148).

ou **cimarronage** "foi uma ocorrência comum desde os primeiros dias em todas as sociedades escravocratas americanas"¹²¹. E, por conseguinte, uma sociabilidade de vigilância e um caráter repressivo e violento seriam também traços estruturais de tais sociedades.

E é no exercício da dominação especificamente que alguns autores vão buscar elementos para diferenciar as sociedades escravistas da América. Eugene Genovese, por exemplo, respondendo a sua questão anteriormente levantada, distingue aqueles lugares onde o uso do trabalho escravo gera uma classe e uma cultura específicos dos onde ele se manifesta com uma indole burguesa¹²². Fazendo uso também dos conceitos weberianos, o autor qualifica o primeiro caso como um escravismo **patriarcal**, onde impera um ethos aristocrático e uma tendência autárquica¹²³. Atenuando esta distinção pode-se lembrar que o estatuto da escravidão, em todas suas manifestações, acaba por envolver o conjunto da estrutura social, influenciando mesmo no relacionamento bilateral das camadas não escravas¹²⁴. A hierarquização rígida, os impedimentos estamentais, o menosprezo pelo trabalho, são traços de identidade de um padrão societário presente nos vários lugares. Nesse sentido, afirma-se uma sociabilidade comum aos regimes escravistas, onde a "benevolência" ou "crueldade" na exploração dos escravos vincula-se mais às conjunturas do mercado internacional e ao engate de cada região no sistema mundial.

Enfim, explicitar melhor o caráter da sociedade escravocrata da América

¹²¹ - H.KLEIN - Ob.cit., p.216. Este autor lembra que a fronteira aberta permitia uma saída camponesa para as comunidades fugitivas (p.224). Sobre os cimarrones, ver: R.KONETZKE - Ob.cit., p.73; F.BOWSER - Ob.cit., p.242; R.MELLAFFE - Ob.cit., p.82 e O.FALS BORDA - Ob.cit., pp.60B e 68/9A.

¹²² - E.GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, p.41.No caso brasileiro existiriam as duas vias, a do escravismo patriarcal do século XVII no Nordeste e a do escravismo capitalista do século XIX no Sudeste (pp.83/4).

¹²³ - Este "paternalismo que associamos à fazenda patriarcal" teria se manifestado com maior clareza no sul do EUA e no nordeste brasileiro (E. GENOVESE - O Mundo dos Senhores de Escravos, pp.162, 102 e 106). Nas palavras do autor atenuando a distinção: "A colonização do Novo Mundo recriou regimes arcaicos plasmados pela fazenda patriarcal, cuja tendência dominante era o patriarcalismo. Todos os regimes escravistas mostraram esta tendência, pois era inerente à relação senhor-escravo" (p.125).

¹²⁴ - Ver: Maria Sylvia de Carvalho FRANCO - Homens livres na Ordem Escravocrata. E Roberto Schwartz.

colonial envolve necessariamente a discussão sobre o modo de produção af vigente - matéria central do próximo capítulo.

IX- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO IBEROAMERICANO

A produção de um território colonial implica na instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica européia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos habitats pré-existentes. A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção do espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções destas relações), redefinindo ou atribuindo-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares.

Assim, entender os territórios coloniais - a lógica de suas formações e da valorização colonial do espaço - demanda captar o caráter das relações que ali foram desenvolvidas pelos processos de conquista e colonização. Não há como fugir à reflexão acerca do(s) modo(s) de produção vigente(s) nestas longínquas paragens da economia-mundo européia. Esta caracterização, como será visto, envolve uma ampla polêmica, e não caberia aqui tentar uma revisão exaustiva dos posicionamentos existentes. Entretanto, não poder-se-ia deixar de pontuar as grandes linhas interpretativas que foram elaboradas buscando definir o modo de produção reinante na América colonial.

Uma primeira matriz de interpretação agrupa aqueles autores que concebem a ordem feudal como plenamente vigente nas colônias americanas desde suas fundações até o final do século XVIII pelo menos¹. A argumentação mais simples é a que advém da mera projeção: o feudalismo sendo ainda imperante na Europa - e com maior força nos países ibéricos - teria sido transplantado para o além-mar no bojo do movimento colonizador. Assim, sendo as colônias um prolongamento de metrópoles todavia feudais as relações nelas

¹ - Todas concepções que não aceitam a existência do modo de produção capitalista nas colônias, datam a entrada destas relações ao longo do século XIX.

estabelecidas só poderiam responder às determinações deste modo de produção específico. Alguns autores vão mais adiante, argumentando que a ordem feudal em declínio no contexto europeu teria mesmo sido revivificada e revigorada nesta transposição para o solo americano, mais distante e mais autônomo face às monarquias absolutistas². Numa acentuação desta tese, tem-se a idéia da "regressão feudal" com o entendimento de que a dinâmica da vida colonial vai tomando (basicamente no século XVII) um caminho regressivo em comparação com a evolução européia, o qual restaura na colônia a feudalidade em crise na metrópole³.

Na contraposição a este último argumento, aparecem as concepções que definem como feudal apenas o momento da conquista. É o caso, por exemplo, de Pierre Lafaye que coloca que "a América se converteu no refúgio dos senhores feudais à antiga, no último cenário das ações da cavalaria tradicional", porém foi sobre estes que se abateu - num segundo momento - a ação eficaz da Coroa⁴. E, segundo o autor, foi a mentalidade feudal responsável pela inadaptação e ruína dos primeiros conquistadores⁵. Nesta visão as

² - Sedi HIRANO mostra que tal perspectiva aparece em quase toda a "historiografia tradicional" que trata do Brasil colônia (por exemplo, em Varnhagen, Capistrano de Abreu, Southey, Handelman e Rodolfo Garcia, entre outros). Estes autores, numa ótica bastante "jurídico-política", apontam os elementos feudais revividos pelo sistema das capitanias hereditárias tais como a propriedade senhorial da terra, as redes de vassalagem, o poder personalizado, as imunidades do donatário, etc. (Pré-Capitalismo e Capitalismo. A Formação do Brasil Colonial, pp.39/40).

³ - Nelson Werneck SODRE desenvolve esta tese para o caso brasileiro (ver: Formação Histórica do Brasil). Segundo HIRANO este autor diferencia uma "área açucareira escravista" e um "setor feudal do sertão", sendo que com a crise do século XVII o primeiro se retrai e o setor feudal se expande e hegemoniza (Ob. cit., p.87).

⁴ - J.LAFAYE - Los Conquistadores, p.59. Para o autor, as colônias americanas constituíram o último território de combate entre a nobreza e a monarquia (p.60). Também R.KONETZKE analisa esta tensão: "A organização estatal se consolidava na América espanhola frente às tendências feudalizantes, sem que se tirasse dos poderosos encomendeiros a esperança de se converterem em senhores feudais de súditos aborígenes" (América Latina. La época colonial, pp.173/4). Para este autor, a feudalidade seria mais forte na América portuguesa, onde os donatários gozavam de grande autonomia e vastos direitos" (p.106).

⁵ - P.LAFAYE - Ob.cit., p.218. Pierre VILAR reforça esta visão vendo a encomienda de Cortez como "uma espécie de feudo" (Ouro e Moeda na História, p.144). Também Rugiero ROMANO considera que a primeira instalação européia no Novo Mundo se efetuou em marcos basicamente feudais (Os Mecanismos da Conquista Colonial, p.120), e que o "capitalismo comercial" penetrou posteriormente, na "América feudalizada", através de "enclaves" (p.60). Noutro texto, este autor define o "feudalismo dominante na con-

colonias teriam começado a se organizar numa lógica advinda do feudalismo, que o posterior desenvolvimento supera gerando novas determinações - sobre cujo caráter novamente se repõem a polêmica.

No conjunto das interpretações observadas é basicamente a forma de apropriação da terra que daria a tônica feudalizante das sociedades das áreas coloniais⁶. A doação com plenos direitos e a cadeia de vassalagem decorrente aparecem como elementos germinadores de uma sociabilidade eminentemente feudalizada⁷. Sejam nas capitâneas, nas cabalarias, ou nas peonagens, ocorreria uma estratificação local em cujo ápice consolidar-se-ia a figura de um senhor, centro do poder político e econômico na organização colonial. Numa variante deste entendimento, aparecem os autores que distinguem o componente senhorial dentro da ordem feudal⁸, atribuindo-lhe o aspecto básico (os outros não necessariamente se fariam presentes) da feudalidade na América. Para estes autores o modo de produção vigente seria basicamente senhorial, caracterizado pelas relações de poder decorrentes da forma de propriedade da terra, as quais articulariam diferentes relações de produção sob sua órbita.

Enfim, à tese do feudalismo puro se agrega um ramal interpretativo do qual

quista americana" como "um sistema de economia essencialmente natural, embasado na existência de grandes reservas territoriais e de grande força de trabalho" (R.ROMANO e A.TENENTI - Los Fundamentos del Mundo Moderno, p.194).

⁶ - Segundo HIRANO esta postura seria nítida nas colocações de Nelson Wernrck Sodré e Alberto Passos Guimarães acerca do "feudalismo colonial" (Ob.cit., p.85), este último autor definindo a fazenda colonial como "propriedade agrário feudal" (p.105). Para a crítica de HIRANO a este ponto de vista, ver p.78.

⁷ - Segundo R.KONETZKE a doação tendia à "formação de senhorios de tipo feudal", tendência que - como posto - era amenizada na América hispânica pela força do poder real através do aparato burocrático colonial (Ob.cit, p.105). A estrutura dos vice-reinados, por exemplo, não era feudal mas burocrática, sendo um domínio da nobreza porém não hereditário (p.121). Para este autor, a Coroa impulsiona a implantação de um "capitalismo colonial" (p.264).

⁸ - E' o caso de Frederic MAURO que define o feudal como uma organização política, enquanto o senhorial diria respeito a certas instituições sócio-econômicas (Origens da Desigualdade entre os Povos da América, p.71). Igualmente para este autor, às instituições feudais se contrapõem as estatais, também transplantadas (p.73).

as concepções de Orlando Fals Borda são exemplares. Este autor aponta a dominância de um "regime senhorial americano" no interior da "formação social colonial" que teria na **hacienda** sua instituição econômica básica⁹. Esta não se confundiria com um feudo dada as ações de controle real que "não deixaram que se recriasse e fortalecesse neste lado do oceano nenhuma classe nobiliárquica feudal" e "não admitia que houvessem Estados dentro do Estado"¹⁰. Segundo Fals Borda, tendo ainda por horizonte a costa atlântica colombiana, a entrada dos escravos africanos tornou mais complexa a formação colonial, porém "não se pode dizer que o modo de produção dominante tenha passado a ser escravista", era a **senhoralidade** que articulava a própria instalação do escravismo¹¹. O caráter senhorial é o central.

Distanciando-se mais da idéia de uma pureza, encontra-se a posição que mesmo acatando a dominância do feudalismo, entende que as relações constituintes deste modo de produção tiveram de se adaptar frente as condições encontradas no Novo Mundo, gerando traços de uma feudalidade atípica. As relações de trabalho vem no centro nesta linha de interpretação; a encomienda da América Hispânica, por exemplo, seria uma expressão desta adaptabilidade - no caso a tentativa de implantação da servidão sobre populações diferentes do campesinato europeu¹². Esta visão comporta toda uma graduação de opiniões no que concerne ao nível de predominância das determinações propriamente

⁹ - O.FALS BORDA - Monpox y Loba. Historia Doble de la Costa, pp. 38B e 63B. Analisando o caso da Colombia, considera o autor que "a senhoralidade nasceu na costa de maneira mais violenta que na Espanha"(p.46B).

¹⁰ - Idem, *ibidem*, pp.62B e 66B. Diz FALS BORDA: "Não podendo estabelecer aqui castelos nem possuir outros vínculos legais com os subordinados que os da encomienda e serviço pessoal, a classe dominante inventou a **hacienda** como unidade de produção e domínio efetivo sobre a nova sociedade" (p.65B).

¹¹ - Idem *ibidem*, pp.47B e 48B.

¹² - Tome-se, por exemplo, H.MALAVE-MATA que, mesmo falando da existência de um modo de produção colonial, define a encomienda como "instituição feudo-colonial, realidade feudal atípica transplantada da Espanha" ("Reflexões sobre o Modo de Produção Colonial Latino-Americano" in Theo SANTIAGO (org.) - América Colonial, p.153). R.ROMANO defende que o trabalho compulsório reforça o caráter feudal da conquista colonial gerando a "senhoria rural americana" (Os Mecanismos da Conquista Colonial, p.44).

feudais face à plasticidade da instalação europeia. No limite chega-se a um entendimento bastante próximo ao de autores que, defendendo a vigência na América colonial de modos de produção específicos, vão concebê-los como uma combinação de relações díspares - onde entrariam também elementos do feudalismo europeu. Os quais, pela própria associação com fatores distintos, se deturpariam no cenário americano¹³. Ao caráter feudal ou senhorial se agrega o feudal adaptado como modalidade de interpretação.

Num aspecto as posições acima listadas se agrupam, é na negação à qualquer dominância capitalista na América colonial. Alguns autores vão mais longe fazendo da negação um critério caracterizador. Sedi Hirano, por exemplo, conclui para o Brasil: "Não há capitalismo nem na metrópole portuguesa, nem nas colônias de exploração... e nem nas colônias de povoamento", tendo a formação colonial - até o século XIX - "características marcadamente pré-capitalistas com traços feudais remanescentes e redefinidos pelo escravismo colonial, este revitalizado pelo capital mercantil não-capitalista"¹⁴. Esta citação explicita uma postura que busca a caracterização pela oposição. Tratam-se de interpretações que qualificam as colônias (geralmente evitando o uso da categoria modo de produção) como **formações pré-capitalistas**¹⁵. Aqui a gama dos argumentos também é ampla, apresentando elaborações distintas, onde o pré-capitalismo circunscreve determinações várias. Um certo destaque é dado nos mecanismos extra-econômicos que comandam a

¹³ - H.MALAVE-MATA fala da "ordem colonial de formas sociais combinadas - traços de tributação comunitária e formas atípicas de feudalismo transplantado" (Ob.cit., p.155).

¹⁴ - S.HIRANO - Ob.cit., pp.150 e 246. Em outra passagem diz este autor: "a produção escravista colonial era uma produção comandada pelo capital mercantil que realizava uma acumulação não-capitalista, com evidentes traços pré-capitalistas, mas não necessariamente feudal" (p.89). Para HIRANO havia claramente uma "tradição feudal e senhorial" na colonização portuguesa (p.252), porém a ampliação da produção colonial esvanece este caráter inicial num quadro onde "as instituições juridico-políticas mantêm sua natureza feudo-estamental"(p.254).

¹⁵ - Ernesto LACLAU, por exemplo, destaca o "caráter pré-capitalista das relações de produção dominantes na América Latina" ("Feudalismo y Capitalismo en America Latina" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, p.36).

apropriação do excedente colonial".

A definição de mercantilista também aparece tentando dar conta do caráter das sociedades iberoamericanas. Na verdade, a maioria das interpretações acata certa conotação mercantil na genese e desenvolvimento da vida colonial. Nas palavras de Carlos Semplat Assadourian: "nos séculos XVI a XVIII a América Latina está inserida dentro do sistema da economia-mundo cujo espaço mais desenvolvido - ou a estrutura dominante - passa por um período de transição, vale dizer, a fase do sistema de economia mercantil"¹⁷. Falando sobre o Brasil, Florestan Fernandes destaca a dependência dos senhores face aos "circuitos do capital mercantil", e comenta que "através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetrava as formas de produção pré-capitalistas a que ele se associava"¹⁸. Também Octávio Ianni aponta esta vinculação, observando que - até o século XVIII - as "formações sociais escravistas do Novo Mundo são essencialmente determinadas pela reprodução do capital mercantil"¹⁹. Enfim, os exemplos poderiam se suceder.

Posta esta tônica mercantilista, cabe esclarecer como os autores a qualificam. Aqui a polémica também é grande, diferenciando posições aparentemente próximas.

¹⁶ - S.HIRANO, por exemplo, lembra que a definição da esfera econômica pela política circunscreve as realidades pré-capitalistas (Ob. cit., p.112), onde a apropriação do sobretrabalho se faz externamente à produção (p.127).

¹⁷ - "Modos de Producción, Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, p.74). ASSADOURIAN argumenta que nas colônias o capital comercial dominante não teve um "efeito dissolvente" como na Europa (p.73), aqui - ao contrário - ele "impõe" formas de produção feudais, como a servidão (p.75). Porisso, na América Latina a dominação mercantil não levou ao capitalismo.

¹⁸ - "A Sociedade Escravista no Brasil" in Círculo Fechado. Quatro Ensaios sobre o Poder Institucional, pp. 17/18. Para este autor vigora no Brasil, até o século XIX, uma "ordem escravista senhorial" (P.14) ou um "regime escravocrata e senhorial" (p.15) que "dava suporte material a fortes fluxos do capitalismo comercial na Europa", porém internamente gerando um dinamismo restrito pela condição colonial e pelo próprio escravismo (p.19). Segundo ele, à apropriação do sobretrabalho do escravo pelo senhor se sobreporia a apropriação da produção global da colônia pela metrópole (p.21). Este segundo movimento basicamente realizado pelo circuito mercantil.

¹⁹ - Escravidão e Racismo, p.17. Na mesma página o autor diz que face à dominância do capital mercantil "as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial".

Enquanto Ernesto Laclau entende o mercantilismo como uma expansão ainda feudal ("comercial feudal", nos seus termos), Hector Malavé-Mata fala do sistema colonial criado pelo "capitalismo mercantil" (onde o capital mercantil subordina a produção mantendo relações "feudo coloniais"), e Horácio Ciafardini critica o uso da noção de mercantilismo como etapa ou fase histórica²⁰. Na verdade, o rótulo de mercantil visa recobrir o período da transição, onde - como visto no primeiro capítulo - já não vigora a lógica da ordem feudal nem se instaurou a dinâmica plenamente capitalista.

Volta-se assim à temática discutida no início do primeiro capítulo. Sistema colonial, mercantilismo, acumulação primitiva se imbricam num processo que alguns qualificam como já um momento de constituição do capitalismo, outros avaliam como os derradeiros movimentos da crise feudal, outros ainda como um período de indeterminação onde não ficam claras as dominâncias. Internamente às colônias complexizam-se as determinações em jogo - interesses, atrativos e situações díspares (já apontadas nos capítulos anteriores) atuam para gerar realidades socio-econômicas que muitos autores vão entender como singulares.

Um novo modo de produção, historicamente único, dado pela combinação de fatores díspares aparece como uma das matrizes interpretativas presentes com vigor no debate resenhado. Contudo, se a aceitação da singularidade das determinações em jogo agrupa vários autores, a caracterização da novidade que adjetiva as sociedades ibero-americanas atua no sentido de diferenciar as perspectivas. A posição mais simples é de que o caráter impar advem da própria combinação que articula numa mesma estrutura estímulos feudais e capitalistas (ou mercantis) dos conquistadores plasmados com fatores decorrentes da realidade demográfica defrontada e das formas de produção pré-coloniais.

Alguns autores, equacionando esta temática em parâmetros de inspiração althusseriana, vão falar diretamente em combinação de modos de produção. H.Malavé-

²⁰ - E.LACLAU - Ob.cit., p.41, H.MALAVE-MATA - Ob.cit., pp.146 e 168, e H.CIAFARDINI - "Capital, Comercio y Capitalismo: a proposito del llamado capitalismo comercial" in Vários Autores - Modos de Producción en America Latina, p.116. Este último autor cita M.Dobb e P.Vilar em socorro à sua tese.

Mata, por exemplo, diz que a "realidade feudo-colonial" da América Hispânica articula um modo de produção "escravista" dominante com outro "comunitário indígena" mesclado por relações servis²¹. Carlos Assadourian aponta a necessidade de ver "a estrutura social e os específicos modos de produção de cada espaço particular" da América colonial, numa visão que regionaliza as distintas relações²². Também Juan Carlos Garabaglia destaca o fato de, na colonização da América, o capital comercial ligar diferentes forças produtivas isoladas entre si, cumprindo o papel de veiculador do excedente gerado por variados modos de produção. Este "domínio mercantil" inclusive faria com que as formações coloniais não possuíssem um modo de produção hegemônico posto que "o domínio do sistema é exterior ao espaço dominado"²³. Os exemplos poderiam ser multiplicados, pois já se viu nos capítulos anteriores a ampla gama de coexistência (e mesmo associações) de relações de natureza díspare que convivem na ocupação européia das terras americanas.

Um autor próximo à perspectiva em foco merece uma atenção especial e um comentário específico. Trata-se de Ciro Flamarion Santana Cardoso, cuja reflexão sobre o tema aparece como paradigmática no debate brasileiro e latino americano. Ele parte da visão de que a Europa colonizadora, até o século XVIII, se caracteriza pela "coexistência do feudalismo ainda dominante com o modo de produção capitalista em ascensão" e que as formações coloniais trazem as marcas desta coexistência associadas a outras que lhes são

²¹ - Ob.cit., pp.167/8. Em outras passagens este autor fala de um modo de produção colonial - "estrutura dependente e tributária das monarquias metropolitanas" (p.152) - e do "regime de subfeudalismo no processo de extração colonial" (p.164), e ainda de um modo de produção "subdesenvolvido" - onde "o comércio predomina sobre a indústria" (p.168).

²² - Ob.cit., p.52. Este autor lembra que os vários modos de produção "são hierarquizados pela economia dominante" (p.75). E esta é regida pelo capital comercial que subordina as economias regionais (p.73).

²³ - J.C.GARAVAGLIA - "Introducción" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, pp.9, 13 e 14. Este autor comenta que é a relação colonial que dá sentido a todo o sistema, e que "as formações econômico-sociais coloniais seriam formações não consolidadas, nas quais existiriam diversos modos de produção... combinados em certa relação hierárquica" (p.14). Cabe lembrar que as formações "não consolidadas" podem não apresentar um modo de produção dominante (p.7).

próprias²⁴. A expansão europeia se faz sob a égide do mercantilismo, porém seria um erro "identificar o capitalismo com as relações mercantis"²⁵. Para o autor, as economias dos séculos XVI a XVIII são ainda claramente pré-capitalistas²⁶, com a colonização inclusive reforçando certa tendência aristocrática nas metrópoles ibéricas²⁷.

Para **Ciro Cardoso**, o "sistema colonial mercantilista" ao se difundir integrou e desintegrou as economias pre-capitalistas conquistadas gerando "modos de produção autônomos e diferenciados" e "formações econômico-sociais coloniais... específicas e dependentes"²⁸. A dependência, oriunda da condição colonial, seria o elemento primeiro na identificação da realidade das sociedades criadas no Novo Mundo²⁹. O autor cita, com

²⁴ - **Ciro F.S. CARDOSO** - "Severo M. Pelaez y el caracter del regime colonial" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, p.91. O autor critica enfaticamente a idéia da vigência do capitalismo na Europa do século XVI, e também os conceitos de "capitalismo mercantil" e "capitalismo comercial" (Ver: Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro na América, p.33; Afroamérica. A escravidão no Novo Mundo, p.17; e ainda "As Concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a Extração do Excedente" in J.R.do Amaral LAPA (org.) - Modos de Produção e Realidade Brasileira, p.121).

²⁵ - **Ciro F.S.CARDOSO** - "As Concepções acerca...", p.130. Em outro texto o autor fala que a "colonização levada a cabo na época de predomínio do capital comercial" cria um "sistema colonial mercantilista" (O Trabalho na América Latina Colonial, p.19).

²⁶ - **Ciro F.S. CARDOSO** - Escravo ou Camponês?, p.41. Numa outra obra, explicita: "Mais exatamente, tratar-se-ia da fase de decisiva constituição e ascensão progressiva do modo de produção capitalista, num contexto predominantemente pré-capitalista" (Afroamérica. A escravidão no Novo Mundo, p.17).

²⁷ - **Ciro F.S.CARDOSO** - O Trabalho na América Latina Colonial, p.11. O autor fala do "sistema senhorial ibérico" que se relaciona com o capital mercantil mas que se organiza internamente em moldes bem senhoriais (Idem, p.11).

²⁸ - **Ciro F.S.CARDOSO** - "Severo Martinez Pelaez y el caracter del regime colonial", pp.100 a 102.

²⁹ - Em suas palavras: "A teoria dos modos de produção coloniais não pode perder de vista um fato central: o caráter subordinado das contradições internas das sociedades coloniais e o caráter geralmente determinante dos impulsionamentos externos no que concerne as mudanças importantes de estrutura ocorridas nestas sociedades" (**Ciro F.S. CARDOSO** - "Sobre los Modos de Producción Coloniales de America" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, p.152). Ou, em texto mais recente, coloca que as formações coloniais "são caracterizadas por modos de produção não somente secundários, quando vistos no conjunto do mundo ocidental, mas ainda marcados pela dependência" (Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro na América, p.39).

insistência a teorização de Marx acerca das possibilidades econômicas após a conquista militar de um povo: manter o modo de produção pré-existente (tributando-o), impor o modo de produção do conquistador, e criar um novo modo de produção³⁰. Em qualquer caso, a colonização gera estruturas, que mesmo dotadas de interesses próprios, são "politicamente subordinadas", logo dependentes de uma dinâmica exterior a cujos estímulos deve responder³¹.

Ciro Cardoso também aponta que os agentes da colonização europeia se defrontaram com condições variadas e geraram estruturas que "se combinaram em proporções diversas" com resultados diferentes conforme as regiões³². Em terras americanas, basicamente engendraram, segundo o autor, tres modos de produção: um baseado no trabalho indígena, outro escravista e um terceiro autônomo de pequenos proprietários³³. As várias formações coloniais articulariam estes modos de produção, sendo um dominante³⁴. Grosso modo, a dominância de um dos tres define as grandes áreas de

³⁰ - Ciro F.S. CARDOSO - "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América", p.146; Escravo ou Camponês?, p.42; e O Trabalho na América Latina Colonial, p.74. Para o autor, na América teria ocorrido a terceira possibilidade: a existência de fatores distintos em sua "ação recíproca produz algo novo" nas colonias (Idem, p.77).

³¹ - O Trabalho na América Latina Colonial, p.23. Em outro texto, Ciro CARDOSO observa que sendo dependente o sistema colonial dependerá também de variáveis externas (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.102). No entanto, apesar desta dependência, as colonias não podem ser analisadas como meros "anexos" das metrópoles (América, p.73).

³² - O Trabalho na América Latina Colonial, p.8. Em outra passagem diz: "A América Latina colonial se caracteriza, no tocante ao sistema que nos ocupa, por variadas modalidades de trabalho compulsório, cuja explicação reside na natureza e na lógica do sistema colonial mercantilista que conformaram as relações de produção num contexto criado por condições variadas das forças produtivas" (Idem, p.69). Noutro texto afirma: "O nível de desenvolvimento sócio-econômico dos povos conquistadores e conquistados não deixou de ser um fator diferenciador das estruturas coloniais" ("Sobre los Modos de Producción Coloniales en América Latina", p.149).

³³ - Ciro F.S. CARDOSO - "Sobre los Modos de Producción en America Latina", p.154.

³⁴ - Ciro.F.S.CARDOSO - Escravo ou Camponês?, p.40 e "As Concepções acerca...", p.116. No México, por exemplo, vigoraria uma formação "heterogêneo" que articularia "despotismo tributário, feudalismo e capitalismo embrionário" (Idem, p.116).

colonização do continente: a Indoamérica, a Afroamérica e a Euroamérica³⁵. Todos estes conjuntos organizados com vista à "constituição de sistemas produtivos complementares" à economia europeia, logo dotados de estruturas econômicas não autôcentradas³⁶.

Assim, o modo de produção escravista - que aqui interessa mais diretamente - é, para Cardoso, um dos modos de produção dependentes³⁷. Um modo de produção com uma lógica e um movimento próprio³⁸, específico³⁹, que relaciona o capital comercial e a escravidão gerando uma forma de economia pré-capitalista⁴⁰. E é no deslindamento da dinâmica interna desta que o autor em foco tem dispensado sua atenção (notadamente, nos trabalhos mais recentes, numa tentativa de captar a funcionalidade da "brecha camponesa"

³⁵ - O Trabalho na América Latina Colonial, p.25.

³⁶ - Ciro F.S.CARDOSO - "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América", p.145. O autor fala de economias "deformadas desde o começo" com hipertrofia dos setores exportadores (p.145). Em outro texto reafirma que as "sociedades periféricas" são deformadas já na origem ("El Modo de Producción Escravista Colonial en América" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, p.213). Ele também lembra que nos fluxos mercantis coloniais a produção e o consumo estão separados funcionando em ritmos diferentes; nos circuitos internos (os da produção) dominaria um ciclo Mercadoria/Crédito/Mercadoria, bastante distinto das determinações presentes no intercâmbio colônia/metrópole (Afroamérica, pp.42/3).

³⁷ - "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América", p.142. O autor comenta que em suas áreas de domínio este modo de produção só foi ultrapassado no século XIX (Idem, p.143). Estas áreas se definem onde a escravidão serve "de base à constituição do território" (Idem, p.153). Pode-se dizer, uma colonização escravista. Ele reafirma, em outro texto, que só há oposição entre escravismo e capitalismo no século XIX (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.163/4).

³⁸ - Entre outros elementos, o autor lembra que o cálculo da rentabilidade econômica não pode ser o mesmo no escravismo e no capitalismo ("El Modo de Producción Escravista Colonial en América", p.201) e que também a expansão dos dois modos de produção é distinta - a do escravismo sendo essencialmente quantitativa e extensiva (p.219).

³⁹ - Escravo ou Camponês?, p.42 e "Sobre los Modos de producción Coloniales de América", p.149. Segundo o autor, a variedade das formações econômico-sociais escravistas coloniais seria de grau e não de natureza, por exemplo na articulação das relações de trabalho escravista com formas de propriedade mais senhoriais (nas colônias ibéricas) ou mais capitalistas (colônias inglesas e holandesas) ou com diferentes níveis técnicos ("El Modo de Producción Escravista Colonial en América", p.226

⁴⁰ - Afroamérica. A Escravidão no Novo Mundo, pp.16/7. Nas economias pré-capitalistas, de acordo com Ciro CARDOSO, a renda se identifica com a mais-valia, com a produção implicando o domínio do solo e da força de trabalho (Agricultura, Escravidão e Capitalismo, p.53).

e no mapeamento da vida nas áreas marginais do sistema colonial⁴¹). É interessante observar que em uma avaliação recente sobre o debate acerca dos modos de produção na América Latina, depois de condenar o "praticismo" que marcou sua condução, Ciro Cardoso o considera inconcluso. Neste texto, reafirma sua caracterização de modos de produção específicos e subordinados, mas acata em parte a crítica de Hector P.Brignoli de não conseguir em sua teorização "integrar o elemento de subordinação às metrópoles de modo sistemático"⁴².

É a ênfase no caráter dependente que nuanceia a perspectiva de Ciro Flamarion Cardoso da de outros autores que também trabalham a idéia de um modo de produção escravista colonial. Jacob Gorender - formulador também importante desta matriz interpretativa - faz bem o contraponto, destacando a relação de trabalho escravista ao caracterizar o modo de produção vigente no Brasil colonial. Para Gorender é a forma de extração da mais-valia o elemento básico a se considerar, logo, a escravidão está no centro de sua caracterização⁴³. A "forma de organização dominante no escravismo colonial" seria a **plantação**, "categoria fundamental" deste modo de produção⁴⁴. Esta se instala, "em todas regiões tropicais propícias", animada pelo capital mercantil - logo, com um "modo de produção dependente do mercado metropolitano"⁴⁵. Porém esta condição de dependência

⁴¹ - Os primeiros trabalhos de Ciro F.S.Cardoso acerca da temática aqui tratada datam do início dos anos setenta. Suas últimas publicações no Brasil são os já citados Escravo ou Camponês? de 1987 e O trabalho na América Latina Colonial de 1988.

⁴² - H.BRIGNOLI apud Ciro F.S.CARDOSO - O Trabalho na América Latina Colonial, p.80.

⁴³ - J.GORENDER - O Escravismo Colonial, p.157. Nas palavras do autor: "o escravo definia a essência das relações de produção" (p.157).

⁴⁴ - Idem, *ibidem*, p.89. Esta forma, que segundo GORENDER comanda a economia colonial, apresenta as seguintes características: produção especializada para o mercado mundial, monocultura convivendo com um setor de economia natural, trabalho em equipe, beneficiamento do produto no próprio estabelecimento, divisão quantitativa e qualitativa do trabalho com grande integração vertical das atividades (pp.90/4), também o uso de uma tecnologia retrógrada e destrutiva (pp.100/4). E, obviamente o uso da força de trabalho escrava.

⁴⁵ - Idem, *ibidem*, pp.110 e 170 respectivamente.

não basta para qualificar um modo de produção - reitera este autor, criticando diretamente **Ciro Flamarion Cardoso**⁴⁶.

Para Jacob Gorender, o capital mercantil - ainda pré-capitalista⁴⁷ - organiza um mercado mundial (que não pode ser confundido com um modo de produção mundial) no qual coexistem diferentes modos de produção⁴⁸, cada um dotado - segundo o autor - de "leis" específicas, leis "econômicas objetivas"⁴⁹. Estes, apesar de "vinculados a uma dinâmica externa" se estruturam, em si, como uma "totalidade orgânica"⁵⁰. A ótica é, assim, assumidamente internalista (numa nuance mais acentuada que os autores até aqui resenhados). As formações econômico-sociais das colônias apresentariam "não apenas uma combinação entre vários modos de produção (um dos quais dominante) mas também a articulação necessária entre estes modos de produção e uma superestrutura". O modo de produção dominante seria aquele que controla a maior massa de "fatores econômicos", e que extrai sobreproduto dos modos de produção subordinados delimitando o espaço econômico destes⁵¹.

O escravismo colonial por exemplo - modo de produção dominante no Brasil - aparece assim, para Gorender, como "o fundamento da formação social escravista, não toda

⁴⁶ - J.GORENDER - "O conceito de Modo de Produção e a pesquisa histórica" in J.R. do Amaral LAPA (org.) - Modos de Produção e Realidade Brasileira, p.54.

⁴⁷ - Segundo o autor o próprio fato do capital mercantil comandar a produção já qualifica a situação colonial como pré-capitalista (O Escravismo Colonial, pp.501/2.

⁴⁸ - O Escravismo Colonial, p.315.

⁴⁹ - Idem, ibidem, p.160.

⁵⁰ - "O Conceito...", p.57. Em outro texto, GORENDER reafirma que o modo de produção escravista colonial se reproduz de "forma endógena" apesar de estar atrelado a fatores externos (O Escravismo Colonial, p.539).

⁵¹ - "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica", pp.50 a 52. Segundo GORENDER, a pequena produção independente aparece, por exemplo, como um modo de produção "marginal" na colônia, subordinado ao dominante (O Escravismo Colonial, pp. 297 e 301. Para a concepção do autor acerca da categoria modo de produção, ver: Idem, pp.25 e 155. Um tom razoavelmente economicista preside seu entendimento.

ela"⁵². Ele comanda seu movimento interno organizando as demais relações de produção presentes. A plantagem, sua unidade básica, tem "necessidade estrutural" de um setor de economia natural - o qual é, em muitos casos, tocado por moradores e agregados que asseguram o fluxo de seu abastecimento"⁵³. A dominância do escravismo, todavia, é clara e captável em vários processos: na forma interna de acumulação produtiva (a acumulação escravista sendo uma ampliação do plantel de escravos), na dinâmica demográfica (a "lei da população" do escravismo colonial repondo uma situação constante de "escassez absoluta"), no ritmo de expansão territorial (dado pela disponibilidade de mão de obra), etc⁵⁴. Enfim, é o dinamismo engendrado pela objetivação das relações escravistas que preside a reprodução do sistema, o qual apresenta um caráter marcadamente pré-capitalista⁵⁵. A caracterização de Gorender vai enfatizar bastante a forma de geração do valor na colônia, logo assume destaque para ele a temática da **renda** ali criada, pois - em seu entendimento - o excedente extraído da "exploração produtiva do trabalho escravo" aparece através dessa forma de valor⁵⁶.

Observa-se, assim, que o uso de um mesmo qualificativo - no caso o modo de produção escravista colonial - pode esconder diferenças significativas. No último autor resenhado é o regime escravocrata que adjectiva o objeto de análise. Este entendimento da centralidade do trabalho escravo vai emergir em outras argumentações que se distanciam, contudo, da perspectiva de Jacob Gorender.

⁵² - O Escravismo Colonial, p.25.

⁵³ - Idem, ibidem, pp.241/6 e 291/9. GORENDER lembra que nas fases de crise este setor se alarga e, ao contrário, se retrai nas altas - gerando grande carestia nas épocas de expansão da economia mercantil (pp.251 a 255).

⁵⁴ - Idem, ibidem, pp.544, 318, 321 e 332.

⁵⁵ - Idem, ibidem, pp.211 540. Para o autor há uma acumulação interna nas colônias e um auto-financiamento onde, apesar da dependência do setor produtivo ao mercantil (pp.489 a 492), um ciclo financia o outro (p.542).

⁵⁶ - Idem ibidem, p.164. Uma renda caracterizada como não feudal (p.387 e "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica", p.63).

E' o caso, por exemplo, de Eugene Genovese que, discutindo o sul dos Estados Unidos, considera que essa região "não desenvolveu uma forma estranha de capitalismo" mas "uma civilização especial construída sobre as relações senhor-escravo"⁵⁷. Este autor enfatiza, assim, a distinção entre capitalismo e escravismo⁵⁸, mesmo aceitando que a região em foco estava "inserida num país capitalista, e seu sistema social emergia como parte de um mundo capitalista"⁵⁹. Nota-se em sua argumentação uma ótica bastante culturalista que, em grande parte, fundamenta a distinção aludida. Genovese é bastante explícito ao dizer, por exemplo, que os "valores burgueses" são contrários à sociedade escravista, ou que os fazendeiros possuem um "espírito aristocrático" não se movendo por uma ética capitalista, ou ainda que a plantation não era apenas um negócio mas um "estilo de vida"⁶⁰.

Com relação especificamente à colonização ibérica, Eugene Genovese de imediato critica definir suas metrópoles (ou mesmo o século XVI como um todo) como capitalistas⁶¹. Assim uma índole pré-capitalista preside todo o processo de instalação das plantations, na definição do autor: "a construção das fazendas de escravos representava uma

⁵⁷ - A Economia Política da Escravidão, p.39. GENOVESE é enfático ao afirmar que a escravidão estruturou um "mundo pré moderno" no sul do EUA, onde esta relação era a "base da ordem social" (p.9).

⁵⁸ - Diz ele: "Se por um momento aceitarmos a designação de capitalistas para os plantadores e o sistema escravista como uma forma de capitalismo, nos confrontamos então com uma sociedade capitalista que impediu o desenvolvimento de todo aspecto normal do capitalismo. Os plantadores não eram simples capitalistas; eram pré-capitalistas, proprietários da terra quase aristocráticos que tiveram de adaptar sua economia e seu modo de pensar ao mercado capitalista mundial" (Idem, *ibidem*, p.27). O autor vai dizer que a ligação com o mercado mundial se fazia "de um modo colonial" (p.37).

⁵⁹ - Idem, *ibidem*, p.19. Em outra obra, GENOVESE vai dizer que "nenhuma sociedade de escravos em tempos modernos poderia livrar-se totalmente da influência econômica, social e moral do capitalismo moderno" (O Mundo dos Senhores de Escravos, p.10).

⁶⁰ - A Economia Política da Escravidão, pp.124, 32 e 234. Em outra passagem, GENOVESE comenta que "os plantadores sulistas com seus padrões de consumo e estilo de vida aristocrático... impediram o uso racional (capitalista) dos fundos gerados pela economia" (p.115).

⁶¹ - O Mundo dos Senhores de Escravos, pp.70/2. O autor destaca que em Portugal o capital comercial reforçou um modo de produção senhorial (p.80), que presidiu a colonização. Ele também pontua que foi no caso ibérico que as colônias conheceram uma "evolução moral" mais consoante com a das metrópoles (p.37).

invenção da política colonial mercantilista"⁶². No caso das plantations canavieiras do Brasil, vai definir o modo de produção vigente como **escravocrata senhorial**⁶³. A senhorialidade adviria do nível de autosuficiência da economia e "mais do que qualquer outro regime escravocrata do Novo Mundo o do nordeste brasileiro aproximava-se de uma autarquia"⁶⁴. A tendência à autarquização apareceria como traço comum das economias escravistas, resultante da alta capitalização com mão de obra representada pelo plantel de escravos, o que implicava no não incremento do mercado interno e na baixa acumulação de capital nas colônias⁶⁵.

Também Octavio Ianni acata a centralidade da vigência da escravidão como elemento estruturador das sociedades coloniais. Diz ele: "Na condição de trabalhadores forçados, a casta dos escravos foi a base da sociedade como um todo, e não apenas da economia escrava"⁶⁶. Daí a qualificação da colônia (e o autor tem por horizonte de

⁶² - Idem, ibidem, p.41. Em outra passagem diz que "cada classe escravista levou uma determinada herança européia para sua atualidade americana" (p.18). É interessante apontar a avaliação de GENOVESE quanto ao caráter "não mercantilista" da economia portuguesa, que praticava um "puro comércio estatal", sendo que o mercantilismo implicava numa associação da Coroa com monopólios privados (p.82). O autor parece desconhecer o papel desempenhado em Portugal pelos capitais italianos (ver o capítulo 5).

⁶³ - Idem, ibidem, p.97. GENOVESE estabelece uma diferenciação regional no caso brasileiro, ao dizer que "O sul do Brasil, assim como o nordeste, empregou trabalho escravo, mas, diversamente do nordeste, esse não produziu um modo de produção escravista ou senhorial" (p.101). Em outra passagem o autor qualifica a produção do açúcar no nordeste brasileiro como pré-capitalista, diferenciando-a da economia cafeeira capitalista do sul do país, apesar do uso do escravo aparecer como traço comum às duas (p.96).

⁶⁴ - Idem, ibidem, p.86. Segundo o autor a necessidade da autarquização viria da fragilidade das plantations face às flutuações do mercado externo, e reforçaria o caráter senhorial das colônias (p.87). Sobre a tendência autárquica no sul do EUA, ver: A Economia Política da Escravidão, pp.36 e 119.

⁶⁵ - Falando novamente do sul do EUA, GENOVESE observa a "força da tendência monocultora do sistema" (A Economia Política da Escravidão, p.119) e os "graves efeitos da escravidão... retardar a formação do capital, fornecendo mão de obra insuficiente e impedindo a ampliação de um mercado interno" (p.120). Noutra passagem reafirma que "a escravidão levou à rápida concentração de terras e da renda e impediu a expansão do mercado interno sulista" (p.28). E ainda reforça: "A pesada capitalização da mão de obra, e a fraqueza do mercado interno impedindo consideravelmente a acumulação do capital" (p.49). Observa-se a vigência do escravismo como determinação do ordenamento econômico e social.

⁶⁶ - Escravidão e Racismo, p.57. Em outra passagem IANNI conclui: "O trabalho escravo era a base da produção e da organização social nas plantations e nos engenhos" (p.3).

preocupações o caso brasileiro) como **formação social escravista**, a qual seria determinada por "dois elementos fundamentais: o trabalho compulsório e o vínculo com o capital comercial europeu"⁶⁷. Apesar deste vínculo, o autor enfatiza que "a formação social escravista se funda em princípios estruturais e organizatórios distintos dos que fundamentam a formação social capitalista", sendo um erro assimilá-las⁶⁸. E mais, se na "expansão do capital mercantil" foi possível a "coexistência e interdependência do trabalho escravo e do trabalho livre", a consolidação do modo de produção capitalista se antagoniza com a manutenção do escravismo⁶⁹.

Observa-se que o escravismo - relação básica determinadora da organização econômica e social, em Gorender e Genovese - começa, apesar de manter sua centralidade, a se associar a outras determinações na identificação do caráter da realidade colonial, determinações mercantis em Ianni. Poder-se-ia aqui reintroduzir a análise de Florestan Fernandes, na qual o "modo de produção escravista" apresenta um "estamento senhorial dominante" que controla e conforma o aparelho de Estado⁷⁰. Outros exemplos poderiam

⁶⁷ - Idem, ibidem, p.6. IANNI considera que "as formas de trabalho compulsórias não podem ser tomadas como capitalistas, mas sim como sistemas político-econômicos singulares, com alguma especificidade essencial" (p.97).

⁶⁸ - Idem, ibidem, pp.63 e 96. IANNI critica a visão da do escravismo "como se fora um sistema capitalista completo e em pleno funcionamento" (p.83). Mesmo na Europa, a afirmação do capitalismo - segundo este autor - só ocorre com a ultrapassagem do mercantilismo e o domínio do capital industrial (p.22). Assim, na América, a formação social escravista só é "determinada, ou decisivamente influenciada, pelo capitalismo mundial, ao longo dos séculos XVIII e XIX" (p.97). E "no Brasil a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentro e sobre a formação social escravista" (p.25). Vê-se que no período aqui analisado a determinação básica desta sociedade é o escravismo.

⁶⁹ - Idem, ibidem, p.12. IANNI considera que as plantations só "formalmente" são capitalistas (p.18). O escravismo, pela sua inelasticidade, se contraporia ao ciclo do capital produtivo dado pela versatilidade do trabalho livre (p.49). Assim, "sob o escravismo tendem a predominar condições de produção da maisvalia absoluta"(p.47). Enfim, "esta forma de imobilização de capital em força de trabalho cria limitações ao desenvolvimento da produção" (p.44). Daí a necessidade de sua destruição no capitalismo pleno.

⁷⁰ - F.FERNANDES - Ob.cit., pp.45, 26 e 50. Diz o autor: "A escravidão mercantil seria o fulcro da continuidade da ordem senhorial e escravocrata" (p.28). Ele enfatiza o caráter não capitalista do escravismo (p.22), colocando que este modo de produção começa a penetrar no Brasil no final do século XVIII e só inicia sua consolidação após 1860 (pp.48/9). Todavia, a escravidão, atesta Florestan FERNANDES, teria sido um

ser evocados. Cabe, entretanto, salientar uma perspectiva que unifica as posições arroladas - a aceitação da existência de um forte antagonismo entre o trabalho escravo e o capitalismo.

Na oposição enfática a esta tese delineam-se proposições que acatam algum nível de determinação do capitalismo sobre as sociedades coloniais. Antonio Barros de Castro, por exemplo, mesmo defendendo uma visão internalista da colônia⁷¹, considera que "o moderno escravismo tem importantes traços em comum com o capitalismo e, mais, que estas características pertenciam a sua conformação interior"⁷². Assim, a escravidão aparece para ele como uma resposta adaptativa da lógica do capital às condições de certas regiões americanas, o autor é claro nesta avaliação: "não havia escolha de formas de trabalho e sim abertura de novas terras: se elas se revelassem aptas para o cultivo de gêneros coloniais, no dia seguinte lá estariam os comerciantes de escravos... e a escravidão seria implantada"⁷³. A plantation - de acordo com Barros de Castro - se organizava como uma

veículo para a afirmação do capitalismo (p.14).

⁷¹ - Ele critica a ótica externalista, que vê a "vida material da colônia" como "algo amôrfô", e que por isso perderia os determinantes internos aos quais a Coroa e o capital mercantil devem se adaptar ("A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão" in J.R.do Amaral LAPA (org.) - Modos de Produção e Realidade Brasileira, p.88). Para Barros de CASTRO a colônia é um "complexo aparato produtivo" que se reproduz (p.88).

⁷² - Idem, ibidem, pp.92/3. Barros de CASTRO critica com ênfase a tese do trabalho escravo como "entrave" ao desenvolvimento do capital, e lembra que o regime de produção vai se adaptando ao escravismo (p.96 n.95 e p.98).

⁷³ - A.Barros de CASTRO - "As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho: A Dinâmica do Escravismo Colonial" in P.S.PINHEIRO (org.) - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, p.66. Este autor sustenta que a concorrência inter-colonial (através da renda diferencial) animava o tráfico negreiro (p.46), considerando incompleto o argumento de que este era estimulado pela existência da fronteira aberta (p.51). Para CASTRO, a renda da escravidão era o "princípio de sustentação de toda economia colonial escravista" (p.47). Ela viria do trabalho excedente do escravo, num quadro onde a produtividade jogava um papel essencial. Não apenas as condições naturais (como a fertilidade do solo), mas também os custos de transporte e os gastos de proteção, influíam na qualificação diferencial dos lugares - num processo onde as novas regiões "superdotadas" atuavam na desvalorização relativa das demais (pp.60/1). O autor lembra que o preço do escravo é uma "categoria específica" do escravismo, onde o custo da oferta não condiciona o preço de demanda, num movimento onde a abertura de novas áreas (por seus atrativos) gera uma tendência sempre altista (p.63). A elevação do preço aparece assim, para as "zonas residuais", como um "vazamento de renda" (p.63), e as que não possuem fôlego para acompanhar a alta entram numa "letargia secular" - utilizando uma expressão de Celso Furtado (p.47).

grande fábrica⁷⁴, com uma lógica econômica de instalação e desenvolvimento fundamentada numa racionalidade empresarial. Vale salientar que a ausência desta lógica é proclamada pelos adeptos das interpretações não capitalistas como prova de feudalidade ou especificidade do modo de produção vigente nas áreas escravistas coloniais⁷⁵.

A teorização de Barros de Castro serve bem para ilustrar que a tese da **determinação capitalista** pode se revestir também de múltiplas nuances. Não se trata de um único posicionamento ou uma única argumentação, mas de um campo de reflexão complexo que conhece perspectivas ímpares. Nesse sentido, é um reducionismo muito grande assimilar todo este campo apenas à concepção de Gunder Frank ou ao **circulacionismo**⁷⁶. Na verdade há aqui um matizamento de posições comparável ao existente entre os adeptos dos outros grandes paradigmas de interpretação já expostos. E mais, algumas propostas vão se aproximar, pela aceitação de alguns argumentos comuns, de outras situadas fora de seu campo de localização mais genérico.

E' o caso, por exemplo, das teorias combinatórias que associam à determinação capitalista (ou de índole capitalista) outros elementos - postos como igualmente essenciais - que lhe desfiguram o caráter. A tese da "infraestrutura capitalista" convivendo com uma "superestrutura feudal" ilustra bem o mencionado, aproximando-se de interpretações já analisadas (como a de R.Konetzke, por exemplo). Tal tese quando associada a um instrumental de análise weberiano dá luz ao argumento de que a lógica econômica capitalista se objetiva no Novo Mundo através de formas de dominação patrimo-

⁷⁴ - Idem, "A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão", p.90. O autor argumenta que o engenho era uma "indústria complexa" que derruba a tese da baixa tecnologia do escravismo" ("As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho...", p.65).

⁷⁵ - Segundo o autor, a existência desta engrenagem econômica que comanda sua expansão seria um elemento diferenciador do escravismo moderno em relação ao antigo, movido - este sim - por determinações extraeconômicas ("A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão", p.93).

⁷⁶ - Contudo é o que praticam parte dos opositores da tese do caráter capitalista da América colonial. Ver, por exemplo: E. LACLAU - Ob.cit., pp.28/9; C. S.ASSADOURIAN - "Modos de Producción, Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina", p.50; J. GORENDER - "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica", p.59; e S. KARMANOVITZ - El Desarrollo Tardío del Capitalismo, p.51, entre outros.

niais que igualmente conformam o caráter das sociedades coloniais latinoamericanas⁷⁷. Pode-se ainda lembrar as idéias da vigência de um capitalismo "americano" ou um capitalismo "escravista" - definições nas quais, do ponto de vista epistemológico, não se está muito distante do "modo de produção subdesenvolvido".

Com uma nuance interessante, dentro da ampla matriz dos que tomam a realidade colonial como algo indissolúvelmente ligado à gênese e domínio do modo de produção capitalista, aparece a teorização daqueles autores que, mesmo aceitando a indissolubilidade do vínculo, evitam caracterizar as sociedades americanas como claramente capitalistas, definindo-as genericamente como "produtos da transição" que o próprio domínio pleno do capital acaba por destruir.

José Roberto do Amaral Lapa ilustra bem este posicionamento que, sem afirmar uma determinação capitalista⁷⁸, acata a lógica de afirmação européia deste modo de produção como elemento estruturador do **Antigo Sistema Colonial**⁷⁹, visto como um "conjunto interdependente e organizado", que não se constitui como um modo de produção em si⁸⁰ mas como uma obra da transição. Todavia, esta concepção não implica em

⁷⁷ - No caso brasileiro pode-se tomar a interpretação desenvolvida por Raimundo FAORO - Os Donos do Poder. Formação do Patronato no Brasil.

⁷⁸ - Ao contrário, chega a dizer que o sistema colonial é "gerado e ao mesmo tempo gera uma economia pré-capitalista" (J.R. do Amaral LAPA - O Antigo Sistema Colonial, p.36). O que o aproximaria, por exemplo, da posição de E.Laclau neste particular.

⁷⁹ - Para Amaral LAPA o Antigo Sistema Colonial expressa uma realidade ampla e complexa articulada pelo mercado mundial, onde o comando é ocupado pelo capital mercantil. Este sistema jogou um "papel decisivo" no processo de acumulação primitiva, o que o qualifica como elemento central na transição (Ob.cit., p.14). O autor critica diretamente as caracterizações de Nelson W.Sodré (feudal), J.Gorender (escravista), Ciro Cardoso (colonial), e aproxima-se da idéia de Fernando Novais de ver o sistema colonial como "etapa do sistema capitalista" (p.89).

⁸⁰ - Idem, ibidem, pp.14 e 18. Para LAPA "um modo de produção pode ser dominante sem que, entretanto, muitas vezes em seu interior deixem de funcionar formas produtivas nas quais as relações de produção e ou as forças produtivas poderão ser de outra natureza" ("Introdução ao Redimensionamento do Debate" in Modos de Produção e Realidade Brasileira, p.16).

nenhuma simpatia pela ótica circulacionista por parte deste autor⁸¹. Ao contrário, sua interpretação vai destacar os **circuítos intercoloniais** que atuam na "flexibilização do pacto colonial", contrapondo-se à tese da "baixa acumulação originária local" e da "inelasticidade do mercado consumidor" nas colônias⁸². Vale apontar que, apesar da ótica fortemente internalista e de se eximir de uma caracterização mais enfática, Amaral Lapa rejeita o uso do conceito de "formação econômico social" em contextos que não o articulem claramente com a categoria modo de produção⁸³.

E' interessante assinalar que, no geral, Amaral Lapa vai acatar a caracterização elaborada por Fernando Novais acerca do **Antigo Sistema Colonial**. Este - um autor paradigmático na matriz interpretativa que afirma a determinação capitalista - integra uma tradição de análise da história brasileira que remonta às formulações de Caio Prado Júnior. Tal tradição tem por eixo a idéia de um **sentido da colonização**, dado pelas metrópoles, que conforma a estruturação das sociedades coloniais. Fernando Novais acata plenamente esta

⁸¹ - LAPA elogia a compreensão da determinação metropolitana sobre o ritmo da economia colonial exposta por F.Novais, porém critica neste a excessiva ênfase na vinculação externa e a perspectiva marcadamente presa na esfera da circulação (O Antigo Sistema Colonial, pp.31, 99 e 100). Já Ciro Cardoso, é criticado por supervalorizar as diferenças intercoloniais e por menosprezar o Estado como mediador entre o capitalismo e as colônias, todavia, também é elogiado por sua ótica internalista, que busca as especificidades coloniais (p.102).

⁸² - Idem, ibidem, pp.34/5, 67 e 47. Para LAPA é errônea a idéia de que "a massa da renda fluia quase totalmente para o exterior", ao contrário existia uma "dinâmica interna" captada em vários circuítos que fugiam ao controle metropolitano (p.40). Ele lembra os ativos fluxos entre o sertão, o litoral e as áreas mineiras, também destaca a intensa cabotagem e o comércio intercolonial(p.50) numa postura que lembra C.Assadourian e mesmo Ciro Cardoso. Ele também critica o menosprezo de vários autores face à "mercantilização da economia de subsistência" (p.43), em suas palavras: "a produção individual era desprezada por não alimentar supostamente qualquer circuítos", o que retundou na minimização errônea do comércio interno (p.47).

⁸³ - Para o autor a unidade dos dois não pode ser rompida, o que faria do conceito um recurso escatológico para se evitar a caracterização da categoria (J.R.A.LAPA - "Introdução ao Redimensionamento do Debate", p.15). Tal reparo traz uma crítica implícita a autores como O.Ianni que como visto usam a formação social como unidade analítica básica. Amaral LAPA conclui sua revisão sobre o tema, com um alerta: "A realidade histórica brasileira em suas especificidades ou, se quiserem, nas suas adequações à expansão dos modos de produção e das formações sociais impositivas externas, está longe de ter acumulado um conhecimento científico que nos permitisse virar a página" (Idem, p.24).

formulação, em suas palavras: "na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política mercantilista imprimiu um caráter específico à ocupação e valorização das novas regiões, conformando-as de acordo com as tendências do capitalismo comercial em curso de desenvolvimento"⁸⁴. Vale detalhar a argumentação de Fernando Novais. Para ele, o "sistema colonial do mercantilismo" - ou a "forma mercantilista de colonização"⁸⁵ - não pode deixar de ser apreendido como "parte integrante e indissolúvel do Antigo Regime"⁸⁶. As colônias americanas são criadas com um papel bem definido, como "economias complementares" onde se instalam unidades de "produção mercantil", isto é, ligadas "às grandes linhas do tráfico internacional"⁸⁷. Na argumentação de Novais há claramente a definição de uma escala macro de análise - o mercado mundial (a "economia mundo" de Wallerstein), no interior do qual opera o capital mercantil e a geopolítica dos vários Estados, objetivando uma divisão do trabalho onde os negócios coloniais jogam um

⁸⁴ - F.NOVAIS - "Considerações sobre o Sentido da Colonização", p.56. Em texto anterior diz o autor: "E' em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e funcionamento do capitalismo comercial, em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial mercantilista, dando assim lugar a formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais" ("Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica", p.247).

⁸⁵ - F.NOVAIS - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), p.58. Para o autor colonização significa ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, numa acepção que remonta a Max SORRE - Les Migrations des Peuples. E, no período estudado, a "ocupação, povoamento e valorização econômica das novas áreas se desenvolveu nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime" (F.NOVAIS - Portugal e Brasil..., p.92).

⁸⁶ - Idem, *ibidem*, p.5. O autor usa Antigo Regime, mercantilismo, capitalismo comercial, era da acumulação primitiva, etc. como adjetivações para qualificar o período da transição, que traz em si o germe do capitalismo (p.62). Diz ele: "Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial, são portanto partes de um todo" (p.66).

⁸⁷ - Idem, *ibidem*, pp.92, 97 e 72. As colônias são, assim, "uma ampliação da economia de mercado, respondendo às necessidades do capitalismo em formação" (p.97). Daí o caráter "comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo do processo de formação do capitalismo moderno" (p.70).

papel de destaque⁸⁸.

Para Novais é claramente esta subordinação externa que configura a forma interna da colonização. A grande unidade de exploração e o recurso ao trabalho compulsório advem das necessidades da produção mercantil⁸⁹. O ritmo e a escala da produção respondem a imperativos externos às áreas coloniais, há uma função complementar (logo subordinada) a ser cumprida. Afinal, "a aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna"⁹⁰. Enfim, é esta subordinação a interesses e determinações externas que impediria a análise das economias coloniais como um objeto específico e auto-regulado⁹¹. A perspectiva apresentada (ou melhor dizendo, aprimorada) por Fernando Novais alimenta toda uma fértil linha interpretativa atual da formação

⁸⁸ - NOVAIS destaca o papel do "fluxo de renda líquida das economias periféricas para as centrais metropolitanas", concluindo: "E' pois impossível não ver no funcionamento do sistema colonial uma peça essencial na criação das pré-condições do primeiro industrialismo" ("Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento", pp.34/5). Em outros textos o autor reafirma esta visão, colocando que o sistema colonial "criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial" ("Colonização e Sistema Colonial...", p.260), e concluindo que "a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial" (Portugal e Brasil..., p.70).

⁸⁹ - F.NOVAIS - Portugal e Brasil..., p.98. Em outro texto reafirma: "empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da época moderna se realiza em função das tensões sócio-econômicas, das vicissitudes e das exigências da economia metropolitana" ("Colonização e Sistema Colonial...", p.252).

⁹⁰ - Idem, "Considerações sobre o Sentido da Colonização", p.63. Noutro texto reafirma que o sistema colonial era "uma peça da acumulação primitiva nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu" (Portugal e Brasil..., p.92).

⁹¹ - Daí o destaque, na interpretação de Fernando NOVAIS, dado ao **exclusivo metropolitano** na caracterização destas economias, posto mesmo como o "mecanismo fundamental da exploração ultramarina" ("Sistema Colonial, Industrialização e Etapas de Desenvolvimento", p.35). E' interessante assinalar que em uma intervenção mais recente (publicação de 1983), este autor, ao comentar o texto à pouco mencionado mencionado de A.Barros de Castro, observa que este "procura analisar o escravismo colonial enquanto modo de produção, e se coloca, portanto, na mesma perspectiva metodológica em que me situo" (in P.S.PINHEIRO (org.) - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, p.76). Porém, nesta mesma intervenção recoloca a idéia da metrópole como "condição de existência" da colônia (p.77).

brasileira⁹².

Numa defesa também enfática da determinação da lógica do capital, aparece a interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, de imediato, considera o sistema colonial como "parte constitutiva da essência do capitalismo"⁹³. Em dois pontos fundamentais sua visão aproxima-se das já resenhadas: na aceitação da vigência de uma ordem determinada economicamente nas colônias e na colocação do escravismo como resposta adaptativa da lógica do capital face às condições americanas⁹⁴. Para a autora, é necessário "conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram no movimento de diferenciação histórica dessa determinação universal - lucro e acumulação"⁹⁵.

Na argumentação de Maria Sylvia de Carvalho Franco, uma novidade reside na singular (e estimulante) leitura que a autora realiza da obra de Marx acerca do tema em foco. Ela concebe que o autor de O Capital analisou o escravismo em contraposição ao trabalho livre, em passagens que visam explicar este último e não a esclarecer a lógica do primeiro⁹⁶. Marx não teria, assim, refletido sobre a situação específica do escravismo onde

⁹² - Tome-se, por exemplo, os trabalhos do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, onde esta teorização emerge como um dos fundamentos do esquema interpretativo geral (ver: João Manuel Cardoso de MELLO - O Capitalismo Tardio, c.1 "Da Economia Colonial à Economia Exportadora Capitalista").

⁹³ - Maria Sylvia de Carvalho FRANCO - "Organização Social do Trabalho no Período Colonial" in P.S.PINHEIRO (org.) - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, p.145. Para a autora o todo deve ser concebido como a colônia e a metrópole, não havendo exterioridade de uma em relação a outra.

⁹⁴ - Em suas palavras: "inscrita no movimento de expansão do setor açucareiro, a escravidão moderna representa um momento importante na organização social do trabalho, em vista de objetivos econômicos", onde o escravo emerge como o "agente de trabalho historicamente possível" (Idem, *ibidem*, p.178).

⁹⁵ - Idem, *ibidem*, p.174. Noutra passagem, M.S.de Carvalho FRANCO observa que "o crescimento dos mercados na Europa e na colônia formaram uma rede unitária de determinações" (p.185). Assim, a "moderna produção baseada no trabalho escravo" é um elemento interno à formação do sistema capitalista (p.146).

⁹⁶ - Idem, *ibidem*, p.171. A autora critica enfaticamente as leituras de Marx que vinculam a vigência do capitalismo com a necessária existência do trabalho livre (p.173). Para ela o que Marx aponta é a necessidade da existência da força de trabalho como mercadoria, em suas palavras: "sendo requisito para a formação de maisvalia que a força de trabalho seja mercadoria, o capital torna-se compatível com outros regimes de trabalho desde que realizada aquela condição, isto é, desde que constituído um mercado de força

a **posse e a propriedade** da força de trabalho estão separadas⁹⁷. Deste modo, para bem caracterizar as sociedades colonias faz-se mister "alargar as fronteiras" na "teoria marxista da compra e venda da força de trabalho", sem buscar uma periodização acabada na obra de Marx⁹⁸.

Maria Sylvia explicita bem a postura - correta ao nosso ver - de tomar a reflexão de Marx acerca dos modos de produção como uma **teoria da história** e não um **esquema analítico**⁹⁹. Isto diferencia bastante sua perspectiva do entendimento trabalhado por vários dos autores analisados. Entre estes, Caravaglia é dos mais enfáticos ao defender a visão do modo de produção como "modelo explicativo" e, em consequência, tomando a formação econômico social como a "realidade concreta e passível de ubicação histórico-temporal"¹⁰⁰. Ciro Flamarion Cardoso também avalia o modo de produção como "esquema geral abstrato" - um "modelo que reduz a seus mecanismos fundamentais certo tipo de organização sócio-econômica"¹⁰¹ - e critica a "visão classificatória" deste conceito utilizada por Jacob Gorender¹⁰². Este autor, por sua vez, por um lado renega uma perspectiva "historicista", mas também ataca a "categorização abstrato formal" de ver o modo de

de trabalho" (p.160). Esta condição está plenamente contemplada com o escravismo, pois o escravo é uma mercadoria (p.168).

⁹⁷ - Idem, ibidem, pp.156, 168 e 172. No trabalho assalariado a posse e a propriedade da força de trabalho estão unificadas na "pessoa" do proletário, que por isso pode vendê-la; no escravismo, o possuidor não tem a propriedade da sua força de trabalho que é propriedade de outrem (p.151). O comerciante de escravos personificaria a dissociação posse/propriedade (p.169).

⁹⁸ - Idem, ibidem, p.169 e 173.

⁹⁹ - Idem, ibidem, p.153.

¹⁰⁰ - J.C.GARAVAGLIA - "Introducción" in Modos de Producción en América Latina, p.7.

¹⁰¹ - C.F.S.CARDOSO - "El Modo de Producción Escravista Colonial en América", p.255. Em obra mais recente, o autor se autocritica, sem contudo alterar seu entendimento acerca da definição de modo de produção (Escravo ou Campones?, pp.35 e 38).

¹⁰² - Idem, ibidem, p.111.

produção como um modelo, defendendo uma ótica "categorial sistemática"¹⁰³.

Observa-se que a categoria periodizadora central do materialismo histórico e dialético não conhece um entendimento unívoco e dependendo da concepção que lhe é atribuída variará a qualificação do caráter das sociedades coloniais americanas. Face a tal situação, busquemos o socorro de um filósofo. José Arthur Giannotti, em texto especificamente dedicado ao esclarecimento deste ponto, considera que o modo de produção é, antes de tudo, um objeto histórico, elaborado por Marx para "evitar os enganos das teorias que tematizam a produção em geral"¹⁰⁴. Esta categoria visa aprender certas dinâmicas históricas - "a forma objetiva pela qual os homens entabulam relações sociais por meio de suas atividades produtivas" nas palavras do autor - não podendo ser confundida com um tipo-ideal weberiano¹⁰⁵.

Quanto ao modo de produção capitalista - "nome que designa o processo de objetivação e individualização de uma entidade muito real, o capital"¹⁰⁶ - Giannotti destaca que a constituição do "capital em geral" (aquele que incorpora o capital e as condições de

¹⁰³ - J.GORENDER - "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica", pp.45/6 e O Escravismo Colonial, pp.44 e 36/7.

¹⁰⁴ - J.A.GIANNOTTI - "Notas sobre a categoria **modo de produção** para uso e abuso dos sociólogos" in Filosofia Miúda e demais aventuras, p.50. O autor considera que Marx buscava apreender a forma do social, e esta viria não da soma de predicados mas de sua **síntese**. Nas palavras do autor: "Tudo depende de como as relações de produção, relações sociais mediadas por coisas trabalhadas, se instauram e se mantêm graças a um processo que vem repor sua própria realidade. Este é o movimento que nos interessa estudar num determinado modo de produção" (p.47). A questão básica seria captar a individualização, enfim, como se objetiva esta síntese.

¹⁰⁵ - Idem, ibidem, p.48. GIANNOTTI critica as perspectivas que tentam caracterizar um modo de produção pela enumeração de seus predicados: "Sorratamente passam da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito, como se tais predicados pudessem se reunir sem obedecer a uma lógica emanada do próprio objeto" (p.46). Não é difícil enquadrar alguns dos autores resenhados no alvo desta crítica.

¹⁰⁶ - E o autor continua: "O capital é uma síntese de determinações. A nós cabe estudar como esse movimento de síntese se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalista de produção" (Idem, ibidem, p.52). O capital é um objeto histórico e que "historializa" (p.50).

sua existência¹⁰⁷) se objetiva numa circularidade onde "o capital incorpora modos anteriores de produção" (no processo de instalação de uma "história universal") e coloca-os como "momentos do ciclo de acumulação do capital"¹⁰⁸. Assim historicamente falando a expansão do capitalismo articula "modos de produção periféricos" ("subsidiários" ou "clientes") onde perduram "formas de extração do trabalho que não se efetivam sob as estreitas condições da extração da mais-valia"¹⁰⁹. O autor não menciona diretamente o escravismo colonial, mas nada impede - em seu argumento, muito pelo contrário - de concebe-lo nestes termos¹¹⁰.

J.A.Giannotti conclui suas "notas" com uma ressalva que vale a pena transcrever: "E' somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna conveniente reservar a categoria modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no processo de sua efetivação"¹¹¹. Seguindo esta indicação é possível elaborar um novo equacionamento do debate resenhado.

Deixando de lado certo formalismo caracterizador e o afã taxonômico de listar

¹⁰⁷ - Idem, ibidem, p.49. O autor aponta o papel da organização do trabalho "improdutivo" (por exemplo o doméstico) como condição de reprodução do capital. Em outra passagem define o capital em geral como "lado reificado do modo de produção capitalista" (p.51).

¹⁰⁸ - Idem ibidem, p.51.

¹⁰⁹ - "Como o capital demarca os bastidores, estipula as condições de existência de uma forma de socialização do trabalho, como se gera e perdura tal forma é a única questão importante" (Idem, ibidem, p.51).

¹¹⁰ - Na única alusão próxima ao tema, diz GIANNOTTI: "Todos sabemos que o capital comercial forjou o sistema colonial, isto quando o capital em geral existe apenas em germe, como processo objetivo que resultará na revolução industrial" (p.52). Assim colonização e gênese do capitalismo estariam envolvidos numa mesma circularidade, capta-la seria o importante para o autor.

¹¹¹ - Idem, ibidem, p.52. GIANNOTTI vai criticar, todavia, que se circunscreva a análise nas formações econômico-sociais, pois tal procedimento acaba por repor a dicotomia entre o universal e o singular que o marxismo visa ultrapassar.

os modos de produção possíveis, e acatando o **capitalismo** como categoria histórica de macro-periodização (atendendo assim à ressalva de Giannotti), não há como fugir à localização do antigo sistema colonial dentro de sua órbita. Instrumento da transição, mecanismo da acumulação primitiva, criação do capital mercantil, a colonização europeia do Novo Mundo se inscreve no processo de constituição da economia-mundo capitalista¹¹². A sobrevivência de relações pretéritas e as respostas adaptativas criando novas formas de dominação e exploração na América colonial não deve obscurecer este vínculo central.

Subordinação a uma dinâmica externa (mesmo que com brechas e atenuações) e formas compulsórias de trabalho parecem ser os elementos centrais que caracterizam a realidade colonial. Isto emerge nos vários autores analisados, mesmo que inseridos em esquemas interpretativos díspares. Na linha aqui assumida, poder-se-ia trabalhar a idéia de uma **via colonial** de desenvolvimento do capitalismo¹¹³ ou, talvez especificando mais, uma **via das plantations** dando maior ênfase ao peso da escravidão africana. Rastrear os padrões de valorização do espaço referidos a tal identidade na formação territorial do Brasil será o objetivo do próximo capítulo. Antes de passar a esta tarefa, vale ressaltar que, no sentido explicitado, a colônia - mesmo envolvida por um movimento interno que igualmente influi em seu destino - é inconpreensível sem o recurso às geopolíticas metropolitanas que comandam o processo colonizador.

¹¹² - E de pouco alcance é a crítica que coloca tal visão como "teleológica", pois sabemos que a análise histórica transita numa ótica **pós festum** e que o sentido dos processos não necessariamente se explicita na consciência imediata de seus sujeitos. Assim, não seria pelo colono se pensar como vassalo que um caráter feudal estaria instalado, nem o fato do escravo africano ser uma pessoa que eliminaria a lógica de negócio do escravismo. Enfim, o sentido da colonização transcenderia a uma abordagem fenomenológica.

¹¹³ - A discussão sobre as "vias de desenvolvimento do capitalismo" remonta à Lenin e a Lukács (Ver: Antonio Carlos Robert MORAES - "As Condições Naturais e a Estruturação do Espaço Agrário"). A idéia de uma "via colonial", se bem que em termos distintos do aqui apresentado, aparece em José CHASIN - O Integralismo de Plínio Salgado.

IVa. PARTE

BRASIL: UM TERRITORIO

X- GEOPOLITICA DA INSTALACAO PORTUGUESA NO BRASIL

Para a discussão à ser empreendida aqui é secundária a questão de ter sido o Brasil de fato descoberto pela expedição de Pedro Alvares Cabral ou desta ter efetuado apenas o "achamento" oficial das terras brasileiras, tema já abordado no sexto capítulo¹. Em apoio à segunda visão, argumenta Joaquim Barradas de Carvalho com as alusões ao continente austral contidas no Esmeraldo de Situ Orbis e referida a uma viagem efetuada por seu autor ainda na década final do século XV². A presença de Duarte Pacheco Pereira na delegação portuguesa que discutiu o tratado de Tordesilhas viria em reforço desta argumentação. Entretanto, outros autores contestam esta versão, defendendo que toda a ação lusitana no sentido de jogar o meridiano de demarcação mais para oeste estaria dentro de uma estratégia de despistamento que garantisse o controle da rota do Cabo. Outros ainda, como por exemplo Capistrano de Abreu, consideram que "o arreglo foi meramente formal e teórico; ninguém sabia o que dava ou recebia, se ganhava ou afinal perderia com ele"³. Já foi comentado, que indícios da existência de terras a ocidente no Atlântico eram conhecidos notadamente nos Açores⁴. Assim, deixemos por hora esta difícil polêmica.

Muito mais central para os objetivos almejados é a constatação de Luís Filipe

¹ - Ver: "Portugal Quinhentista e o Brasil", pp.129 a 132.

² - Ver: Joaquim Barradas de CARVALHO - "O Descobrimento do Brasil através dos Textos."

³ - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.296. Em reforço a esta interpretação poder-se-ia lembrar as lacunas significativas contidas no texto elaborado em Tordesilhas (e nomeado Capitulação da Partição do Mar Oceano), notadamente a indefinição quanto a qual ilha do arquipélago de Cabo Verde serviria de marco de referência e também a não pactuação quanto ao tamanho atribuído a cada grau na contagem dos meridianos (sobre o tema, ver: Helio VIANNA - História Diplomática do Brasil, p.19).

⁴ - Ver: Damião PERES - O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral. Antecedentes e Intencionalidade.

Barreto: "O Brasil é uma zona de quase esquecimento no Quinhentismo português"⁵. Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não haviam os estoques metálicos entezourados, como na América hispânica, que animassem uma rápida ocupação. Também não haviam os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrados no Indico. As populações com que se defrontaram os portugueses - independente da polémica acerca de sua densidade - eram demasiado rudes face mesmo aos reinos africanos com quem eles entabulavam relações. A vida material existente era pobre, todo atrativo das novas terras repousando na exuberante natureza e na desconhecida interlândia.

Assim, era explicável que Portugal envolvido com o domínio - em alguns casos em expansão e noutros não ainda solidificado - de vários circuitos de alta rentabilidade deixasse as possessões americanas como um todo (e, entre elas, as terras brasileiras) num plano secundário da geopolítica da Coroa e do capital mercantil com ela associado na empresa ultramarina. Pois, "é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América"⁶. Entretanto, o desprezo não foi absoluto e a colocação em segundo plano não significou um abandono total, tanto que já em 1506 a Coroa portuguesa demandava à Santa Sé a ratificação (ainda não realizada) dos termos do acordo firmado em Tordesilhas⁷. Cabe, assim, relativizar o "esquecimento", pois como bem

⁵ - Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI, p.169. Em outra passagem, diz BARRETO: "Brasil achado em 1500 e em 1500 esquecido, de tal modo que a sua criação como espaço colonial é uma resposta a perigos da concorrência essencialmente ligados com a carreira da Índia" (p.170).

⁶ - Caio PRADO JR. - Formação do Brasil Contemporâneo, p.23. Este autor observa que sequer a feitoria comercial, nos moldes africanos, não era imediatamente realizável na América lusitana (p.31). Roberto SIMONSEN também aponta o "pequeno valor econômico" dessas terras nos primórdios da colonização, lembrando que um mesmo volume de carga rendia dez vezes mais na rota do Cabo que no comércio brasileiro (História Econômica do Brasil (1500/1820), pp.49 e 54/5).

⁷ - O que é registrado na bula "Ea quae pro bono pacis". Os direitos portugueses são reafirmados também, em 1514, na bula "Precelsae devotionis" (Helio VIANNA - Ob.cit., p.20).

avalia Alexander Marchant o Brasil mesmo "desprezado" foi "apropriado".

Se por um lado não havia atrativos para uma rápida ocupação, por outro domínio do maior número de possessões era -como já visto - intrínseco à lógica imperia. Qualquer terra descoberta deveria ser incorporada, pois seu contróle abria a possibilidade para o conhecimento e exploração futuros. No caso das terras brasileiras, uma qualidade locacional deve ter se destacado para os estrategistas do império ultramarino lusitano: trata-se do longo litoral, todo ele estendido no hemisfério austral, cujo domínio articulado ao das praças portuguesas na África ocidental permitiria um bom controle do Atlântico sul e, logo, do grande eixo de circulação oceânica meridional⁸. Nesse sentido, também emerge o papel importante que estas terras poderiam representar enquanto pousada para as naus da rota do Cabo, função claramente apontada já por Pero Vaz Caminha na Carta de Achamento do Brasil⁹.

No balanço entre atrativos e capacidade, Portugal, envolvido - como também já visto - com dificuldades demográficas e financeiras para gerenciar seu amplo império, entabulou inicialmente em sua possessão sulamericana uma forma de ocupação bastante lenta. Nas primeiras décadas do XVI, algumas expedições exploradoras e visitas ocasionais para a realização do escambo com os indígenas basicamente para a obtenção do pau-brasil¹⁰. As primeiras são organizadas diretamente pela Coroa com o objetivo claro

⁸ - Do Escambo à Escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, p.4.

⁹ - Cabe lembrar que a proposta inicial discutida em Tordesilhas foi a de uma divisão latitudinal, a qual foi rechaçada em detrimento de um marco longitudinal.

¹⁰ - Fato bem destacado por L.F.BARRETO: "Espaço virgem sem imediata riqueza, a nova terra surge aos olhos de Caminha como ponto de apoio à carreira da Índia: 'ter aqui esta pousada para esta navegação a Calecut'" (Ob.cit., pp.176/7).

¹¹ - Ver: Sergio Buarque de HOLANDA - "As Primeiras Expedições" in História Geral da Civilização Brasileira, v.1.

conhecer as novas terras como forma primeva de reivindicar sua soberania¹² - objetivo que se realiza pois já em 1519 o contorno da costa brasileira aparece bem desenhado no conhecido mapa de Lopo Homem¹³. As segundas viagens são obras de companhias privadas, para as quais o Estado português arrenda a atividade de escambo do pau-brasil, tornando assim o capital mercantil em sócio de mais este empreendimento¹⁴.

As trocas desenvolvidas, apesar do caráter episódico, acabam por gerar uma diminuta mas estável relação através das feitorias distribuídas em alguns pontos da costa¹⁵. Estas eram inicialmente locais de armazenagem e embarque do pau-brasil, que acabam cumprindo a função de "posto de comércio" e "base de patrulhamento da costa"¹⁶. A feitoria foi, ademais, um laboratório de conhecimento da terra, de seus produtos e de seus

¹² - Basilio de MAGALHAES aponta que já em 1501 uma expedição de reconhecimento havia dado nome aos principais acidentes geográficos do litoral brasileiro entre o cabo de São Roque e Cananéia (Expansão Geográfica do Brasil Colonial, p.10). Fato também apontado por Orlando R. PINTO - Cronologia da Construção do Brasil, p.28.

¹³ - Em 1502 os contornos da terra brasileira já apareciam no famoso mapa de Cantino. Em carta enviada à senhoria de Veneza dando conta da nova descoberta, Domenico Pisani já comentava: "julgam que esta terra é firme" (Orlando R.PINTO - Ob.cit., p.28). Este autor ainda lembra que o nome "Brasil" aparece pela primeira vez no mapa de Jeronimo Marini, em 1512 - logo, sete anos depois do nome "América" ser impresso no mapa de Waldseemuller (p.32).

¹⁴ - Uma indicação do intuito também geopolítico deste sistema aparece no fato de na carta de arrendamento de Fernao de Noronha, o primeiro arrendatário, figurar um ítem de obrigatoriedade da edificação de um forte e clausulas explicitas quanto ao número mínimo de viagens a serem efetuadas por ano (A.MARCHANT - Ob.cit., p.16). Sobre a presença de capitais estrangeiros nestas primeiras viagens, ver: Bailey W.DIFFIE - "Os Privilégios Legais dos Estrangeiros em Portugal e no Brasil do Século XVI" in H.H.-KEITH e S.F.EDWARDS (orgs.) - Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira - Ensaio, p.5. O autor lembra esta presença já na frota de Cabral e também aponta os sócios estrangeiros de Noronha (pp.13 e 16).

¹⁵ - Segundo MARCHANT: "A feitoria era uma unidade econômica que, por ser as vezes situada em territórios de povos hostis, frequentemente revestiu-se de uma importancia política" (Ob.cit., p.5). Associada frequentemente a um forte, esta unidade expressava um "flexível sistema comercial". Frederic MAURO comenta que as feitorias "eram mais campos entrincheirados que aldeias" (Do Brasil a América, p.217).

¹⁶ - Idem, ibidem, p.30. MARCHANT acompanhando a trajetória da nau "Bretoa" avalia que as tres maiores feitorias existentes em 1511 localizavam-se em Pernambuco, na Bahia e em Cabo Frio (pp.21/2). Nesta última viviam apenas 6 portugueses que organizavam o escambo: "os indios traziam o pau-brasil para uma feitoria, onde o feitor fazia a permuta por outros artigos e guardava a madeira até arribar uma nau portuguesa" (pp.25 a 27). Para dados sobre os embarques de Noronha ver p.16.

habitantes. Um locus de aclimação e marco de soberania, enfim, uma base de ocupação cuja edificação revelaria um intuito protocolonizador um pouco menosprezado por alguns analistas da história colonial brasileira¹⁷. A feitoria representou, assim, um local de trocas não apenas econômicas mas também culturais, e a importância destas últimas não pode ser minimizada quando se busca entender a instalação lusitana nas terras americanas.

Vale aqui um comentário acerca das populações encontradas pelos primeiros conquistadores. Basicamente, os contatos iniciais se fizeram com as tribos tupís, estas em processo recente de expansão pela costa¹⁸. Na verdade esta designação recobre um conjunto variado de grupos - "povos agricultores com grande mobilidade espacial"¹⁹ - que, sob diferentes denominações, estavam distribuídos nas zonas litorâneas desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul²⁰. Essa variedade acabou por ser agrupada, pelos conquistadores (e pelos historiadores), com base na atitude das diferentes tribos face aos portugueses: os tupiniquins amigos e os tupinambás hostís. A estes dois grupos do litoral se associava, sob a denominação genérica de tapuia, as "tribos do sertão", com gêneros de vida mais

¹⁷ - Tal menosprezo aparece, por exemplo, na avaliação de Celso FURTADO: "O comércio de peles e madeiras com os índios, que se desenvolveu durante o século XVI em toda a costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias" (Formação Econômica do Brasil, p.7). Capistrano de ABREU parece ampliar a compreensão do papel das feitorias ao colocar: "Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas" (Capítulos de História Colonial, p.56, o grifo é nosso). Vale lembrar que Sergio B.de HOLANDA destaca a mestiçagem como forma de fixação (Raízes do Brasil, p.35).

¹⁸ - Ver: J.F.de Almeida PRADO - Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530, pp.125 e 130.

¹⁹ - Berta RIBEIRO O Índio na História do Brasil, p.19.

²⁰ - Georg THOMAS lista os diferentes grupos (potiguaras, tupinambás, caetés, tamoios, carijós, guaianás) que esparramavam-se por toda a orla, com exceção de pequenos trechos ainda em mão das tribos recém expulsas, as quais os tupis no geral denominavam de tapuias - estas na maior parte pertencentes ao tronco jê (Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640, pp.13 a 15). Berta RIBEIRO lembra que do ponto de vista linguístico as populações autóctones brasileiras podem ser agrupadas nos troncos tupi (com sete famílias), macro-jê e aruak, além de seis outros troncos isolados (Ob.cit., p.25). Vale lembrar, com a autora, que o mapa etno-histórico elaborado por Kurt NIMUENDAJU aponta 1400 tribos distribuídas por 40 famílias linguísticas.

rudimentares²¹.

Sobre o número da população autóctone nas terras brasileiras à época da chegada dos europeus reina grande polêmica, os autores oscilando suas estimativas entre um e dois milhões e meio de habitantes nativos²². De todo modo, mesmo nas áreas de maior adensamento, a densidade demográfica não ultrapassava a terceira faixa de povoamento primitivo da América, estabelecida por Pierre Chaunu em até oito habitantes por quilômetro quadrado²³. Um quadro que se diferenciava bastante daquele defrontado nas possessões hispânicas, não apenas na quantidade de população mas sobretudo em sua organização. O contingente autóctone brasileiro estava dividido em pequenos grupos que se combatiam com frequência, não possuindo traços de unidade política maior²⁴ (o português vai usar bastante esta índole guerreira e a hostilidade intertribal). Resta salientar o caráter nômade das tribos brasileiras, elemento impeditivo de uma acumulação em situação significativa, como a observada na América espanhola.

Enfim, foi com estas populações que os primeiros colonizadores entabularam trocas no período inicial de instalação. Pode-se dizer que, nesse período, a sobrevivência dos primeiros colonos repousava em muito numa boa acolhida por parte dos nativos. Ta

²¹ - J.F.de Almeida PRADO - Ob.cit., p.118. Para uma localização das várias tribos, ver: Berta RIBEIRO Ob.cit., pp.21/23.

²² - Maria Luiza MARCILIO resenha este debate, onde Rosemblat fala em um milhão, Bergman em dois e meio, e Hemming em 2.432 mil ("A População do Brasil em Perspectiva Histórica" in Iraci del Nero COSTA (org.) - Brasil: História Econômica e Demográfica, p.15 notas 8,9 e 10). Eulalia M.L.LOBO, citando J.Stewart e L.Faron, estima a população da porção oriental do Brasil em 378 mil habitantes perfazendo 0,3 habitante por km², a da floresta tropical montana em mais de 2 milhões de habitantes com uma densidade de 0,3 habitantes por km². Na faixa litorânea, de maior adensamento, chegaria a 2 habitantes por km² ("Conflito e Continuidade na História Brasileira" in H.H.KEITH e S.F.EDWARDS (orgs.) - Ob.cit., p. 315 nota 4).

²³ - Para a população guarani na época, a de maior densidade, distribuída por um território de 350 mil km² (abrangendo regiões do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), Pierre CLASTRES estimou um contingente de 1,404 mil habitantes - o que dá o número de 4 habitantes por km² (apud Berta RIBEIRO Ob.cit.,p.30).

²⁴ - Florestan FERNANDES coloca a dificuldade em formar e manter uma unidade supratribal como fraqueza maior da reação indígena ao colonizador, responsável pelo caráter disperso e fragmentado desta ("Os Tupis e a Reação Tribal à Conquista" in História Geral da Civilização Brasileira, v.1, p.85).

dependência advinha do pequeno número de portugueses deixados em terra²⁵, ao que se somava o desconhecimento do território e de seus produtos. Por isso era fundamental o estabelecimento de relações com o gentio, o que foi realizado com êxito - fato que se expressa na presença precoce, em vários pontos da costa, de europeus não apenas vivendo entre os índios mas possuindo relativa ascendência sobre estes²⁶. Esses elementos foram de grande valia na posterior ocupação, no papel de elo de contato entre os colonizadores e as comunidades indígenas²⁷. Os primeiros feitores, sem dúvida, não escaparam muito deste perfil.

Contudo, do ponto de vista do domínio territorial, a feitorização era uma iniciativa ainda tímida face à magnitude do espaço ambicionado. Instalava o colonizador mas não garantia a efetiva conquista e "tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente"²⁸. Notadamente os navios franceses, de modo precoce e cada vez mais frequente, visitavam a costa do Brasil entabulando trocas com os indígenas e fazendo concorrência às companhias portuguesas no escambo e na comercialização dos produtos

²⁵ - Almeida PRADO lembra que já a frota de Cabral deixa alguns degredados em terra (Ob.cit., p.55). Na feitoria de Cabo Frio - fundada pela expedição de 1503 - ficaram 24 portugueses (p.40).

²⁶ - Idem, ibidem, p.69. João Ramalho em São Vicente e o Caramuru na Bahia são os mais conhecidos entre estes personagens, mas não os únicos (pp.58/9). Estes "povoadores" seriam naufragos, desertores ou degredados basicamente.

²⁷ - Eles foram os pais de uma primeira geração de brasileiros, fruto de suas uniões com mulheres indígenas. Sobre a importância destes, comenta Almeida PRADO: "Sem aquela chusma de mamelucos submetida à disciplina cristã, seria quase impossível a tarefa do estabelecimento de portugueses no Brasil" (Ob.cit., p.108).

²⁸ - Celso FURTADO - Ob.cit., p.7. Esse autor considera assim que "o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias" (p.6). R.SIMONSEN aponta bem o dilema de D.João III: "ou ocupar efetivamente a Terra de Santa Cruz ou correr o risco de perdê-la" (Ob. cit., p.79).

trocados²⁹. A consciência desta concorrência aparece nas reclamações que Portugal encaminha à chancelaria da França, às quais o rei frances responde que pouco pode agir, na medida em que as viagens dos "entrelpos" eram iniciativas de particulares³⁰. A resposta portuguesa vem na criação da "capitania do mar" do Brasil e das armadas "guarda costas" que ao longo das décadas de 20 e 30 policiam o litoral fazendo a caça aos navios franceses.

A própria experiência destas expedições punitivas alerta, até pelo número de barcos apreendidos, a Coroa portuguesa quanto à necessidade de ativar a ocupação do Brasil. Tal recomendação aparece explicitamente no relatório encaminhado ao rei pelo comandante de uma das mais importantes destas expedições, Martim Afonso de Sousa³¹. Vale destacar que tratava-se de criar uma exploração econômica, e não de uma simples apropriação de uma riqueza já existente. Em outras palavras, urgia iniciar uma produção

²⁹ Segundo Capistrano de ABREU a concorrência francesa no escambo do pau-brasil "minava os alicerces da singular política colonial portuguesa" nessas terras (Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.249, e também Capítulos de História Colonial, p.58). A. MARCHANT observa a diferença entre o sistema de escambo frances, operado á partir das embarcações, e o português apoiado em feitorias fixas (Ob.cit., p.27). Todavia Orlando PINTO menciona a tentativa francesa de levantar um forte em Pernambuco no ano de 1532, lembrando que barcos dessa nacionalidade aparecem no litoral brasileiro já em 1503 (Ob.cit., pp.40/1 e 30). Sergio B. de HOLANDA e Olga Pantaleao apontam tentativa semelhante em Cabo Frio em 1548 ("Franceses e Holandeses no Brasil Quinhentista" in História Geral da Civilização Brasileira, v.1, p.148). Segundo estas autores, há registros da presença francesa, na primeira metade do século XVI, desde a foz do Amazonas até a ilha de Santa Catarina (p.147).

³⁰ - Helio VIANNA - Ob.cit., pp.24/5. Vale lembrar o questionamento de Francisco I quanto à divisão do ultramar pelo papado entre as Coroas ibéricas.

³¹ - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.251. Este autor credita a Martim Afonso o plano original de criar as capitanias. Já Helio VIANNA considera que o plano é anterior e que esta expedição foi organizada como parte de sua objetivação, em suas palavras: "Verificando que o único modo de afastar do litoral do Brasil os traficantes estrangeiros seria dar início à colonização, com esse objetivo mandou D.João III aprestar uma armada em 1530" (Ob.cit., p.25). Martim Afonso chega no ano seguinte à costa pernambucana com duas naus, um galeão e duas caravelas. Estas duas últimas são mandadas para explorar a costa setentrional, enquanto o resto da armada demanda ao sul onde chegam ao estuário do Prata, com escalas na Bahia, no Rio de Janeiro, em Cananéia (onde fazem uma incursão terrestre) e na costa uruguaia (onde são assentados marcos de ocupação. No retorno funda São Vicente, em 1532 (p.26).Sergio B.de HOLANDA também afirma que D.João III havia determinado a Martim Afonso fazer demarcações com a finalidade explícita de posterior divisão da terra (O Extremo Oeste, p.117). R.SIMONSEN observa que o letrado Diogo de Gouveia participou da elaboração do plano das capitanias, o que se comprova pela leitura de sua correspondência (Ob.cit, pp.79/80).

depositando capitais com vista a um retorno futuro³². Luis Felipe Barreto capta bem a dificuldade da empresa: "Brasil obstáculo exigindo uma colonização específica e um lucro bem mais mediato e diferenciado que o imediatamente mercantil buscado pelo intermediário multicontinental do Renascimento"³³.

Observa-se que o móvel da instalação era especificamente geopolítico, a exploração econômica aparecendo como um instrumento e uma necessidade deste³⁴. Da a dificuldade de financiamento e o desinteresse do capital mercantil ávido por lucros rápidos. Como avalia Celso Furtado: "A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável"³⁵. Cabe lembrar que a esta falta de atrativo à capitalização privada deve-se adicionar a difícil situação fazendária em que, como visto no quarto capítulo, está envolvida a Coroa portuguesa no segundo quartel desse século. Face a este quadro, a proposta do sistema de capitania hereditárias emerge como uma saída viável e barata de apressar a instalação nas terras do Brasil. Garantir a posse de vários pontos da costa foi o objetivo primeiro deste sistema³⁶.

O intuito geopolítico da implantação do sistema de capitania no Brasil (como tantas outras coisas brasileiras, também trazido da colonização das ilhas atlânticas

³² - Nas palavras de Vera Lucia do Amaral FERLINI: "Fazia-se imperiosa a organização de exploração agrícola rentável que, ao mesmo tempo, interessasse os investidores metropolitanos e propiciasse recurso para a manutenção e defesa destes domínios" (A Civilização do Açúcar séculos XVI a XVIII, p.15). E conforme R. SIMONSEN: "No Brasil, sem encontrar, a princípio, os metais preciosos, compelidos... a ocupar efetivamente a terra, foram os portugueses forçados a recorrer a agricultura, a fim de assegurar a base de rendimento da nova colônia" (Ob.cit., p.33).

³³ - L.F.BARRETO - Ob.cit., p.170.

³⁴ - A.MARCHANT argumenta que a necessidade de defesa do Brasil impunha o imperativo de torná-lo produtivo, de forma a custear as despesas decorrentes. O plano das capitania estaria dentro desta lógica de "colonização permanente" (Ob.cit., p.39). Ver também P.CHAUNU - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.240.

³⁵ - C.FURTADO - Ob. cit., p.8. O autor lembra ter sido o Brasil o primeiro estabelecimento europeu de base agrícola em toda a América (p.9). P.CHAUNU fala que as terras brasileiras "foram a sede de economia de colheita" (Ob.cit., p.312).

³⁶ - Caio PRADO JR. - Ob.cit., p.37.

transparece claramente na relação estabelecida entre o rei e o donatário, onde este é definido como o ocupante da terra por graça real, terra que não sai do domínio do soberano³⁷. Nesse sentido que a capitania não pode ser confundida com um feudo, sendo antes um empreendimento "paraestatal", um expediente para atrair "elementos privados na exploração das conquistas"³⁸. Isto não quer dizer que este sistema estivesse destituído de traços feudalizantes, ao contrário assentava-se em todo um arcabouço claramente senhorial que o isolamento e a autarquização amiude reforçaram³⁹. Porém havia um móvel mercantil que a tudo presidia. Como lembra bem Alexander Marchant, os donatários eram todos membros da pequena nobreza, militares ou funcionários envolvidos com negócios ultramarinos⁴⁰.

Para o donatário a efetivação da merçe recebida passava necessariamente pela criação de uma estrutura produtiva em sua área. Nas condições reinantes a implantação de lavouras de gêneros tropicais se impunha como modelo geral de instalação. Novamente era a experiência insular que balizava o caminho, apontando a ampla lucratividade do

³⁷ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.44. Este autor aponta a distinção entre as "cartas de doação", referentes ao provimento de terras e poderes ao donatário, e os "forais" que representam ajustes fiscais entre este e a Coroa que reafirmam a soberania real sobre o território (p.128). Também MAURO alerta para o fato do donatário ser o titular de uma ação oriunda do poder real, e destaca que este é um partícipe do comércio mundial. E conclui que, portanto, as capitanias não poderiam ser consideradas feudais (Ob.cit., pp.100, 99 e 97).

³⁸ - J.F. de Almeida PRADO - "O Regime das Capitanias" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, pp.94 e 99. Também Helio VIANNA aponta o caráter não feudal: "Não concedendo ao titular do senhorio o domínio absoluto... estabeleciam as cartas de doação... um inteligente sistema de exploração oficial, embora executado por intermédio de particulares" (Ob.cit., p.27). R.SIMONSEN igualmente afirma que a falta de recursos animou o plano, cujos participantes buscavam um "lucro capitalista" (Ob.cit., pp.181/2). Segundo ele, o sistema era "um meio de garantir a posse da Terra de Santa Cruz sem maior onus para a Coroa portuguesa" (p.61).

³⁹ - F.MAURO aponta traços medievais na dominância do grande proprietário e na armação das instituições (Ob.cit., p.103). Oliveira MARQUES considera que os donatários, de fato, "agiam como senhores feudais", distribuíam a terra e controlavam os meios de produção, e "tudo isso criava uma sociedade hierarquizada em quatro categorias, muito à maneira feudal" (História de Portugal, v.II, pp.57/8).

⁴⁰ - A.MARCHANT - Ob.cit., pp.40/1. Segundo este autor, a capitania se organizava à partir de uma vila com um bom porto numa baía ou estuário. O donatário tinha suas propriedades que explorava diretamente ou por parceria, e também cobrava os dízimos pela terra distribuída entre os colonos. Além disso possuía o monopólio sobre o comércio de alguns produtos (pp.44 a 46).

plântio da cana de açúcar. E, pode-se aventar que todas as tentativas de instalação recorreram de início à agricultura açucareira⁴¹. Com maior cuidado (e menor abrangência) pode-se dizer que aquelas que lograram uma adaptação a esta produção foram as que conseguiram se desenvolver (malgradas as razões que fogem a uma lógica estritamente econômica). Cabe lembrar que o estabelecimento de engenhos e de grandes lavouras de cana de açúcar envolvia montantes de capitais expressivos, não acessíveis à boa parte dos donatários⁴².

O destino das várias capitanias foi bastante diversificado. De início cabe atentar para a observação de Capistrano de Abreu de que metade dos doze donatários jamais pisaram em suas possessões, fato que revela algo das dificuldades e da incerteza do empreendimento⁴³. No geral, pode-se estabelecer certa relação (aparentemente óbvia) entre a prosperidade e a disponibilidade de capitais. Todavia outros fatores, como a reação e o trato das populações autóctones, também interviram no processo⁴⁴. De todo modo, na década de 1540, há registros da existência de engenhos e de embarque de açúcar em várias capitanias⁴⁵. Em algumas aparece inclusive a presença de capitais estrangeiros investidos

⁴¹ - Capistrano de ABREU comenta que Cristovam Jacques havia fundado, em 1521, uma feitoria em Itamaracá onde em 1526 já se embarcava algum açúcar (Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.367). Stuart SCHWARTZ atenta o recebimento do açúcar português, em Lisboa, nesse ano (Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, p.31).

⁴² - A. MARCHANT - Ob.cit., p.42. Este autor considera que foi o custo de defesa o responsável pelo fracasso de muitas capitanias, lembrando que São Vicente e Pernambuco - melhor providas de capitais - possuem tropas mercenárias (p.67). Ver também: R.SIMONSEN - Ob.cit., p.88. Para a história da instalação inicial em cada capitania, ver: J.F.de Almeida PRADO - "O Regime das Capitanias", pp. 102 a 105.

⁴³ - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.251.

⁴⁴ - MARCHANT destaca o papel do trabalho indígena na instalação das capitanias, seja no fornecimento de mão de obra seja no abastecimento inicial (Ob.cit., p.58). Diz ele que durante quase um século os portugueses e os índios "estiveram quase sozinhos no Brasil" (p.3), e conclui "é especificamente o seu trabalho o de que necessitavam para converter as incipientes colônias em centros de produção agrícola" (p.51).

⁴⁵ - Há, segundo MARCHANT, alusões a Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro, Ilheus, Espírito Santo e São Vicente (Ob.cit., p.51). Orlando R. PINTO assinala a existência de 6 engenhos em São Vicente em 1548, e de outros cinco em Pernambuco dois anos depois (Ob.cit., pp.51 e 53).

na produção açucareira⁴⁶. Tal fato pode revelar algo do êxito ou fracasso (ou, posto em outros termos, do erro ou acerto) da adoção do sistema de capitânicas como meio de ocupação do território brasileiro.

Genericamente falando, pode-se avaliar que as sedes de capitania, em sua maior parte, constituíram núcleos de povoamento que - salvo pequenas mudanças de sítio - se efetivaram. O abandono total de uma instalação central foi raro, mais comum foi o movimento de expansão e contração das áreas de cultivo. Nesse sentido, pode-se dizer que o sistema atuou na fixação dos portugueses em solo americano. E mais, com um relativo sucesso econômico que, mesmo localizado em poucos núcleos, "demonstrou a praticabilidade das colônias agrícolas no Brasil"⁴⁷. Portanto a instituição do governo geral em 1548 viria no sentido de reforçar uma formação já em movimento, de cuja viabilidade começava-se a ter maior segurança. Não se trata assim de uma alteração radical dos rumos da geopolítica portuguesa para a colônia, mas de uma medida que visava expandir e sedimentar o processo de instalação e domínio⁴⁸. Até porque o papel do governador geral era essencialmente

⁴⁶ - E' o caso do do banqueiro florentino Giraldes em Ilhéus e dos mercadores holandeses Schetz genoveses Dória em São Vicente (J.F. de Almeida PRADO - Ob.cit., p.102). C.FURTADO também destaca esta presença: "tudo indica que capitais flamengos participaram do financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão de obra escrava"(Ob.cit., p.12). Ver também: Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, p.69. Bailey DIFFIE igualmente conclui: "Da enorme variedade de documentos da época, fica a impressão de que havia grande número de estrangeiros em todas as capitânicas: muitos deles mercadores por conta própria ou agentes de estrangeiros residentes na Europa" (Ob.cit., p.5)

⁴⁷ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.67. Este autor enfatiza que as capitânicas "fixam" os portugueses, e acrescentarem "plantações à primitiva exploração extrativa", e mais, "juntamente com o advento da permanência, efetuou-se a instalação de certo número de governos locais, descentralizados para agirem no Brasil" (p.66). C.FURTADO também conclui nesse sentido: "O êxito da empresa agrícola do século XVI - único na época - constitui portanto a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas" (Ob.cit., p.14).

⁴⁸ - Helio VIANNA avalia, com razão, que as capitânicas cumpriram seu objetivo, e que o governo geral é instalado para auxiliá-las não para substituí-las (Ob.cit., p.28). R.SIMONSEN observa que em 1548 já existiam 16 povoados na costa brasileira, e que a instituição do governo geral visa ajudar sua prosperidade aumentando-lhes a segurança (Ob.cit., pp.85/6).

militar, tendo sua jurisdição só formalmente sobrepondo-se aos direitos dos donatários”.

A par da atividade agrícola, e do escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais quanto às riquezas escondidas na interlândia. O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis, vai alimentando uma "geografia fantástica" que animava o desvendamento dos sertões⁴⁹. Tal móvel estimulou precocemente a organização de entradas⁵¹, processo que conhece uma aceleração com as notícias referentes à descoberta do cerro de Potosi, que a consciência de então considerava mais próximo da costa brasileira⁵². Entrando na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam ao interior em busca de minérios, num movimento irradiador que parte de diferentes núcleos cos-

⁴⁹ - Ver Caio PRADO JR. - Ob.cit., p.306. Diz este autor: "O Brasil não constitui, para os efeitos da administração metropolitana, uma unidade" (p.303), tratado na verdade como um "agregado de capitânicas" (p.304). E conclui: "Em suma, não se encontra na administração colonial, repito, uma divisão marcada e nítida entre governo geral e local" (p.318). Sergio B. de HOLANDA, apesar de realçar o maior centralismo do governo geral, também conclui nesse sentido: "A tendência para a centralização do poder, que na prática jamais se realizará cabalmente durante todo o nosso período colonial, está longe de querer significar que o exerceria indiviso o governador" ("A Instituição do Governo Geral", p.109).

⁵⁰ - O melhor ensaio sobre esta geografia permanece sendo: Sergio Buarque de HOLANDA - Visão do Paraíso. Os motivos edênicos na colonização do Brasil.

⁵¹ - Já Martim Afonso de Sousa envia uma expedição ao interior partindo de Cananéia em 1531 (Sergio Buarque de HOLANDA - "As Primeiras Expedições", p.94). Basílio de MAGALHAES coloca que já antes, em 1526, Aleixo Garcia, saindo de São Vicente, havia atingido o Peru pela via do Paraguai; caminho também trafegável à partir de Santa Catarina (Ob.cit., p.64). Esta rota foi seguida, em 1540, por Cabeza de Vaca, explorador que fizemos referência no capítulo sétimo (R.SIMONSEN - Ob.cit., pp.235/6). Ver também: Oriando R.PINTO - Ob.cit., p.36 e Sergio B. de HOLANDA - Visão do Paraíso, p.71.

⁵² - Sergio B. de HOLANDA - Visão do Paraíso, p.44. Nas suas palavras: "o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil" (p.99). Segundo este autor, já a instituição do sistema de capitânicas "se segue a breve distancia à notícia das primeiras já notáveis consequências da expedição de Francisco Pizarro", pois só a crença na existência de grandes riquezas animaria a Coroa a se envolver, face a sua situação fazendária, em outro "front de colonização"; e com a descoberta posterior do cerro de Potosi, pode-se entender a "importancia que de súbito parece ganhar o Brasil para a política ultramarina de D.João III" (O Extremo Oeste, pp.109, 111 e 115).

teiros⁵³. Além das riquezas minerais, o apresamento do gentil também começa emergir como móvel destas incursões, na medida em que expandiu-se a demanda de braços com a consolidação das plantações.

O estabelecimento de uma atividade agrícola atuou como complicador nas relações entre os portugueses e os indígenas. Esta atividade demandava uma regularidade e um ritmo distinto daquele em que se processava o escambo. Por isso, "junto com os latifúndios e a monocultura da cana espalhou-se a escravidão dos índios"⁵⁴. Segundo Marchant, até 1533 inexistem provas do recurso a esta relação de trabalho na colônia, e somente após 1545 começaram a aparecer alusões a ela na correspondência oficial⁵⁵. A fome de braços das plantações animou a ampla difusão do apresamento de indígenas, tanto que com a constituição do governo geral a Coroa resolveu legislar sobre a matéria. No regimento de Tomé de Souza aparecia a proposta do aldeamento dos índios "pacíficos", buscando seu adensamento e fixação próximos aos núcleos coloniais⁵⁶.

A motivação geopolítica da implantação do sistema de aldeamento é bastante

⁵³ - Capistrano de ABREU define São Paulo, Pernambuco e Bahia como os tres centros de irradiação no século XVI (Caminhos Antigos e o Povoamento de Brasil, p.294). Desde último, geralmente minimizado, aponta as expedições que já em 1553 haviam atingido a chapada Diamantina, avançando pelos rios Doce e Jequitinhonha (pp.313 a 318). A expansão à partir de São Paulo é sobejamente conhecida (Ver: Myriam ELLIS - "As Bandeiras na Expansão geográfica do Brasil" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I).

⁵⁴ - Georg THOMAS - Ob.cit., p.40. E reforça, "a construção econômica da colônia brasileira teve que ser sustentada inicialmente, quase por completo, pelo trabalho dos indígenas" (p.42). Berta RIBEIRO também coloca que até o advento das capitânicas as relações entre portugueses e índios eram "tranquilas" (Ob.cit., p.33).

⁵⁵ - A.MARCHANT - Ob.cit., pp.33 e 60. G.THOMAS, todavia, indica que o apresamento e o "resgate" - o escambo de escravos -de indígenas ocorreu desde os primeiros contatos, com alguns sempre constando no carregamento dos navios. O autor fala da venda de índios brasileiros para as plantações das Antilhas, por exemplo 140 enviados a Porto Rico em 1538 (Ob.cit., pp.37/8). Berta RIBEIRO também fala da exportação de escravos índios no início da colonização do Brasil, mas observa que internamente, até 1549, são escassos os dados sobre sua utilização (Ob.cit., pp.34/5).

⁵⁶ - G.THOMAS - Ob.cit., p.60. O autor observa que com esta medida "a Coroa tomou sob sua proteção todos os índios pacíficos" (p.60), e que os jesuitas foram definidos como os instrumentos de tal política (p.62). S.SCHWARTZ aponta que, em 1560, o aldeamento de Santo Antonio na Bahia conta com 2 mil habitantes. E que, entre 1559 e 1583, foram batizados nessa capitania cerca de 60 mil índios (Ob.cit., p.48).

evidente. A existência de um grande contingente de índios aldeados - em outras palavras "submetidos" ao portugueses⁵⁷ - representava um fator de segurança face a ataques de forças estrangeiras ou de tribos hostís. A escravização indiscriminada havia impellido algumas tribos a alianças com os franceses e animado todo um ciclo de rebeliões indígenas - das quais a "Confederação dos Tamoios" foi a mais conhecida⁵⁸. Dai o intuito da Coroa em normatizar a matéria, e, ao lado da preocupação com os índios "pacificados", desenvolveu-se também toda uma legislação que tratava das condições em que a escravidão indígena seria considerada legal⁵⁹.

Basicamente era posta como aceitável a escravidão por resgate - isto é, a obtida no escambo com os próprios indígenas -por compra legal - quando o índio se venda ou a seus filhos - e, principalmente, por guerra justa⁶⁰. Este último motivo vai dar às

⁵⁷ - Eduardo HOORNAERT cita o padre Manoel da Nóbrega, para quem a conversão do gentio envovia sua "sujeição" (A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800), p. 64). Florestan FERNANDES diz que "o anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano" ("Os Tupis e a Reação Tribal à Conquista" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, p.83). José Maria de PAIVA coloca o aldeamento como "uma nova organização social, modelada sob medida para o apor-tuguesamento rápido e eficaz" e define a aldeia como local de doutrinação, disciplinarização e reserva de tropas (Colonização e Catequese, pp.45 e 89). G.THOMAS considera o aldeamento "a instituição mais importante da política indigenista real" (Ob.cit., p.65).

⁵⁸ - A confederação dos tamoios assolou as capitanias de baixo desde a década de quarenta até 1567, chegando os índios a atacar a vila de São Vicente em 1547 (John M.MONTEIRO - "Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial" in Vários Autores - Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração, pp.28/9). Este autor lembra que por abranger as áreas litorâneas, esta rebelião força os paulistas a buscarem índios no sertão. A.MARCHANT coloca a intensificação da caça ao índio como o móvel das "guerras indígenas" da segunda metade do XVI, estas eram uma reação à escravização (Ob.cit., pp.60 a 66). Somente na repressão à Confederação dos Tamoios foram escravizados cerca de 4 mil índios (S.B.de HOLANDA e O.PANTALEAO - Ob.cit., p.161).

⁵⁹ - Na verdade a escravidão do indígena nunca havia sido proibida, apenas formalmente necessitava de uma licença para o apresamento. As sucessivas legislações somente delineiam as condições em que se justificava esta ação. Não há, no caso brasileiro, nenhuma posição que se aproxime da defesa plena dos índios como a exposta por Las Casas na América espanhola (Ver: G.THOMAS - Ob.cit., pp.24 e 70). E como observa J.M.PAIVA: "Aceito um princípio justo de escravização, está aberta a porta para seu estabelecimento em bases sólidas" (Ob.cit., p.33).

⁶⁰ - Ver: G.THOMAS - Ob.cit., pp.48 a 53. A Junta da Bahia faz, em 1574, uma codificação das leis referentes ao tema, reafirmando estas tres alternativas de justificação do escravismo (p.109). Ver também: J.M.PAIVA - Ob.cit., p.36.

expedições de captura de escravos um caráter não apenas legal, mas mesmo estatal - quando se amparavam no argumento da defesa das povoações contra os "índios bravos"⁶¹. E vale lembrar, com Eduardo Hoornaert, que "o colono europeu não conseguiu encarar o indígena senão como trabalhador a seu serviço. Caso o indígena não se acomodasse a trabalhar a serviço do branco, ele era considerado índio brabo, selvagem ignorante e bárbaro"⁶². Assim, o colonizador visava o trabalho indígena e sabia que este só poderia ser obtido com a "expropriação territorial, pela escravização e pela destribalização (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como ameaças à segurança dos brancos)"⁶³. A partir daí segue o mercado, com a demanda de braços estimulando a caça ao gentio - motivo primeiro da interiorização dos colonos⁶⁴.

O trânsito no interior ameniza em parte a interpretação corrente (tomada de frei Vicente do Salvador) de que os portugueses ficavam presos à praia como carangueijos. Na verdade, como já visto, o padrão colonial lusitano em todas as partes do globo pautou-se por uma ocupação pontual e litorânea, império filiforme e talassocrático qualificou um comentarista. Estranho seria adoção de um novo comportamento na ocupação das terras

⁶¹ - Basta lembrar as ações "pacificadoras" contra os tapuias na Bahia em 1558, contra os tupiniquins no Espírito Santo no mesmo ano, e contra os aimorés em Ilheus e Porto Seguro no seguinte, contra os tupis em São Paulo em 1561, e contra os tamoios no Rio de Janeiro em 1565/7 (G.THOMAS - Ob.cit., pp.76/8).

⁶² - E.HOORNAERT - Ob.cit., p.54. G.THOMAS concorda: "O juízo sobre a raça americana parece, pois, ter sido ditado antes pelo interesse de tipo econômico em encontrar motivos justificativos para a escravização do indígena" (Ob.cit., p.24).

⁶³ - Florestan FERNANDES - Ob.cit., p.83. É interessante observar que, em mais de uma ocasião, os colonos manifestam à metrópole o desejo de organizar alguma forma semelhante ao repartimento espanhol (G.THOMAS - Ob.cit., p.65).

⁶⁴ - Como observa, com ironia, Sergio B.de HOLANDA os braços indígenas eram "as minas prediletas dos paulistas" (*O Extremo Oeste*, p.154), tendo a captura do escravo índio estimulado a ida aos sertões, muito mais do que a busca dos metais (pp.26/7). Ver também R.SIMONSEN - Ob.cit., p.208.

brasileiras⁶⁵. Vale lembrar que, ao contrário dos espanhóis, os portugueses não se defrontaram com uma estrutura territorial interiorizada pré-existente, nem com uma rede urbana que induzisse uma instalação na interlândia⁶⁶. Onde préexistia, nas sociedades encontradas, uma relação mais regular entre a vida litorânea e o interior, como no caso das capitanias mais meridionais, rapidamente os colonizadores se apropriaram dos itinerários e caminhos existentes⁶⁷.

Efetivar a posse da fachada litorânea parece ter sido uma diretriz básica da geopolítica lusitana. Isto transparece, nas cartas de doação das capitanias, na proibição explícita de se fundar núcleos distantes da costa. As entradas para o interior deveriam ser especificamente exploratórias e, mesmo assim, dependentes de autorização real. Tal diretriz foi reafirmada nos governos gerais, que mantêm a necessidade de licenças para a penetração na interlândia da colônia⁶⁸. Obviamente, esta interdição não foi obedecida, até pelos

⁶⁵ - "De um modo geral pode-se afirmar que a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, e não criou nada de original para a colônia" (Caio PRADO JR. - Ob. cit., p.301). Afirmção que seria bastante válida no que tange à geopolítica colonial.

⁶⁶ - Daí o despropósito de se qualificar a instalação portuguesa por comparação à espanhola, como faz - por exemplo - Sergio Buarque de HOLANDA, ao concluir que estes tinham uma ótica de domínio territorial enquanto aqueles se moviam por objetivos mais comerciais (Raízes do Brasil, p.64). Tal avaliação gera conclusões do tipo: para os portugueses "a colônia é simples lugar de passagem" enquanto para os espanhóis seria um "prolongamento do país" (p.65). Em outra obra, este autor reafirma o caráter "imperial" da colonização hispânica que, por contraste, "realça o caráter disperso, fragmentário, linear, mais de feitorização que de colonização, assumido pelas atividades ultramarinas dos portugueses" (Visão do Paraíso, pp. 306 e 309). Nesse ponto, bem mais adequada é a interpretação de R.SIMONSEN que aponta bem o fato de que os espanhóis fizeram mais uma "ocupação do que colonização", pois se impunham a estruturas anteriores (Ob. cit., p.304).

⁶⁷ - Ver: Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, pp.245 a 247. O próprio Sergio B.de HOLANDA considera, apoiando-se em Alfredo Ellis, que os caminhos indígenas preexistentes fixaram mais a direção da expansão paulista que o curso dos rios (Caminhos e Fronteiras, p.34 e Monções, p.24). Este autor lembra, entre outros, o caminho de Piabiru para o Guairá e o caminho do Guaianá que demandava o sudoeste de Minas Gerais, o primeiro trafegado pelas bandeiras de ataque às missões, o segundo trilhado por Martim de Sá (Caminhos e Fronteiras, pp.24 e 34).

⁶⁸ - Sergio Buarque de HOLANDA observa que Tomé de Sousa, apesar de organizar algumas expedições de reconhecimento do interior, proíbe as entradas "tratando de estorvar o povoamento do sertão" ("A Instituição do Governo Geral" in Historia Geral da Civilização Brasileira, v.1, pp.126 e 130). Este autor lembra que a fundação de Santo Andre, por este governador, visava o controle do caminho para o Paraguai,

atrativos apontados no parágrafo anterior, o que pode ser observado no dinamismo daquele processo que Basílio de Magalhães denominou de "ciclo espontâneo" de expansão geográfica⁶⁹.

Além das visitas ao interior, que acabam por definir áreas de trânsito, a colonização lusitana do Brasil conheceu na segunda metade do século XVI uma expansão aureolar à partir dos núcleos costeiros. Este processo, apoiado na agricultura, originou um conjunto de "pequenos sistemas autônomos"⁷⁰ que articulavam um porto com uma zona de produção que se estendia, por distâncias que variavam conforme o núcleo analisado, até a área incerta da fronteira de ocupação propriamente dita. Estes sistemas se relacionavam através da navegação de cabotagem, e não são poucos os casos em que um núcleo, acossado por tribos hostis ou por navios estrangeiros, recebeu por mar auxílio dos demais - fato que minimiza o isolamento relativo das unidades entre si.

Em tres áreas, basicamente, a proximidade e o nível de articulação entre os núcleos (revelando inclusive uma certa hierarquia, com o núcleo central exercendo alguma polarização) permitem que se fale em zonas de povoamento, isto é, espaços contíguos de ocupação e exploração econômica. Tais áreas são os pioneiros centros de irradiação na formação territorial do Brasil. Cabe, assim, detalha-las tendo como referência o início do último quartel do século XVI, o período próximo à perda da autonomia política de Portugal

A primeira zona tinha por epicentro a capitania de Pernambuco, mais

assim: "não se tratava na verdade de promover o povoamento do campo mas, ao contrário, de evitar que por ali se dispersassem os moradores da costa, necessários a sua defesa e segurança (p.128). É interessante observar que, apesar de acatar a dimensão geopolítica do domínio (como visto), Sergio Buarque de HOLANDA, novamente fazendo a comparação com a América hispânica, conclui que os portugueses na terra brasileira instalam-se "à beira-mar, como se dela quizessem partir depressa" (p.133). Segundo ele, fariam isso, não por uma estratégia de instalação, mas por "tradicionalismo".

⁶⁹ - De acordo com este autor, o "ciclo oficial" - aquele oriundo da ação estatal - operou quase que só dentro dos limites definidos em Tordesilhas, tendo a dilatação destes sido obra do "ciclo espontâneo" (Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.13). Em suas palavras: "Se a dilatação das fronteiras do Brasil houvesse ficado apenas confiadas aos esforços da metrópole pouco, muito pouco, teria ela transposto a linha de Tordesilhas (p.54).

⁷⁰ - Caio PRADO JR. - Ob.cit., p.237.

especificamente a povoação de Olinda, fundada em 1535 por seu donatário, Duarte Coelho, para ser a sede de seu empreendimento. Aqui, a difusão do povoamento ocorreu como mancha de óleo, com a lavoura canavieira ocupando os solos de "massapê" num percurso paralelo à orla litorânea. Neste caminho o movimento tanto criou núcleos novos de ocupação como agregou áreas de antigas feitorias com seus entornos cultivados⁷¹. Inicialmente, a expansão foi mais dinâmica no sentido setentrional, gerando um espaço contínuo de produção desde os arredores de Olinda até a ilha de Itamaracá. No período enfocado, esta frente exploradora já se adentrou nas terras paraibanas, pontecendo um trajeto que no início do século XVII avança sobre o Ceará⁷².

Como já mencionado, foi a economia açucareira que animou este movimento, com a relativamente rápida instalação de lavouras e engenhos na região, notadamente à partir do último quartel do século XVI. Em 1570, Pernambuco possuía 23 engenhos, número que se eleva para 66 já em 1585, numa triplicação da capacidade produtiva⁷³. Entre outros fatores, cabe lembrar que esta zona beneficiou-se da maior proximidade com a Europa assim como certa favorabilidade para essa navegação. A favorabilidade também das condições ecológicas aliada à já mencionada disponibilidade de capital completam a explicação do seu desenvolvimento. Olinda, a capital do sistema, conta na metade da década de oitenta com cerca de duas mil casas de portugueses, e mais mil em seus ar-

⁷¹ - Pode-se lembrar os núcleos de Igarauçu e Conceição, na ilha de Itamaracá (já nas terras de Pero Lopes de Sousa), organizados antes mesmo da adoção do sistema de capitanias (Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.367). Este autor ainda nos lembra que Duarte Coelho levantou rapidamente cinco fortins para proteger seus domínios.

⁷² - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, pp.355 a 359. Filipéia (berço da atual João Pessoa) foi fundada em 1585 sendo uma "cidade real", o forte dos Reis Magos (donde se origina o núcleo de Natal) foi erguido em 1596, e o aquele que deu nome a atual Fortaleza em 1611 (Ver: Helio VIANNA - Ob.cit., p.30 e Basilio de MAGALHAES - Ob.cit., p.25).

⁷³ - A.MARCHAND - Ob.cit., p.111. Uma produção que equivalia a um embarque de cerca de quarenta navios por ano (p.116). Vera L.A.FERLINI data a fundação do primeiro engenho em Pernambuco em 1535, quinze anos depois já existem quatro, e em 1570 contam trinta, chegando a 140 no ano da ocupação holandesa (Ob.cit., p.24).

redores imediatos⁷⁴.

Completando o quadro desta primeira zona de povoamento e difusão, cabe lembrar que se inicia, no período enfocado, a expansão da pecuária nas terras mais secas do interior nordestino. Este processo, complementar à zona canavieira⁷⁵, progrediu de forma extensiva ocupando - à partir da costa pernambucana basicamente e num percurso paralelo a esta - aquela área que Capistrano de Abreu definiu como o "sertão de fora" (distinguindo do "sertão de dentro", de colonização bahiana)⁷⁶. Para terminar, vale destacar que a força de trabalho envolvida na montagem de todo este sistema foi o escravo indígena, e por isso as sociedades autóctones conheceram aí um rápido decréscimo populacional, o que levou esta região a experimentar as pioneiras entradas massivas de africanos, exatamente no período enfocado⁷⁷.

Outra grande zona de irradiação foi a Bahia, entendida originalmente como a cidade de Salvador - fundada em 1549 por Tomé de Sousa para abrigar a sede do governo

⁷⁴ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.116.

⁷⁵ - Celso FURTADO observa que a contiguidade de terras disponíveis para a produção canavieira na fachada litorânea desestimula uma interiorização desta lavoura, tornando a interlândia locus de um sistema complementar, basicamente apoiado na pecuária (Ob.cit., pp.61/2). Vera FERLINI observa: "No Nordeste, a formação de vilas e cidades, a defesa do território, a repartição das terras, o trato com os índios, as relações entre as várias categorias sociais, todas as instâncias da vida colonial delinearão-se, desde o século XVI, à partir do complexo produtor do açúcar", as várias atividades "interligavam-se no processo produtivo em que o centro e a unidade era o engenho" (Ob.cit., pp.28 e 30).

⁷⁶ - Capítulos de História Colonial, p.150. Esta ocupação ocorreu numa faixa interiorana paralela a costa, ao longo do litoral nordestino. Segundo ABREU o gado era a única solução para essas áreas do interior, pois "os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimento cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente... só próximo ao mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis... a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória" (p.144). Sobre essa via terrestre paralela a costa (que acaba por ligar Pernambuco ao Maranhão ainda no período colonial) criada pelo gado, ver também: Caio PRADO JR. - Ob.cit., p.243.

⁷⁷ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.115. Vale lembrar que, já em 1542, o donatário Duarte Coelho pleiteava, numa petição ao rei, isenção de impostos para a importação de africanos (Orlando. R. PINTO - Ob.cit., p.48). Todavia, segundo S.SCHWARTZ, em 1560 ainda quase não haviam negros em Pernambuco, porém em 1580 já somam cerca de 2 mil (Ob.cit., p.68).

geral - e seu entorno imediato, o Recôncavo, área que conheceu uma rápida ocupação⁷⁸. Esse centro povoador possuía em 1570 cerca de 1100 casas de portugueses, número que se eleva para cerca de 3mil em 1585 (destas estando oitocentas na área urbana de Salvador)⁷⁹. Aqui também a principal produção empreendida foi a do açúcar⁸⁰, todavia esta região conheceu uma estrutura econômica um pouco mais diversificada que a da anteriormente analisada. Ao lado da lavoura canavieira, o plantio do tabaco também conheceu uma relativa especialização nas terras do Recôncavo⁸¹. Destaca-se ainda a existência de alguma agricultura comercial de abastecimento mais organizada, as chamadas "roças de mantimentos"⁸².

Assim, toda uma área adjacente a Salvador conheceu um adensamento ocupacional que a qualificava claramente como uma zona contínua de povoamento. É interessante assinalar que aqui a Coroa tentou levar a cabo um plano de integrar os indígenas à estrutura econômica. Alexander Marchant comenta que já Tomé de Sousa proíbe a escravidão indiscriminada do gentio, normatiza o escambo e estimula a política

⁷⁸ - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.270 e Stuart SCHWARTZ - Ob.cit., pp.77 a 79.

⁷⁹ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.117. O autor apresenta uma boa descrição da vida da cidade na época (pp.118/9). Maria Luiza MARCILIO apresenta os seguintes números para a população do Recôncavo em 1587: 2 mil europeus, 6 mil índios e 4 mil negros (Ob.cit., p.18). S.SCHWARTZ fala em 2 mil "famílias" na região, e confirma o número de 800 "vizinhos" em Salvador, porém, no ano de 1587 (Ob.cit., p.82).

⁸⁰ - A Bahia contava em 1570 com 18 engenhos passando a 36 em 1585 (A.MARCHANT - Ob.cit., p.111). V.FERLINI fala em 40 engenhos em 1584 (Ob.cit., p.24), e S.SCHWARTZ coloca entre 40 e 50 o seu número em 1590 (Ob.cit., p.35).

⁸¹ - Vera FERLINI diz que, ao final do século XVI, 90% da produção de tabaco brasileira vem do Recôncavo, do litoral norte da Bahia e de Sergipe (Ob.cit., p.25). S.SCHWARTZ observa que o plantio do tabaco exigia mais cuidados e menos capital em relação à lavoura canavieira, o que animou uma exploração por parte de colonos menos providos de recursos econômicos (Ob.cit., p.85).

⁸² - A.MARCHANT - Ob.cit., p.89.

de aldeamento levada a cabo pelos jesuítas nas imediações da cidade⁸³. Tal ação tinha um intuito também geopolítico pois "para o governo real, os índios eram valiosos para dar aos portugueses uma vantagem numérica na luta contra outros índios"⁸⁴. Entretanto este intuito colide frontalmente com os interesses dos colonos necessitados de braços para a lavoura⁸⁵. Num jogo tenso esta questão se arrasta - em evidente prejuízo das comunidades indígenas⁸⁶ - até o período analisado, quando o número de escravos africanos ainda é pequeno nesta região⁸⁷.

A pecuária teve, sem dúvida, na Bahia o seu grande centro de irradiação, e uma importância mais destacada na vida econômica desta capitania⁸⁸. Com o gado a área de influência bahiana expandiu-se notadamente para o norte e o noroeste, buscando o vale

⁸³ - Ob.cit., pp.69 a 71. O autor lembra que entre 1557 e 1562 cerca de 34 mil índios foram aldeados na área (p.94), e que, em 1585, existem por volta de 8 mil índios aldeados e entre 3 a 4 mil escravizados nas imediações de Salvador (p.117). G.THOMAS observa que os primeiros aldeamentos, criados na Bahia em 1552, "constituíram o exemplo de todos os métodos missionários jesuíticos posteriores na América do Sul" (Ob.cit., pp. 81 a 84). Segundo este autor, em 1561, já haviam 11 aldeias no Recôncavo, que cumpriam um importante papel no abastecimento de Salvador.

⁸⁴ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.122. Caio PRADO JR. também alude a esta visão da Coroa de fazer do índio uma espécie de colono (Ob.cit., pp.91/2).

⁸⁵ - MARCHANT lembra que a câmara de Salvador chega a discutir a implantação de um sistema de repartimento semelhante ao utilizado na América hispânica (Ob.cit., p.93).

⁸⁶ - A.MARCHANT - Ob.cit., pp.92, 103/4. G.THOMAS também observa que os ataques de colonos (ávidos de braços e apoiados na guerra justa aos caetés) e uma grande epidemia acabam por dizimar boa parte da população aldeada (pp.87 a 89). Ver também: B.RIBEIRO - Ob.cit., p.37 e S.SCHWARTZ - Ob.cit., pp.51 a 53.

⁸⁷ - S.SCHWARTZ aponta a convivência do trabalho de índios e negros nos engenhos bahianos, datando no período entre 1600/1620 a passagem da predominância de um para outro. Também aqui, a mão de obra indígena foi utilizada em tarefas secundárias e perigosas, guardando-se os africanos para onde "o trabalho contínuo justificasse o capital fixo que os cativos representavam" (Ob.cit., p.60). A importação de africanos torna-se mais regular após 1570 (p.52). O autor estima que, em 1589, a população negra da Bahia está entre 3 e 4 mil habitantes (Ob. cit., pp.62, 68 e 70).

⁸⁸ - Caio PRADO JR. coloca a Bahia como foco dessa frente que, com o gado, vai "se esparramando paulatinamente" (Ob.cit., p.55). E destaca que "as populações fixadas no sertão conservam um contato interno e geograficamente contínuo com seu centro irradiador" (p.56). Daí sua importância na formação territorial.

do São Francisco, por onde se esparramou - na virada do século - num movimento que acabou por colonizar o Piauí⁸⁹. No período enfocado assiste-se ao início deste amplo movimento, cujo anteato foi a "pacificação" dos pioneiros habitantes destas áreas, a qual gerou pela "guerra justa" os braços de que necessitava a lavoura⁹⁰. Mais próximo à costa, estravazando o Recôncavo, ocorreu um avanço para o norte numa ampla faixa que associava pecuária e lavoura. Tal movimento vai atingir Sergipe na última década do século XVI, sendo a povoação de São Cristovão fundada em 1590. No ano seguinte, a frente de expansão bahiana já transitava pelas Alagoas⁹¹.

Restaria ainda lembrar as já mencionadas expedições que, buscando minerais e pedras preciosas, colocam o núcleo bahiano em comunicação com os sertões mineiros, num movimento que acaba por chocar-se - em fins do século XVII - com aquele originado de São Paulo. Por último, cabe apontar a navegação de cabotagem, através da qual Salvador relacionava-se com os núcleos e capitanias situados mais para o sul, gerando um sistema pontual litorâneo que, por um caminho marítimo, de certa forma lhe era tributário. Finalmente, vale destacar que a condição de sede administrativa colocava a Bahia em algum nível de contato com os demais núcleos da colônia. Essa centralidade fêz de Salvador o "pôrto do Brasil"⁹².

O terceiro centro irradiador do povoamento, aquele responsável pela instalação lusitana nas áreas mais meridionais da colônia, localizou-se na zona inicialmente polarizada por São Vicente, primeiro núcleo urbano brasileiro fundado por Martim Afonso de Sousa em 1532. Aqui a ocupação processou-se pela formação, nas décadas seguintes, de um cordão

⁸⁹ - Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, p.150. O autor lembra ser esta uma forma de "colonização autônoma", só regulamentada pela Coroa em 1699 (p.151). Basílio de MAGALHAES data nas décadas finais do XVI a conquista do vale do São Francisco (Ob.cit., p.23).

⁹⁰ - Sobre a "guerra justa" aos caetés em 1562, como punição pela morte do bispo Sardinha, ver: AMAR-CHANT - Ob. cit., p.100; e G.THOMAS - Ob.cit., p.79.

⁹¹ - Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.25.

⁹² - Ver: José Roberto do Amaral LAPA - A Bahia e a Carreira da Índia, c.1 "O Pôrto do Brasil".

de núcleos costeiros que articulavam uma rede desde Iguape e Cananéia ao sul até Paraty e Angra dos Reis ao norte - povoações todas estabelecidas ainda na primeira metade do século XVI⁹³. Próxima a São Vicente foi erigida a povoação de Santos e toda uma série de fortificações, de defesa do centro deste sistema meridional. O produto da terra, nestas baixadas litorâneas, foi também o açúcar⁹⁴, aparecendo a rizicultura com um relativo destaque⁹⁵.

Nesta zona, o elemento diferenciador do padrão de instalação observado nas outras foi o precoce adentramento na interlandia⁹⁶, com os portugueses - como já mencionado - se apropriando dos itinerários seguidos pelas populações autóctones. Assim, rapidamente a ocupação ultrapassou o degrau representado pela serra do Mar, criando núcleos no planalto. São Paulo foi a mais importante de uma série de povoações planaltinas, várias delas ligadas a um núcleo correspondente na costa. Estas, por sua vez, atuaram no movimento difusor como verdadeiras "bocas de sertão", num quadro onde a proximidade da orla marítima, a existência de campos naturais e, principalmente, a drenagem endorreica

⁹³ - Basilio de MAGALHAES - Ob.cit., p.20. Capistrano de ABREU lembra a necessidade de desalojar, em 1534, os espanhóis estabelecidos em Iguape (Capitulos de História Colonial, p.193). Estes, dois anos antes, haviam atacado São Vicente (Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.297). Vale destacar o papel de Itanhaem, fundada em 1549 (e já elevada a vila em 1561), e de Cananéia (elevada a vila em 1587) na irradiação para o sul (Orlando R. PINTO - Ob.cit., p.52).

⁹⁴ - Já observamos que o primeiro engenho de São Vicente tinha participação de capitais estrangeiros (Ver: B.W.DIFFIE - Ob.cit., p.16; e V.L.A.FERLINI - Ob.cit., pp.21/2) Segundo esta autora, no final do XVI, existem 12 engenhos na baixada santista.

⁹⁵ - Diz Sergio B.de HOLANDA que o "arroz é assinalado... no litoral vicentino, já em meados do século XVI", e, em 1552 era "a principal coisa depois do açúcar" (Caminhos e Fronteiras, p.237) Parte deste produto era exportada para a região platina.

⁹⁶ - Sergio B. de HOLANDA define a expansão paulista como "uma exceção. Em todo o restante do Brasil a regra, por muito tempo ainda, é seguir o povoamento aqueles clássicos padrões da atividade colonizadora dos portugueses" ("A Instituição do Governo Geral", p.130). Sobre as pioneiras entradas vicentinas, ver: Visão do Paraíso, pp.80/1. Pode-se aventar dois pontos: a exceção estaria não no adentramento em si, mas em sua magnitude e relativa perenização; e que onde a interiorização pré-existia o colonizador (como em toda parte) mais facilmente a seguiu.

dos rios jogaram um papel que não pode ser desprezado⁹⁷.

A penetração territorial rapidamente se incorporou na vida econômica vicentina que, como visto, também se apoiava (aí, numa situação desvantajosa no que toca à distância da Europa) na produção do açúcar. A extração de algum ouro de aluvião em certos pontos da encosta da serra e no planalto⁹⁸ atuou na dinamização do intuito expansionista, o qual encontrou nos caminhos indígenas e nas "estradas aquáticas" os meios para se objetivar⁹⁹. Num primeiro raio de expansão, ocorreu a implantação de alguns núcleos de povoamento à beira dos caminhos, as chamadas "vilas do sertão" - das quais Sorocaba tornou-se uma das mais dinâmicas¹⁰⁰. Nesse movimento, as relações de São Paulo com as paragens sulinas e com o Paraguai rapidamente se estabeleceram¹⁰¹, num itinerário que colocou os paulistas em contato com a colonização hispânica e com as ins-

⁹⁷ - A favorabilidade do situação paulistana para o processo de interiorização já foi sobejamente analisada. Tome-se, por exemplo: Caio PRADO JR. - "O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo" in Evolução Política do Brasil e outros estudos. Este autor mostra que a aceitação da favorabilidade não necessariamente envolve uma perspectiva determinista como a apresentada por Teodoro SAMPAIO: "O destino de cada uma das duas metades da colônia diante do problema da conquista, estava, pois, perfeitamente assinalado na constituição geográfica dos respectivos territórios. O paulista, pelo seu habitat, tinha de ser o bandeirante por excelência. A conquista do sertão estava no seu destino histórico" (apud Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.56).

⁹⁸ - Sobre este ouro de lavagem, ver: Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.64.

⁹⁹ - Como vimos, Sergio B.de HOLANDA considera o papel das trilhas sobejamente superior ao dos rios na fase inicial da expansão paulista, e aponta dois caminhos mais importantes: um, rumando para o sul demanda o "sertão dos Patos" (uma trilha tupiniquim), outro (um caminho guarani), indo para sudoeste atinge a região do Iguaçu (Monções, p.21). Ver também: Idem - Caminhos e Fronteiras, pp.15 a 23.

¹⁰⁰ - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.293. Caio PRADO JR. coloca Sorocaba como ponto de irradiação de uma frente pecuária que, ao longo do século XVII, vai ocupar os Campos Gerais, a região de Curitiba, os campos dos Patos, o planalto de Lages, chegando ao Rio Grande do Sul (Formação do Brasil Contemporâneo, pp.252/3). Notadamente o comércio de muares vai fazer, no século seguinte, a fama da feira desta cidade.

¹⁰¹ - Segundo Basílio de MAGALHAES, no período enfocado, as relações entre São Paulo e Assunción já eram frequentes (Ob.cit., p.95). Esta avaliação é reafirmada por H.VIANNA - Ob.cit., p.32 e Sergio B. de HOLANDA - Visão do Paraíso, pp.88/9. Este autor lembra que esta rota vai ser ultrapassada, no século XVII, pelo caminho que, passando por Tucumã e via Buenos Aires, por um percurso marítimo atinge os núcleos brasileiros.

talações missioneiras¹⁰². Também o norte e o oeste atrariam precocemente a atenção de expedições exploratórias saídas da capitania vicentina (e de São Paulo, em particular). Todavia, até a época em foco, não se pode falar de colonização em nenhum desses quadrantes, tratando-se - isto sim - de uma ampla área de trânsito e visitação.

Este ímpeto desbravador dos paulistas fundamentava-se em muito na familiaridade com a terra, advinda da composição significativamente mameluca da sua população¹⁰³. Na verdade, São Paulo, ao lado do núcleo lusitano, apresentava um grande número de tribos aldeadas¹⁰⁴ que constituíam o grosso de sua população e os verdadeiros responsáveis pela vida econômica ali entabulada. A relação com os índios foi importante em toda a capitania vicentina, sendo antigos os registros de sua escravização¹⁰⁵. Contudo, aqui a escravidão conviveu e se articulou mesmo com o sistema de aldeamento, sendo o

¹⁰² - Foi apontado, no capítulo 7, o movimento expansionista paraguaio que avançava para o norte e para leste. Sergio Buarque comenta que, ao longo do século XVI, são conhecidas 32 destas expedições, que partindo de Assunção chegam a atingir o paralelo quinze; número que se eleva para 37 no século seguinte (O Extremo Oeste, pp.99 a 101). Como já posto, os núcleos criados por essa expansão foram, em meados do XVII, destruídos ou cooptados pelo avanço paulista (Basilio de MAGALHAES - Ob.cit., p.97). No período enfocado esta é uma zona sem clara hegemonia (Ver: Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, p.124), sendo sua não ocupação européia o atrativo para a instalação das missões nas primeiras décadas do Setecentos.

¹⁰³ - Sergio B.de HOLANDA observa que a ocupação vicentina "deixa espaço ao maior intercuro com a gente nativa" (O Extremo Oeste, p.26). Entre os elementos assimilados pelos paulistas da cultura indígena, este autor lembra, a caminhada à pé e em fila (o que habilita transitar por áreas inacessíveis por outro meio), o uso das flechas (mais úteis que os arcabuzes pesados e lentos, logo inadequado ao trânsito pelos sertões), a dieta, os remédios, e tantas coisas mais, bem apontadas em: Caminhos e Fronteiras.

¹⁰⁴ - Ver: Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.90. J.M.MONTEIRO aponta que as primeiras aldeias foram fundadas em 1560, e apesar das prosperidade inicial entram em decadência no século seguinte (Ob.cit., pp.29 e 40). O autor coloca ainda que, no XVII, "relações explicitamente escravistas passaram a dominar a composição econômica e social da capitania" (p.30). Apesar de toda a mítica que se criou sobre o berço jesuítico de São Paulo, G.THOMAS observa que aqui os jesuítas tiveram menor poder sobre os índios que na Bahia, no século XVI (Ob.cit., p.90).

¹⁰⁵ - Segundo MARCHANT já haviam em 1545 cerca de 3 mil escravos índios em São Vicente (Ob.cit., p.60). Número que se eleva nas décadas seguintes (p.66). Estes valores são confirmados por Orlando PINTO que estima a população da capitania, em 1548, em 600 brancos e 3 mil escravos índios (Ob.cit., p.51). O número de escravos também é aceito por V.M.GODINHO - Os Descobrimentos e a Economia Mundial, v.IV, p.103. S.SCHWARTZ exemplifica com o engenho dos Erasmos, onde dos 130 escravos apenas 8 são negros - e todos atuando em tarefas especializadas (Ob.cit., p.68).

apresamento do gentio, no século XVI, em grande parte realizado pelas tribos aldeadas ou aliadas¹⁰⁶. Vale apontar que uma certa especialização nesta atividade atuou fortemente na motivação paulista de adentrar na interlandia com persistência ao longo do século seguinte.

Restaria lembrar que as capitanias "de baixo", em função do maior isolamento relativo em que viviam, conheceram uma situação de maior autonomia face às diretrizes metropolitanas e ao próprio governo central¹⁰⁷. A expansão empreendida pelos paulistas é, em si mesma, a maior evidência da sua maior liberdade de ação. Poder-se-ia aventar aqui quanto a existência de uma orientação geopolítica mais autocentrada, que respondeu com maior força aos interesses locais. E estes apontavam notadamente para o apresamento do indígena, o que envolvia dilatadas áreas de circulação¹⁰⁸.

Além destes polos irradiadores, centrados em zonas de efetivo povoamento, pode-se apontar alguns outros núcleos distribuídos pela costa, que - no período estudado - lutavam ainda para efetivar suas instalações, não possuindo forças para se expandirem. Foi o caso das capitanias imediatamente abaixo da Bahia que após breve florescimento, caíram em um processo de decadência e retração territorial, onde a resistência do gentio jogou um papel considerável¹⁰⁹. As áreas onde estavam as capitanias de Ilheus e Porto Seguro constituíram um hiato na ocupação da costa brasileira, apresentando na época apenas

¹⁰⁶ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.80. O autor destaca a importância do escambo nesta capitania como forma de obter víveres, materiais, trabalho e escravos (p.81). Segundo Basílio de MAGALHAES apenas nas aldeias do Anhembi viviam cerca de 30 mil índios (Ob. cit., p.90). Este autor comenta: "Sabe-se que silvícolas do domínio espanhol eram doutrinados em Piratininga e que escravos indígenas da colônia lusoamericana eram empregados em trabalhos agrícolas no Paraguai no último quartel do XVI" (p.95).

¹⁰⁷ - S.B.HOLANDA fala que São Vicente desenvolveu-se "com mais liberdade e abandono que outras capitanias" (Monções, p.20). Ver também: O Extremo Oeste, p.29.

¹⁰⁸ - Diz Sergio B.de HOLANDA: "A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área de colonização lusitana" (O Extremo Oeste, p.28).

¹⁰⁹ - Caio PRADO JR. - Formação do Brasil Contemporâneo, p.48. E também Sergio Buarque de HOLANDA - Raízes do Brasil, p.73.

pequenos núcleos que, por via marítima, eram polarizados pela capital bahiana¹¹⁰. Nestes, a falta de perspectivas mais do que qualquer outro fator, animou uma série de expedições que se embrenharam pelo sertão em busca da lendária serra de Sabarabuçu¹¹¹. A capitania do Espírito Santo destacava-se neste quadro, conhecendo certo florescimento econômico no último quartel do século XVI¹¹².

Uma evolução impar viveu a zona que tinha por epicentro a povoação do Rio de Janeiro, fundada em 1565 por ordem real, em meio ao processo de desalojamento dos franceses que ali tentavam criar um núcleo de colonização. O estabelecimento da França Antártica¹¹³ representou a maior ameaça externa à soberania portuguesa durante o período analisado, pois além de haver mantido a ocupação por um período dilatado¹¹⁴, influenciou bastante nas relações políticas com as tribos indígenas¹¹⁵. A consciência do perigo que esse assentamento representava expressou-se na reação portuguesa, cujo recrutamento das tropas para desalojar o "invasor" mostrava certo nível de unidade da colônia não enfatizado por

¹¹⁰ - MARCHANT comenta o caso da capitania de Ilheus que conhece relativa prosperidade até ser atacada por aimorés e tupiniquins (Ob.cit., p.107). A decadência pode ser apreciada nos números: Ilheus, que chegara a ter 500 casas portuguesas e 6 engenhos, possuía em 1580 apenas 50 casas e 3 engenhos (p.112). Segundo G.THOMAS havia, no fim do século XVI, 78 portugueses e 500 escravos índios no núcleo de Porto Seguro, e mais alguns nos arredores (Ob.cit., p.45).

¹¹¹ - Basílio de MAGALHAES- Ob.cit., pp.32/4.

¹¹² - A.MARCHANT - Ob.cit., p.114. Tal prosperidade era recente, visto a decadência em que Mem de Sá havia encontrado esta capitania em 1560 (Orlando PINTO - Ob.cit., pp.58/9). Todavia, V.M.GODINHO aponta a existência de 5 engenhos nesta capitania já em 1545 (Ob.cit., v.IV, p.103). Isto ilustra bem a oscilação do povoamento nestas áreas de domínio ainda tênue.

¹¹³ - Este empreendimento visava estabelecer uma colônia calvinista francesa no Novo Mundo (Ver: S.B.de HOLANDA e O.PANTALEAO - Ob.cit., pp.149 a 157).

¹¹⁴ - Os franceses desembarcam no Rio de Janeiro com 600 homens, em 1555. Derrotados inicialmente em 1560, persistem na região encastelando-se em Cabo Frio, donde só foram definitivamente desalojados em 1575 (Idem, ibidem, pp.150 e 161).

¹¹⁵ - MARCHANT comenta os raids indígenas que, partindo do Rio de Janeiro, atacam os núcleos litorâneos desde Ilheus até o São Vicente (Ob.cit., p.106).

muitos comentaristas¹¹⁶.

Expulsos definitivamente os franceses em 1567, a ocupação da baixada fluminense e das áreas adjacentes se fez rapidamente num padrão semelhante ao litorâneo-vicentino porém sem a interiorização deste. Em poucas décadas, o Rio de Janeiro articulava um circuito costeiro que cobria de Macaé ao norte até a baía de Angra dos Reis¹¹⁷. Nos campos de Goitacazes, a lavoura canavieira estimulou um relativo avanço para o interior. Em 1585, a sede da capitania possuía 150 casas de portugueses e 3 engenhos¹¹⁸. Finalmente, a alocação nesta cidade do governo das capitanias de baixo demonstra o ritmo do seu desenvolvimento na virada do século.

Resta falar do extremo norte da colônia, daquelas capitanias assentadas no litoral oriental do Brasil. Estas, durante o período tratado, não conheceram tentativas exitosas de ocupação¹¹⁹, e só formalmente poderiam ser consideradas terras sob o domínio de Portugal. Na verdade, tratava-se mais de uma ampla zona de visitação de barcos das mais diversas nacionalidades, e cujo domínio efetivo ainda não se definira na virada do século. A situação aqui era, assim, a mesma da existente no outro extremo da colônia, onde a capitania de Santana, a mais meridional, restava também desocupada nas últimas décadas do século XVI¹²⁰.

¹¹⁶ - Capistrano de ABREU comenta o fato de concorrerem ao ataque português tropas oriundas da Bahia, do Espírito Santo e de São Vicente (Capitulos de História Colonial, p.75). Ver também: S.B.HOLANDA e O.PANTALEAO - Ob.cit., p.158.

¹¹⁷ - Capistrano de ABREU - Capitulos de História Colonial, p.78. Também Caio PRADO JR - Formação do Brasil Contemporâneo, p.50.

¹¹⁸ - A.MARCHANT - Ob.cit., p.114 e C.BOXER - O Império Colonial Português, p.127.

¹¹⁹ - Sobre as tentativas malogradas, ver: Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.25/6 e J.F. de Almeida PRADO - "O Regime das Capitanias", pp. 105/6.

¹²⁰ - Helio VIANNA - Ob.cit., p.45. Ver também: Caio PRADO JR. - "Formação dos Limites Meridionais do Brasil" in Evolução Política do Brasil. J.F.de Almeida PRADO comenta o núcleo criado na ilha de Santa Catarina por naufragos espanhóis em 1515, e que uma década depois ainda continuam aí alojados (Os Primeiros Povoadores, p.63). Tal núcleo acaba sendo assimilado na expansão meridional paulista. Vale lembrar que o caminho de Santa Catarina ao Paraguai era conhecido e transitado por portugueses e

Este seria um sumario quadro geográfico do Brasil no momento em que o império espanhol assimila o reino de Portugal, impondo à colonia uma nova metrópole. Tomando-se o Brasil como uma construção portuguesa no desconhecido território do Novo Mundo (um capítulo no processo de "invenção da América", de que nos falava Edmundo O'Gorman no início do sétimo capítulo), uma construção que envolve povoamento perene e exploração efetiva - em outros termos: **fixação** - não há como contradizer a avaliação de Capistrano de Abreu: "A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e São Vicente"¹²¹.

Entretanto, ninguém iria igualmente questionar a constatação de que as bases do domínio lusitano na América do Sul já estão estabelecidas neste momento. Os centros de irradiação já estavam definidos, e uma formidável rede de povoados costeiro distribuía-se numa vasta porção da fachada ocidental do Atlântico¹²². Rede que, deve-se repetir, reproduzia fielmente o padrão de instalação português nos diferentes quadrantes do globo, e cuja dilatada extensão surpreende quando se observa o contingente populacional envolvido neste empreendimento.

Já foi observado que reina alguma polêmica quanto ao número de habitantes da colonia nas décadas finais do século XVI. Vitorino Magalhaes Godinho estimou em 30 mil o contingente lusitano aqui presente em 1600, valor rebaixado para 25 mil na avaliação de Oliveira Marques¹²³. Na verdade, as várias estimativas oscilam entre estes números,

espanhois. Enfim, a soberania sobre estas terras ainda nao estava definida na virada do século.

¹²¹ - Capítulos de História Colonial, p.68. MARCHANT concorda com esta avaliação: "Assim, no que concerne à colonização, o nome Brasil, em seu mais vasto sentido, só pode ser aplicado no século XVI à faixa litorânea entre os atuais estados de Pernambuco e São Paulo" (Ob.cit., p.12).

¹²² - Como conclui R.SIMONSEN: "Essa primeira ocupação costeira fixou, porém, definitivamente, o europeu no Brasil" (Ob. cit., p.88). F.MAURO coloca que, ao final do XVI, o território brasileiro possui 14 vilas e 3 cidades (Ob.cit., p.219).

¹²³ - V.M.GODINHO - Ob.cit., v.IV, p.172 e A.H.de O.MARQUES - Ob.cit., v.II, p.237. Segundo este autor, em 1583, os tres grandes centros de povoamento apresentavam a seguinte população branca: Bahia com 12 mil, Pernambuco com 8 mil e São Vicente com 1,5 mil habitantes.

alocando-os todavia em anos diferenciados. Bartolomé Bennassar fala em 20 mil portugueses no Brasil em 1570 e 26 mil no final do século¹²⁴, Charles Boxer fala em 25 mil brancos em 1575, Alexander Marchant entre 35 e 40 mil em 1580, e Orlando Pinto em 30 mil no ano de 1583, número aceito por Vera Ferlini para o final do século¹²⁵. Os exemplos poderiam se suceder sem se afastar muito dos valores apresentados.

Enfim, os núcleos originários da formação do território colonial brasileiro encontram-se assentados na época da unificação das coroas ibéricas. Uma obra geopolítica de conquista havia sido realizada¹²⁶. Dos três centros de assentamento, como foi observado, partiam movimentos de exploração e de povoamento. Os primeiros abriam o conhecimento de novas áreas e definiam percursos, alargando o horizonte geográfico do colonizador lusitano e recortando extensas zonas de trânsito e visitação esporádica. Os segundos avançavam nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para adiante as fronteiras do território ocupado. Na sobreposição dos resultados dos dois movimentos tem-se o Brasil do final do século XVI.

Como também já visto, as expedições exploradoras moviam-se tendo por objeto o apresamento dos indígenas ou a perspectiva da descoberta de riquezas naturais. O povoamento avançava apoiado na labuta agrícola, onde se destaca amplamente a lavoura da cana de açúcar¹²⁷. Esta encontra-se em plena expansão no período analisado, con-

¹²⁴ - B.BENNASSAR - Ob.cit., pp.201 e 270. O primeiro valor é acatado por Maria Luiza MARCILIO que entretanto eleva o segundo valor para 30 mil (Ob.cit., p.18). R.SIMONSEN, por sua vez, acata este último número mas estima em 17 mil a presença lusitana em 1570 (Ob.cit., p.88).

¹²⁵ - Ver: C.BOXER - O Império Colonial Português, p.127; A.MARCHANT - Ob.cit., p.110; O.PINTO - Ob.cit., p.67; V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial, p.17

¹²⁶ - Helio VIANNA destaca este aspecto de "conquista", colocando a ocupação do Brasil como obra de "ação militar, administrativa e diplomática" e da "efetiva penetração" (Ob. cit., p.24).

¹²⁷ - Celso FURTADO aponta que o sentido genérico da ocupação foi a conquista dos solos tropicais, apto para o plantio da cana (Ob.cit., p.71). Vera L.A.FERLINI completa: "As preocupações com defesa, fixação de colonos e descoberta de metais preciosos mesclava-se sempre a incentivos para o desenvolvimento da produção açucareira" (Terra, Trabalho e Poder, p.16).

stituindo-se os engenhos no maior montante de capital fixado ao solo da colônia¹²⁸.

¹²⁸ - De acordo com Celso FURTADO este montante era já significativo no final do século XVI (Ob.cit., p.47). Além dos engenhos, o autor lembra o investimento representado pelo plantel de 20 mil escravos estimado em cerca de 20% do capital fixo. Ver também: C.PRADO JR. - Formação do Brasil Contemporâneo, p.146.

XI- FORMAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO EXTRA-LUSITANO

Quando o monarca espanhol assumiu a coroa portuguesa, em 1580, incorporou a seu patrimônio um vasto império ultramarino onde se destacava o dinamismo e o rápido crescimento vivenciado pelo Brasil¹. Como foi observado, em todos os quadrantes avançava a exploração e ocupação das terras brasileiras. Expedições ao interior dilatavam as áreas conhecidas, partindo dos diferentes centros de irradiação. Frentes povoadoras anexavam novas regiões às zonas de colonização efetiva. Um fluxo imigratório, espontâneo ou forçado, ininterrupto adensava a população. Enfim, sedimentava-se o Brasil como entidade geográfica, agora posta sob nova soberania. Rigidamente falando: um Brasil hispânico.

Antes de adentrar na análise das mudanças político-jurídicas que esta nova condição implicou, vale fazer um breve quadro deste dinamismo brasileiro no período da unificação ibérica. No centro do processo encontrava-se a produção açucareira, como visto, em ampla expansão nesta época - na verdade assistia-se um movimento ascendente dessa atividade, de tamanha intensidade que alguns autores vão denominar o intervalo 1570/1670 de o "século do açúcar" no Brasil². Tal movimento escorava-se no alargamento do mercado europeu consumidor do produto, mas, sobretudo, na tendência altista de seu preço ao longo

¹ - Para usar os termos de C.BOXER, já citados ao final do quinto capítulo, à retração oriental correspondeu um florescimento no ocidente do império ultramarino português (ver: "O Carater da Expansão Lusitana e o Império Colonial").

² - Charles BOXER esta entre os autores que consideram que o século XVII foi para o Brasil "uma era de consolidação e progresso" (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686, p.403). Eulalia LOBO também enfatiza: "Durante a maior parte do século XVII no Brasil houve expansão do comércio, aumento da população e incorporação de novas terras à economia de mercado" ("Conflito e Continuidade na História Brasileira", p.316). Frederic MAURO, todavia, considera que nesse dilatado período houve uma "prosperidade relativa" e que o verdadeiro boom do açúcar ocorreu, na verdade, entre 1585 e 1621 (Do Brasil à América, p.83). Celso FURTADO também avalia que na segunda metade do século XVII a "maior rentabilidade" do sistema já havia passado (Formação Econômica do Brasil, p.21).

de toda segunda metade do século XVI e primeira do XVII³. E ainda, num relativo esgotamento de algumas áreas produtoras tradicionais. Quanto a este último ponto, pode-se argumentar que o Brasil serviu de reserva de expansão para a economia açucareira das ilhas atlânticas, que, como foi visto no quinto capítulo, dominavam o setor na primeira metade do Quinhentos. Não foram poucos os capitais ilheus envolvidos com o açúcar que migraram para o Brasil na época analisada. Enfim, nesta, o produto brasileiro dominou o mercado mundial⁴.

Os números levantados são por demais ilustrativos do ritmo de difusão da economia canavieira no território colonial. Apesar de alguma discrepância nos valores apresentados, todos os autores consultados apontam o rápido crescimento. Eis alguns exemplos: João Lucio de Azevedo estima que, em 1570, haviam mais de 60 engenhos em funcionamento no Brasil, e, em 1583 já somavam 115, numero que se elevou para 235 em 1628⁵. Charles Boxer avalia em 118 o número de engenhos em 1584, subindo para 160 em 1621, e chegando a 250 sete anos depois⁶. Vera Lucia do Amaral Ferlini, revisando a matéria, chega aos seguintes valores: existiriam cerca de 60 engenhos em 1570, 118 em 1580, 200 em 1600 e 400 em 1610⁷. Stuart Schwaertz fala em 60 em 1570, 115 em 1583, 192

³ - Ver: Robert SIMONSEN - História Econômica do Brasil, pp.113/4, e Celso FURTADO - Ob.cit., p.12. Vera L.A.FERLINI aponta que o preço do açúcar no mercado europeu é ascendente desde 1550 até 1620 quando começa a conhecer oscilações, porém uma tendência baixista só se instalaria na segunda metade do século XVII (Terra, Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial, pp.62/3). A autora mostra que entre 1674 e 1690 o preço do açúcar baixou 45% (p.74). Stuart SCHWARTZ aponta a grande oscilação destes preços (com picos em 1610, 1635 e em 1650, e os pisos em 1620 e 1640), porém mantendo a tendência altista até a primeira queda em 1620 (Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, pp152/3).

⁴ - R.SIMONSEN - Ob.cit., p.115.

⁵ - J.Lúcio de AZEVEDO Epocas de Portugal Econômico, pp.244, 248 e 249.

⁶ - C.BOXER - Ob.cit, p.193. E' interessante observar que em outro trabalho este autor coloca que em 1623 haviam no Brasil mais de 350 engenhos em funcionamento (Os Holandeses no Brasil 1624-1654, p.24).

⁷ - V.L.A.FERLINI- A Civilização do Açúcar. Séculos XVI a XVIII, p.76. Em outro trabalho, a autora apresenta os seguintes números: 60 engenhos em 1570, 192 em 1612 e 346 no ano da invasão holandesa (Terra, Trabalho e Poder, p.61).

em 1612 chegando a 346 engenhos em 1629⁸. Em termos da quantidade de açúcar produzida, Eulália Lobo indica 180 mil arrobas em 1570, subindo para 500 mil em 1580 e para 1.300 mil em 1641, até chegar à mais de 2 milhões de arrobas em 1650⁹.

Os exemplos poderiam ser multiplicados e, se existem discordâncias entre números, todos autores consultados fundamentam a observação de Oliveira Marques de que a produção do açúcar brasileiro dobrou entre 1570 e 1590, dobrando de novo em 1600. Portanto não há exagero quando este autor conclui: "A grande cultura do Brasil nos séculos XVI e XVII, aquela que promoveu a colonização e a ocupação do solo foi a cana-de-açúcar"¹⁰. Conclusão que possivelmente não encontrará contraditores, pois a centralidade deste produto no processo colonizador era por demais evidente¹¹. Neste sentido, a distribuição espacial desta produção aparece como um elemento revelador da fixação de valor na colônia¹². Já foi dito que o engenho representava uma grande imobilização de capital, envolvendo um alto custo de instalação pois era "uma máquina e fábrica incrível (na conhecida expressão do padre Vieira).

Pode-se dizer mais, que o engenho era o empreendimento mais complexo e

⁸ - S. SCHWARTZ - Ob.cit., p.148.

⁹ - Eulália LOBO - Ob.cit., p.316, nota 7. Esta autora também vai apontar o crescimento pelo número de barcos envolvidos no comércio do açúcar brasileiro, a frota elevando-se de 76 navios em 1610 a cerca de 300 em 1618 (p.316).

¹⁰ - A.H.de Oliveira MARQUES - História de Portugal, v.II, pp.244/5.

¹¹ - Nas palavras de R.SIMONSEN: "Foi o açúcar que constituiu a base econômica da implantação definitiva dos europeus no Brasil" (Ob.cit., p.112). E Caio PRADO Jr. coloca a grande lavoura açucareira como a "base material" da colonização (Formação do Brasil Contemporâneo, p.144). Também Celso FURTADO vai apontá-la como "base da ocupação do território brasileiro" (Ob.cit., p.52).

¹² - S.SCHWARTZ destaca que a economia açucareira objetivava um padrão de acumulação altamente fixador de capitais; diz ele: "A formação de um engenho era um processo de criação de capital", lembrando os consórcios unidos para este fim (Ob.cit., p.196).

termos de maquinaria e organização existente na América de então¹³ - era uma **manufatura**, com divisão do trabalho, instrumentos especializados, uma linha de montagem, supervisores, etc¹⁴. Tratava-se, assim, de uma "verdadeira empresa capitalista" cuja implantação supunha "uma indústria controlada por proprietários de grande poder financeiro"¹⁵. Isto fica mais evidente quando se avalia que não bastavam as instalações (em si já custosas) sem os braços para impulsionar a produção. E o trabalho empregado aqui foi basicamente o do escravo africano, o que elevava significativamente o capital fixo necessário para iniciar as operações¹⁶. Além da escravaria deve-se adicionar a necessidade de algum pessoal especializado, raro e bem remunerado na colônia¹⁷. Some-se ainda os animais de tiro, meio de transporte e a força motriz nos chamados "trapiches" (diferencia-

¹³ - Fato bem apontado por V.L.A.FERLINI: "Até o século XVIII, a produção do açúcar nas colônias americanas foi a atividade mais complexa e mecanizada" (A Civilização do Açúcar, p.46). S.SCHWARTZ também aponta esta complexidade, colocando as unidades produtoras do açúcar como "percursoras das indústrias modernas" (Ob.cit., p.137).

¹⁴ - Segundo V.L.A.FERLINI "a cooperação foi o princípio articulador do engenho", uma "manufatura orgânica" onde "o processo produtivo resultou da decomposição dos ofícios diversos, ligados ao fabrico do açúcar, em atividades sequenciais, formando trabalhadores parciais agrupados e combinados num mecanismo único", tratava-se assim de uma verdadeira "linha de montagem" (Terra, Trabalho e Poder, pp.104/5 e 129). Vitorino Magalhães GODINHO considera o trabalho no engenho como um "processo industrial" (Os Descobrimientos e a Economia Mundial, v.IV, p.109).

¹⁵ - B.BENASSAR - La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII, pp.159 e 160. Também C.BOXER destaca que o engenho "era uma empresa de alto custo" (Os Holandeses no Brasil, p.200).

¹⁶ - Foi visto, ao final do último capítulo, que C.FURTADO estimou em 20% do capital total o gasto com a compra de escravos. V.M.GODINHO concorda com esta estimativa (Ob.cit., p.111). F.MAURO eleva este gasto para um terço do investimento inicial, número ainda baixo segundo a avaliação de S.SCHWARTZ (Ob.cit., p.194). Para este autor o custo do plantel de escravos excederia a metade do capital investido (p.189).

¹⁷ - S.SCHWARTZ aponta que alguns trabalhos do engenho demandavam grande perícia e técnica, como por exemplo a função de mestre do açúcar. E estes trabalhadores especializados recebiam salários elevados (Ob.cit., p.30). Segundo este autor: "Capital inicial suficiente e feitores experientes e qualificados eram fundamentais para o êxito da atividade" (p.39). Uma descrição das funções exercidas por trabalhadores livres no engenho, ver: p.265.

dos dos engenhos "reais" movidos a energia hidraulica), para se estimar o investimento inicial¹⁸. Este é tão elevado que a Coroa cria medidas de isenção fiscal para estimular o estabelecimento de engenhos no Brasil¹⁹.

A produção do engenho demandava os adequados estoques de matéria prima, o que implicava em amplos entornos cultivados, representando as lavouras canavieiras outra quantidade de trabalho morto depositado no solo da colônia. As plantações envolviam um outro quantum de braços escravos, inicialmente recrutados nas populações autóctones²⁰. Com o desenvolvimento do setor, suas áreas mais dinâmicas foram gradativamente substituindo o braço indígena pelo escravo negro, processo lento que implicou diferentes combinações e grande variação regional e temporal²¹. O nordeste, por exemplo, conheceu de modo mais rápido a total substituição do índio pelo africano. Na Bahia isto ocorreu de modo mais lento, com a sobrevivência de formas de convivência entre os dois tipos de trabalhadores (com o índio sendo usado em tarefas mais perigosas, como forma de resguardar as valiosas "peças negras"). Na capitania do Rio de Janeiro conviveram as duas formas de escravidão, e na de São Vicente o escravismo indígena foi sempre majoritário. De todo modo, o braço escravo acompanhou o plantio da cana de açúcar elevando o montante de capital congelado no empreendimento.

Também cabe realçar que a plantação da cana ocorreu através de diferentes relações de produção, no que tange à propriedade da terra. Os engenhos moíam não apenas

¹⁸ - S.SCHWARTZ estima em no máximo 10% do capital investido, a parcela gasta com o rebanho. E, em 20% a dispendida com as edificações (Ob.cit., pp.187/8). Reafirma, assim, sua posição de que o gasto mais significativo refere-se ao custo do trabalho.

¹⁹ - A isenção era pelo prazo de 10 anos, referindo-se aos impostos da esfera da produção (R.SIMONSEN - Ob.cit., p.97, C.FURTADO - Ob.cit., p.45 e V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.61).

²⁰ - Nas palavras de SCHWARTZ: "A grande lavoura açucareira na colônia brasileira iniciou-se com o uso intensivo da mão de obra indígena" (Ob.cit., p.57).

²¹ - No geral, como aponta S.SCHWARTZ: "A transição da predominância indígena para a africana na composição da força de trabalho escravo ocorreu aos poucos ao longo de aproximadamente meio século" (Ob.cit., p.68).

a cana produzida nas terras de seus proprietários, mas também a de lavradores que não possuíam engenhos próprios, de arrendatários e parceiros²². Todos, independente da magnitude de sua produção, tocavam-na apoiados no trabalho escravo, existindo total correspondência entre os plantéis e a quantidade de terra apropriada. Na verdade, até o século XVII, a terra era doada em função da capacidade para sua exploração que apresentava o recebedor da merçe, fundamentalmente pela avaliação do número de escravos de que dispunha²³. Muitas vezes, a doação - notadamente para os pequenos e médios estabelecimentos, apresentavam uma clausula de obrigatoriedade de moagem (clausula também recorrente no que diz respeito aos contratos de venda, arrendamento e parceria) que vinculava a lavoura a um determinado engenho²⁴. Com tal medida buscava-se minimizar a capacidade ociosa dos equipamentos instalados e restringir a concorrência.

E' interessante observar que, ao lado destes objetivos de cunho econômico-político, razões de ordem geopolítica também orientavam a política fundiária implementada no Brasil. Como bem destaca Vera Lucia Ferlini, amenizando um pouco a tese da exclusividade do latifundio como forma ancestral da colonização brasileira: "era preciso estimular a agricultura exportadora e lucrativa em sistema de grande empresa, e ao mesmo tempo fixar colonos, povoadores e defensores. A cessão de terras deveria obedecer a esses pressupostos"²⁵. Assim, as doações se fizeram em diferentes magnitudes, obviamente

²² - Tratava-se das "tarefas" de cana das chamadas "terras de partido" (V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.171 e A Civilização do Açúcar, p.32). S.SCHWARTZ destaca a distinção social forte entre os lavradores de cana proprietários e os não proprietários, lembrando a expansão do arrendamento na fase aurea da cana (Ob.cit., p.249).

²³ - V.R.L.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.166.

²⁴ - Ver: S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.251. Como observa V.L.A. FERLINI, com estas vinculações, os engenhos criam "uma delicada e abrangente rede de obrigações e dependência, à partir da propriedade da terra", num quadro onde "a venda de terras sem obrigação de cana era bastante rara" (Terra, Trabalho e Poder, pp.175 e 185).

²⁵ - V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.162. Em outra passagem, reafirma a autora: "Fixar indivíduos na colonia acenando-lhes com a participação nos lucros do açúcar, foi das formas que o Estado encontrou para engrossar a massa branca livre da colonização" (p.210).

respeitando uma capacidade mínima de recursos necessária à exploração, e tendo "obrigatoriedade do cultivo e do aproveitamento como condição de posse"²⁶. O alcance desta política pode ser medido no fato de, ao iniciar-se o século XVII, as terras mais propícias ao cultivo da cana na orla nordestina e no Recôncavo já estarem distribuídas, o que gerou o início de um mercado fundiário na colônia²⁷.

No que diz respeito à localização, os números apresentados pelos autores consultados também revelam discordâncias. Todavia, em meio a estas é possível apreender algumas características unanimemente apontadas. A principal mostra que era a região da orla nordestina a de maior dinamismo e concentração de engenhos. Stuart Schwartz aponta a existência de 5 engenhos em Pernambuco em 1550, número que se elevou para 66 trinta e seis anos depois²⁸. Vera Ferlini fala em 55 engenhos no Nordeste em 1570, e em 170 no ano de 1612²⁹. Charles Boxer coloca que em 1584 haviam 26 engenhos apenas em Pernambuco, para todo o Nordeste em 1628 fornece a cifra de 140 estabelecimentos³⁰. Assim, era a zona da mata nordestina a principal área açucareira da colônia até a época da invasão holandesa, que, ao desorganizar esta produção, transfere tal predominância para a região capitaneada pelo Recôncavo bahiano.

Na Bahia a instalação do complexo açucareiro ocorreu de forma um pouco mais lenta que em Pernambuco. Segundo Schwartz, em 1570 contam-se 18 engenhos na região, número que se eleva para 40 na década seguinte, e para 50 mais vinte anos após

²⁶ - Idem, ibidem, p.164. A terra não cultivada revertia à Coroa.

²⁷ - Nas palavras de V.L.A.FERLINI: "já no início do século XVII, as áreas férteis do litoral nordestino haviam sido doadas e o acesso à produção da cana só era possível por compra ou por arrendamento" (Civilização do Açúcar, p.33). Em outro texto, reafirma: "No início do XVII, praticamente toda a boa região canavieira do Recôncavo e da orla pernambucana estava doada em sesmarias" (Terra, Trabalho e Poder, p.171).

²⁸ - S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.33. V.M.GODINHO fala em 23 engenhos em 1570 e 66 em 1583/4 (Ob.cit. v.IV, p.104).

²⁹ - V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.61.

³⁰ - C.BOXER - Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, p.193.

chegando a 130 em 1629³¹. O boom bahiano foi, assim, um fato do segundo quartel do século XVII, apresentando a região antes disso uma capacidade produtiva que representava metade da produção açucareira nordestina. Mais tardia que estas duas, foi a formação da terceira região canavieira, a das áreas adjacentes ao Rio de Janeiro. Aí, ao final da década de vinte contavam-se cerca de 40 engenhos³², com a produção local conhecendo certa especialização no fabrico de aguardente destinado ao comércio africano (ao lado do tabaco bahiano um dos melhores meios de troca nesse circuito).

Observa-se assim a ocorrência no período estudado de tres centros produtores, de grandeza decrescente, na atividade canavieira do Brasil. Além destes, outras áreas conheceram tal exploração mas de forma não duradoura ou pelo menos sem a velocidade e dinamismo das já mencionadas. Foi o caso, por exemplo, da capitania de São Vicente, região pioneira nesta cultura que em 1548 contava com 6 engenhos instalados na Baixada Santista, número que apenas dobra na virada do século XVI³³. Na verdade, a produção açucareira aparecia, em pequena monta ou em unidades isoladas, distribuída por toda costa da colonia. Porém, foi no Nordeste e na Bahia que esta atividade conheceu uma magnitude que a transformou no principal negócio do Brasil e na mais importante fonte de ingressos de Portugal ao tempo da união peninsular³⁴.

Como visto, a produção do açúcar envolvia variados componentes o que definia seu caráter de atividade de alto dinamismo, geradora de variados fluxos que

³¹ - S.SCHWARTZ - Ob.cit., pp.34 e 90. Vitorino M.GODINHO concorda com o primeiro valor, e estima em 36 o número de engenhos bahianos por volta de 1583/4 (Ob.cit., v.IV, p.104). C.BOXER, entretanto, fala na existência de 50 engenhos em 1628 (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, p.193).

³² - V.M.GODINHO - Ob.cit., v.IV, p.105 e C.BOXER - Salvador de Sá..., p.193.Em outra obra este último autor lembra que em 1585 haviam apenas 3 destes estabelecimentos nessa região (O Império Colonial Portugues, p.127). S.SCHWARTZ também destaca o dinamismo do Rio de Janeiro que passa de 14 engenhos em 1612 a 60 em 1629 (Ob.cit., p.148).

³³ - Ver: V.M.GODINHO - Ob.cit., v.IV, p.103 e V.L.A.FERLINI - A Civilização do Açucar, p.22. J.L.AZEVEDO lembra que em 1533 já existia um engenho em funcionamento em São Vicente (Ob.cit., p.243).

³⁴ - Ver: Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.170.

articulavam diferenciados lugares. Celso Furtado capta bem tal qualidade: "A formação de um sistema econômico de alta produtividade e em rápida expansão na faixa litorânea do nordeste brasileiro teria necessariamente de acarretar consequências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicavam os portugueses"³⁵. A primeira destas necessidades diz respeito ao abastecimento de mão de obra para os engenhos e para a lavoura canavieira. Aqui, dois fluxos dinamizaram-se em função dessa demanda. O primeiro, interno, estimulou o apresamento dos índios não apenas à partir de São Paulo (onde tal atividade chegou a ser dominante definindo uma significativa especialização da economia paulista), mas também com expedições saídas da Bahia e do próprio Nordeste (entre estas as que visaram a conquista do Ceará) e, mais tarde, a partir de meados do XVII, do Maranhão (onde o escravismo indígena também conheceu certa especialização)³⁶.

Dentro deste movimento, cabe destacar as incursões dos bandeirantes paulistas nas missões jesuítas dos territórios guaraníes, pois como observou Roberto Simonsen: "Os povos aldeados, dotados de noções de disciplina e trabalho organizado, constituíam, sem dúvida, presas de valor para os mercadores da época"³⁷. Tais missões haviam rapidamente se disseminado na segunda década do XVII, em algumas áreas da bacia do Paraná, aldeando uma população que somente na região do Guairá ultrapassava a cifra dos 100 mil habitantes³⁸. Esta foi a primeira zona a ser visitada pelas bandeiras de

³⁵ - C.FURTADO - Ob.cit., p.59. Em outra passagem o autor reafirma: "Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização, deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira" (p.46).

³⁶ - Portanto, como bem observa C.FURTADO: "A captura e comércio do indígena vieram constituir assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira" (Ob.cit., p.46).

³⁷ - R.SIMONSEN - Ob.cit., p.211. Sobre os itinerários dos caçadores de escravos paulistas, ver: Basilio de MAGALHAES - A Expansão Geográfica do Brasil Colonial, pp.95/6.

³⁸ - Ver: R.KONETZKE - Ob.cit., p.252. G.THOMAS coloca a população das missões do Guairá em maio de 33 mil habitantes (Ob. cit., p.181).

apresamento, onde apenas no ataque a Encarnacion - em 1628 - são escravizados cerca de 15 mil guaranis³⁹. No ano seguinte, as missões paranaenses foram alvo dos ataques da expedição de Raposo Tavares que praticamente as exterminou. Em 1632/3 as missões do Itatins, no atual Mato Grosso do Sul, conheceram o mesmo destino. E, em 1635, foi a vez das da zona do Tape, no atual Rio Grande do Sul⁴⁰. Vale lembrar que boa parte dos índios aprisionados tinham como destino a exportação para as áreas canavieiras, notadamente para as plantações do Rio de Janeiro e da Bahia⁴¹.

O outro fluxo ativado pela demanda de braços do complexo de produção do açúcar foi o tráfico negreiro⁴². Como visto, o escravo africano associava-se à indústria açucareira já nas ilhas atlânticas e no Caribe. Tendo vindo desta procedência todo o sistema implantado nas terras brasileiras, era esperável que este trabalhador fosse o preferido pelo empreendimento. Ademais, o tráfico negreiro era um negócio que envolvia grandes interesses, entre estes o do erário português. O uso da mão de obra negra no trato do

³⁹ - Berta RIBEIRO - O Índio na História do Brasil, p.59. A autora comenta que em 1631, restavam apenas 2 missões no Guairá, com uma população aldeada de menos de 10 mil habitantes.

⁴⁰ - Ver: R.SIMONSEN - Ob.cit., p.211; G.THOMAS - Ob.cit., pp.181/2 e Basilio de MAGALHAES - Ob.cit., pp.98/9.

⁴¹ - R.SIMONSEN estima que cerca de 30% dos índios escravizados eram exportados para fora da capitania de São Vicente (Ob. cit., p.214). John MONTEIRO considera que apesar deste comércio existir, boa parte do plantel tem como destino as fazendas paulistas ("Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial" in Vários Autores - Índios no Estado de São Paulo, p.32).

⁴² - V.M.GODINHO - Ob.cit., v.IV, p.166. Este autor mostra o paralelismo entre a expansão da lavoura canavieira e a entrada de africanos no Brasil. Estes eram "raros" até meados do XVI, em 1570 seu número estaria situado entre 2 e 3 mil em toda a colônia, mas em 1589 já somam 5 mil só em Pernambuco, eoutro tanto na Bahia (p.172). R.KONETZKE vai concordar com os primeiros valores, estimando a população escrava da colônia, em 1600, entre 12 e 15 mil habitantes, número que se eleva para 200 mil já em 1650 (Ob.cit., p.74). S.SCHWARTZ avalia que após 1620 entram cerca de 4 mil escravos africanos por ano em Recife e entre 2 e 3 mil na Bahia (Ob.cit., p.281) Segundo Oliveira MARQUES, entre 1570 e 1600 entraram pelo menos 50 mil africanos no Brasil, cifra que sobe para 200 mil no intervalo 1600-1650, e mais 150 mil entre este último ano e 1670 (Ob.cit., v.II, p.243). Maria Luiza MARCILIO estima que no século XVII entraram 560 mil negros no Brasil, o que representa 41,8% do total desembarcado na América. Segundo esta autora a população negra (livre e escrava) da colônia em 1650 atingia o total de 100 mil habitantes ("A População Brasileira em Perspectiva Histórica" in Iraci del Nero COSTA (org.) - Brasil. História Econômica e Demográfica, pp.20/1).

açúcar só não se difundiu mais nos locais onde a disponibilidade de recursos não permitia a aquisição de muitas "peças" desta cara mercadoria⁴³. No geral, a capitalização do setor constituía-se em muito no aumento constante do plantel de escravos. Na verdade esse condicionava o espaço passível de ser apropriado, sendo assim, o fator fundamental de uma economia essencialmente **extensiva**, que tinha no aumento da área cultivada o motor de sua reprodução ampliada. Portanto, vincula-se a isso a tendência geral no sentido do negro substituindo o escravo índio naquelas regiões onde progrediu a produção açucareira.

Esta íntima relação entre o trato do açúcar e a escravidão negra objetivava, como já visto - um dos circuitos mais rendosos do comércio atlântico, fundamentando uma complementariedade que Jaime Cortesão denominou de "complexo luso-afro-brasileiro". Tal elo ficou evidente quando os holandeses - senhores do nordeste açucareiro demonstrando clara consciência desta interdependência, conquistaram as praças portuguesas na África ocidental. A perda destes entrepostos escravistas foi sentida na Bahia e no Rio de Janeiro, tendo dado inclusive um grande estímulo conjuntural às empresas paulistas de apresamento indígena - fato que bem exemplifica os complexos liames entre os diferentes circuitos do mundo colonial. A centralidade da obtenção constante de mão de obra africana para a empresa canavieira (foi visto que a reposição era necessidade) ficou evidente quando se observa que era o preço do escravo o equivalente básico para se avaliar a lucratividade ou a viabilidade de uma exploração no setor. Inclusive a ampla crise setorial, vivenciada pelos produtores brasileiros à partir de meados do século XVII, começou a se desenhar quando o preço do escravo no mercado atlântico começa a se distanciar

⁴³ - Vale lembrar a argumentação de A. Barros de CASTRO acerca da dinâmica da distribuição de escravos na América, onde o preço é dado pelas áreas "superdotadas" em termos relativos, geralmente zonas novas de alta produtividade. Deste modo, a renda diferencial explicaria as relações de abastecimento e braços na "rede de regiões escravistas" ("As mãos e os pés do senhor de engenho". Dinâmica do Escravidão Colonial" in P.S. PINHEIRO (org.) - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade).

⁴⁴ - Ver: "Portugal Quinhentista e o Brasil".

valor atribuído ao açúcar⁴⁵.

Este comércio umbelical com a África vai, nas terras brasileiras, impulsionar seus próprios circuitos específicos (secundários na ótica geral da colônia). Já foram lembrados a produção de aguardente e a lavoura do tabaco⁴⁶, em grande parte estimulados por este comércio. Todavia um outro fluxo - mais importante - vai desdobrar-se dessa relação afro-brasileira. Trata-se daquele circuito que, primeiro clandestinamente e depois de 1595 legalizado por um "assiento" da Coroa, desviava algumas peças africanas para os mercados da América espanhola, notadamente para as minas de Potosi, via a rota do Prata⁴⁷. Este fluxo foi simplesmente o responsável pelos estoques metálicos circulantes no Brasil, sendo que sua importância pode ser medida pela "grave escassez monetária" que a Restauração causou na colônia ao dificultar o trânsito nesse circuito⁴⁸. Junto com os escravos, algumas mercadorias brasileiras também eram enviadas às possessões espanholas, visando à captura da prata.

Além da demanda de trabalho, a produção do açúcar também dependia de alguns outros insumos externos à zona canavieira. Um destes era a lenha necessária para as fornalhas do engenho. Se a busca interna de braços gerou uma ampliação da área de visitação dos colonos destruindo as populações encontradas, a busca da lenha atuou nos

⁴⁵ - V.L.A.FERLINI mostra que enquanto o preço do açúcar cai 17% no período entre 1620 e 1634, o do escravo sobe em 55%, deteriorando gradativamente o poder de troca da colônia (Terra, Trabalho e Poder, p.67).

⁴⁶ - Sobre a lavoura do tabaco, que expandiu-se no século XVII no vale do rio Paraguaçu tendo a cidade de Cachoeira como centro, ver: S.SCHWARTZ - Ob.cit., pp.83 a 85.

⁴⁷ - V.M.GODINHO lembra que as Índias de Castela tradicionalmente apareciam como grandes compradores de escravos dos portugueses, e avalia que de 1600 à época da Restauração foram enviados para a América hispânica entre 4 e 8 mil africanos por ano. E conclui: "Nos sessenta anos da união dinástica, o trato português não forneceu às escáfulas espanholas de além oceano menos de 400 mil escravos" (Ob.cit., v.IV, p.180). S.SCHWARTZ observa que, registrados em Sevilha, logo legalmente, foram desembarcados - entre 1595 e 1640 - 150 mil africanos na América espanhola (Ob.cit., p.281). Apenas no ano de 1628, de acordo com Alice CANABRAVA, desceram no porto de Buenos Aires cerca de mil e quinhentos escravos negros (O Comércio Português no Rio da Prata 1580-1640, p.105).

⁴⁸ - S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.178.

entornos imediatos das áreas de plantação devastando as matas e tornando a obtenção do produto cada vez mais distante e cara. Durante um período inicial, à derrubada da floresta correspondia uma posterior instalação da lavoura, porém uma vez esgotados os solos propícios este processo avança indiscriminadamente para o interior. A obrigatoriedade da entrega de lenha para a moagem da cana das "terras vinculadas", foi um dos expedientes dos engenhos para obter acesso a este fator da produção cada vez mais escasso⁴⁹.

Outro insumo fundamental para o engenho eram os animais, notadamente a pecuária bovina aparecia como um elemento indispensável a sua vida⁵⁰. Assim, a cada zona canavieira correspondia uma área complementar de criação de gado. Tal atividade, conseqüentemente, conheceu um período de expansão correspondente à difusão da cana, com as boiadas e as áreas de pecuária crescendo durante todo o século XVII⁵¹. Como observa Celso Furtado, através do gado, o boom açucareiro no litoral teve como "contrapartida a grande penetração no sertão"⁵². Sendo uma exploração que demandava basicamente a interlândia, a pecuária "contribuiu fundamentalmente a que a dominação portuguesa se estendesse sobre o dilatado interior brasileiro"⁵³. Aqui, cabe um realce à

⁴⁹ - V.L.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.122.

⁵⁰ - Celso FURTADO falando da necessidade de lenha e de animais, conclui: "Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país" (Ob.cit., p.48).

⁵¹ - Basilio de MAGALHAES coloca entre 1590 e 1690 a "fase mais notável de irradiação" dos rebanhos, destacando a conquista do sertão bahiano e do vale do rio São Francisco e o avanço sertanejo paralelo ao litoral nordestino (Ob.cit., p.146). Caio PRADO Jr. também confirma a ocupação do sertão pela pecuária já no final do XVII (Ob.cit., pp.194/5).

⁵² - C.FURTADO - Ob.cit., p.64. Este autor observa que o caráter extensivo da pecuária fixa pouco valor ao solo, porém, por outro lado, envolve espaços dilatados fazendo da "economia criatória" um "fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro" (p.62). R.SIMONSEN também alude a este fato: "A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população, é uma indústria extensiva por excelência", e por isso, sendo a "primeira retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, promoveu nos séculos XVI e XVII, a ocupação de uma vasta região do sertão" (Ob.cit., pp.187 e 185).

⁵³ - R.KONETZKE - Ob.cit., p.301. F.MAURO coloca que com a expansão da pecuária "aumenta rápido e consideravelmente o império do homem sobre o espaço brasileiro" (Ob.cit., p.84).

expansão bahiana que avançando pelo vale do São Francisco acabou por colonizar o Piauí, chegando às margens do Tocantins no final do século⁵⁴.

Enfim, observa-se claramente que o motor do desenvolvimento brasileiro no período era a produção do açúcar. O engenho era o centro da vida econômica da colônia, a "fábrica que processava a cana e dava sentido à ocupação da terra" neste setor que "necessitava de uma unidade manufatureira para viabilizar a mercantilização das lavouras"⁵⁵. Ele representava uma grande massa de capital fixado, cuja reprodução implicava no funcionamento de uma complexa rede de circuitos subsidiários de escalas variáveis: desde os fluxos locais das "tarefas de cana" e da lenha até aqueles mais dilatados referentes à reposição dos estoques de mão de obra. Pode-se falar em uma verdadeira rede de relações onde, conforme a avaliação de Stuart Schwartz, "os fluxos de renda dos engenhos para outros setores da economia... representavam grandes transferências de recursos"⁵⁶. Isto remete à questão da lucratividade vivenciada por tal atividade.

O proprietário de um engenho auferia variadas formas de renda. A absoluta, pela exploração ou cessão da terra, agregando uma renda diferencial ou mesmo de monopólio pelas qualidades (naturais e locacionais) intrínsecas desta⁵⁷. Além das fundiárias, auferia também uma renda de manufatura pela moagem e elaboração da cana de outrem. E ainda aquela resultante da utilização do trabalho compulsório de índios e negros: uma renda escravista. Todavia, mesmo somando essas parcelas a lucratividade média era baixa face ao montante do capital investido. Vera Lucia Ferlini, estudando a contabilidade

⁵⁴ - Ver: Caio PRADO Jr. - Ob. cit., p.241 e C.FURTADO - Ob.cit., p.64. R.SIMONSEN lembra que as terras às margens do São Francisco - o "rio dos currais" - já estão doadas em sesmarias ao final do século XVI (Ob.cit., p.152). Em meados do XVII o gado já trafegava pela bacia do Parnaíba, Luis B.MOTT fala na existência de 30 fazendas em 1674 no Piauí, número que chega a 129 em 1697 ("O Patrão não está: Análise do Absenteísmo nas Fazendas de Gado do Piauí Colonial" in Iraci N.COSTA (org.) - Ob.cit., p.31).

⁵⁵ - V.L.A.FERLINI - Ob.cit., p.170.

⁵⁶ - Ob.cit., p.205.

⁵⁷ - SCHWARTZ observa a dificuldade em se falar de gasto médio dos engenhos dada a variação das despesas de cada um em função de sua situação geográfica (Ob.cit., p.191).

do engenho Sergipe do Conde, chega a uma taxa de retorno de 10% do investimento realizado. Stuart Schwartz, estima entre 5 e 10% a taxa de lucro do setor nos anos aureos do açúcar chegando a 2% em anos médios⁵⁸. Todavia, este autor lembra que, sendo uma economia extensiva, uma boa parte dos lucros dos engenhos vai aparecer enquanto ampliação de bens de capital⁵⁹.

A aquisição de novas terras, a ampliação da área de cultivo (com a formação de novos canaviais), e, principalmente, a reposição dos estoques de mão de obra, constituíram os principais ítems da capitalização efetuada pela economia açucareira que, como observado, se reproduzia num padrão extensivo. Vera Lucia Ferlini faz a seguinte leitura do processo: "A atividade agrícola não consistia, para o colono, fator de acumulação de capitais mas de riquezas, no sentido de resultar na ampliação do fundo de terras e de escravos"⁶⁰. Pierre Chaunu vai apontar o paradoxo desse sistema: um "capitalismo senhorial", ávido de terras e com baixa lucratividade⁶¹. De todo modo, como bem destaca Celso Furtado, o complexo açucareiro autofinanciou a sua expansão⁶². Além de, como visto, dinamizar vários circuitos e representar uma fonte de ingressos significativa para a metrópole.

O ponto frágil desta organização econômica residia não numa incapacidade de remunerar adequadamente o capital investido, mas na sua dupla dependência aos

⁵⁸ - V.R.A.FERLINI - Terra, Trabalho e Poder, p.191. Em outro trabalho a autora fornece uma taxa média de 5% (A Civilização do Açúcar, p.81). S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.196. Este autor critica a superestimação da lucratividade do setor (por volta dos 80%) defendida por Celso Furtado (p.240).

⁵⁹ - Nas palavras de S.SCHWARTZ: "O valor dos ativos crescia mais rápido que a renda" (Ob.cit., p.196).

⁶⁰ - Terra, Trabalho e Poder, p.197. Em outra passagem, a autora comenta que a empresa açucareira não gera lucros de monta, mas é "cristalizadora de poder", o que garante aos senhores de engenho a hegemonia interna (p.193).

⁶¹ - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.319.

⁶² - Ob.cit., p.50. SCHWARTZ observa que, no século XVII, quando não havia mais terra nem braços gratuitos ou tão baratos, a taxa de expansão do sistema baixou de 5 para 2% ao ano (Ob.cit., p.197).

estímulos metropolitanos ou europeus⁶³. Em primeiro lugar, na sua sujeição total face às flutuações no mercado de realização da sua mercadoria, o que colocava a remuneração do produtor do açúcar ao acaso das conjunturas de preço na Europa. Frente as oscilações ali observadas, tal produtor (arcando com os custos de um alto investimento) aparecia como o elo mais fraco (em termos de folego financeiro) neste circuito de realização do produto. Não foi por outro motivo, que a Coroa editou - em 1612 - uma lei proibindo a expropriação por dívida dos engenhos, a qual visava dar maior flexibilidade ao ciclo do capital neste setor. De todo modo, a subordinação do senhor de engenho ao comerciante de açúcar era um dado estrutural do sistema - como já posto, criado para colonizar, mas, antes de tudo para bem remunerar o capital mercantil.

A segunda debilidade referia-se ao abastecimento, notadamente de manufaturados. A colônia dependia, em alguns itens essenciais, quase que totalmente de suprimentos importados da metrópole. A parcela do valor criado internalizada na colônia não se destinou a criação de atividades voltadas a suprir o mercado interno de bens mais elaborados⁶⁴. Assim, os artefatos metálicos em geral, a pólvora, tecidos, alguns produtos alimentares (como o vinho, o azeite, e tantos outros), tudo era suprido por importação. Isto colocava os termos de troca como o fiel da balança da economia colonial, cuja crise manifestava-se pela sobreposição de condições desfavoráveis face às duas dependências. Em outros termos: na conjuntura de preços baixos do açúcar e de alta das mercadorias importadas. Porém, isto é uma questão mais do período pós-Restauração e da segunda metade do século XVII. Aqui cabia mostrar o dinamismo da possessão assimilada pelo império filipino quando da união das Coroas ibéricas.

Vale rememorar que a dominação espanhola instalou-se em 1580, em meio

⁶³ - C.FURTADO enfatiza bastante esta dependência face à demanda externa, que faz as áreas produtoras de açúcar entrarem numa "letargia secular" quando da retração do mercado na segunda metade do século XVI (Ob.cit., pp.56 a 58).

⁶⁴ - Segundo C.FURTADO a alta especialização da atividade canavieira gera um significativo mercado porém este se atrela quase que totalmente às importações (Ob.cit., p.60).

a uma crise dinástica em Portugal. E, como visto, a nobreza lusitana em sua maior parte rapidamente aderiu à causa do rei castelhano, legitimando sua pretensão escorados na crença de um reflorescimento econômico advindo da participação nos negócios do rico e amplo império dos Filipes. Foi visto também que a formula encontrada para a incorporação mantinha uma autonomia formal da administração do reino português e de suas colônias, que passavam a ser dirigidas por um conselho - composto por elementos do clero e da aristocracia lusas - o qual respondia diretamente à Coroa espanhola.

Esta autonomia administrativa, entretanto, não mudava o fato dos territórios portugueses estarem agora inseridos numa nova rede de relações internacionais. Como bem observa Pierre Chaunu, a união ibérica colocava "o espaço português a serviço dos altos designos da geopolítica religiosa espanhola"⁶⁵. O Brasil, especificamente, aparecia de início, para esta, com uma clara função defensiva - suas terras tinham "a vantagem de garantir à Espanha as fronteiras do Peru"⁶⁶. Todavia, para as finanças portuguesas - como visto - a colônia brasileira representava bem mais. E esta dupla concepção marcou bastante a política metropolitana para o Brasil ao longo do período da unificação, sendo em muito responsável pelas tensões entre o Conselho de Portugal e a corte de Madri.

De todo modo, mesmo que formal, a separação da gestão colonial portuguesa permitia que se mantivesse certa especificidade, por exemplo jurídica, entre a América portuguesa e a espanhola. Isto ficava evidente na legislação sobre o trabalho indígena: enquanto nas possessões hispânicas a liberdade formal das populações autóctones era reconhecida desde 1542, no Brasil continuou a vigorar a escravidão dos índios⁶⁷. Apesar de acentuar a ótica geopolítica, que colocava uma boa política indigenista como fator de segurança das colônias, a Coroa espanhola não modificou este item vital para a vida

⁶⁵ - Conquista e Exploração dos Novos Mundos, p.376.

⁶⁶ - Frederic MAURO - Ob.cit, p.69. Segundo Joaquim Veríssimo SERRAO, o Brasil aparecia inicialmente para a Coroa espanhola como "uma defesa atlântica do seu império, a barreira geográfica que o protegia" (Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640, p.3).

⁶⁷ - George THOMAS - Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640, p.112.

econômica brasileira⁶⁸. Na verdade, ela atuou num jogo de avanços e recuos no que tang ao tema, sendo que, ao final, com a lei de 1611 observa-se "uma capitulação quase total da Coroa perante as exigências dos colonos brasileiros"⁶⁹. As razões de ordem econômica haviam prevalecido mantendo-se a legalidade da escravidão indígena por resgate ou pela guerra justa.

O objetivo metropolitano de manter a identidade diferenciada das colônias americanas trazia em seu bojo a idéia de um controle mais eficaz do exclusivo, cuja vigência no mundo ultramarino espanhol era muito mais efetiva que nas possessões portuguesas, e como visto quase inexistente no caso do Brasil. Assim, uma série de normas restritivas vão ser colocadas em prática, pela primeira vez, nas terras brasileiras. A restrição ao livre comércio, a proibição aos estrangeiros de residir na colônia, e finalmente o fechamento dos portos⁷⁰, foram medidas que respondiam a uma política imperial europeia dos Filipes, e que traziam grandes alterações à economia brasileira, até então não sujeita a uma lógica monopolista - o controle régio pleno estando limitado ao comércio do pau-brasil⁷¹. Vê-se aqui com clareza a aludida duplicidade de concepções acerca da política colonial para o Brasil.

Se algum resultado foi obtido no isolamento da terra brasileira face a outras nações européias (resultados deveras discutíveis), o mesmo não se pode dizer quanto às restrições no que tange aos contatos intra-americanos, isto é, entre o Brasil e a América

⁶⁸ - Idem, *ibidem*, pp.130 e 134.

⁶⁹ - Idem, *ibidem*, p.154. Isto representava um claro recuo face às legislações de 1595 e de 1609, que assentando-se na idéia do aldeamento faziam "dos jesuitas os responsáveis principais da política indigenista no Brasil", nas palavras de THOMAS (p.135). A lei de 1611 vai conceder aos colonos "corresponsabilidade na administração das aldeias", criando a figura do "capitão dos índios" responsável pela alocação da mão de obra aldeada (pp.155/6).

⁷⁰ - Ver: S.B.deHOLANDA e O.PANTALEAO - "Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista" i História Geral da Civilização Brasileira, v.I, t.1, p.163.

⁷¹ - R.SIMONSEN comenta: "As primeiras restrições ao livre comércio com o estrangeiro surgiram já no tempo em que Portugal se encontrava sob o domínio espanhol" (Ob.cit., p.353). Ver também: Caio PRADO Jr. - Ob.cit., p.86.

espanhola. Aqui, apesar das proibições, a união peninsular estimulou um fluxo já pre-existente que envolvia basicamente tres rotas: a dos "aventureiros" - fluvial e terrestre - que saindo de São Paulo demandava o Paraguai, a do "contrabando" - marítima - que ligava varios portos brasileiros a Buenos Aires, e a de "curiosidade" que buscava o Peru pelo Amazonas⁷². Vale lembrar que, inclusive, não faltaram propostas de legalização de um destes caminhos como via oficial de escoamento da prata peruana⁷³. De todo modo, nesse aspecto, não há como discordar quando Capistrano de Abreu conclui que a união ibérica teve "consequências favoráveis" para o Brasil ao abrir a ocupação das bacias do Amazonas e do Prata, e nem quando Helio Vianna completa que houve um "relaxamento" dos limites⁷⁴.

Já foi apontada a importância desses circuitos no abastecimento metálico do Brasil, aqui cabe aprofundar um pouco no seu movimento, destacando a aceleração recebida com a união ibérica. No que toca ao mais importante deles, o que demanda Buenos Aires, vale lembrar que esta cidade - refundada em 1580, em função desse dinamismo - era o porto de um caminho natural que já no período pré-colombiano relacionava a zona pampeana com a cordilheira e que acaba por tornar-se (na época enfocada) o "eixo da vida colonial... na parte meridional do continente sulamericano"⁷⁵. O crescimento desta "cidade de transito" ao longo da primeira metade do século XVII bem atesta o dinamismo dessa rota

⁷² - Sergio B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, p.163 e F.MAUROOb.cit., p.70.

⁷³ - Sergio B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, p.125. Este autor lembra o projeto do governador Saavedra que, em 1607, propoz um itinerário singular para este circuito: Santa Catarina-Assunção-Santa Cruz de la Sierra-Peru (p.130).

⁷⁴ - C.de ABREU - Capítulos de História Colonial, p.81 e Helio VIANNA - História Diplomática do Brasil, p.41.

⁷⁵ - Alice CANABRAVA - O Comércio Portugues no Rio da Prata (1580-1640), p.42. Ver também pp.38/9. A segunda fundação de Buenos Aires, nas palavras da autora, "marcou o sucesso do plano de ligação terrestre entre o Alto Peru e o Rio da Prata pela via continental de Tucuman" (p.60). Sergio B.de HOLANDA completa: "Buenos Aires em seus inícios e durante a maior parte do XVII, uma povoação semi-portuguesa" ("A Instituição do Governo Geral", p.130).

de abastecimento de Potosi⁷⁶. Tanto que, numa medida dúbia e paliativa, a Coroa acaba por liberar - sob rígidos limites - em 1602 a permissão para Buenos Aires comerciar com o Brasil. Tais limites, que foram ampliados com as leis mais restritivas de 1618 e 1622, acabaram para ativar o tráfico ilícito neste circuito⁷⁷. Uma grande rede de contrabando que não foi desalojada nem pela criação, neste último ano, da alfandega seca de Córdoba, e nem mesmo pela restauração portuguesa em 1640⁷⁸.

A relação de Buenos Aires se fazia com vários portos brasileiros, porém se destacava o fluxo com Salvador - um verdadeiro "centro redistribuidor" de escravos e produtos manufaturados para o rio da Prata - e, em menor escala, com Rio de Janeiro e Recife⁷⁹. Vale lembrar que a presença portuguesa não apenas era significativa a ponto de controlar o cabildo de Buenos Aires, como também se alocava ao longo de todo este circuito de distribuição, chegando a deter certa influência inclusive na praça de Lima⁸⁰. O abastecimento desse fluxo vai conhecer algumas dificuldades quando a marinha holandesa

⁷⁶ - A.CANABRAVA - Ob.cit., pp.112 a 114. C.BOXER aponta o intenso tráfico desta via ilegal já no fim do século XVI, lembrando que nesta época Buenos Aires recebia entre 14 e 18 navios por ano, número igual ao porto oficial de Portobello (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, p.91).

⁷⁷ - A.CANABRAVA - Ob.cit., pp.73 a 78. Os assientos, dados a comerciantes portugueses, representavam - ainda segundo A.CANABRAVA - do ponto de vista estrutural, uma "considerável brecha no exclusivo colonial" espanhol (p.152).

⁷⁸ - S.B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, p.163.

⁷⁹ - A.CANABRAVA - Ob.cit., pp.121. Além de escravos negros e índios e de manufaturados europeus, eram enviados a Buenos Aires artigos de abastecimento tanto brasileiros (como o açúcar, a marmelada, a farinha de mandioca, o arroz, etc.) quanto portugueses (como o vinho, o azeite, o sal, a pimenta, etc.). De Buenos Aires estes produtos eram reexportados para o Chile, para Tucuman e Potosi, sendo a prata a mercadoria de retorno dos barcos brasileiros (pp.140 a 143).

⁸⁰ - A.CANABRAVA qualifica a rápida penetração dos portugueses no Peru como uma verdadeira "expansão comercial" (Ob.cit., pp.155 e 162). A autora exemplifica com a vasta rede de trocas comandada pelo bispo português de Tucuman (pp.84 a 86). Com a restauração lusitana, estes comerciantes foram o alvo primeiro da Inquisição de Lima (p.178).

se assenhora do Atlântico sul, tornando estas águas perigosas para os barcos portugueses. Este fato, aliado à queda da produtividade das minas de Potosi, seriam os elementos explicativos do decréscimo deste circuito em meados do século XVII⁸¹.

No que tange à outra grande bacia sulamericana, a do Amazonas, a instalação portuguesa iniciou-se com a ação de desalojamento dos franceses no Maranhão, que demonstrava o relaxamento das fronteiras advindo da unificação ibérica pois processo "sem que se procurasse indagar a que Coroa estavam afeitos tais trabalhos por força de linha de Tordesilhas"⁸². A presença francesa, de intuito colonizador, na baía de São Mateus foi notada pela expedição exploratória de Martim Soares Moreno que, do litoral nordeste avançava pelo Ceará, buscando riquezas e capturando índios para as plantações de açúcar⁸³. E, foi à Sevilha que este explorador rápido correu para alertar do perigo de estabelecimento da França "Equinocial" e para arregimentar forças para combatê-la. A Coroa espanhola estimulou esta ação e foi em nome dos direitos do rei de Castela que os portugueses atacaram São Luís em 1615, desalojando os adversários⁸⁴.

Logo após esta vitória, um destacamento das tropas foi rapidamente enviado pelo litoral norte com a missão de consolidar a presença "luso-hispânica" na área. Este

⁸¹ - Esta situação estimulou um relativo revivamento da rota fluvial e terrestre que da capitania de São Paulo para o sul demandava o Paraguai (A.CANABRAVA - Ob.cit., pp.135/6).

⁸² - A.CANABRAVA - Ob.cit., p.182. Esta autora observa que, entre 1623 e 1636, os holandeses apossaram de 545 navios luso-espanhóis (p.174), e lembra que na primeira destas datas apenas dois barcos tiveram entrada no porto de Buenos Aires (p.175).

⁸³ - R.SIMONSEN - Ob.cit., p.147.

⁸⁴ - Ver: Basílio de MAGALHAES - Ob.cit., p.48 e Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, pp.88/9. A esta expedição se deve a fundação de Fortaleza em 1611 e de Nossa Senhora do Rosário das terras maranhenses, em 1613 (H.VIANNA - Ob.cit., p.43).

⁸⁵ - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.262.

⁸⁶ - Ver: Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, pp.193 e 91. Este autor lembra que, em recompensa dos serviços prestados, Martim Soares Moreno foi nomeado capitão do Ceará (Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, p.365).

fundar, em 1616, o forte do Presépio na foz do rio Amazonas, marco da ocupação e berço da cidade de Belém. Assim, como bem observa Celso Furtado: "foi defendendo as terras da Espanha dos inimigos desta que os portugueses se fixaram na foz do grande rio, posição chave para o fácil controle da imensa bacia"⁸⁷. Vale recordar que esta zona do delta amazônico permanecia como verdadeira terra de ninguém, conhecendo, na época analisada, estabelecimentos não apenas de franceses mas também de ingleses e holandeses - diga-se de passagem que estes últimos só abandonarão seu derradeiro baluarte em 1646⁸⁸. De todo modo, à partir desse momento a presença portuguesa na região afirma-se progressivamente⁸⁹.

Tal fato não passava despercebido das autoridades metropolitanas que, em 1621, criam o Estado do Maranhão com uma administração autônoma em relação à colônia brasileira⁹⁰. Tal medida visava claramente uma separação geopolítica dos destinos das duas colônias. Entretanto, a economia em parte agiu contra os desígnios da metrópole, pois, apesar da relativamente rápida ocupação ocorrida na década inicial da nova colônia⁹¹, esta não conheceu uma atividade produtiva que a viabilizasse no circuito mercantil. Isto acarretou uma grande autarquização da vida econômica, onde o apressamento de indígenas para a zona açucareira aparecia como uma das poucas atividades remuneratórias⁹². O Ceará, mais próximo, se integrou de forma mais orgânica ao complexo nordestino, numa

⁸⁷ - C.FURTADO - Ob.cit., p.72.

⁸⁸ - Ver: R.SIMONSEN - Ob.cit., pp. 307/8 e Capistrano de ABREU - Capitulos de História Colonial, p.139.

⁸⁹ - Ver: Caio PRADO Jr. - Ob.cit., p.43.

⁹⁰ - Esta nova colônia abrangia desde o Ceará até uma indefinida fronteira amazônica (C.FURTADO - Ob.cit., p.73). Em 1637 foi criada a capitania do Cabo Norte abarcando a administração da zona mais setentrional da colônia (Helio VIANNA - Ob.cit., p.44 e Basilio de MAGALHAES - Ob.cit., p.29).

⁹¹ - Ocupação que abarcava a zona litorânea entre São Luís e Belém (C.FURTADO - Ob.cit., p.72) e estendia-se num povoamento ralo e disperso ao longo das áreas ribeirinhas do rio Amazonas, que apresentavam-se ao colonizador como um "prolongamento do litoral" (Caio PRADO Jr. - Ob.cit., p.69).

⁹² - Ver: C.FURTADO - Ob.cit., p.73 e R.SIMONSEN - Ob.cit., p.308. Este autor lembra que a interrupção deste circuito com a invasão holandesa acarretou grande penúria ao estado do Maranhão (p.390).

função subsidiária de abastecimento de escravos e, posteriormente, de gado⁹³ - o que definiu sua sorte quando da invasão flamenga.

E' interessante observar que foi nos espaços pouco ocupados das áreas de transito e visitação esporádica da colonização ibérica, isto é, nas zonas terminais da efetiva conquista do solo sulamericano, que a Igreja católica tentou colocar em prática sua política específica de colonização. Foram nas duas grandes bacias, limítrofes entre as possessões espanhola e portuguesa, que instalaram-se - no período estudado - as vastas zonas de redução indígena que constituíram os territórios missionários da América do Sul. A questão da real soberania sobre estes resta como matéria polêmica⁹⁴. De todo modo, a união ibérica havia diminuído a separação entre o padroado português e espanhol, aproximando-os mais da influência do Vaticano, algumas ordens missionárias respondendo diretamente à Sagrada Congregação para a Propaganda da Fé. Enfim, pode-se dizer que foi também no relaxamento dos limites, propiciado pela união peninsular, que inscreveu-se a epopéia da construção das missões.

Estas foram buscar aquelas áreas de penúria, sem atrativos maiores para o colonizador, logo, regiões de escasso povoamento europeu onde adensava-se a população autóctone. Contudo, esta população era, aos olhos dos colonos, a riqueza natural ali depositada, o fruto da terra que os missionários queriam tirar de suas mãos. Assim, o antagonismo entre os colonos e as ordens missionárias era um dado estrutural: tratavam-se de projetos díspares referidos a um mesmo objeto, o indígena. Por isso, não foi atoa que a maxima radicalidade nesta tensão ocorresse naqueles centros povoadores onde o apressamento de indios tinha se tornado a empresa mais lucrativa do lugar - culminando com a expulsão dos jesuitas (a ordem também mais radical em seus objetivos) da capitania

⁹³ - Capistrano de ABREU - Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, p.288. Este autor lembra que a comunicação terrestre entre o Maranhão e a Bahia só se estabilizou no fim do século XVII (p.289), e também a dificuldade da relação marítima entre esta colonia e o nordeste brasileiro (p.286).

⁹⁴ - BOXER está entre os autores que destacam a efetiva autonomia das missões, colocando-as como dentro do processo de implantação de um Estado teocrático "nominalmente" vinculado à Coroa espanhola (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, pp. 84/5).

de São Vicente em 1640⁹⁵ e do Maranhão em 1661⁹⁶.

De todo modo, o capítulo missionário da ocupação das duas grandes bacias sulamericanas ilustra bem os desdobramentos da união ibérica em solo colonial. A facilidade e oportunidade deste projeto veio, como visto, por certa unificação dos padroados que repunha a unidade supranacional das ordens e da Igreja em geral (o que permitiu, por exemplo, a existência de um bispo português em Tucuman). Por outro lado, a oposição e a grita dos colonos também desconheceu as nacionalidades, aproximando portugueses e espanhóis no apresamento do gentio aldeado e no combate aos missionários. Vale lembrar, com Sergio Buarque de Holanda, o significativo número de hispano-paraguaios nas bandeiras paulistas⁹⁷. A própria dubiedade da ação régia face aos ataques sofridos pelas missões revelava tais desdobramentos sobre a geo-política colonial metropolitana⁹⁸.

Enfim, resta destacar um ponto de importancia seminal que a unificação ibérica trouxe para a vida colonial americana, e, mais precisamente, para a formação brasileira. Trata-se de aspecto de não somenos importancia, qual seja: a cobiça e hostilidade

⁹⁵ - Esta expulsão foi decidida por uma junta representativa das camaras de São Paulo, Santos, São Vicente, São Sebastião, Itanhaem e Cananéia (G.THOMAS - Ob.cit., pp.197/8). Este autor lembra que os jesuitas só voltam a São Paulo em 1653.

⁹⁶ - R.SIMONSEN - Ob.cit., p.316. O papel das ordens no Estado do Maranhão foi central, notadamente no vale amazônico onde os carmelitas instalaram-se em 1615, dois anos depois chegam os franciscanos, e, em 1638 acorrem os jesuitas (Ver: E.HOORNAERT - A Igreja no Brasil Colonia, p.39).

⁹⁷ - S.B.de HOLANDA - O Extremo Oeste, pp.145/6. Este autor considera que a população civil das cidades espanholas em muitas ocasiões compactuou com os ataques paulistas às missões (p.141). Segundo ele, os jesuitas sustentaram esta acusação de conivência quando de seus reclamos à Madri (149).

⁹⁸ - Pois, como visto a escravidão indígena era proibida e sua discussão já havia muito tinha sido ultrapassada no direito espanhol. E, como avalia J.MONTEIRO: "as bandeiras tomaram a sua conta a incumbência do apresamento indígena, em flagrante desrespeito às leis do reino" (Ob.cit., p.32). G.THOMAS aponta os sucessivos protestos jesuitas ao rei, pedindo um castigo para os bandeirantes paulistas (Ob.cit., pp. 186 a 189). Todavia, foi apenas às vésperas da Restauração, em 1639, que o rei espanhol autoriza os jesuitas a fornecerem armas aos índios para a defesa das missões (p.195).

dos "tradicionais inimigos" da Espanha". Isto é, ocorreu a transferência para o cenário americano das disputas pela hegemonia na Europa. Como visto, vários países europeus questionavam a partilha do além-mar pelo papa, postura que acirrou-se com a Reforma, movimento que deslegitimava a autoridade papal. Além disso, a divisão efetuada tornara-se quase um único monopólio ao ocorrer a assimilação das possessões lusitanas ao império espanhol.

Tal fato estimulou a Inglaterra, a França e a Holanda a lançarem-se com maior ímpeto na exploração colonial, as terras brasileiras emergindo neste quadro como um dos objetos privilegiados de disputa. Oliveira Marques aponta bem o delineamento geral das ações empreendidas por cada um desses países: a França demonstrava um objetivo colonizador buscando assentar-se em áreas ainda não povoadas, os ingleses apenas saqueavam sem buscar um assentamento efetivo, e a Holanda visava a conquista atuando em áreas já produtivas¹⁰⁰. A proibição de participar do comércio do Brasil apareceu como *leif motiv* de todas as ações pois implicava na perda de parcela não desprezível de lucro nas respectivas economias nacionais¹⁰¹. Minar o poderio do imperialismo hispânico na Europa também agradava a todos.

Como foi visto no capítulo anterior, os franceses já frequentavam as terras brasileiras desde os primórdios da colonização. Entretanto, no período estudado, ganham novo estímulo com as cartas de corso emitidas pelo prior do Crato, D. Antonio - presumível

⁹⁹ - Nas palavras de R.SIMONSEN: "Reunidas as Coroas de Portugal e Espanha, em 1580, passou Portugal a sofrer as investidas dos tradicionais inimigos do império espanhol" (Ob.cit., p. 146; ver também pp.354/5). H.VIANNA também observa que "os inimigos da Espanha passam a cobiçar as colônias portuguesas (Ob. cit., p.37).

¹⁰⁰ - A.H.de Oliveira MARQUES - Ob.cit., v.II, p.235.

¹⁰¹ - Sobre a presença estrangeira no transporte e comércio do açúcar brasileiro, ver: Vera L.A.FERLINI - *A Civilização do Açúcar*, p.16 e S.B.de HOLANDA e O.PANTALEAO - Ob.cit., p.165. Estes últimos autores apontam que só na rota Rio de Janeiro/Hamburgo circulavam 11 navios por ano (p.164). E concluem que a união das Coroas ibéricas havia acabado com este "comércio pacífico" (p.171).

herdeiro do trono português¹⁰². Estas também foram dadas aos corsários ingleses que causam bastante dano com os sucessivos ataques a variados pontos da costa brasileira¹⁰³. Como visto, os ingleses não possuíam um intuito de domínio territorial e os franceses foram com certa facilidade banidos do Maranhão - o que mais do que qualquer coisa revela que o Brasil era um alvo secundário na estratégia ultramarina destes povos. Contudo, o mesmo não pode ser dito da ação holandesa - a qual de fato ameaçou a soberania ibérica e lusitana sobre o território colonial brasileiro.

A centralidade do Brasil para a Holanda derivava, em certo sentido, da exacerbação dos dois estímulos mencionados. Em primeiro lugar, cabe lembrar a grande presença holandesa no comércio do açúcar brasileiro, estimada por alguns autores em responsável pelo transporte de mais da metade da produção total da colônia¹⁰⁴. Em segundo lugar, vale resaltar que o combate à monarquia espanhola era visceral para a própria sobrevivência das Províncias Unidas enquanto Estado soberano, na medida em que ele se

¹⁰² - Segundo alguns autores, exilado na França, D.Antonio teria negociado o apoio militar francês à sua recondução ao trono, em troca da cessão das terras brasileiras à Coroa francesa (por exemplo: Orlando R.PINTO - Cronologia da Construção do Brasil, pp.66/7). J.V.SERRAO critica esta tese enfaticamente (Ob.cit., p.15), e sustenta que D.Antonio não teria aberto mão de sua soberania, apenas acenando com a liberdade de comércio no Brasil (p.23). H.VIANNA lembra que, já em 1583, navios franceses chegam ao Rio de Janeiro trazendo apelos do prior do Crato, para que a colônia não acatasse a soberania de Felipe II (Ob.cit., p.38).

¹⁰³ - S.SCHWARTZ comenta que "as tentativas inglesas de comerciar pacificamente no Brasil haviam sido frustradas pelas políticas exclusivistas dos Habsburgos", e estes partem para o saque apreendendo 36 barcos luso-brasileiros entre 1588 e 1591 (Ob.cit., p.159). Sobre os ataques ingleses nestas décadas finais do século, ver: H.VIANNA - Ob.cit., p.39, e S.B.de HOLANDA e O.PANTALEAO - Ob.cit., p.174. Estes autores historicam bem as incursões de Cavendish que, tendo Ilha Bela por base, ataca os vários povoados desde o Espírito Santo até os núcleos mais meridionais, e também lembram o assalto de Lancaster a Recife, em 1595, quando são apreendidos 15 navios carregados de açúcar (pp.174/5).

¹⁰⁴ - S.SCHWARTZ considera que, antes de 1600, dois terços do açúcar brasileiro chegava na Europa em barcos holandeses (Ob. cit., p.145). E aponta que, apenas no ano mencionado, a Holanda enviou 124 navios para Lisboa e 34 para o Brasil (p.159). C.BOXER concorda com a quantidade mencionada, só que vai relacioná-lo ao período de tregua entre Holanda e Espanha (Os Holandeses no Brasil, pp.27/8). Capitrano de ABREU comenta o confisco destas embarcações, em todos portos do império, por ordem real. Ato que se repete em 1585, 1590, 1595 e 1599 (Capítulos de História Colonial, p.99). Deste episódio, R.SIMONSEN conclui que o comércio holandês "foi compelido a procurar nos próprios países de origem, os artigos que Portugal, por imposição espanhola, estava vedada com ele negociar" (Ob.cit., p.147). Sobre a presença holandesa no comércio do açúcar, ver também: V.L.A.FERLINI - A Civilização do Açúcar, p.74.

originarva da independência face ao império dos Habsburgos¹⁰⁵. Assim, o interesse holandês não era aleatório e seu projeto conquistador não era superficial e momentâneo¹⁰⁶. Ao contrário, as expedições para a conquista do Brasil foram amplamente debatidas e minuciosamente planejadas, num empreendimento que envolveu significativo montante de capitais - evidência maior das qualidades aludidas.

Não seria o caso aqui de historiar a invasão holandesa, nem a montagem da Nova Holanda, e mesmo a luta de reconquista - assuntos a respeito dos quais versa a bibliografia citada á seguir. Vale, isso sim, destacar alguns aspectos desse processo que durante um quarto de século submeteu uma vasta área da colônia brasileira a um domínio (incompleto e instável) da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais¹⁰⁷. E o primeiro destaque refere-se exatamente ao sujeito deste movimento: não se tratava de uma ação estatal mas de um empreendimento realizado por uma associação comercial particular¹⁰⁸.

¹⁰⁵ - Charles BOXER aponta que o conflito entre a Holanda e a Espanha constituiu a primeira guerra de caráter mundial, pois envolveu combates e ações nos diversos quadrantes do globo (O Império Colonial Português, p.129). E C.FURTADO observa que este conflito teve "repercussão profunda" na América, exatamente ao romper a cooperação mercantil Portugal-Holanda (Ob.cit., p.19). Cabe lembrar que esta guerra se desenvolve em duas fases: a primeira vai de 1579 a 1609, ano que foi assinada uma trégua que vigorou até 1621, quando foi reiniciado o conflito. Hermann WATJEN comenta que, com a trégua o comércio foi em parte retomado, com a Holanda enviando de 10 a 15 navios por ano para a América do Sul durante o período de sua vigência (O Domínio Holandês no Brasil. Um Capítulo da História Colonial do Século XVII, p.77).

¹⁰⁶ - Vale lembrar os vários ataques holandesês: a Ilhéus e a Recife em 1595, a Paraíba em 1597, ao Rio de Janeiro em 1599 (H.VIANNA - Ob.cit., p.40). E, principalmente, o reiterado assédio a Salvador (1599, 1604, 1624, 1627, 1634 e 1648), os quais mostram que "a Bahia tornou-se o alvo primordial na luta entre portugueses e holandesês" (S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.78).

¹⁰⁷ - A Companhia das Índias Ocidentais foi fundada em 1621, tendo "como objetivo a colonização e o comércio mediante conquista" (C.BOXER - Os Holandesês no Brasil 1624-1654, p.9). Ela conseguiu uma ampla captação inicial de recursos, ao colocar ações na bolsa de valores e atrair os pequenos acionistas (pp.12/3). Seu capital inicial chegou a 7 milhões de florins, quantia superior à da sua congênere das Índias Orientais (p.18).

¹⁰⁸ - C.BOXER, citando Edmundson, fala que a Companhia das Índias Ocidentais era "companhia de comércio no nome, corporação armada e semi-independente na realidade, visando antes de tudo lucro mais pela guerra do que pela paz" (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, p.58). H.WATJEN cita Sombard, para quem esta era "nada mais que a associação semi-bélica, organizada para fim de conquista, com direitos soberanos e amplíssimos meios ofensivos, que exercitava a pirataria em grande escala e a essa atividade

Tal característica trazia o fato dos objetivos mercantis sobrepujarem em muito qualquer móvel mais geopolítico (este sempre presente nas ações orientadas pelo comando de um Estado), o que influiu diretamente nas políticas coloniais adotadas¹⁰⁹.

Vale lembrar que a invasão holandesa de Pernambuco estruturava-se como uma **conquista**, que visava apropriar e submeter uma economia em funcionamento, sem desorganizar nem destruir a produção ali realizada. Entretanto, isto não ocorreu. Ao contrário, o empreendimento conquistador revelou-se altamente deficitário, com a persistente guerra de guerrilha, levada a cabo pela resistência luso-brasileira, envolvendo um custo de defesa de alto onus para os cofres da companhia¹¹⁰. Notadamente a tática de destruir os equipamentos e instalações das áreas abandonadas deixava ao conquistador um território arrasado, logo incapaz de a curto prazo custear sua manutenção.

Mais eficaz, no que tange ao ingresso de recursos, foi o controle marítimo que os holandeses conseguiram na travessia do Atlântico. O apressamento de navios portugueses e espanhóis foi uma constante, tornando essas águas pouco seguras e o transporte das riquezas americanas muito mais arriscado¹¹¹. Cabe lembrar que a grande capitalização realizada pela Companhia das Índias Ocidentais consistiu no aprisionamento do

principal devia verdadeiramente os seus lucros" (Ob. cit., p.84). A dupla tarefa, de corso e colonização, transcendia - na opinião de WATJEN - a capacidade financeira da companhia (p.84).

¹⁰⁹ - As diferentes óticas aparecem, com clareza, por exemplo, quando da discussão da abertura do comércio da Nova Holanda. Os representantes do Estado holandês, favoráveis a essa medida, argumentam que "numa terra tão difícil de administrar como o Brasil, o monopólio era um contrasenso"; ao que os diretores da companhia rebatem argumentando que "quem conquista um território deve ter o direito de desfrutá-lo" (H.WATJEN - Ob.cit., pp.453 e 455). Vale lembrar que o livre comércio para barcos holandeses é liberado em 1634, mas o monopólio volta em 1637, para cair definitivamente no ano seguinte. Resta como exclusividade da companhia, o tráfico negreiro, o trato do pau-brasil e o comércio de material bélico (p.464). Ver também: C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, pp.114/5.

¹¹⁰ - H.WATJEN lembra a necessidade constante de manter um numeroso exército na colônia, sendo este basicamente composto de tropas mercenárias (Ob.cit., p.345). Isto implicava num grande gasto com os soldos (p.314). Ver também: C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, pp.181/3.

¹¹¹ - V.L.A.FERLINI fala que os portugueses perdem 120 navios entre 1624 e 1626 (A Civilização do Açúcar, p.66). S.SCHWARTZ estima as perdas em 80 navios entre 1626 e 1627, e em 130 embarcações saídas da Bahia capturadas entre 1647 e 1648 (Ob. cit., pp.155 e 159).

carregamento de prata da Carrera da Índia, por Piet Heyn em 1629. Capital que, em grande parte vai financiar a invasão do nordeste brasileiro¹¹². A

cronologia da instalação holandesa nas terras nordestinas revela um veloz movimento de difusão que, em poucos anos, controla toda a zona litorânea da região. Numa primeira fase, após a rápida tomada de Olinda e Recife, em 1530, as tropas de invasão restam, durante dois anos, como que entrincheiradas nessas cidades quase que totalmente abandonadas pela população¹¹³. 'A partir daí, inicia-se um processo de expansão, principalmente em direção ao norte, com as povoações portuguesas caindo gradativamente nas mãos do invasor. Em 1635, a Nova Holanda já domina um território costeiro que vai do Rio Grande do Norte ao cabo de Santo Agostinho¹¹⁴. Uma segunda vaga expansionista vai ocorrer sob o comando de João Maurício de Nassau, que assume o governo da colônia em 1637. Para norte, nesse mesmo ano submete o Ceará e, em 1641 toma o Maranhão, que por pouco tempo permanecerá sob controle holandês. Para o sul, avança até a barranca do rio São Francisco, onde funda o forte Maurício e estanca a expansão, revelando a consciência de que este rio poderia bem servir como uma "fronteira natural" da Nova Holanda¹¹⁵.

¹¹² - H.WATJEN - Ob.cit., pp.93 a 95 e Capistrano de ABREU - Capítulos de História Colonial, p.103. C.BOXER lembra que o valor total da presa chegou a 12 milhões de florins, sendo que apenas o carregamento de prata foi avaliado em 8 milhões de florins (Os Holandeses no Brasil, p.42).

¹¹³ - C.BOXER considera que até 1632 há um "empate" na disputa, com os holandeses controlando o mar e os portugueses com maior domínio em terra (Os Holandeses no Brasil, pp.68 e 70). Todavia, também adverte que "nessa guerra de mútuo esgotamento, as vantagens a longo prazo pendiam para o lado dos holandeses", pois estes detinham uma melhor situação no que tange ao abastecimento externo, vital nesse tipo de disputa (p.65).

¹¹⁴ - C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, p.75. Na sequência haviam caído sob domínio holandês: Igarapé, Rio Formoso, Itaparica, o forte dos Reis Magos, e finalmente a Paraíba. No ano de 1635, é destruído o primeiro Arraial do Bom Jesus, sede da resistência pernambucana. Ver também: H.WATJEN - Ob.cit., pp.115 a 126.

¹¹⁵ - Esta interpretação é defendida por H.WATJEN - Ob.cit., p.148. Este autor sustenta que, em 1642, "o poder colonial holandês no Brasil havia atingido o seu máximo desenvolvimento", abarcando o litoral desde o Maranhão até Sergipe (p.193). Cabe lembrar que, já em 1644, os holandeses são desalojados do Maranhão. C.BOXER também acata essa interpretação, dizendo que - para Nassau - o rio São Francisco "Seria uma divisa fácil de defender entre o Brasil português e o holandês" (Os Holandeses no Brasil, p.100).

A' conquista territorial, entretanto, não se seguiu imediatamente uma ocupação acompanhada do estabelecimento de atividades produtivas. Como já observado, as populações locais destruíam as instalações, as culturas e os equipamentos existentes quando evadiam-se de suas propriedades. Além disso, os raides da guerrilha lusitana continuamente fustigavam os engenhos e os canaviais que se mantinham em funcionamento. Os holandeses defrontavam-se, assim, com uma economia bastante desorganizada, quando não totalmente destruída.

O governador Nassau, escorado na afirmação plena de seu domínio político, elaborou um plano para reviver a indústria do açúcar. Inicialmente, publicou um édito conclamando os antigos donos de plantações e engenhos a voltarem às suas propriedades, prometendo-lhes o respeito integral a estas (independente da nacionalidade do proprietário), além de liberdade de culto e diminuição de impostos¹¹⁶. E ainda lhes estabeleceu uma linha de crédito especial, com a companhia, para a recuperação das instalações e lavouras. Por outro lado, os engenhos não reativados foram incorporados ao patrimônio da companhia, e, posteriormente vendidos¹¹⁷. Uma ação de saneamento das finanças públicas e de ordenamento do judiciário completava o plano mauricino, que como último ponto contemplava a questão do abastecimento de mão de obra¹¹⁸.

A proposta de Nassau conheceu um relativo êxito - com o retorno de alguns proprietários, e com o incremento da vinda de colonos da metrópole, dos 166 engenhos

¹¹⁶ - H.WATJEN - Ob.cit., pp.145 e 154. C.BOXER observa que esta proposta, na verdade, já havia sido feita logo após a invasão, com escasso resultado (Os Holandeses no Brasil, p.76).

¹¹⁷ - H.WATJEN - Ob.cit., pp.153 e 423.

¹¹⁸ - Vale lembrar que a escravidão indígena era proibida na Nova Holanda, o que fundamentava uma boa política de aliança com as tribos americanas (H.WATJEN - Ob.cit., p.409) Daí o voltar-se para África como fonte de suprimento de mão de obra, e a toma de São Jorge da Mina em 1537 e de Luanda em 1541, pois sabiam os holandeses que "a dependência da vida econômica pernambucana, da importação de negros, impunha uma estreita ligação entre o norte do Brasil e Angola" (p.187). C.BOXER coloca que, entre 1636 e 1645, foram desembarcados em Recife, 23163 escravos africanos (Os Holandeses no Brasil, p.194). Sobre a proibição da escravidão indígena, ver pp.190 a 192.

existentes na Nova Holanda 120 voltaram a funcionar¹¹⁹. Porém, o sucesso foi relativamente efêmero, e as consequências financeiras do plano para a companhia, a longo prazo, foram desastrosas. Em função principalmente dos ataques portugueses, nenhuma grande colheita pode ser realizada, e os senhores de engenho - altamente endividados - não puderam pagar os empréstimos e impostos devidos à companhia, que cada vez mais via a colônia brasileira como um sorvedouro de recursos¹²⁰. Este quadro foi complicando-se ainda mais ao longo da década de quarenta, quando irrompeu a insurreição que acabaria por libertar Pernambuco¹²¹.

Do ponto de vista da formação territorial, o episódio da ocupação holandesa da costa nordestina do Brasil, implicou, antes de tudo, numa imensa destruição do capital fixado ao solo da colônia no período aureo de instalação da economia açucareira¹²². Assim, a influência maior se deu enquanto negatividade. No que toca ao arranjo interno, ocorreu uma significativa migração de população, capitais e interesses das zonas invadidas para a

¹¹⁹ - H.WATJEN - Ob.cit., pp.197 e 398.

¹²⁰ - H.WATJEN - Ob.cit., pp. 345 e 323. O autor ainda lista a grande inflação vivenciada na Nova Holanda, em virtude da carestia e da penúria de bens (pp.329 e387). C.BOXER coloca Recife como "uma das localidades de vida mais cara no mundo" (Os Holandesês no Brasil, p.210).

¹²¹ - Conforme avalia C.BOXER, com o meio rural controlado pela população luso-brasileira, agora sublevada, os holandesês vão terminar essa década ilhados nas cidades, dependendo do abastecimento marítimo (Idem, pp.202/3). O sitio à Recife, que prolongou-se por anos, emparedou na cidade cerca de 3 mil soldados, 4 mil brancos, 600 judeus e de 3 a 4 mil habitantes entre negros e índios (p.320). H.WATJEN comenta que os holandesês mantinham o domínio do mar, mas encontravam-se em situação cada vez mais difícil em terra (Ob.cit., p.265). Apesar de virtualmente derrotados desde 1649, só abandonam suas posições em 1654.

¹²² - H.WATJEN - Ob.cit., pp. 419 a 421. Comentando as destruições, um autor da época fala que todos agiam "como se cada lado aspirasse ficar dono de um império deserto" (citado por C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, p.91). BOXER lembra a expedição portuguesa de 1300 homens que, desembarcada no Rio Grande do Norte, caminha até a Bahia incendiando plantações e engenhos (pp. 134 a 137). A retaliação holandesa vem com o ataque à Bahia, onde são destruídos 27 engenhos (p.137). No outro ataque ao Recôncavo, em 1648/9, são destruídos mais 23 engenhos (p.282). Sobre a desorganização da economia bahiana, no período, ver: S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.154.

Bahia, cuja economia cresceu bastante no período "às custas da desventura de Pernambuco"¹²³. Os braços requeridos por este crescimento, como já comentado, estimularam a atividade de apressamento indígena em São Paulo e no Maranhão. Estimulo que se reforçou quando os holandeses submetem as praças africanas exportadoras de escravos¹²⁴.

Vale apontar que os mútuos ataques às instalações produtivas propiciaram um elevado índice de evasão da escravaria, tornando esta época a de maior relêvo no que tange à formação de comunidades livres rebeldes de africanos¹²⁵. Esses escravos fugidos buscam locais de difícil acesso, onde tentam recriar um gênero de vida em moldes africanos. Não foi por acaso que o maior destes territórios rebeldes - o quilombo de Palmares - instalou-se na interlândia das Alagoas, área fronteira entre o domínio português e o holandês e verdadeira terra de ninguém. Também não foi atoa que, somente após a expulsão plena dos invasores, tenha sido possível destruí-lo, no processo de reconstrução da economia nordestina.

Em termos da circulação, o domínio holandês acarretou, não apenas o estabelecimento de novos caminhos terrestres (no caso nordestino, através de rotas mais interiorizadas), mas ainda implicou num sensível ativamento dos contatos intra-coloniais. Aos mencionados circuitos de abastecimento de mão de obra indígena, deve-se agregar os deslocamentos de tropas envolvendo um aprofundamento das relações entre as diversas capitâncias¹²⁶. Cabe destacar este caráter local do recrutamento, o que transforma a

¹²³ - S.SCHWARTZ - Ob.cit., p.157. Este autor avalia que de 7 a 8 mil luso-brasileiros migraram de Pernambuco para a Bahia nesse período (p.158).

¹²⁴ - Ver: G.THOMAS - Ob.cit., p.178 e R.SIMONSEN - Ob. cit., p.218.

¹²⁵ - H.WATJEN - Ob.cit., pp.411 e 490/1; e C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, p.197.

¹²⁶ - Pode-se exemplificar com a presença de paulistas nas tropas de libertação de Pernambuco. G.THOMAS coloca que Raposo Tavares comandou um destacamento de 500 homens, fato pelo qual foi anistiado (de uma pena obtida pelos ataques às missões) e recebeu o título de "mestre de campo" (Ob.cit., p.210). S.B.de HOLANDA aponta a alta eficácia das tropas paulistas "como se provou grandemente no Nordeste" (Caminhos e Fronteiras, p.147). E também: R.SIMONSEN - Ob.cit., p.212.

reconquista nordestina numa ação impulsionada por interesses internos à colônia¹²⁷.

Enfim, com a capitulação holandesa em 1654, restaura-se a unidade territorial da colônia sulamericana, colônia de uma metrópole também recém restaurada enquanto um Estado independente¹²⁸. O Brasil colonial não conhecerá mais ameaças de monta a soberania lusitana, por outro sedimenta-se um sentimento interno de unidade. Nesse sentido, a vitória sobre os invasores, notadamente em função das circunstâncias de sua realização, atuou na solidificação do domínio lusitano sobre as terras brasileiras. O território, apesar da dilapidação de parte substancial do valor acumulado, sai mais consolidado desse processo¹²⁹.

Restaria um último comentário acerca da formação brasileira no período da unificação ibérica. Trata-se da influência que o domínio espanhol exerceu sobre a demanda de minerais preciosos nas terras dessa colônia. Mais acostumados com o trato da mineração, e já conscientes do declínio da produção de Potosi, as autoridades hispânicas (mesmo que através de funcionários portugueses) estimularam as iniciativas com vistas à descoberta de novas áreas mineiradoras¹³⁰. A normatização jurídica sobre a matéria (com as leis de 1618), a criação do cargo de superintendente das minas, e a separação do governo

¹²⁷ - Vale lembrar a atitude dúbia do monarca português, às voltas com um intrincado quadro de negociações diplomáticas na própria Europa, com vistas ao reconhecimento da independência portuguesas, ainda em disputa na guerra com a Espanha. H.WATJEN pontua bem a difícil situação: "Portugal, para a manutenção de sua independência precisava contar com o apoio da Holanda" (Ob. cit., p.230).

¹²⁸ - Vale lembrar que o abandono das praças nordestinas em 1654 não implicou no término dos conflitos. No ano seguinte, piratas holandeses voltam a atacar a Bahia, ato que se repete em 1658. No ano de 1657 a Holanda, inclusive, declara guerra à Portugal e realiza um bloqueio no Tejo. E' apenas em 1661 que um acordo entre os dois países é assinado, prevendo uma indenização pelos gastos holandeses no Brasil (C.BOXER - Os Holandeses no Brasil, pp.346, 354 e 358).

¹²⁹ - Não só o território, mas também a própria sociedade colonial. Como avalia Capistrano de ABREU: "Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os elementos étnicos" (Capítulos de História Colonial, p.119). J.V.SERRAO destaca que dez anos de vitórias holandesas "não bastaram para destruir a realidade do Brasil português" (Ob.cit., p.242).

¹³⁰ - F.MAURO - Ob.cit., p.74. Este autor considera que a prata peruana "importunou a política e a imaginação portuguesa no Brasil" (p.72).

das "capitanias de baixo", são medidas que se inscrevem dentro deste propósito¹³¹. Objetivo que, como alerta Basilio de Magalhães, permaneceu como diretriz da política colonial lusitana para o Brasil após a Restauração¹³².

Finalizando, resta somente concluir que, no período da união das Corôas ibéricas, consolidou-se o domínio lusitano do Brasil. Os processos de expansão que se objetivaram na segunda metade do século XVII, sob a égide de Portugal restaurado, estão em germe contidos nos processos vivenciados neste período anterior. Como visto ao final, mesmo a descoberta do ouro das Minas Gerais - fato central na armação territorial oitocentista - teve seu impulso inicial dado sob a dominação hispânica.

Ao findar o longo século XVI, estão dadas as bases da formação territorial brasileira.

¹³¹ - J.V.SERRAO coloca que o estímulo á demanda das minas estava claro já nas instruções do governador Francisco de Souza, que assume o governo em 1590, e anima muitas expedições ao interior (Ob.cit., pp.59, 60, 66 e 85). C.BOXER aponta que o "Código das Minas" abre a possibilidade de sua exploração por particulares, estabelecendo o "quinto" como a tributação da Corôa (Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, p.206). S.B.de HOLANDA considera que não apenas esta legislação, mas também a criação do governo das capitanias de baixo, em 1607, anima a busca do "outro Peru" (Visão do Paraíso, pp.92/3).

¹³² - B.de MAGALHAES - Ob.cit., pp.78/9.

CONCLUSÃO

DA HISTORIA A GEOGRAFIA: A VALORIZAÇÃO COLONIAL DO ESPAÇO

O itinerário enunciado pelo título implica um novo percurso de abstração, pois necessariamente teórico. A leitura geográfica efetuada da realidade histórica colonial brasileira permite um retorno enriquecido ao leito disciplinar. Afora as pistas entreabertas por tal leitura no entendimento da peculiaridade de nossa formação, é possível resgatar do trabalho uma outra classe de conclusões. Estas interessando diretamente uma teoria da geografia e uma teoria geográfica do Brasil.

Abandonando o afã totalizador, podemos melhor circunscrever o campo da relação sociedade-espço, e destacar sua centralidade essencial para a explicação do período analisado. A formação do sistema colonial, e a construção da América principalmente, foi antes de mais nada um processo interessando aquela relação. E' no apetite territorial de certas sociedades que se deve buscar o móvel primeiro da expansão. E' na capacidade plástica de se apropriar de lugares os mais diversos e molda-los segundo seus interesses, que se pode avaliar o êxito ou fracasso dos vários empreendimentos coloniais.

O fato central é: qualquer colônia é o resultado de uma **conquista territorial**. Esta é um espaço novo, na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são dados irredutíveis desse processo, variando em grau mas sempre presente em suas manifestações.

Assim, a formação colonial expressa, já em sua gênese, uma qualidade de subordinação. Ela é um resultado de uma ação que lhe é externa. Pois a colônia é, não um domínio abstrato (formal), mas a efetiva **instalação** do colonizador - a objetivação da conquista. As novas terras só o são para para aquele que chega, obviamente não para as populações autóctones. Estas aparecem, aos olhos do colonizador como verdadeiros

atributos do lugar, que devem ser submetidos como parte da natureza a ser ganha. E a subordinação primeira necessária ao se instalar é, exatamente, a dos naturais. E, como visto, os quadros demográficos defrontados vão se constituir no elemento básico para se entender a forma da instação e o arranjo gerado.

Observou-se que há objetivos comuns aos centros difusores, os móveis metropolitanos animados pela dinâmica da transição que, em essência, perseguem a remuneração do capital comercial, isto é, o lucro mercantil. Todavia, o tonus mercantilista se objetiva através de combinações de interesses amarrados num quadro nacional estatal. Tal arranjo retunda em projetos próprios a cada Estado, num quadro internacional pensado em termos essencialmente bélicos. Isso se explicita em diferentes geopolíticas ultramarinas. Estas, por sua vez, exercitando-se em meio a realidades também variadas. Os territórios coloniais são erigidos na plasticidade dessa interfície.

Se acatamos este raciocínio fica difícil equacionar a realidade colonial numa ótica que trabalhe com a oposição interno-externo. Pois, repetimos, a colônia é, em si, a instalação do agente externo, sua internalização na nova terra, através da conquista e subordinação dos antigos ocupantes. Assim, sem submeter a população encontrada não há colonização, fato que coloca - por exemplo - várias feitorias seiscentistas portuguesas na Ásia fora da economia mundo capitalista. A colônia implica necessariamente em domínio da terra - soberania - e este é impossível sem algum nível de submetimento de seus primitivos ocupantes.

Nesses termos, a eliminação e/ou apropriação das populações autóctones não pode ser avaliada como um aspecto a mais da expansão colonial mercantilista, pois está em seu centro. O recurso a uma das duas alternativas apresentadas repousará, em muito, na reação indígena face ao conquistador. Porém, o submetimento efetivo se impoem a todos os casos, independente do nível político-cultural ou do efetivo demográfico de cada sociedade conquistada. Esta variedade vai influir, isto sim, e muito, na forma de exploração desenvolvida em cada rincão.

No que tange à vida econômica entabulada pelo colonizador, fato que

pressupõe uma certa perenidade da instalação (logo, um relativo êxito da conquista), dois vetores emergem com relevância na explicação dos vários resultados. Um está nas características do povo submetido, outro nos atrativos e riquezas defrontadas. Como visto, a densidade populacional e a organização social da população encontrada atuou fortemente nas formas de assentamento europeu no Novo Mundo. Nas zonas de maior concentração (logo com uma divisão do trabalho mais sofisticada), o conquistador se depara com territórios formados (com hierarquias locais e circuitos definidos), e a obra colonizadora se traduz na apropriação dessas estruturas pré-existentes. Nas áreas de população menos adensada e dividida em unidades políticas menores, a colonização se efetiva na destruição dos gêneros de vida tradicionais e no redirecionamento da força laborial indígena. Nos dois casos, o controle dos habitantes é a chave da conquista.

Entretanto, não apenas o quadro demográfico atua sobre o assentamento. Igualmente a perspectiva de lucratividade do empreendimento nas novas terras influi na velocidade e profundidade do processo de instalação. Certos atrativos naturais, como a existência de jazidas de metais preciosos, elegem determinados sítios e imprimem direcionamentos a esse processo. Como observado, na extração da prata, e no abastecimento das zonas mineiras criaram-se novos circuitos, inclusive envolvendo amplos deslocamentos de populações. Assim, foram povoadas áreas naturalmente desfavoráveis enquanto habitats humanos. O que inclusive revela a primazia desse vetor em relação ao anteriormente mencionado. Enfim, a força do valor contido (o valor do espaço) revela-se tanto na riqueza natural depositada, quanto no trabalho morto acumulado *in situ*. E, ainda, no contingente humano ali estacionado.

Se por um lado, a perspectiva de lucro antevista comanda o assentamento do colonizador, por outro, o efetivo estabelecimento da produção (seja ela qual for: extrativa, agrícola, mineradora, etc.) só ocorre com a disponibilidade do fator trabalho. É ele a mediação inelutável entre a riqueza potencial e a mercadoria. Portanto, a intensão do lucro só se faz potência com o acesso a estoques de força de trabalho. Nesse sentido, a produção de um território colonial, notadamente onde o colonizador não se defronta com estruturas

produtivas sólidas pré-existentes, implica uma faceta de povoamento. O tipo de povoador, como foi visto, variou bastante no caso americano, assim como variaram as relações de trabalho a que estes estavam submetidos. Contudo, mecanismos de coersão extraeconômicos eram comuns às várias formas, tornando o trabalho compulsório um traço unificador frente a diversidade das formações coloniais americanas.

Assim, a valorização colonial do espaço tem no controle do fator trabalho um elemento nodal. As diferentes formas de que se reveste a coersão não devem enturvar a recorrência e centralidade dessa determinação. Nesse entendimento o escravismo vai aparecer como modalidade. Desse modo, o povoamento colonial é, em sua maior parte, um fluxo migratório forçado. Seja o servo sob contrato branco (aprisionado, comprado ou raptado), seja o escravo africano, seja ainda o índio (aldeado ou escravizado) deslocado de seu habitat originário e submetido a um novo ordenamento espacial.

A fixação dessas populações obedece, obviamente, a localização das unidades produtivas e esta é comandada pela taxa de remuneração do capital investido. Ali, onde a lucratividade compense o gasto todos os obstáculos à instalação serão superados, como bem o demonstra a aglomeração humana no estéril e insalubre sítio do cerro de Potosi. Onde a inexistência de braços conviveu com grandes atrativos naturais, a mobilidade da força de trabalho escrava preencheu este requisito. O que reforça o caráter modal do escravismo. Enfim, o dado locacional que comanda a instalação é, sem dúvida, a produtividade natural dos lugares face aos interesses da economia mercantil da época.

Essa tônica exportadora do colonialismo em geral, e do seiscentista com maior ênfase, acarreta um padrão de instalação com um claro sentido exomórfico. Isto é, os assentamentos se fazem, mesmo quando bastante interiorizados, articulados numa rede de circulação que demanda um porto, o qual engata as diferentes unidades produtivas com os circuitos atlânticos, os da realização de seus produtos. A subordinação desenha-se com clareza no ordenamento espacial. O riqueza produzida nas colônias escoou por estes circuitos que tem nos desníveis de preços, como já visto, o seu princípio-motor.

O sistema colonial implica num formidável mecanismo de transferência

geográfica do valor. A parcela do valor produzido fixada na colônia restringe-se, geralmente, ao mínimo necessário para tocar a vida econômica, política e cultural. O valor se fixa, por exemplo, como engenho, como fortificação, e como catedral. Todavia, é este cabedal acumulado que define, em muito, o destino das diferentes colônias quando das conjunturas de retração do comércio mundial. Diferentes saídas, de maior ou menor estruturação autárquica, definem como as várias colônias americanas vão vivenciar o século das luzes.

A valorização colonial do espaço, apesar de objetivar um padrão voltado para fora, avança internamente num movimento de forte caráter extensivo. Isto é, a riqueza gerada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, isto sendo válido tanto para o avanço areolar da fronteira agrícola e pecuária, quanto para a dilatação das zonas de trânsito onde se encontram as "riquezas do sertão" (os índios, os metais preciosos e as especiarias). Por isso, o móvel da conquista não se restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno da formação territorial.

O imenso fundo territorial das colônias americanas, aparentemente inesgotável na perspectiva dos colônos ainda do setecentos, leva a que o mercado fundiário demore para aí se efetivar. E' somente quando a margem de cultivo começa a decair (em função da distância e da produtividade dos solos) que algumas áreas de altíssima favorabilidade (e mesmo assim restritas a certas localizações e a certos setores econômicos) adquirem um valor mercantil. Assim, durante largo tempo, a terra não é mercadoria na colônia, repousando no controle da mão de obra o meio de sua obtenção. Pode-se dizer que, dum ponto de vista genérico, a superabundância na oferta desse importante fator de produção atravessou todo o período colonial brasileiro. E, havendo terra, havia conquista. E, havendo conquista, a dimensão espacial vem ao centro da estruturação da vida social.

Sintetizando, a valorização colonial do espaço necessita de agentes passivos que se amoldem aos interesses do sujeito colonizador, que os aloca seguindo uma lógica subordinada a um mercado externo. Lógica mercantil atraída por recursos raros e por possibilidades de produções complementares de alto valor nas trocas internacionais. O povoamento, a instalação de equipamentos, a fixação de valor, tudo responde a esta lógica,

até o momento em que o volume do capital internalizado começa a gerar interesses locais, que se antagonizam ou não com os da metrópole ao sabor das conjunturas. 'A partir desse momento, a condição subordinada passa a conviver com estímulos auto-centrados.

Esta dinâmica interior das formações coloniais pode ser mapeada através dos circuitos internos de produção e dos círculos de cooperação que se estabelecem. São eles as expressões e fundamentos dos interesses locais. As especializações complementares dos variados lugares, dentro de uma dada divisão regional do trabalho, revela certa maturidade desse processo, que advém da perenização de alguns fluxos. Aqui, resta muito a pesquisar, no que tange às realidades coloniais latino-americanas. A dependência externa em muito obscureceu estes ativos circuitos internos.

São Paulo, 25 de abril de 1991.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABELLAN, José Luis - La Idea de América. Origen y Evolución, Ed. Istmo, Madrid, 1972.

ABREU, João Capistrano de - Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 5a. ed. 1963.

ALBUQUERQUE, Luís de - Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses, Ed. Europa-América, Lisboa, 3a. ed. s/d.

ANDERSON, Perry - Linhagens do Estado Absolutista, Ed. Afrontamento, Porto, 1984.

ARNOLD, David - A Epoca dos Descobrimentos (1400/1600), Ed. Gradiva, Lisboa, 1983.

ASSADOURIAN, Carlos Semplat - El Sistema de la Economía Colonial. El Mercado Interior. Regiones y Espacio Económico, Ed. Nueva Imagem, Mexico, 1983.

- "Modos de Producción, Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Cadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 2a. ed. 1974.

AZEVEDO, Aroldo de - Vilas e Cidades do Brasil Colonial, Boletim da F.F.L.C.H./-U.S.P., São Paulo, 1956.

AZEVEDO, João Lucio de - Epocas de Portugal Económico, Ed. Clássica, Lisboa, 3a. ed. 1978.

BARRETO, Luís Filipe - Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 2a. ed. 1983.

BENNASSAR, Bartolome - La América Española y la América portuguesa, siglos

XVI-XVIII, Ed. Akal, Barcelona, 1980.

BOBBIO, Norberto - A Teoria das Formas de Governo, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

BORDA, Orlando Fals - Mompox y Loba. História Doble de la Costa, Ed. Valencia, Bogotá, 1980.

BRAUDEL, Fernand - "Qu'est-ce que le XVIe. siecle?" in Annales ESC VIII-1, Paris, 1953.

BOXER, Charles Ralph - O Império Colonial Português (1415-1825), Ed. 70, Lisboa, 1977.

- Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686, Ed. Nacional/EDUSP, São Paulo, 1973.

- Os Holandeses no Brasil 1624-1654, Ed. Nacional, São Paulo, 1961.

BOWSER, Frederick P. - El Esclavo Africano en el Peru Colonial 1524-1650, Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 1977.

CANABRAVA, Alice Piffer - O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640), Ed. Itatiaia/EDUSP, São Paulo, 1984.

CAPELA, José - Escravidura. Conceitos. A Empresa de Saque, Ed. Afrontamento, Porto, 2a. ed. 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana - "Severo Martinez Pelaez y el Caracter del Regime Colonial" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

- "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

- "El Modo de Producción Esclavista Colonial en América" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

- Agricultura, Escravidão e Capitalismo, Ed. Vozes, Petrópoles, 1979.

- "As Concepções Acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': a Preocupação Obsessiva com a 'Extração de Excedente'" in José Roberto do Amaral LAPA - Modos de Produção e Realidade Brasileira, Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

- A AfroAmérica. A Escravidão no Novo Mundo, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

- Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

- O Trabalho na América Latina Colonial, Ed. Atica, São Paulo, 2a. ed. 1988.

CARVALHO, Joaquim Barradas de - Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico, Ed. Horizonte, Lisboa, 1974.

- O Descobrimento do Brasil Através dos Textos, Revista de História, São Paulo, 1971.

CASTRO, Antonio Barros de - "A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão" in José Roberto do Amaral LAPA - Modos de Produção e Realidade Brasileira, Obra citada.

- "As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho': Dinâmica do Escravismo Colonial" in Paulo Sergio PINHEIRO - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

CASTRO, Armando - A Evolução Econômica de Portugal dos Séculos XII ao XV, Ed. Portugália, Lisboa, v.9 1970.

- Estudos de História Sócio-econômica de Portugal, Ed. Inova, Porto, 1971.

- Lições de História de Portugal. As Classes Populares na Formação, Consolidação e Defesa da Nacionalidade, Séculos XVI e XVII, Ed. Caminho, Lisboa, 1983.

- Camões e a Sociedade do seu Tempo, Ed. Caminho, Lisboa, 1980.

CASTRONOVO, Valerio - La Revolución Industrial, Ed. Nova Terra, Barcelona,

1975.

CHAUNU, Pierre - A Expansão Européia do Século XIII ao XV, Ed. Pioneira, São Paulo, 1978.

- Conquista e Exploração dos Novos Mundos (Século XVI), Ed. Pioneira/EDUSP, São Paulo, 1984.

- Sevilha e a América, nos Séculos XVI e XVII, Ed. Difel, São Paulo, 1980.

CHASIN, José - O Integralismo de Plínio Salgado. Um Caso de Regressividade no Capitalismo Hipertardio, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1977.

CIAFARDINI, Horacio - "Capital, Comércio y Capitalismo: a proposito del llamado 'Capitalismo Comercial'" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

COELHO, Antonio Borges - A Revolução de 1583, Ed. Caminho, Lisboa, 1981.

COLMENARES, German - Sociedad y Economía en el Valle del Cauca. Cali: Terratenientes, Mineros y Comerciantes. Siglo XVIII, Ed. Banco Popular, Cali, 1978.

CONRAD, Robert E. - Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

CORTESAO, Jaime - A Expansão dos Portugueses na História da Civilização, Ed. Horizonte, Lisboa, 1983.

- Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, Ed. Horizonte, Lisboa, 1984.

- Os Descobrimentos Portugueses, Ed. Horizonte, Lisboa, 4a. ed. 1985.

COSTA, Wanderley Messias da - "Os Novos Papéis do Estado e sua Importância para a Geografia", mimeo. São Paulo, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson - A Democracia como Valor Universal, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1977.

COUTINHO, Luciano - "Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho" in Revista Contexto 2, São Paulo, 1977.

DEYON, Pierre - O Mercantilismo, Ed. Perspectiva, São Paulo, 2a. ed. 1985.

DIAS, Manuel Nunes - O Capitalismo Monárquico Português, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963.

DIFFIE, Bailey - "Os Privilégios Legais dos Estrangeiros em Portugal e no Brasil do Século XVI" in Henry KEITH e S.F. EDWARDS -Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaio, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

DOBB, Maurice - A Evolução do Capitalismo, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 4a. ed. 1974.

- "Uma Réplia" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

ELLIOT, J.H. - La España Imperial 1469-1716, Ed. Vicens-Vives, Barcelona, 5a. ed. 1986.

- O Velho Mundo e o Novo 1492-1650, Ed. Quercus, Lisboa, 1984.

ENGELS, Friedrich - As Guerras Camponesas na Alemanha, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

FALCON, Francisco J.C. - Mercantilismo e Transição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 8a. ed. 1987.

FAORO, Raimundo - Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro, Ed. Globo, Porto Alegre, 4a.ed. 1977.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral - A Civilização do Açúcar, Séculos XVI a XVIII, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

- Terra, Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.

FERNANDES, Florestan - "Os Tupis e a Reação Tribal à Conquista" in História Geral da Civilização Brasileira v.I, Ed. Difel, São Paulo, 5a. ed. 1976.

- "A Sociedade Escravista no Brasil" in Circuito Fechado. Quatro Ensaio sobre o Poder Institucional, Ed. Hucitec, São Paulo, 1976.

FERREIRA, Antonio Fonseca - A Acumulação Capitalista em Portugal. Das Origens da Nacionalidade aos Inícios do Século XIX, Ed. Afrontamento, Porto, 1977.

FOUCAULT, Michel - A Micro-Física do Poder, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

FRAGINALS, Manuel Moreno - O Engenho. Complexo Sócio-Econômico Açucareiro Cubano, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

FRANCO JR., Hilário - Idade Média. O Nascimento do Ocidente, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, Instituto de Estados Brasileiros/U.S.P., São Paulo, 1969.

- "A Organização Social do Trabalho no Período Colonial" in Paulo Sergio Pinheiro - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, Obra citada.

FRANK, Andre Gunder - Acumulação Mundial 1492-1789, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1977.

FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, Ed. Nacional, São Paulo, 7a. ed. 1967.

GARAVAGLIA, Juan Carlos - "Introducción" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

- "Un Modo de Producción Subsidiario: La organización de las comunidades Guaranis durante los siglos XVI-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

GENOVESE, Eugene - A Economia Política da Escravidão, Ed. Pallas, Rio de Janeiro, 1976.

- O Mundo dos Senhores de Escravos, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

GEORGE, Pierre - "Problemas, Doutrina e Método" in Vários Autores - A Geografia Ativa, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 2a.ed. 1968.

GIANNOTTI, José Arthur - "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos" in Filosofia Miúda e demais Aventuras, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

GODELIER, Maurice - "Conceito de Formação Econômica e Social: o Exemplo dos Incas" in Théo SANTIAGO - América Colonial, Ed. Pallas, Rio de Janeiro, 1975.

- "Da Não Correspondência entre Formas e Conteúdos das Relações Sociais: Nova Reflexão sobre o Exemplo dos Incas" in Théo SANTIAGO - América Colonial, Obra citada.

GODINHO, Vitorino Magalhães - A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problema das Origens e da Linha de Evolução, Ed. Contemporânea, Lisboa, 1944.

- A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1962.

- A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, Ed. Arcadia, Lisboa, 1971.

- Os Descobrimentos e a Economia Mundial, 4 vs., Ed. Presença, Lisboa, 2a. ed. 1984.

GORENDER, Jacob - O Escravismo Colonial, Ed. Atica, São Paulo, 1978.

- "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica" in José Roberto do Amaral LAPA - Modos de Produção e Realidade Brasileira, Obra citada.

GOTTMANN, Jean - La Politique des Etats et leur Geographie, Ed. Armand Colin, Paris, 1952.

GREEN, V.H.H. - Renascimento e Reforma. A Europa entre 1450 e 1660, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1984.

HAMILTON, Earl J. - El Tesoro Americano y la Revolucón de los Precios en Espa~na 1501-1650, Ed. Ariel, Barcelona, 1983.

HILL, Christopher - "Um Comentário" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

HIRANO, Sedi - Pré-Capitalismo e Capitalismo. A Formação do Brasil Colonial, Tese de Doutorado F.F.L.C.H./U.S.P., São Paulo, 1986.

HILTON, Rodney - "Introdução" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

- "Capitalismo - o que representa esta palavra?" in Vários Autores -

Doutorado F.F.L.C.H./U.S.P., São Paulo, 1982.

PERES, Damião - A História dos Descobrimientos Portugueses, Ed. Vertente, Porto, 1982.

- O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral. Antecedentes e Intencionalidade, Ed. Portucalense, Porto, 1949.

PINTO, Orlando da Rocha - Cronologia da Construção do Brasil 1500-1889, Ed. Horizonte, Lisboa, 1987.

PRADO JR., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo, Ed. Brasiliense, São Paulo, 13a. ed. 1973.

- Evolução Política do Brasil e Outros Estudos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 6a. ed. 1969.

PRADO, J. F. de Almeida - Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530, Ed. Nacional, São Paulo, 2a. ed. 1970.

- "O Regime das Capitânicas" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, Obra citada.

PROCACCI, Giuliano - "Uma Sinopse do Debate" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

RAMIREZ, A. René Barbosa - La Estructura Económica de la Nueva España (1519-1810), Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 9a.ed. 1985.

RATZEL, Friedrich - "Evolução dos Conceitos Relativos à Influência que as Condições Naturais Exercem sobre a Humanidade" in Antonio Carlos Robert MORAES - Ratzel, Ed. Atica, São Paulo, 1990.

RIBEIRO, Berta - O Índio na História do Brasil, Ed. Global, São Paulo, 1985.

ROMANO, Ruggiero - Os Mecanismos da Conquista Colonial: Os Conquistadores, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1973.

ROMANO, Ruggiero e TENENTI, Alberto - Los Fundamentos del Mundo Moderno. Edad Media Tardia, Reforma, Renacimiento, Ed. Siglo Veintiuno, Madri, 3a. ed. 1972.

RUEDA, Jose Eduardo - "El Desarrollo Geopolítico de la Compañía de Jesús en los Llanos Orientales de Colombia" in Vários Autores - Los Llanos: una História sin

A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

HOBBSAWN, Eric - "A Crise Geral da Economia Européia no Século XVII" in Theo SANTIAGO - Capitalismo. Transição, Ed. Eldorado, Rio de Janeiro, 2a. ed. 1975.

- "Do Feudalismo para o Capitalismo" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

- Origenes de la Revolucion Industrial, Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 1977.

HOLANDA, Sergio Buarque de - Raízes do Brasil, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 13a. ed. 1979.

- Monções, Ed. Alfa Omega, São Paulo, 2a. ed. 1976.

- Caminhos e Fronteiras, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 2a. ed. 1975.

- Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil, Ed. Nacional, São Paulo, 4a. ed. 1985.

- O Extremo Oeste, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

- "As Primeiras Expedições" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, Obra citada.

- "A Instituição do Governo Geral" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, Obra citada.

HOLANDA, Sergio Buarque e PANTALEAO, Olga - "Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista" in História Geral da Civilização Brasileira, v.I, Obra citada.

HOORNAERT, Eduardo - A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800), Ed. Brasiliense, São Paulo, 2a. ed. 1984.

HURTADO, Osvaldo - O Poder Político no Equador, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1981.

IANNI, Octavio - Escravidão e Racismo, Ed. Hucitec, São Paulo, 1978.

- "Aspectos da Formação Social Escravista" in José Roberto do

Amaral LAPA - Modos de Produção e Realidade Brasileira, Obra citada.

JEANNIN, Pierre - Os Mercadores do Século XVI, Ed. Vertente, Porto, 1986.

KAY, Cristóbal - El Sistema Señorial Europeo y la Hacienda Latinoamericana, Ed. Era, Mexico, 1980.

KALMANOVITZ, Salomón - El Desarrollo Tardío del Capitalismo. Un Enfoque Crítico de la Teoría de la Dependencia, Ed. Siglo Veintiuno, Bogotá, 1986.

- Economía y Nación. Una Breve Historia de Colombia, Ed. Siglo Veintiuno, Bogotá, 3a. ed. 1988.

KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária, Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1968.

KLEIN, Herbert S. - A Escravidão Africana. América Latina e Caribe, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

KONETZKE, Richard - América Latina. La Época Colonial, Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 18a. ed. 1986.

LABLACHE, Paul Vidal de - Princípios de Geografia Humana, Ed. Cosmos, Lisboa, 2a. ed. 1954.

LACLAU, Ernesto - "Feudalismo y Capitalismo en América Latina" in Vários Autores - Modos de Producción en América Latina, Obra citada.

LAFAYE, Jacques - Los Conquistadores, Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 6a. ed. 1987.

LAPA, Jose Roberto do Amaral - A Bahia e a Carreira da Índia, Ed. Nacional/EDUSP, São Paulo, 1968.

- O Antigo Sistema Colonial, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

- "Introdução ao Redimensionamento do Debate" in Idem - Modos de Produção e Realidade Brasileira, Obra citada.

LOBO, Eulália M.L. - "Conflito e Continuidade na História Brasileira" in H.H.KEITH e S.F.EDWARDS - Conflito e Continuidade na História Brasileira. Ensaio, Obra citada.

LOSADA, Mariano Useche - El Proceso Colonial en el Alto Orinoco-Rio Negro (Siglos XVI a XVIII), Fundacion De Investigaciones Arqueologicas Nacionales, Bogotá, 1987.

LUKACS, Georg - Introdução a uma Estética Marxista, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

- El Asalto a la Razon, Ed. Grijalbo, Barcelona, 1976.

MAGALHAES, Basílio de - A Expansão Geográfica do Brasil Colonial, Ed. Nacional, São Paulo, 4a. ed. 1978.

MAHN-LOT, Marianne - A Descoberta da América, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1984.

MANNIX, Daniel P. e COWLEY, M. - Historia de la Trata de Negros, Ed. Alianza, Madri, 2a. ed. 1970.

MARCHANT, Alexander - Do Escambo à Escravidão. As Relações Econômicas de Portugueses e Índios na Colonização do Brasil, Ed. Nacional, São Paulo, 2a. ed. 1980.

MARCILIO, Maria Luiza - "A População do Brasil em Perspectiva Histórica" in Iraci del Nero COSTA - Brasil: História Econômica e Demográfica, Instituto de Pesquisas Econômicas/U.S.P., São Paulo, 1986.

MARQUES, A.H. de Oliveira - História de Portugal, Ed. Palas, Lisboa, v.1 12a. ed. 1985 e v.2 9a. ed. 1983.

- Portugal Quinhentista (Ensaio), Ed. Quetzal, Lisboa, 1987.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.

MARX, Karl - O Capital (Crítica da Economia Política), Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.I 3a.ed. 1975.

- "Introdução à Crítica da Economia do Direito de Hegel" in Revista Temas de Ciências Humanas 2, São Paulo, 1977.

MATA, Hector Malavé - "Reflexões sobre o Modo de Produção Colonial Latino-Americano" in Théo SANTIAGO - América Colonial, Obra citada.

MATTOSO, Katia de Queirós - Ser Escravo no Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

MAURO, Frédéric - Do Brasil à América, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1985.

- Origens da Desigualdade entre os Povos da América, Ed.

Brasiliense, São Paulo, 1986.

MELLAFE, Rolando - La Esclavitud en Hispano-América, Ed. Universitária, Buenos Aires, 4a. ed. 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

MERRINGTON, Jonh - "A Cidade e o Campo na Transição para o Capitalismo" in Vários Autores - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo, Obra citada.

MISKIMIN, Harry A. - A Economia Do Renascimento Europeu 1300/1600, Ed. Estampa, Lisboa, 1984.

MONTEIRO, Jonh - "Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial" in Vários Autores - Índios no Estado de São Paulo, Ed. Yankatu, São Paulo, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert - Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

- "Historicidade, Consciência e Construção do Espaço" in Vários Autores - A Construção do Espaço, Ed. Nobel, São Paulo, 1986.

- "As Condições Naturais e a Estruturação do Espaço Agrário" in Revista do Departamento de Geografia/U.S.P. 1, São Paulo, 1982.

- "Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Circuitos de Cooperación en el Espacio" in Luis A. JAMES e Anamaria LIBERALI - Aportes para el Estudio del Espacio Socio Economico III, Ed. El Coloquio, Buenos Aires, 1989.

- "Fixação de Valor e Capital Fixo", IIo.Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica, Buenos Aires, 1990.

MORAES, Antonio Carlos R. e COSTA, Wanderley M. - Geografia Crítica. A Valorização do Espaço, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.

- "A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço" in Milton SANTOS - Novos Rumos da Geografia Brasileira, Ed. Hucitec, São Paulo, 1982.

MORALES, Salvador - Conquista y Colonizacion de Cuba. Siglo XVI, Ed. Ciencias Sociales, Havana, 1984.

NAVAS, José Ignacio Avellaneda - "San Juan de los Llanos, Primera Ciudad de los Llanos Orientales" in Vários Autores - Los Llanos: Una História sin Fronteras, Academia de História, Meta, 1986.

NOVACK, George - La Ley del Desarrollo Desigual y Combinado, Ed. Pluna, Buenos Aires, 1973.

NOVAIS, Fernando Antonio - Portugal e Brasil na Crise Do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), Ed. Hucitec, São Paulo, 4a. ed. 1986.

- "Considerações sobre o Sentido da Colonização" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-U.S.P. 6, São Paulo, 1969.

- "Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica" in 4a. Encontro de Professores Universitários de História, São Paulo, 1967.

- "Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento" in Estudos Históricos 9, Marilia, 1973.

O'GORMAN, Edmundo - La Invención de América. Investigación acerca de la Estructura Histórica del Nuevo Mundo y del Sentido de su Devenir, Ed. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1984.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de - O Processo de Industrialização. Do Capitalismo Originário ao Atrazado, Tese de Doutorado, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1986.

PAIVA, José Maria de - Colonização e Catequese 1549-1600, Ed. Cortez, São Paulo, 1982.

PARAIN, Charles - "A Evolução do Sistema Feudal Europeu" in Théo SANTIAGO - Capitalismo. Transição, Obra citada.

PARSONS, James - La Colonización Antioque~na en el Occidente de Colombia, Ed. Banco Popular, Cali, 1987.

PASSOS, Maria Lucia P. de Faro - Lisboa. Personagem de Fernão Lopes, Tese de

Fronteras, Obra citada.

SALAS, Alberto M. e VAZQUEZ, Andres R. (orgs.) - Relacion Varia de Hechos, Hombres y Cosas de Estas Indias Meridionales. Textos del Siglo XVI, Ed. Losada, Buenos Aires, 1963.

SANTOS, Milton de Almeida - Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, Ed. Hucitec/EDUSP, São Paulo, 1978.

- Espaço e Sociedade (Ensaio), Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.

- Pensando o Espaço do Homem, Ed. Hucitec, São Paulo, 1982.

- Metamorfoses do Espaço Habitado, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

- "Relações Espaço-temporais no Mundo Subdesenvolvido" in Seleção de Textos 1, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1976.

SCHWARTZ, Stuart B. - Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

SERGIO, Antonio - Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 5a. ed. 1982.

- Breve Interpretação da História de Portugal, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 7a. ed. 1980.

SERRAO, Joel - Cronologia Geral da História de Portugal, Ed. Horizonte, Lisboa, 4a. ed. 1980.

SERRAO, Joaquim Verissimo - Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640, Ed. Nacional, São Paulo, 1968.

SIMONSEN, Roberto - História Econômica do Brasil(1500/1820), Ed. Nacional, São Paulo, 3a. ed. 1957.

SILVA, Armando Corrêa - O Litoral Norte do Estado de São Paulo (Formação de uma Região Periférica), Instituto de Geografia/U.S.P., São Paulo, 1975.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

